

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

Questões de Raça e Gênero na Desigualdade Social
Brasileira Recente

Vinicius Gaspar Garcia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico (Área de concentração: Economia Social e do Trabalho), sob a orientação do *Prof. Dr. Waldir José de Quadros*.

Campinas, Novembro de 2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

G165q Garcia, Vinicius Gaspar.
Questões de raça e genero na desigualdade social brasileira recente / Vinicius Gaspar Garcia - Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Waldir Jose de Quadros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Desigualdade social - Brasil. 2. Mercado de trabalho. 3. Raça. 4. Genero. I. Quadros, Waldir Jose de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

*Aos meus pais e minha esposa, sem os quais
esse trabalho não seria possível.*

Agradecimentos

Essa dissertação é, em alguma medida, resultado de determinada situação pela qual passei há dez anos. Em abril de 1995 sofri um acidente e me tornei tetraplégico como decorrência de uma lesão na quinta vértebra cervical. Esse fato, como não poderia deixar de ser, modificou minha vida de várias maneiras e influenciou minha trajetória acadêmica. Na época eu cursava o segundo ano de graduação em Economia aqui na Unicamp e não foi nada fácil continuar estudando e seguir adiante depois de uma mudança tão drástica, por isso tenho que fazer sinceros e profundos agradecimentos a várias pessoas, pois não tenho dúvidas de que só consegui chegar até aqui com essa ajuda coletiva.

Em primeiro lugar, minha família. Particularmente, meus pais, Ruy e Lúcia, e meu irmão, Bruno, que conviveram e compartilharam comigo os momentos mais difíceis logo após minha lesão. A racionalidade do meu pai, a afetividade da minha mãe e a dedicação (e o amor) de ambos se completaram para que eu pudesse ter um processo de reabilitação adequado. A paciência e a presteza do meu irmão também foram decisivas. Agradeço de coração por essa família maravilhosa, que foi e sempre será fonte de carinho, honestidade, amor e amadurecimento mútuo. Essa referência familiar, que na verdade sempre existiu, mesmo antes de 1995, seguirá comigo em todos os momentos.

Depois de quatro anos de grandes batalhas, na passagem de 1998 para 1999, conheci Regina, hoje minha esposa e companheira. Esse encontro contribuiu para que eu encontrasse o equilíbrio necessário e deixasse de alternar momentos de depressão com outros de grande euforia, em que eu buscava uma vida que não era mais a minha. Agradeço a você, meu amor, e também à sua família – seu Mendonça, dona Xandi, Sandrinha e Marcelo – que me acolheram sem nenhum tipo de preconceito, enxergando sempre o homem e não o portador de deficiência.

Ainda no campo familiar, não posso deixar de mencionar e agradecer minhas avós Anamélia e Diva. A primeira, que perdemos em Fevereiro desse ano, pela forma de encarar a vida com alegria e objetividade, sempre pronta a ajudar; e a segunda pelo enorme carinho e fé em Deus (muito mais do que eu), transmitindo sempre seu amor incondicional. Nas figuras da minha tia Iza, irmã do meu pai, e do meu Tio Marinho, irmão da minha mãe, quero agradecer a toda minha família, que esteve sempre presente ao longo desses anos.

A minha segunda casa, sem qualquer tipo de demagogia, é o Instituto de Economia (IE) da Unicamp. No momento em que retornava à Universidade após meu acidente, o IE tinha como diretor o professor Waldir Quadros, hoje meu orientador e mestre. O professor Waldir não fez qualquer tipo de objeção às mudanças que eram necessárias para receber um aluno tetraplégico. Pode-se dizer: “essa era sua obrigação”. Sem dúvida; mas além deste ainda não ser, infelizmente, o comportamento de todos os diretores e responsáveis pelo acesso das pessoas com deficiência às escolas e universidades, o

professor Waldir sempre valorizou meu potencial acadêmico e, mais do que isso, meu potencial como ser humano. Na pessoa do prof. Waldir agradeço a todos do Instituto de Economia, professores e funcionários, com os quais convivo cordialmente, num ambiente saudável e que estimula a reflexão acadêmica. Nesse sentido, o IE é minha casa tanto no aspecto pessoal como no que se refere às referências críticas e posições políticas frente às questões nacionais, particularmente em relação aos professores e pesquisadores do CESIT (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho).

Finalmente, faço menção aos colegas e amigos. Desde 1999 faço parte da equipe de pesquisa do prof. Waldir Quadros no âmbito do CESIT. Isso me ajudou muito no amadurecimento enquanto pesquisador e por isso quero registrar aqui meus agradecimentos aos colegas da equipe atual: Alice, Daniel, Josiane, Luciane, Everton e Marília. Quero fazer uma referência especial a dois colegas: Gori, pela amizade (apesar de torcer pelo Palmeiras) e pela competência do seu trabalho estatístico; e Aninha, colega que está temporariamente afastada de nós, lutando (e vencendo) uma grave doença, pois foi quem me ensinou a trabalhar com a metodologia do prof. Waldir (versão 1999/2000). Na pessoa de um grande amigo da época da escola, Julian Martinez (*Rolha*), quero agradecer aos demais amigos mais antigos, que estão comigo há mais de 20 anos. E por último quero fazer uma referência – usando minha amiga *Katinha* como símbolo – a todos os colegas portadores de deficiência aqui em Campinas que estão comigo na luta, seja na ONG (Centro de Vida Independente de Campinas) ou no Conselho Municipal.

Esses agradecimentos saíram mais longos do que eu desejava e mesmo assim eu posso ter cometido algumas injustiças por ter esquecido alguém, a esses minhas desculpas. Eu disse no início que essa dissertação estava relacionada ao meu acidente em 1995. Talvez seja um exagero. E se eu não fosse deficiente? Não sei, não posso afirmar como teria sido minha vida nos últimos dez anos. Mas eu posso dizer, com certeza, que esse acidente e aquilo que eu aprendi com a ajuda da minha família e amigos me fazem, hoje, enxergar a vida de uma maneira melhor. Pode parecer contraditório, mas eu entendi o quanto a vida de cada um é valiosa e, ao mesmo tempo, o quanto somos frágeis enquanto seres humanos. Essa sintonia me parece fundamental para seguirmos em frente.....obrigado a todos.

Campinas, Novembro de 2005.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – O contexto histórico: Discriminação e Exclusão Social	9
1.1 – O debate teórico.....	10
1.2 – Padrão de sociabilidade e “coisificação” dos negros.....	14
1.3 – A dinâmica populacional dos negros escravos e das “pessoas de cor livres”	17
1.4 – O significado da Abolição e a preferência pelo trabalhador europeu.....	22
1.5 – Industrialização, crescimento econômico e desigualdades raciais – 1930 a 1980....	27
1.5.1 – Desigualdades Raciais na <i>Industrialização Restringida</i> – 1930 a 1955.....	27
1.5.2 – “Milagre econômico” e desigualdades raciais (e de gênero) – 1955 a 1980.....	35
Capítulo 2 – Raça, Gênero e Desigualdades Sociais na Semi-Estagnação.....	45
2.1 – Aspectos Centrais da Economia Brasileira – 1981 a 2003	46
2.1.1 – A “década perdida” dos 80.....	47
2.1.2 – Os anos 90 e o “projeto neoliberal” (e sua continuidade)	57
2.2 – A desigualdade social brasileira num sentido amplo.....	71
2.3 – A situação dos negros e mulheres no final do século XX – Estudos recentes.....	77
2.3.1 – A existência de “dois países” no Brasil.....	78
2.3.2 – O “ciclo de desvantagens cumulativas” da população negra.....	85
2.3.3 – A participação feminina no mercado de trabalho na década de 90	89

Capítulo 3 – Estrutura Social, Raça e Gênero	94
3.1 – A metodologia para construção da estrutura sócio-ocupacional	95
3.2 – A Estrutura Sócio-ocupacional Familiar	104
3.2.1 – O quadro geral – raça – 1982 e 2003.....	105
3.2.2 – A evolução e a composição das camadas sociais segundo a cor e o sexo	110
3.2.3 – Os grupos familiares – 1982 e 2003	124
3.2.4 – Particularidades regionais na desigualdade racial	142
3.3 – A Estrutura Ocupacional Individual.....	149
3.3.1 – Estrutura ocupacional individual e diferenças de raça e gênero.....	150
Parte 1 – As variações nas camadas sociais (padrões de vida ou rendimento).....	150
Parte 2 – Caracterização dos grupos ocupacionais (“ocupações típicas”).....	166
3.3.2 – Mudanças nos setores de atividade econômica e disparidades de sexo e raça	181
Considerações Finais.....	192
Bibliografia	196

Resumo

Esse trabalho buscou caracterizar a estrutura sócio-ocupacional brasileira nos últimos vinte e cinco anos, destacando particularidades relacionadas à raça e ao gênero dos indivíduos. Partiu-se do contexto histórico de discriminação a que estiveram submetidos os negros, havendo uma perpetuação, ao longo do século XX, da dificuldade no acesso às ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, especialmente para as mulheres. Dado o cenário de baixo crescimento da economia brasileira desde o início dos anos 80, com taxas médias de variação do PIB em torno de 2,5% anuais, foram observadas diferenças em termos de raça e sexo quando se consideram os rendimentos, os tipos de ocupação e o padrão de vida familiar. Essas variáveis foram estudadas a partir da metodologia desenvolvida pelo prof. Waldir Quadros, no âmbito do CESIT/IE/UNICAMP. Os principais resultados confirmaram um reiterado quadro de desigualdades raciais no mercado de trabalho, estando os homens brancos no topo da pirâmide de rendimentos e as mulheres negras na base dessa estrutura. Ademais, observou-se uma concentração dos brancos nas famílias de média e alta classe média, havendo super-representação dos negros nas faixas de pobreza e indigência.

Introdução

Esse trabalho pretende discutir o comportamento recente da **estrutura sócio-ocupacional** da **população negra** do Brasil. A questão racial significa uma importante dimensão da crise social brasileira, seja pelo número absoluto de pessoas negras ou pelo conteúdo histórico dessa temática. Os negros – aqueles que se declaram “pretos” e “pardos” segundo a classificação do IBGE – representam cerca de 45% da população total no país (pouco mais do que 82 milhões de pessoas pela PNAD de 2003)¹. A história brasileira é marcada por séculos de escravidão e mecanismos de discriminação que se reproduzem ao longo do tempo. Esses aspectos é que inspiraram a realização dessa dissertação.

Estudos recentes mostram que existe uma clara hierarquia da pirâmide social que coloca os homens brancos num patamar elevado, seguidos pelas mulheres brancas, homens negros e, por fim, pelas mulheres negras (segmento que apresenta as piores condições de inserção social, estando concentrado em ocupações mais simples e de pior remuneração²). Dessa forma, vamos considerar também as questões de gênero para discutir a desigualdade social brasileira nas décadas de 80 e 90 e no início do século XXI.

Nosso objetivo é caracterizar a estrutura sócio-ocupacional desse expressivo contingente populacional no já prolongado ciclo de baixo crescimento da economia brasileira (praticamente os últimos vinte e cinco anos). Assim sendo, esse trabalho tem um caráter muito mais descritivo do que analítico. As dificuldades da população negra, em particular das mulheres, no que se refere ao acesso às ocupações melhor remuneradas e de maior prestígio social são evidentes para aqueles que observam a realidade brasileira. Nosso intuito é retratar esse quadro, mas não pretendemos avançar no sentido de aprofundar as explicações ou formular alternativas para superação das disparidades raciais. Especialmente naquilo que diz respeito ao papel do racismo nas diferenças entre as populações brancas e negras no Brasil, estamos cientes da sua existência, mas também do nosso grau de limitação frente a esse tema,

¹ De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): “Consideram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nessa categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nessa categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia)”. *Notas Técnicas – Síntese dos Indicadores*, IBGE, 2003. A PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – é realizada anualmente pelo IBGE (com exceção dos anos em que são feitos os Censos Demográficos).

² QUADROS (2004_a); TELLES (2003).

que requereria um aprofundamento sociológico e antropológico que escapava aos limites desse trabalho.

Para apresentar a estrutura sócio-ocupacional da população negra será utilizada como principal ferramenta de análise a metodologia desenvolvida por Quadros, no âmbito do Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)³. Essa metodologia, cuja inspiração é o trabalho de *Wright Mills*⁴ sobre a sociedade norte-americana no final do século XIX e na primeira metade do século XX, parte da estrutura ocupacional individual para retratar a estrutura social da população. Através desse instrumental será possível perceber como evoluíram as ocupações (em termos quantitativos e qualitativos) e os rendimentos reais dos negros no Brasil no período de baixo crescimento econômico (a partir do início da década de 80).

A escolha dessa metodologia se deve à forma pela qual a estrutura social é nela abordada. Acreditamos que, num país com tão alto grau de heterogeneidade como o Brasil, a estrutura social deve captar as distintas ocupações e, mais do que isso, as particularidades que tais situações ocupacionais proporcionam para além do processo de trabalho, não sendo aconselhável distinções estanques em dois grandes grupos, como “capitalistas” e “trabalhadores”. É claro que essa formulação clássica, com raízes marxistas, é extremamente relevante, mas a própria dinâmica do capitalismo, em particular depois da II Revolução Industrial, fez com que se expandisse a chamada “classe média” e, ao mesmo tempo, diversificou o grupo dos “trabalhadores”.

Assim sendo, o estudo pioneiro de *Wright Mills* buscou retratar a estrutura social a partir da complexidade vigente na sociedade norte-americana entre 1870 e 1940. Nessas décadas, se consolida nos EUA a industrialização baseada nas matrizes energéticas estabelecidas na II Revolução Industrial, o que trouxe impactos diretos para a estrutura social. Uma sociedade essencialmente agrária e composta por pequenos proprietários passa a abarcar uma “nova classe média”, a qual avança no bojo das transformações capitalistas. Essa análise é interessante porque a “nova classe média” se equipara aos “trabalhadores” do ponto de vista da não propriedade dos bens de produção capitalista, mas difere desse grupo em razão de aspectos ligados ao prestígio, *status* ou poder social.

³ QUADROS (2004_b). A fonte de dados primária da metodologia é a PNAD realizada pelo IBGE.

Outros autores, como *Harry Braverman*⁵, mantêm a polarização entre “proprietários capitalistas” e “trabalhadores”. Os gerentes, vendedores e empregados de escritório, por exemplo, estariam, para esse autor, na mesma massa dos demais trabalhadores controlados pela lógica capitalista (como operários e outros trabalhadores manuais). Essa visão enfatiza o processo de trabalho (rotinização das atividades), a partir da dominação do capital que subordina os trabalhadores. O processo de trabalho moderno tornaria, assim, homogênea a classe trabalhadora. Retornando ao trabalho de *Wright Mills*, a diferenciação entre classe média e operários não se faz, como foi colocado, pela propriedade (já que ambos estão desprovidos dos bens de capital). A questão salarial também não é fundamental, de modo que a renda não é decisiva em sua análise. Este autor procura elementos para mostrar essa distinção através do poder, prestígio e *status* dos grupos sociais. Nesse sentido, destacam-se as questões relativas ao modo pelo qual os grupos se relacionam e a própria sociedade os “enxerga”. No ambiente de trabalho, numa fábrica, digamos, um operário se distingue em vários níveis do empregado de escritório (mesmo que tenham rendimentos semelhantes), principalmente na sua relação com as demais pessoas. Admitindo a homogeneidade da classe trabalhadora, como faz *Braverman*, esta unidade deveria se pautar por identidades pessoais entre os que compõem a mesma classe, o que não ocorre entre os segmentos médios e os operários (que via de regra não se misturam, seja no trabalho ou nos momentos de lazer). *Braverman* forma um único conjunto com esses grupos, chamando-os de “classe trabalhadora”. Para esse autor, partindo-se do processo de trabalho, existem duas classes sociais (trabalhadores e capitalistas). Já para *Wright Mills* teríamos, grosso modo, a sociedade e três classes sociais (sendo que os segmentos médios se diferenciam entre si, assim como os próprios trabalhadores).

Tendo em vista a desigualdade social brasileira, e considerando as questões de raça e gênero, nos parece mais apropriado um instrumental mais amplo para discutir a estrutura social⁶. As questões sociais mais gerais não se resolvem somente no processo de trabalho,

⁴ MILLS (1969).

⁵ BRAVERMAN (1980).

⁶ Uma terceira abordagem, que simplesmente desconsidera a noção de classes sociais e, com base exclusivamente em critérios de renda, tem uma visão da sociedade composta por indivíduos isolados, nos parece ainda mais problemática. Essa visão valoriza apenas os atributos individuais e geralmente é usada para reduzir o debate das políticas sociais à questão da focalização, isto é, do atendimento aos “pobres entre os mais pobres”. Um exemplo dessa abordagem está em BARROS, R.P. e CARVALHO, M. (2003) que defendem a focalização da política social nos indivíduos mais pobres, de maneira que ela não seja uma fonte de pressão orçamentária, implicando

envolvem aspectos extra-econômicos, daí a escolha da metodologia desenvolvida por Quadros cuja inspiração é o trabalho de *Wright Mills*.

Isso posto, deve-se reiterar que esse trabalho, mais do que formular propostas ou discutir alternativas, busca apresentar e caracterizar a evolução da **estrutura social dos negros (homens e mulheres) no Brasil nas décadas de 80 e 90 e no início do século XXI**. Entretanto, as origens desse quadro mais recente devem ser encontradas no passado escravista brasileiro e nos seus desdobramentos. Assim sendo, no capítulo 1 da dissertação será traçado um painel histórico com o objetivo de recuperar aspectos sociais, políticos e econômicos que contribuíram para reprodução da exclusão social de parte considerável da população negra⁷.

O primeiro item do capítulo 1 situa o debate teórico acerca das relações raciais no Brasil através dos principais autores; em seguida, é feita uma breve recuperação a respeito de questões ligadas à “sociabilidade” brasileira, isto é, ao “tipo” de sociedade que vai se formando ao longo da colonização brasileira (e o “lugar” ocupado pelos negros nesta sociedade). Os mecanismos de preconceito e discriminação são resultado e se reproduzem por meio dessa “sociabilidade”, ou seja, pela forma através da qual as pessoas se relacionam e interagem numa determinada sociedade. Em seguida, ainda no capítulo 1, utilizando-se primordialmente dos clássicos trabalhos de Florestan Fernandes⁸ e Carlos Hasenbalg⁹, ambos referências obrigatórias para a temática racial no Brasil, vamos destacar aspectos da discussão relacionada à dinâmica populacional, à “integração” dos negros na “sociedade de classes” após a Abolição e a continuidade desse processo a partir de 1930, com o avanço da urbanização e industrialização. A contextualização histórica será feita, portanto, no primeiro capítulo do trabalho. Obviamente que não se pretende realizar um estudo detalhado a respeito desses condicionantes; busca-se apenas apontar para o fato de que os problemas na estrutura sócio-ocupacional da população negra derivam, também, desse contexto mais complexo.

Uma vez definidos os elementos centrais do contexto histórico, no capítulo 2 iremos restringir a discussão às décadas de 80 e 90 e ao início do século XXI, quando, depois de crescer a taxas médias de cerca de 7% ao ano entre 1950 e 1980, o país entra num já

em problemas para a política econômica. A opção dos “pobres dentre os mais pobres” nos parece incorreta frente à magnitude das carências sociais brasileiras

⁷ Eventualmente, procuraremos fazer referências às condições de vida e dificuldades de acesso ao trabalho das mulheres brancas nesse processo histórico, mas a ênfase será dada na problemática racial (que envolve, naturalmente, as mulheres negras, as quais podem sofrer uma dupla discriminação, pela raça e pelo gênero).

⁸ FERNANDES (1965).

duradouro ciclo de semi-estagnação, com um crescimento médio de apenas 2% do PIB. No início do capítulo 2, será apresentado um panorama com as principais características da economia brasileira nesse período. O traço comum das décadas de 80 e 90 é justamente o baixo crescimento da economia, resultando em agravamento do quadro social mais geral. Porém, nos anos 80 – apesar das taxas extremamente elevadas de inflação – a dinâmica ocupacional foi capaz de acompanhar a expansão da população economicamente ativa, num ambiente de economia fechada. O desemprego é a principal marca da década de 90 e início do século XXI, num quadro de relativa estabilidade de preços, hegemonia do pensamento liberal e diminuição do papel do Estado na economia. De qualquer forma, mesmo com essas distinções importantes, o fato é que a semi-estagnação – alternando ciclos recessivos com breves períodos de expansão – sintetiza a principal característica dessas décadas (e do período 2001-2003).

De 1950 a 1980, como foi dito, o país cresceu a taxas média de 7% ao ano, com alguns momentos de recessão ou baixo crescimento na década de 60, mas de longe superados por períodos de expansão, como no chamado “milagre brasileiro”, de 1968 a 1973 (com taxas médias de 10% a 11% de variação anual do PIB). Mesmo esse elevado crescimento não foi suficiente para produzir melhoras substanciais para grande parte dos brasileiros. De certo, tivemos avanços que proporcionaram uma crescente geração de oportunidades ocupacionais, havendo a ascensão social de uma parcela razoável da população. Mas algumas carências sociais permaneceram e até se acentuaram nesses trinta anos – caso típico da Educação Pública que perdeu qualidade – dado o caráter conservador que marcou esse período, especialmente durante o regime militar, no qual foram evitadas ações no sentido de distribuir renda ou realizar reformas estruturais – como a agrária – que permitiriam maior justiça social¹⁰.

Dessa forma, não se trata de saudosismo, até porque o “milagre brasileiro” conviveu com os chamados “anos de chumbo” de odiosa lembrança¹¹, mas sim de constatar que, a partir dos 80, nem o crescimento econômico, pré-requisito para mudanças estruturais de porte, foi alcançado. É verdade também que as condições internacionais eram outras, mais favoráveis

⁹ HASEMBALG (1979).

¹⁰ QUADROS (1991) e HENRIQUE (1999). O período do regime militar foi, nesse sentido, uma “oportunidade histórica desperdiçada” para o enfrentamento das desigualdades sociais brasileiras.

¹¹ GASPARI (2002). Para esse autor, inclusive, os “anos de chumbo”, definidos pelo uso da tortura como instrumento de política do Estado, prevalecem sobre o “milagre brasileiro” na caracterização do período.

nas décadas de 50, 60 e 70 para o crescimento econômico. Mas não podemos nos conformar com quase vinte e cinco anos de semi-estagnação, até porque outros países, notadamente os Asiáticos, como a Coreia do Sul e mais recentemente a China, foram à frente, superando barreiras e uma condição de subdesenvolvimento que ainda marca o Brasil e prejudica especialmente a população negra (concentrada nos segmentos mais pobres).

Ainda no capítulo 2, será explorado o conceito de desigualdade social com o qual estamos trabalhando, que enfatiza os determinantes histórico-estruturais ao lado das decisões políticas na conformação dos problemas sociais brasileiros (Henrique, 1999). Nesse sentido, a temática racial é uma das dimensões da desigualdade social brasileira, que também envolve elementos como a concentração fundiária, a precariedade do mercado de trabalho e a má qualidade de serviços públicos básicos (todos sobrepostos numa ampla definição de desigualdade social). O esforço de recuperação de autores que apresentam dados acerca da persistência das disparidades raciais, dentro dessa problemática geral, realizado no capítulo 1, será completado no capítulo 2, através de abordagens recentes sobre as questões de raça e gênero na década de 90.

Considerando o contexto histórico (capítulo 1) e a dinâmica sócio-econômica dos últimos vinte e cinco anos (capítulo 2), pretende-se, com base na já referida metodologia desenvolvida por Quadros, descrever no capítulo 3 a evolução recente da estrutura social dos negros no Brasil, privilegiando-se a comparação com a situação observada para a população branca (aqueles que se declaram “brancos” e “amarelos” para o IBGE). O capítulo 3 se inicia com um detalhamento a respeito da metodologia e da forma pela qual ela foi pensada, no intuito de captar a crise social brasileira pela piora na estrutura social (definida a partir da estrutura ocupacional). Dessa forma, a exploração das questões de raça e gênero se constitui numa das formas possíveis de utilização da metodologia, assim como foi feito em outros trabalhos que abordam temas como a pobreza no Brasil e a situação dos jovens na Região Metropolitana de São Paulo¹², no contexto de baixo crescimento da economia brasileira.

Depois dessa discussão acerca da metodologia, vamos avaliar o comportamento da estrutura sócio-ocupacional no âmbito familiar, que reflete de maneira mais próxima a condição de vida das pessoas. Para que possam ser feitas comparações com a população negra, será apresentado um quadro geral (para o conjunto da população) e outro exclusivo para a

¹² SILVA (2005) e BOMBACH (2004).

população branca, observando-se a evolução das “camadas ou faixas de rendimento” associadas a distintos “padrões de vida”, conforme definidos na metodologia. Na apresentação da estrutura sócio-ocupacional familiar serão destacadas disparidades regionais observadas no Brasil, uma vez que a concentração geográfica dos negros nas regiões menos desenvolvidas do país é um dos aspectos chave na questão das desigualdades raciais.

Na última parte do capítulo 3 trataremos da estrutura ocupacional individual, intimamente ligada ao ritmo de expansão da atividade econômica. Tendo como universo o conjunto de ocupados, nosso objetivo vai ser o de apontar para as diferenças em termos de ocupações e rendimentos dos brancos e negros, além da evolução dessa estrutura ao longo das décadas de 80 e 90 até o ano de 2003 (última PNAD disponível). Infelizmente, com exceção do ano de 1982, o quesito cor/raça foi incluído parcialmente ou desconsiderado nas PNAD’s realizadas na primeira metade da década de 80, o que restringirá nossa análise ao período 1986 a 2003, tendo como ponto de partida o ano de 1982¹³. Ao tratarmos da estrutura ocupacional individual será possível observar a hierarquia social já mencionada – homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres brancas – em termos dos rendimentos pessoais dos ocupados.

Essa é a estrutura geral da dissertação. Deve-se dizer que, mesmo não sendo nosso objetivo principal, ao avaliarmos a estrutura social e sua evolução para os negros – homens e mulheres – poderemos apresentar elementos para a discussão política atual. A problemática racial vem sendo amplamente debatida, sobretudo as chamadas “políticas afirmativas¹⁴”. Estas não são objeto de estudo desse trabalho, mas é claro que um panorama da estrutura social da população negra pode fornecer subsídios para esse debate.

Antes de prosseguirmos, cabem ainda algumas rápidas considerações sobre a questão central que será abordada. Em termos genéticos ou científicos, é incorreto utilizarmos a expressão “raça” para designarmos os negros. Biologicamente, somos todos da raça humana, com distintas variações de pigmentação em função da própria evolução humana e da adaptação às diferentes condições naturais. Ocorre que a expressão “raça negra” tem um

¹³ Além disso, para fins de comparação, foi feita uma adequação da metodologia para incluir os índios ao conjunto dos negros a partir de 1992. Ocorre que somente após 1992 o IBGE desagregou a população indígena dos “pardos”. Assim sendo, foi preciso incluir os índios a partir desse ano para permitir comparações com as PNAD’s anteriores (o que não traz problemas do ponto de vista estatístico já que a população indígena é bastante reduzida, representando menos de 0,5% da população brasileira).

conteúdo histórico, político e social que não pode ser desprezado¹⁵. Em razão disso, utilizaremos essa terminologia que já está difundida, cientes dos problemas que ela envolve, ainda mais quando se discutem as “políticas afirmativas” acima mencionadas. A “afirmação negra¹⁶” é um fenômeno relativamente recente no Brasil, o que também pode trazer algum grau de dificuldade na comparação dos dados dos anos 80 com os mais recentes, da PNAD de 2003. Mas em função da colocação anterior – geneticamente somos todos humanos – o critério declaratório é o único que nos parece apropriado para desenvolver esse trabalho. Ademais, os inquéritos do IBGE se baseiam naquilo que é declarado pelo entrevistado em todas as áreas e quesitos pesquisados (como ocorre no caso da “cor ou raça”).

Finalmente, é preciso dizer que esse trabalho é fruto de uma constante inquietação com os temas ligados à vulnerabilidade de determinados grupos sociais. Originalmente, pretendia-se estudar os reflexos da semi-estagnação da economia para as pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental. Em razão de dificuldades para obtenção dos dados para pesquisa e, principalmente, pela “maior abrangência” da temática racial (aliada a de gênero) é que se optou por essa última. Porém, de qualquer forma, privilegiou-se o estudo de grupos populacionais que, via de regra, sofrem uma “dupla exclusão” social: resultado da dinâmica sócio-econômica mais geral, de um lado, e como consequência de “atributos” pessoais, de outro, que motivam dificuldades adicionais para alcançar uma boa qualidade de vida e mesmo para o exercício pleno da cidadania.

Diante disso, a idéia central que pretendemos explorar – e que também já está sugerida em trabalhos recentemente desenvolvidos – é que a dificuldade dos negros se encontra, em grande medida, no acesso às ocupações mais qualificadas e de melhor remuneração. Isso significa, por exemplo, que se considerando um engenheiro branco e outro negro, a situação social de ambos, pelo menos em termos de rendimento, deve ser bastante semelhante; o problema maior se refere às barreiras que o indivíduo negro tem que enfrentar para conseguir se tornar um engenheiro, além da possível permanência do racismo mesmo com a ascensão social. Essas barreiras não são fruto do acaso, mas sim refletem o contexto histórico e social que se observa no país ao longo do tempo, como veremos no capítulo 1.

¹⁴ Existe um intenso debate sobre essas políticas, em particular no que se refere à existência de cotas para estudantes negros nas Universidades.

¹⁵ PAIXAO (2003).

¹⁶ Entendida como o auto-reconhecimento de sua condição “racial” por parte dos homens e mulheres negros. O movimento negro cresce e se legitima politicamente, ganhando mais força, durante a década de 90.

Capítulo 1 – O contexto histórico: Discriminação e Exclusão Social

Assim como outros temas contemporâneos, a questão racial não pode ser discutida de maneira isolada, limitando-se apenas aos “resultados” mais recentes. Dessa forma, para introduzir o debate que será feito no segundo e, principalmente, terceiro capítulos da dissertação, julgamos conveniente explorar – com base no contexto histórico – alguns aspectos do passado colonial e características da sociedade brasileira que se forjaram nesse período, além da situação dos negros escravos e da “população de cor livre” no momento da Abolição. Pretende-se destacar também as condições de vida dos negros nas décadas posteriores à Abolição, em particular depois de 1930, quando se aceleram os processos de industrialização e urbanização, num período de grande crescimento econômico, principalmente nas décadas de 50, 60 e 70.

Essas questões fornecem um vasto campo para exploração bibliográfica e histórica. Nessa dissertação não vamos realizar essa tarefa de forma aprofundada, mas sim apontar os aspectos centrais dessa problemática através de algumas referências fundamentais, como os trabalhos de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. Essas obras são de fato referências essenciais para o estudo das relações raciais no Brasil, uma vez que contribuíram decisivamente, em especial o livro de Fernandes, para desfazer o mito da “democracia racial” no país.

O capítulo está dividido em cinco seções: a primeira apresenta um resumo do debate teórico acerca da situação dos negros no país; na segunda seção, são feitas breves considerações a respeito da sociedade colonial e o “lugar” ocupado pelos negros nesta “sociedade segmentada”; o terceiro item, tendo como parâmetro os dois autores já citados, mostra dados a respeito da dinâmica populacional dos “pretos” e pardos ao longo do período colonial e nas décadas que antecedem a Abolição; o significado desta e seus desdobramentos para os negros são discutidos na quarta parte desse capítulo; finalmente, no quinto item, destacamos elementos que mostram uma “inserção precária” dos negros no processo de industrialização, tanto na sua fase *restringida* (1930-1955) como a partir daí, no período de industrialização *pesada*¹⁷.

¹⁷ CARDOSO de MELLO (1975).

1.1 – O debate teórico

A miscigenação, mestiçagem ou mistura racial foi durante muitas décadas usada como argumento para comprovar a harmonia das relações raciais no país. De fato, há no Brasil um número maior de casamentos inter-raciais do que se observa em outros países e não são comuns situações explícitas de segregação, como a existência de bairros onde residem exclusivamente negros ou brancos. Porém, isso não implica dizer que as diferenças raciais não existem; pelo contrário, a exclusão social dos negros é hoje um fato amplamente divulgado e reconhecido no país.

A observação anterior ainda encontra resistências em setores conservadores da nossa sociedade, mas parece ser um consenso entre os estudiosos do tema, o que nem sempre ocorreu. Em linhas gerais, a história da pesquisa sobre relações raciais no Brasil pode ser englobada em “duas gerações” (Telles, 2003). Nessa dissertação, conforme já destacamos, não pretendemos aprofundar esse debate teórico que envolve elementos do campo da Sociologia que escapam ao nosso alcance. Porém, ao tratarmos da estrutura sócio-ocupacional dos negros – a partir do contexto econômico – é inevitável uma recuperação dos principais autores que abordaram esse tema¹⁸.

Pode-se dizer que “primeira geração” de autores que discutiram a questão do negro na sociedade brasileira sustentava a tese da “democracia racial”, defendendo a inevitável superação das desigualdades em função do elevado grau de miscigenação. A “segunda geração”, ao constatar a exclusão social dos negros brasileiros, se contrapôs à idéia de “democracia racial”, buscando diferentes explicações para tal situação e mesmo para persistência do racismo.

O grande teórico da “primeira geração” foi Gilberto Freyre, que nos anos 30 valorizou os aspectos positivos da miscigenação racial¹⁹. Autores norte-americanos como *Donald*

¹⁸ Nesse item vamos nos limitar a algumas abordagens “clássicas” que discutiram a temática racial com base no passado colonial, na Abolição e nos seus desdobramentos ao longo do século XX. Mais adiante, ao final do capítulo 2, trataremos de outros autores que trabalham a questão racial já na década de 90, numa perspectiva mais próxima àquela que será utilizada no capítulo 3 (aplicação da metodologia).

¹⁹ Na verdade, deve-se dizer que Gilberto Freyre, ao valorizar os aspectos positivos da miscigenação, procurava-se contrapor a uma visão racista ligada à superioridade dos brancos e aos “problemas” que o país teria com a “mistura racial”. Como afirma MAIO (1999): “Na década de 1930, Gilberto Freyre foi o mais radical crítico do racismo, ideologia ainda presente em parte significativa de nossa elite erudita. Diferente da visão pessimista da produção intelectual brasileira de então, que concebia a maciça presença dos negros e a intensa miscigenação, características visíveis do compósito racial brasileiro, como obstáculos à inserção do país na modernidade, Freyre enfatizava, em escalas semelhantes, a importância da cooperação étnico-racial (portugueses, negros e índios) no

Pierson e Marvin Harris também defenderam essa perspectiva na primeira metade do século XX, sustentando que a desigualdade racial vigente na época era produto dos séculos de escravidão dos negros e de questões culturais que seriam superadas, de maneira que a desigualdade acabaria em relativamente pouco tempo. Até meados do século XX, tanto na academia brasileira como na norte-americana, era muito forte a idéia de relações raciais harmônicas e igualitárias no país.

Essa visão da “primeira geração” foi discutida no final dos anos 50, quando sociólogos brasileiros, liderados por Florestan Fernandes, concluíram que a “democracia racial era um mito²⁰”. Curiosamente, Fernandes havia sido financiado pela UNESCO para documentar e avançar nas pesquisas sobre a democracia racial brasileira, contrapondo-a à situação norte-americana, de segregação racial explícita. Fernandes, porém, concluiu que “o racismo era generalizado na sociedade brasileira, embora atribuísse à escravidão e seus efeitos sociais e psicológicos as dificuldades que os negros teriam em competir com os brancos nos mercados de trabalho de industrialização recente” (Telles, 2003, p. 20).

Depois de um hiato de mais de quinze anos sobre pesquisas raciais, o trabalho de Carlos Hasenbalg, do final da década de 70, impulsionou a discussão sobre o tema. Esse autor defendeu a idéia de que o racismo era compatível com o desenvolvimento capitalista no Brasil, realizando pesquisas que mostraram a persistência das disparidades raciais mesmo no período de maior crescimento da economia brasileira. Através de indicadores estatísticos que comprovaram esse quadro entre 1930 a 1980, Hasenbalg conclui que “a dominação racial e o status inferior do negro continuavam porque o racismo havia adquirido novos significados desde a Abolição e ainda atendia os interesses materiais e simbólicos dos brancos dominantes, através da desqualificação dos negros como concorrentes” (Telles, 2003, p. 22).

A inexistência da democracia racial é evidente num país tão desigual como o Brasil, assim como não há democracia no sentido amplo da palavra, em termos de acesso universal

plano da cultura na conformação de uma identidade nacional”. Essa linha de pensamento foi posteriormente seguida por autores como Darcy Ribeiro.

²⁰ Existe um amplo debate no campo das Ciências Sociais em relação à idéia do “mito da democracia racial” e às diferenças entre as obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Não pretendemos aqui avançar nessa discussão, mas vale destacar que de fato Florestan, ao estudar as condições de vida e as relações sociais dos negros após a Abolição em São Paulo, contrapõe-se à visão culturalista e de certa forma otimista de Freyre. Porém, nos interessa aqui reter a contribuição de ambos para o processo de formação da sociedade brasileira que teve inegavelmente no negro uma figura central.

aos direitos básicos do cidadão²¹. Dessa forma, nossas referências centrais para a contextualização histórica são os autores clássicos já citados: Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, ambos da “segunda geração”. A análise de Florestan é decisiva para mostrar o contexto extremo de dificuldades a que estiveram submetidos os negros no momento da Abolição e na integração posterior ao nascente e precário mercado de trabalho brasileiro. Hasenbalg, além de trabalhar os dados estatísticos oficiais que revelaram a persistência das disparidades entre brancos e negros, destacou aspectos cruciais para esse quadro, como a concentração dos “pretos” e pardos nas regiões menos desenvolvidas do país.

Nos próximos itens esses autores serão utilizados de maneira mais profunda. No momento, vamos apenas sumarizar alguns aspectos relevantes do trabalho de cada um, iniciando pelo estudo de Florestan Fernandes, que realizou as seguintes observações tendo como foco os negros na cidade de São Paulo:

- apesar da mudança de seu status legal após a Abolição, negros e mulatos não modificam substancialmente suas posições na hierarquia social;
- a ordem social competitiva limitou as possibilidades de inclusão desse segmento, em particular pela falta de preparo no que diz respeito à assimilação do trabalho livre;
- os ex-escravos e mesmo os “homens livres de cor” foram relegados à margem inferior do sistema produtivo, dentro de formas econômicas pré-capitalistas e áreas marginais da economia urbana;
- a degradação pela escravidão e uma integração deficiente à estrutura da *sociedade de classes* combinaram-se de forma a produzir um padrão de isolamento econômico dos negros e mulatos.

Em meados do século XX, esse autor enfatiza o fato de que a escravidão produziu efeitos inegáveis sobre os negros e a conformação da sociedade após a Abolição. Mesmo sem formas explícitas de segregação no início do século XX, como ocorria nos EUA, por exemplo,

²¹ Em que pese os avanços em matéria de direitos políticos e civis, ainda estamos longe de uma democracia de fato, que significaria um processo de desenvolvimento expresso pela "universalização efetiva dos direitos políticos, cívicos e civis, econômicos, sociais, culturais, ambientais e tanto outros. E que a inclusão social pelo trabalho deveria ser preferida, sempre que possível, às políticas sociais compensatórias", de acordo com Ignacy Sachs. Trecho extraído do artigo *Cinquenta Anos no Terceiro Mundo*, publicado na Folha de São Paulo em 30/03/2005.

era incorreto afirmar que o Brasil representava uma “democracia racial”. Carlos Hasenbalg também destaca esse aspecto²², afirmando que a visão otimista a respeito da miscigenação e do grau de integração dos negros continha uma meia-verdade:

- a) de um lado, quando são feitas comparações internacionais, o Brasil distinguiu-se pela ausência de formas extremas de violência contra os negros (depois da Abolição);
- b) mas de outro, em termos de dominação do branco e subordinação do negro, o Brasil trilhou caminhos que, de maneira mais sutil, são parecidos com os resultados observados em países nos quais a segregação é explícita;

Assim sendo, o “mito da democracia racial” teria sido usado como instrumento ideológico de controle social, para legitimar a estrutura vigente de desigualdades raciais e impedir que a situação real se transformasse numa questão pública, objeto de discussão política. Esse autor também discorda de uma visão “progressista” que, ao negar a democracia racial, reduz os problemas de negros e mulatos àqueles da classe operária e das massas trabalhadoras. É verdade que a maioria dos negros pertence justamente a esses segmentos mais frágeis da estrutura social, mas o fato é que eles apresentam dificuldades adicionais que tendem a se reproduzir ao longo do tempo. Em suas palavras: “(…), ou bem os brasileiros negros e mulatos têm sido vistos como desfrutando desde longa data de uma integração na democracia racial no país, ou bem seu destino tem sido vagamente vinculado ao dos setores populares” (Hasenbalg, 1979, p.44). O futuro dos negros está também associado à evolução política e estrutural da sociedade brasileira como um todo, mas existem formas particulares de discriminação, que se relacionam, por exemplo, à distribuição geográfica dos negros e às dificuldades de acesso ao trabalho e à educação dessa população. A mobilidade social ascendente experimentada pelos negros depois da Abolição foi extremamente restrita, uma vez que a própria dinâmica do capitalismo dependente colocou sérios obstáculos à integração da massa marginal. Percebeu-se que elevadas taxas de crescimento econômico e marginalidade social poderiam ser fenômenos simultâneos, embora, sem o primeiro, a situação seja sem dúvida pior, aumentando os níveis de exclusão social.

²² Na visão de Hasenbalg, porém, Fernandes teria exagerado na ênfase ao “legado escravista” como fator de explicação das desigualdades raciais. Em suas palavras: “apesar da compreensiva e meticulosa dissecação das relações raciais brasileiras, a principal debilidade interpretativa (*referindo-se a Fernandes*) resulta dessa conceituação do preconceito e discriminação como sobrevivência do antigo regime” (Hasenbalg, 1979, p.75).

Em síntese, essas idéias – que serão retomadas mais a frente – são destacadas nos trabalhos de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. Em certo sentido, esses autores nos fornecem abordagens que são complementares para que se possa trabalhar a temática racial no Brasil, tema bastante complexo e que adquire contornos intensos num país com um alto grau de desigualdade social como o nosso.

Feita essa breve discussão teórica, a seguir pretendemos nos concentrar no contexto histórico brasileiro e na maneira pela qual nossa sociedade foi se constituindo e deixando a população negra numa situação marginal, reproduzindo uma situação de vulnerabilidade social.

1.2 – Padrão de sociabilidade e “coisificação” dos negros²³

A desigualdade social brasileira é um tema cuja exploração requer referências históricas mais gerais. Em outras palavras, ela possui um caráter estrutural que não esgota as explicações a seu respeito, mas deve ser levado em conta, ainda mais quando se propõe o estudo acerca das relações raciais (que expressam uma dimensão da desigualdade social)²⁴. Assim sendo, vamos retomar, de maneira objetiva, alguns aspectos relacionados ao passado colonial brasileiro e ao processo de formação de nossa sociedade.

A contribuição da colonização portuguesa para o tipo de sociedade que foi se moldando em nosso território é obviamente relevante. Em 1500, ainda eram fortemente presentes na Europa os valores ligados à sociedade feudal, de cunho aristocrático e baseados na relação de exploração e “parceria” entre o senhor e o vassalo. A sociedade “moderna”, que se forma nos séculos seguintes, possui, como não poderia deixar de ser, dinâmicas e valores distintos do mundo feudal.

²³ Nesse item ainda não utilizaremos como referências os trabalhos de Fernandes e Hasenbalg, o que será feito no restante do capítulo 1. As idéias aqui discutidas são, em grande medida, fruto das aulas ministradas pelo professor José Ricardo Barbosa Gonçalves, na disciplina Formação Econômica do Brasil, do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP. Essas discussões tiveram como referências gerais as obras de João Manuel Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio (1975); Fernando Novais, Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial (1973); e *Max Webber* (1864-1920), A Ética Protestante e o Espírito Capitalista.

²⁴ Essa perspectiva, com a qual vamos trabalhar, é explorada, dentre outros autores, por HENRIQUE (1999). Mais adiante, no capítulo 2, item 2.2, retomaremos essa discussão para reforçar essa visão “não-liberal” acerca da desigualdade social brasileira.

O trabalho, do regime feudal para o capitalista moderno, num processo lento e gradual, adquire uma “transcendência”, um valor. Isso ocorre em momentos distintos e sob diferentes formas, de acordo com as particularidades de cada país e os respectivos estágios de desenvolvimento econômico-social. O importante é frisar que, ao longo dos séculos de exploração colonial, esse “conflito” esteve sempre presente. Durante séculos prevaleceram o ócio e o não-trabalho como valores fundamentais, numa “sociedade segmentada” com forte poder arbitrário de “chefes patriarcais”.

Pode-se dizer que, no século XVI, a vinda dos portugueses para a América teve como principal objetivo organizar uma base de exploração econômica. Esse colonizador português estava afinado com os objetivos da metrópole, segundo a qual a colônia deveria suprir os seus interesses mercantis. O “sistema colonial” se constitui, então, a partir de um vetor nacional. A colônia significou a extensão da identidade da metrópole, do poder de um rei sobre o território. O “sujeito” que vem para o Brasil está prestando um serviço, estendendo a soberania portuguesa. Nesse sentido, esse “sujeito” pode e tem o direito de ascender socialmente, pertencendo ao grupo privilegiado (que não trabalha). Em termos práticos, ele vem para o “Brasil” no século XVI para poder ser reconhecido como um nobre da corte portuguesa. Uma vez estabelecido, a tarefa desse representante da corte portuguesa é desenvolver relações econômicas e sociais para servir aos interesses metropolitanos.

O estabelecimento de uma base de exploração na colônia não foi um processo simples. O senhor do engenho foi, pelo menos nas fases iniciais, o português que representava os interesses metropolitanos. Essa dualidade trouxe em si, de acordo com Caio Prado Júnior, uma tensão que se expressava nas mais variadas formas de violência²⁵. A sociedade “brasileira” foi, assim, organizada pela tradição e características de um “sujeito” vindo de Portugal. Nesse contexto, a lógica que prevalece é a dos monopólios, dos privilégios, que constituem a raiz da exploração econômica. Até 1930, as atividades econômicas estarão, de uma forma ou de outra, definidas pela lógica dos privilégios²⁶. Trata-se de uma sociedade que inibe a formação de vontades individuais, de autonomia individual; de uma sociedade que só existe em blocos, em grupos distintos, enfim, uma “sociedade segmentada”.

²⁵ PRADO Jr. (1967).

²⁶ Na verdade, essa característica permanece mesmo depois de 1930, uma vez que a lógica dos privilégios persiste até os dias atuais, estando em constante conflito com uma lógica que destaca os valores republicanos e a noção de cidadania. Um dos símbolos da lógica dos privilégios e do poder de um “chefe” socialmente reconhecido é a expressão: “Você sabe com quem está falando?!”.

A sociabilidade se organiza, nos séculos XVI e XVII, ao redor dos engenhos, sob a lógica da “sociedade em blocos”. Fora desse círculo, do espaço da sociabilidade, o homem não é nada, não tem existência pois não há vida fora dali. Esse é um espaço hierárquico e privado, definido no plano familiar. Constituíam-se, nesse sentido, uma estrutura social patriarcal. Dada essa sociabilidade, o “chefe” exercia a violência, sobre os escravos e também sobre a sua família. O resultado é uma sociedade destituída de humanidade, tendo na sua raiz a tensão e a violência, definindo um certo padrão de sociabilidade.

Este último está, naturalmente, suscetível às transformações econômicas e sociais. Como foi mencionado, o trabalho, com o tempo, é que passa a organizar a sociabilidade, deixando de ser negado e desqualificado. A idéia de transcendência do trabalho foi importante, pois as pessoas passaram a trabalhar para “salvar a sua alma”. A sociabilidade brasileira é formada com todos esses parâmetros: uma base patriarcal numa “sociedade segmentada” que ao longo do tempo vai reconhecendo a importância do trabalho, mas com uma constante reposição da lógica dos privilégios.

Qual o lugar ocupado pelos negros nesta sociedade? A posição dos negros africanos e seus descendentes é extremamente vulnerável e desprovida de qualquer atenção que não aquela relacionada aos interesses do “chefe patriarcal” entre os séculos XVI e XIX. A “coisificação” do negro, isto é, o fato dele não ser tratado como um ser humano, impregnou-se na sociedade brasileira. De um lado, é verdade que isso se altera em fins do século XIX e ao longo do século XX – até pela participação da Igreja e pelo próprio movimento abolicionista e seus valores humanitários – mas, de outro, não se pode desprezar o impacto dessa visão no momento inicial de constituição do mercado de trabalho nacional e nos períodos posteriores.

Essas colocações têm como objetivo enfatizar que, enquanto vivíamos numa “sociedade segmentada”, os negros eram escravos ou livres marginalizados, tendo questionada a sua própria humanidade. Na passagem para o trabalho livre e assalariado, como veremos mais à frente, iniciando-se uma dinâmica capitalista e de “sociedade de classes” no Brasil, eles são preteridos pelos imigrantes europeus, perpetuando uma situação de precariedade.

Interessante notar que a discussão realizada até aqui não se referiu à posição das mulheres brancas na sociedade brasileira. As referências utilizadas se basearam nas condições de vida do negro escravo, homem ou mulher. A posição desta última é, inclusive, muito difícil em função de ser também um objeto de exploração sexual. Mas, mesmo em relação às

mulheres brancas, o grau de subordinação frente ao “chefe patriarcal” masculino não era desprezível. Pelo contrário, a vulnerabilidade desse segmento também foi bastante acentuada, principalmente no que se referia à participação política e mesmo na expressão das “vontades individuais” (claro que num grau menor do que se observava para os negros).

Em suma, as dificuldades de inserção dos negros (e mulheres) no nascente e precário mercado de trabalho e no acesso às oportunidades de projeção social têm suas raízes na “sociabilidade brasileira” que se forma no passado colonial (e se altera apenas parcialmente no século XX, mantendo mecanismos de exclusão e preconceito). É certo que não podemos atribuir os problemas atuais somente a este passado, mas não é possível, por outro lado, desconsiderar essa herança escravista de uma sociedade patriarcal, na qual negros e mulheres claramente ocupavam uma situação vulnerável e subordinada.

No próximo item vamos apresentar dados populacionais que revelam as barreiras impostas aos negros – escravos e libertos – para se inserir socialmente e participar das esferas mais dinâmicas do desenvolvimento econômico brasileiro em condições favoráveis.

1.3 – A dinâmica populacional dos negros escravos e das “pessoas de cor livres”

A reconstituição do padrão de distribuição geográfica das populações branca e negra no século XIX nos leva à conclusão de que, como decorrência de mais de três séculos de escravidão, no momento da Abolição – 1888 – a grande maioria dos negros e mulatos estava concentrada nas regiões mais estagnadas e subdesenvolvidas do país, enquanto que os brancos concentravam-se desproporcionalmente no Sudeste em desenvolvimento. A política deliberada de estímulo à imigração europeia implantada até 1930 acentuou essa segregação. A concentração da população não-branca (negra) nas regiões subdesenvolvidas do país – e a decorrente escassez de oportunidades econômicas e educacionais – é uma das principais causas da desigualdade racial (Hasembaig, 1979). De acordo com dados desse autor, em 1890, logo após a Abolição, apenas 20% dos negros estavam na região Sudeste.

Os dados relativos à população brasileira segundo a cor entre 1600 e 1890 foram obtidos a partir de diferentes autores. Eles mostram o declínio da população não-branca – “pretos”, pardos e índios – frente aos brancos, vejamos:

Tabela 1 - Estimativas da População Brasileira segundo a Cor ou Raça - Anos Selecionados

Raça	1600		1700		1800		1850		1872		1890	
	Pop. (1)	%	Pop. (1)	%	Pop. (1)	%	Pop. (1)	%	Pop. (1)	%	Pop. (1)	%
Branços	30	30,0	100	33,3	1.250	38,5	3.000	37,5	3.785	38,1	6.300	44,1
Não-branços	70	70,0	200	66,7	2.000	61,5	5.000	62,0	6.145	61,9	8.000	55,9
Pop. Total	100	100,0	300	100,0	3.250	100,0	8.000	100,0	9.930	100,0	14.300	100,0

(1) população aproximada em milhares.

Fontes: Oliveira Viana (1920); Furtado (1959); Simonsen (1978).

Entre 1600 e 1890, foi aumentando paulatinamente a participação dos brancos frente aos negros e índios, de 30% para cerca de 45% da população total. Entre 1890 e 1930, como veremos mais adiante, esse processo se intensifica com a entrada maciça de imigrantes europeus, sendo que os brancos atingem 63,5% da população em 1940 para depois decaírem sua participação na segunda metade do século XX (havendo a partir daí uma certa estabilidade de 55% de participação dos brancos – inclusive “amarelos” ou asiáticos – e 45% dos não-branços, isto é, “pretos”, pardos e índios)²⁷.

Em relação ao período anterior à abolição da escravidão, é importante termos em mente que entre os séculos XVI e XIX estima-se uma entrada de mais de 3,5 milhões de negros africanos²⁸ na América portuguesa. Pode-se dizer que o trabalho escravo afetou, em escalas distintas, todas as “regiões brasileiras”, de acordo com os sucessivos ciclos econômicos regionais: açúcar, mineração, algodão e café.

Seria desnecessário alongarmo-nos na discussão a respeito das condições de trabalho e de vida da população negra no período colonial. Ao longo dos séculos de escravidão é evidente a posição de inferioridade dos negros que, como mencionado no item anterior, tinham a sua própria humanidade contestada. Porém, vamos fazer algumas rápidas considerações sobre esse período, procurando enfatizar os diferentes ciclos econômicos e o avanço dos processos de miscigenação e concentração geográfica dos negros.

²⁷ REIS (2000). Sempre que possível, faremos a distinção entre “pardos” e “índios”. Porém, durante décadas a população indígena foi considerada dentro do conjunto de “pardos” segundo as estatísticas oficiais. Como essa população indígena foi decaindo ao longo do tempo, tornando-se muito pequena, ela não interfere de modo significativo na avaliação da população “parda”, em particular no século XX.

²⁸ A comparação desse dado com as estimativas da população brasileira para o período colonial indicam os elevados índices de mortalidade observados para os escravos.

Desde o período açucareiro iniciam-se os contatos inter-raciais e começa a surgir uma “camada intermediária” em termos da cor ou raça. Mas esse grupo de mestiços ou pardos só vai superar o número de escravos negros em meados do século XIX, por volta de 1850. Sobre esse aspecto, Hasembalg defende a idéia de que a relativa tolerância racial e a integração social limitada desse segmento médio se deram de acordo com os interesses da camada dominante branca. De acordo com este autor, o monopólio virtual da terra produtiva pelo regime escravista colocava uma grande parte da população rural livre numa existência marginal. Excluindo-se os proprietários de terra, nas regiões de plantação do açúcar os homens livres poderiam ser divididos em três grupos:

- 1) uma classe relativamente pequena de administradores, artesões, capatazes e trabalhadores qualificados da produção;
- 2) um grupo maior que o primeiro composto de pequenos agricultores atrelados à órbita da plantação;
- 3) um terceiro grupo, amplamente majoritário, formado por gente permanentemente desempregada, em atividades de subsistência, incluindo mestiços de todos os tipos e negros livres;

Deve-se destacar que esse terceiro grupo constitui-se na “origem” do segmento posteriormente identificado e classificado como de cor “parda”, sendo inclusive a maioria entre os negros (pois os “pretos” ao longo do século XX diminuem sua participação entre os negros de 40% em 1940 para 10% em 1991; conseqüentemente, os pardos crescem de 60% para 90% no mesmo período).

De volta ao contexto histórico, após o declínio da cultura açucareira, a dinâmica econômica transfere-se para mineração. Nessa fase, foi também excessiva a utilização de escravos negros africanos, mas aumentou proporcionalmente a entrada de europeus e mesmo o grau de miscigenação. Em 1800, a população brasileira era de pouco mais de 3,2 milhões de habitantes (tabela 1). A população branca representava cerca de 1/3 desse total, enquanto que o restante – mais do que 2 milhões de pessoas – eram escravos negros e mulatos ou “pessoas

de cor livres”, em proporções relativamente equilibradas (possivelmente com a predominância dos escravos²⁹).

Essas proporções continuam praticamente estáveis ao longo das décadas seguintes, sendo que, quando chegamos em 1850, quando o tráfico negreiro é oficialmente proibido, a população brasileira atinge 8 milhões de pessoas (tabela 1). O grupo branco já estava estabelecido numa base relativamente regular, havendo uma proporção mais elevada de mulheres, além do crescimento populacional em razão de aumentos vegetativos e ondas de imigrantes. Já a camada livre de mestiços cresce também por expansão vegetativa e incorporação de negros fugitivos ou alforriados. A população escrava tinha uma taxa negativa de crescimento vegetativo de 1%, se expandindo até meados do século XIX apenas em razão do tráfico de africanos. Em 1850, estimou-se em 2 milhões o número de escravos no Brasil, número que vai decaindo até a Abolição em 1888.

A mudança na distribuição geográfica das atividades produtivas foi decisiva para a dinâmica sócio-populacional durante o século XIX. A cultura do café produziu uma enorme concentração de escravos no Sudeste. Inicialmente no Vale do Paraíba, a produção de café alcança seu ápice por volta de 1860, decaindo a partir daí. Porém, como se sabe, essa crise não se deveu – como no caso do açúcar – ao declínio da demanda mundial. Pelo contrário, esta estava em expansão e a crise das lavouras pioneiras de café se explica por fatores relacionados à mudança de clima, exaustão do solo, envelhecimento dos escravos e o aumento dos seus preços, além do endividamento crescente dos fazendeiros. Tanto é assim que novas áreas foram sendo utilizadas para o plantio do café. Esse movimento fez com que nas décadas anteriores à Abolição houvesse uma demanda por escravos na região Sudeste, como percebemos abaixo:

Regiões	1864	1874	1884	1887
Norte	101.000 (5,8%)	107.680 (6,9%)	70.394 (5,6%)	43.981 (6%)
Nordeste	774.000 (47,9%)	435.687 (28,2%)	301.470 (24,2%)	171.797 (23,7%)
Sudeste	745.000 (43,4%)	856.659 (55,5%)	779.175 (62,7%)	482.571 (66,7%)
Oeste e Sul	95.000 (5,5%)	140.803 (9,1%)	89.767 (7,2%)	25.070 (3,4%)
Total	1.715.000	1.540.829	1.240.806	723.419

Fonte: Reis (2000).

²⁹ FURTADO (1959).

Os dados evidenciam dois movimentos simultâneos no período 1864-1887: a diminuição do número absoluto de escravos no Brasil e o deslocamento dessa população do Nordeste para o Sudeste (até porque o tráfico negreiro havia sido proibido em 1850). As regiões Norte, Oeste e Sul apresentam participações relativas pequenas, sempre inferiores a 10% do total de escravos. Já o Nordeste, que em 1864 respondia por 47,9% da população escrava, diminui sua participação para 23,7% em 1887, ano anterior à Abolição. Em contrapartida, no mesmo período, a participação do Sudeste cresce de 43,4% para 66,7%.

Uma parcela da população escrava se dirigiu para região oeste de São Paulo, que passou a liderar a produção cafeeira nacional a partir de 1860. Mas uma nova dinâmica de trabalho foi sendo implementada nessa região, que contava também com condições favoráveis de solo. De forma relativamente acelerada, houve a mecanização do beneficiamento do café, a construção de estradas-de-ferro e a transição para o trabalho livre de imigrantes europeus – inicialmente com regimes de parceria e colonato e depois no sistema de trabalho assalariado.

Em síntese, a dinâmica populacional dos negros escravos e da população livre de cor (“parda” ou “preta”) indica que boa parte desse contingente continuou concentrado nas áreas menos desenvolvidas do país. A população negra estimada em 1890 era de 8 milhões de pessoas (tabela 1), sendo que apenas 20% delas, cerca de 1,6 milhões, estavam no Sudeste. O número relativamente baixo de escravos pouco antes da Abolição – 723 mil em todo o país (tabela 2) – indica que a maior parte da população negra, em fins do século XIX, era livre mas sobrevivía fora dos centros dinâmicos da economia (80% fora do Sudeste, maciçamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dada a baixa presença dos negros no Sul do país).

Florestan Fernandes também discute a dinâmica populacional dos negros antes da Abolição, mas focaliza-se na cidade de São Paulo. No início do século XIX, por volta de 1800, dados demográficos apresentados por esse autor revelam que o “elemento negro ou mulato” constituía cerca de 54% da população paulistana (relativamente próximo ao observado para o Brasil conforme a estimativa apresentada na tabela 1). Esse contingente – formado por escravos ou libertos – vai sendo, como vimos, progressivamente superado ao longo do século XIX pelos brancos ou imigrantes, de tal modo que a cidade vai se converter numa localidade predominantemente “estrangeira”. Em 1854, estes representavam apenas 3% da população; passando para 25% em 1886 e 54% em 1893. Nesse último ano, a maioria dos “nacionais” da

cidade de São Paulo também não era de “pretos” ou mulatos, pois a participação dos negros não chegava a 15% no total da população.

Deve-se, portanto, enfatizar o fato de que no momento da Abolição, em 1888, a grande maioria dos negros já não era escrava e estava fora dos centros dinâmicos. Como estavam vivendo os negros nessas regiões menos desenvolvidas? Hasembalg insiste na idéia segundo a qual a “população de cor livre” exercia atividades, na maioria das vezes, marginais em relação aos ciclos econômicos predominantes, até porque boa parte dela era de negros fugitivos ou libertos antes da Abolição, que se afastavam das cidades e sobreviviam através da agricultura, pesca e caça para subsistência. Mesmo aqueles que permaneceram nas cidades com ocupações simples e manuais, ligadas ao artesanato por exemplo, encontraram dificuldades adicionais depois da Abolição com a vinda de estrangeiros, além de já estarem em situações vulneráveis.

No próximo item vamos aprofundar a discussão relacionada ao significado da Abolição para população negra, discutindo as suas possibilidades de inserção na “sociedade competitiva” que vai ser formando com o trabalho livre e assalariado.

1.4 – O significado da Abolição e a preferência pelo trabalhador europeu

No momento da Abolição, como destacamos, a maioria dos negros já estava fora dos centros economicamente desenvolvidos e aqueles que permaneceram em São Paulo foram “substituídos” pelos imigrantes europeus. Dessa forma, parece não haver dúvidas quanto ao fato de que os negros e mulatos constituem o contingente da população nacional que teve o pior “ponto de partida” para integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial (Fernandes, 1965)³⁰. No momento seguinte, de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, essa população se viu totalmente desamparada. Nas palavras desse autor: “essa desagregação operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre” (Fernandes, 1965, p.15).

A questão racial, na visão desse autor, não pode ser desvinculada dos processos econômicos e sociais mais gerais, como a mudança no regime de trabalho e a urbanização. Assim sendo, a análise sobre as formas de integração do negro converte-se num estudo a

³⁰ Importante reforçar que Fernandes tem seu foco de investigação na cidade de São Paulo e nos ex-escravos ali residentes, sem se “preocupar” com a “população de cor livre” fora dali.

respeito da formação da sociedade de classes no Brasil. Para enfatizar ainda mais esse aspecto, a cidade de São Paulo é escolhida como unidade de investigação, pois apresenta um desenvolvimento mais intenso e homogêneo quanto ao regime de classes sociais e suas bases econômicas. Além disso, “(...) em virtude de peculiaridades histórico-sociais, nela o negro só adquire importância econômica real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional. Assim, o estudo de São Paulo permite apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do negro do sistema de relações de produção³¹”.

Antes de avançar no processo investigativo, o autor já aponta claramente para a situação com a qual se deparou a população negra, recém liberta, em fins do século XIX: “O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva³²”.

Obviamente que não se defende com essa colocação a continuidade do trabalho escravo, mas o fato é que, na prática, a Abolição de 1888 expôs um drama social claramente previsto e jamais equacionado de maneira razoável: como os negros poderiam se incorporar a um regime de trabalho livre após séculos de escravidão? Além de não se preocupar realmente com esta questão, prevaleceu nos ciclos dominantes – senhores do café, representantes da classe política, membros da Igreja, etc. – a idéia de que “o negro deveria ser deixado à sua própria sorte” (o que já ocorria com a “população livre de cor”, que era a grande maioria, antes da Abolição).

Fernandes destaca que, na verdade, a preocupação com o destino dos negros após a Abolição até se fez presente enquanto se ligou a ele o destino da lavoura. De 1820 a 1888, vários projetos discutiram regras para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Porém, uma vez consumada a Abolição, o tema deixou de ser matéria política, preocupando os fazendeiros as questões ligadas à continuidade da produção agrícola, já sem o escravo negro. Assim, perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, ele (o negro) também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes.

³¹ Fernandes, 1965, p. 21.

³² Fernandes, idem, p. 22.

As explicações para esse processo decorrem tanto da forma pela qual se deu a revolução abolicionista no Brasil³³ como em razão da estrutura e dinâmica da economia brasileira. Sobre esse aspecto, Fernandes destaca que:

- Nas zonas onde a prosperidade econômica desaparecera, os fazendeiros, antes da Abolição, já haviam negociado o excesso de força de trabalho escravo para outras regiões (como vimos na seção anterior).
- Nas zonas onde a prosperidade era garantida pela exploração do café, a transformação do regime de trabalho apontava para dois caminhos, dependendo de níveis de produção mais baixos ou mais altos. No primeiro caso:
 - a) os libertos eram reabsorvidos no sistema de produção em condições praticamente análogas às anteriores ou se incorporavam à massa de desocupados ou semi-ocupados (que viviam em condições precárias de economia de subsistência);
 - b) já onde prevalecia a prosperidade e a produção atingia níveis altos, os ex-escravos tinham que concorrer com os “trabalhadores nacionais” e, principalmente, com a mão-de-obra estrangeira, vinda da Europa e mais afeita às implicações econômicas e sociais do trabalho livre e assalariado;

Em suma, tais considerações evidenciam uma situação desfavorável para a inclusão dos negros no nascente (e precário) mercado de trabalho brasileiro. Nas regiões onde havia dinamismo econômico em função da produção cafeeira o negro foi submetido à uma concorrência desigual, em particular com o imigrante europeu. Nas outras regiões – em que boa parte da população negra já estava – as possibilidades de uma vida melhor em termos de condições econômicas e sociais eram bastante reduzidas. Diante disso, cabe reiterar a perspectiva da população negra em fins do século XIX e início do XX, tão bem exposta por esse autor: “(...) ao contrário do que se poderia supor, as alternativas da nova situação

³³ Fernandes chama atenção para participação relativamente pouco efetiva dos negros no movimento abolicionista. Na verdade, os porta-vozes da Abolição eram brancos que se confrontavam com o “antigo regime” e suas características. Apesar de seu caráter humanitário, vista em perspectiva histórica, a Abolição materializou-se muito mais como manifestação política de parte da “raça dominante” do que reais benefícios para os negros.

econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente do trabalho³⁴.

As observações feitas até aqui se encontram ainda no início do livro de Florestan Fernandes. É claro que não é nosso objetivo fazer uma descrição exaustiva que reproduza todos os elementos que podem ser depreendidos dessa obra, até porque o autor explora aspectos sociológicos e antropológicos que escapam ao nosso campo de estudo. Entretanto, ainda no primeiro volume, no capítulo denominado “*trabalho livre e europeização*”, o autor apresenta dados de pesquisa que merecem ser destacados e revelam os seguintes aspectos:

- como se deu a formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo em torno das figuras dominantes do “fazendeiro” e do “imigrante” (excluindo-se o “negro”);
- como a urbanização interferiu no “destino humano” do negro e do mulato, agravando suas dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômica, social e política;

Dados apresentados por Fernandes e já aqui destacados estimam que, em 1893, apenas cinco anos depois da Abolição, os “estrangeiros”, em sua grande maioria italianos, portugueses e espanhóis, já representavam 54,6% da população da cidade de São Paulo³⁵. Essas pessoas eram vistas como a grande esperança nacional de progresso, o imigrante era o “agente natural” do trabalho, pois aos brasileiros “faltava disposição” para isso e, quanto aos negros, não se imaginava que eles pudessem assimilar um regime de trabalho livre e assalariado.

Dessa forma, na medida em que os imigrantes foram incorporados ao mercado de trabalho, os negros e mulatos iam sendo eliminados das posições que ocupavam, por exemplo, no artesanato urbano ou no comércio de miudezas e serviços. Fortaleceu-se, logo no início do século XX, a tendência de confiar à população negra tarefas ou ocupações brutas, mal pagas e degradantes.

³⁴ Fernandes, idem, p. 29.

³⁵ Num universo de 130.000 pessoas, os estrangeiros seriam 71.000 indivíduos contra 59.000 nacionais. A diferença entre brancos e negros é ainda mais reveladora, pois os primeiros representavam 88,4% dos residentes na cidade de São Paulo em 1893, enquanto “pardos” e “pretos” eram pouco mais do que 10%.

Ainda de acordo com Fernandes, como não houve nenhum processo de reforma agrária que permitisse o acesso à terra:

“Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de *homem livre*³⁶”.

Portanto, as origens da exclusão do negro no mercado de trabalho se encontram no próprio momento de formação desse mercado, que também era um movimento precário, acelerado parcialmente depois de 1930 e com maior intensidade apenas com o avanço da industrialização na segunda metade do século XX. Em fins do século XIX e início do século XX havia uma super oferta de trabalho, pressionando os salários para níveis muito baixos e mantendo uma grande massa de desempregados. Para os negros, recém saídos da escravidão ou já concentrados em atividades mais simples, a situação era ainda mais crítica. Além disso, a maior parte dos imigrantes europeus estava disposta e recebia oportunidades de trabalho que, mesmo precárias, eram vistas como temporárias e inicialmente necessárias para posterior ascensão social.

O contexto político e histórico do final do século XIX mostra que as decisões ocorreram não no sentido de converter efetivamente o escravo em trabalhador livre, mas sim de alterar a organização do trabalho para permitir a substituição do negro pelo branco (preferencialmente europeu). É claro que essa “conversão” dos negros para o trabalho livre não era um processo simples em função dos séculos de escravidão nos quais a referência de “homem livre” era justamente daquele que não precisava trabalhar. Porém, isso não exime de responsabilidades os que exploraram durante séculos o trabalho negro e escravo e constituíam os núcleos políticos dominantes. A política imigratória foi deliberadamente racista, mantendo boa parte dos negros fora das regiões com maiores possibilidades de trabalho e ascensão social e substituindo aqueles que nestas permaneciam pelo imigrante europeu.

³⁶ Fernandes, *idem*, p. 35.

A Abolição representou, sem dúvida, uma conquista do ponto de vista humanitário, mas permaneceram grandes disparidades raciais, mesmo com o avanço da urbanização e industrialização, como veremos a seguir.

1.5 – Industrialização, crescimento econômico e desigualdades raciais – 1930 a 1980

A persistência de níveis significativos de desigualdade racial ao longo do século XX mostra que, mesmo com o crescimento econômico e as possibilidades de mobilidade social, que ocorrem no país no período de 1930 a 1980, a exclusão de determinados grupos é um componente que se mantém na sociedade brasileira. Nosso objetivo nesse item é apresentar dados que foram trabalhados por distintos autores e comprovam a persistência da desigualdade racial no período de maior crescimento econômico nacional. Existem algumas limitações para isso porque, entre 1960 e 1976, o quesito cor/raça não foi pesquisado nos inquéritos do IBGE. Apesar disso, a idéia é traçar um panorama acerca das condições de vida e trabalho dos negros (homens e mulheres) nesse período.

Esse item está subdividido em duas partes: a) na primeira, o enfoque recai sobre as décadas de 40 e 50, quando o país, apesar das tentativas empreendidas pelo governo Vargas, ainda permanece numa fase de “industrialização restringida”; b) na segunda, trataremos da fase de maior crescimento da economia brasileira, quando, a partir de um forte ciclo de investimentos e inovações, inicia-se uma fase de “industrialização pesada” no governo JK.

1.5.1 – Desigualdades Raciais na *Industrialização Restringida* – 1930 a 1955

A distribuição geográfica dos brancos e negros no país em 1940 e 1950, apresentada a seguir, mostra como continua uma tendência que, como vimos, já ocorria antes da Abolição:

TABELA 3				
Distribuição percentual (%) dos Grupos Raciais por Regiões, 1890-1950				
	1940		1950	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Região Sudeste	51,9	18,2	55,8	17,6
Restante do País	48,1	81,8	44,2	82,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Hasenbalg (1979).

Havíamos destacado que, já em 1890, observava-se uma clara concentração dos pardos e “pretos” fora do Sudeste (apenas 20% deles se encontravam nesta região), que abarca o Estado de São Paulo e, portanto, a área de maior desenvolvimento econômico e social nas décadas seguintes. Dentre os negros, um número ainda menor residia no Sudeste em 1940; apenas 18,2%. Esse percentual diminuiu ligeiramente em 1950 (17,6%), reforçando assim o fato de que, no momento de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, os negros estavam fora dos centros que ofereciam maiores oportunidades educacionais e de trabalho, intimamente relacionadas ao avanço dos processos de industrialização e urbanização.

Além disso, como veremos nesse item e de acordo com Hasenbalg: “(...) a industrialização não elimina a raça como critério de estruturação das relações sociais, nem elimina a subordinação social das minorias raciais. Embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais não é substancialmente alterada” (Hasenbalg, 1979, p.163).

Os indicadores relativos aos tipos de ocupações dos grupos raciais nas décadas de 40 e 50 mostram a continuidade de disparidades. Florestan Fernandes enfatizou o diferente “ponto de partida” que tiveram os negros no momento de formação do capitalismo brasileiro, com a adoção de um regime de trabalho livre e assalariado. Carlos Hasenbalg não descarta a influência dessas condições desiguais na origem do processo de formação do mercado de trabalho nacional, mas prioriza a constante reformulação de princípios discriminatórios como a maior responsável pelas dificuldades dos negros³⁷.

Assim sendo, a grande diferença entre brancos e negros se relacionaria às oportunidades distintas que eles tiveram para melhorar suas condições sociais e econômicas. Como o imigrante europeu tinha a preferência para atuar como o trabalhador livre e assalariado, ele acabou monopolizando as oportunidades para ascensão social. A política de imigração estava impregnada de matrizes racistas, provocando assim dificuldades para os negros que viviam no Sudeste e mantendo um padrão geográfico de concentração dessa população nas áreas menos desenvolvidas do país. Estas últimas mantinham uma estrutura agrária extremamente concentrada, baseada em latifúndios de propriedade das famílias

³⁷ Assim como destacamos na discussão anterior relativa a Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, é importante deixar claro que não buscamos confrontar a obra deste último com o trabalho de Carlos Hasenbalg. Estamos cientes dessas diferenças e do debate que existe no campo da Sociologia, mas nosso objetivo é apenas apreender as principais contribuições de ambos em momentos distintos do processo de formação e continuidade das desigualdades raciais no país.

brancas, implicando em persistência da marginalidade e exclusão social dos negros. A tabela 4 mostra a distribuição dos ocupados no Brasil pelos grandes setores de atividade econômica segundo a raça:

Tabela 4 - Distribuição dos ocupados por Setores de Atividade, segundo raça

	1940		1950	
	Branco	Negro	Branco	Negro
	%	%	%	%
Primário (1)	65,9	77,4	55,8	68,7
Secundário (2)	10,9	8,6	14,6	10,6
Terciário (3)	23,2	14,0	29,6	20,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Hasembaig (1979).

(1) Agricultura e extração. (2) Indústria. (3) Comércio e serviços.

Os dados de 1940 mostram uma concentração da população negra ocupada no setor primário de atividades (77,4%), correspondente à agricultura e extração. Os brancos também estão, na sua maioria (65,9%), nesse setor de atividade, refletindo o estágio de desenvolvimento do país, ainda predominantemente agrícola, com uma indústria relativamente pequena. Mas, de qualquer forma, o grau de participação dos negros para o conjunto do país em 1940 no setor primário é maior do que os brancos, ocorrendo o inverso nos setores secundário e, principalmente, terciário. Há uma redução da participação relativa do setor primário em 1950, mas os negros continuam concentrados na agricultura e extração numa proporção maior do que os brancos (68,7% e 55,8%, respectivamente). Já nos setores secundário e terciário, os brancos continuam participando proporcionalmente mais do que os negros. Em 1950, a participação dos brancos no setor terciário era de 29,6% e dos negros de 20,7%. Hasembaig destaca que:

“(em 1950) há sub-representação dos negros no comércio, imóveis, seguros e câmbio; atividades sociais e administração pública. Nesses setores – que incluem as ocupações cuja expansão está diretamente associada à industrialização – os requisitos para o cargo não só incluem um nível educacional elevado como também exigem contato pessoal direto com consumidores ou clientes. Esses dois requisitos, por sua vez, são obstáculos à contratação de não-brancos (negros)³⁸”.

³⁸ Hasembaig, 1979, p. 178.

A diferença no terciário só não é maior porque existia um sub-setor no qual os negros eram super representados: os serviços pessoais. Em 1950, ainda de acordo com os dados trabalhados por Hasembalg, 89% das mulheres negras estavam concentradas nos serviços pessoais, principalmente no emprego doméstico.

A partir dos dados do Censo demográfico de 1950, esse autor definiu uma hierarquia das categorias ocupacionais: (1) profissionais; (2) executivos e administradores; (3) nível não-manual alto; (4) nível não-manual baixo; (5) manual qualificado; (6) manual semi e não qualificado. Vamos nos deter um pouco mais nestes dados porque, de certa forma, eles expressam a idéia de estrutura social a partir da estrutura ocupacional individual, de maneira similar a que faremos no último capítulo da dissertação. As principais ocupações de cada uma das seis categorias trabalhadas por Hasembalg são as seguintes³⁹:

(1) *Profissional*

- Profissionais liberais como médicos e advogados;

(2) *Administrativo e Executivo*

- Empregadores, exceto na área de serviços;

(3) *Não-manual, alto*

- Empregadores em administração pública e atividades sociais;

(4) *Não-manual, baixo*

- Defesa; empregadores do setor de serviços; empregados no comércio e finanças; empregados por conta-própria em atividades sociais;

(5) *Manual qualificado*

- Por conta-própria e empregados na indústria ou transportes;

(6) *Manual semi-qualificado e não-qualificado*

- Por conta própria e empregados na agricultura e extração; por conta-própria e empregados nos serviços; por conta-própria e nos transportes;

Os dados para o conjunto do país, independente da raça, já mostram uma estrutura ocupacional extremamente precária, concentrada nas ocupações manuais, em particular nas semi ou não qualificadas. Deve-se considerar ainda que a população ocupada é pequena frente ao total da população brasileira em 1950, refletindo o alto grau de inativos, desempregados ou marginalizados. Em 1950, dos quase que 52 milhões de brasileiros, apenas 26,9%, ou pouco mais de 14 milhões faziam parte da população ocupada⁴⁰, assim distribuídos:

³⁹ Hasembalg apresenta essa estrutura e destaca que, apesar de algumas limitações de ordem técnica, trata-se “da melhor aproximação a um perfil de estratificação ocupacional sociologicamente significativo” (Hasembalg, *idem*, p. 288). Esse autor desconsidera em sua análise a população de índios e “amarelos” na estrutura ocupacional.

⁴⁰ Dados do IBGE indicam que dos 174 milhões da população brasileira em 2003, por exemplo, 75 milhões, ou 40%, estavam na população ocupada.

Tabela 5 - Estrutura Ocupacional - Brasil - 1950		
	N. Ocupados	%
Profissional	78.730	0,6
Administrativo e Executivo	557.627	3,9
Não manual - Alto	642.777	4,5
Não manual - Baixo	1.233.203	8,7
Manual qualificado	2.680.618	19,0
Manual semi ou não-qualificado	8.943.236	63,3
Total	14.136.191	100,0

Fonte: Hasembaig (1979).

Conforme acima mencionado, a precariedade ocupacional é acentuada, pois 82,3% das pessoas ocupadas se encontravam trabalhando em atividades manuais. As ocupações não manuais de nível alto ou baixo correspondiam a pouco mais do que 13,2% do total, enquanto que as ocupações melhor remuneradas – com elevado grau de status social – eram menos do que 5% do total em 1950 (menos do que 650 mil profissionais liberais ou ocupados nas áreas administrativa e executiva num universo de mais de 14 milhões de pessoas). Essas informações estão em sintonia com o fato de que somente a partir de 1955 o processo de industrialização se impulsiona fortemente, diversificando as atividades e dando dinamismo maior à geração de ocupações.

A tabela 6 apresenta as informações anteriores segundo os diferentes grupos raciais. Os dados evidenciam a posição inferior dos pardos e “pretos” na estrutura ocupacional em 1950, estando estes últimos numa situação ainda mais vulnerável.

Tabela 6 - Estratificação Ocupacional dos Grupos Raciais (1)

	Brasil - 1950					
	Branços		Pardos		Pretos	
	Ocup.	%	Ocup.	%	Ocup.	%
Profissional	70	0,8	-	-	-	-
Gerencial e Executivo	460	5,3	70	2,0	20	1,1
Não manual - padrão alto	510	5,8	95	2,7	40	2,2
Não manual - padrão baixo	975	11,2	200	5,6	65	3,5
Manual qualificado	1.810	20,7	540	15,2	330	18,0
Manual semi e não qualificado	4.910	56,2	2.660	74,7	1.375	74,9
Total	8.735	100,0	3.560	100,0	1.835	100,0

(1) em milhares de pessoas.

Fonte: Hasembaig (1979).

Isolando cada um dos grupos raciais, 6,1% dos brancos estavam ocupados como profissionais liberais ou nas áreas gerencial e executiva no Brasil em 1950; 17% dos brancos estavam em atividades não manuais e 76,9% em ocupações manuais mais ou menos qualificadas. Os pardos e os “pretos” se concentram fortemente nas ocupações manuais: 89,9% e 92,9%, respectivamente. Dessa forma, pode-se dizer que 10% ou menos dos negros em 1950 não estavam em ocupações manuais. Por outro lado, considerando os profissionais liberais, a participação dos negros é praticamente nula (inferior a 5.000 indivíduos em termos absolutos no Brasil). No nível gerencial ou administrativo, tínhamos 460 mil brancos, 70 mil pardos e apenas 20 mil que se declararam “pretos”.

Pode-se perceber também um grau de dificuldade proporcionalmente maior para os “pretos” do que para os pardos. No Brasil, dos 3,5 milhões de pardos em 1950, 2% estavam em ocupações administrativas ou profissionais liberais (1,1% dos “pretos”); 8,3% em ocupações não manuais (5,7% dos “pretos”); e, como vimos acima, 89,9% dos pardos em atividades manuais (92,9% dos “pretos”). Assim sendo, infere-se um grau de dificuldade maior à medida em que a pele das pessoas é mais escura.

Os dados disponíveis e trabalhados por Hasembaig quanto à estrutura ocupacional em meados do século XX mostram que persistiam níveis significativos de desigualdade racial. A comparação com o início do século certamente indicaria algum nível de melhora, dado o dinamismo econômico, principalmente após 1930. Porém, ainda estávamos na fase de *industrialização restringida*, na qual os impulsos internos para o desenvolvimento eram bem menos intensos. No próximo sub-item, vamos apresentar dados relativos às décadas de 60 e 70, que captam melhor os resultados de um período de industrialização acelerada e crescimento econômico robusto. Mas, antes, observemos alguns indicadores da área educacional na primeira metade do século XX, que confirmam a persistência da desigualdade racial. As diferenças nas taxas de alfabetização entre brancos e negros na população brasileira com dez anos ou mais de idade, por exemplo, são marcantes em 1940 e 1950. Enquanto que esse índice vai de 46,9% para 52,7% dentre os brancos nesse período, a variação observada pelos negros é de 22,6% para 25,7%⁴¹. O nível de instrução atingido por brancos e negros (com dez anos ou mais de idade) confirma esse contexto de desigualdades:

⁴¹ Hasembaig, idem, p. 182.

Tabela 7 - Grau de instrução segundo os grupos raciais - Brasil

	1940		
	Branços	Negros	Total
Universitário	0,55%	0,04%	0,34%
Secundário	1,82%	1,24%	1,24%
Primário	7,24%	2,04%	5,38%
Sem instrução	90,39%	97,73%	93,04%
	100,00	100,00	100,00

	1950		
	Branços	Negros	Total
Universitário	0,68%	0,03%	0,43%
Secundário	4,10%	0,35%	2,70%
Primário	19,98%	5,73%	14,74%
Sem instrução	75,24%	93,89%	82,13%
	100,00	100,00	100,00

Fonte: Hasembaig (1979)

Embora o nível de instrução da população brasileira como um todo fosse muito baixo em 1940, é possível notar que enquanto 10% dos brancos tinham algum grau de instrução, praticamente 98% dos negros não tinham sequer o primário concluído. Tivemos alguns avanços depois de dez anos, em 1950, mas proporcionalmente mais para os brancos. Dentre estes últimos, cerca de 25% já possuía algum nível de instrução, enquanto que quase 94% dos negros permaneciam sem completar o primário. O nível universitário era extremamente restrito para o conjunto da população, sendo a participação dos negros praticamente nula.

Considerando em conjunto as informações até aqui trabalhadas, pode-se constatar que em 1950, mais de 60 anos depois da Abolição da escravidão, 75% dos negros eram analfabetos, 94% não tinham concluído o ensino primário e, dentre os ocupados, 90% estavam em atividades manuais simples. Tal situação parece não deixar dúvidas quanto à persistência de situações cumulativas de dificuldades, de uma geração para outra, para os negros brasileiros. De acordo com Hasembaig:

“Após a abolição no Brasil, a maioria dos negros e mulatos permaneceu concentrada em situações de dependência no setor agrícola de regiões economicamente atrasadas. Mesmo no Sudeste, onde a taxa mais acelerada de desenvolvimento resultou na contínua abertura de novas posições na estrutura de classes, os não-brancos foram inicialmente excluídos das posições polares do sistema capitalista emergente, como resultado da competição desvantajoso com os imigrantes europeus. Só algumas décadas depois da Abolição é que os negros e mulatos no Sudeste começaram a ser incorporados à classe trabalhadora e, em muito menor extensão, aos setores intermediários da estrutura de classes” (Hasembalg, 1979, p.193).

É preciso observar, como também assinala esse autor, que o poder explicativo da escravidão com relação à posição social dos negros decresce com o tempo. A subordinação racial se verifica, com o passar das décadas no início do século XX, mais pelas relações estruturais e funcionais entre negros e brancos – e as diferentes oportunidades educacionais e de trabalho – do que pelos séculos anteriores de vigência da escravidão.

Dada a perpetuação da discriminação racial, cada nova geração de negros está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social. Isso impõe barreiras concretas para a ascensão social dos negros, às quais se somam práticas racistas que desmotivam essa população a procurar melhores oportunidades de trabalho. Assim sendo, os negros acabaram assumindo uma auto-imagem desfavorável, reforçada por condutas sociais mais ou menos sutis de discriminação⁴².

Todos estes parâmetros devem ser considerados para observar as condições de vida e de trabalho da população negra no período de maior crescimento da economia brasileira, entre 1955 e 1980. Durante esses vinte e cinco anos, o país passou por um acelerado processo de desenvolvimento industrial, proporcionando possibilidades de trabalho e ascensão social para uma parcela razoável da população.

⁴² Hasembalg avança nessa discussão que implica na disseminação de idéias como a de que “o negro conhece o seu lugar na sociedade brasileira”. Nesse contexto, esse autor apresenta uma série de reportagens mostrando práticas racistas, seja no momento de contratação de um trabalhador negro ou mesmo no desestímulo recebido por alunos negros durante o processo de formação escolar.

1.5.2 – “Milagre econômico” e desigualdades raciais (e de gênero) – 1955 a 1980

Entre 1955 e 1980, o país passou por grandes transformações econômicas e sociais, dentre as quais destacam-se uma alteração marcante na estrutura setorial do emprego e o aumento das mulheres na força de trabalho⁴³. O dinamismo econômico, por um lado, proporcionou mobilidade social ascendente para parte da população, mas, por outro, não foi “utilizado” para diminuir de forma significativa as desigualdades sociais e o nível de pobreza de, pelo menos, cerca de um 1/3 da população brasileira. Da mesma forma, “pretos” e pardos não puderam usufruir na mesma medida dos benefícios oriundos do crescimento econômico, justamente por estarem concentrados nas faixas de rendimento mais baixas e nas áreas menos desenvolvidas do país, além da possível persistência do racismo⁴⁴. Nesse sentido, nos parece correta a visão de Hasembalg e Valle e Silva, segundo os quais:

“As desigualdades raciais devem ser atribuídas à discriminação racial e à segregação geográfica dos grupos raciais, condicionada inicialmente pelo regime escravista e reforçada depois pela política oficial de promoção da imigração européia para o Sudeste do país. (...) as desigualdades não irão diminuir através da mobilidade social individual dos não-brancos, a menos que este grupo consolide suas demandas por políticas de promoção diferencial em seu benefício e que sejam eliminados os mecanismos discriminatórios de rotina” (grifos nossos; Hasembalg & Valle e Silva, 1988, p.11).

Os autores destacam a importância de políticas diferenciadas para combater os elevados níveis de desigualdade racial, pois constataram que o dinamismo econômico não foi suficiente para isso. Assim sendo, acreditamos que o cenário mais favorável para a população negra seja o crescimento econômico acelerado *conjugado* com políticas específicas que possam acelerar sua inclusão social. Nessa perspectiva, pode-se dizer que é, no mínimo, legítima a discussão acerca políticas afirmativas como forma de reparação frente às demandas de grupos historicamente discriminados. Feita essa observação, retomemos a contextualização histórica.

⁴³ Em função disso, nesse sub-item vamos procurar dar maior ênfase à questão feminina, de maneira complementar à temática racial.

⁴⁴ Mais uma vez vale reiterar que embora não estejamos estudando o racismo e seus mecanismos de reprodução na sociedade brasileira, nos parece incorreto desconsiderar a sua existência. Apenas não podemos atribuir somente ao racismo as grandes disparidades encontradas entre brancos e negros, que decorrem também de outros aspectos geradores da desigualdade social brasileira, como a concentração fundiária, a precariedade do mercado de trabalho e a má qualidade dos serviços públicos.

Em grande medida, altas taxas de crescimento econômico e um ritmo acelerado de urbanização – e as conseqüências disso para o mercado de trabalho (como a perda de espaço relativo do setor primário) – podem caracterizar as décadas de 60 e 70. Depois de um período de crescimento médio de 3,5% entre 1962 e 1967 – baixo para a época mas “comemorado” nos dias de hoje – em 1968 o país entra numa fase de expansão econômica acelerada, com o PIB real crescendo a uma média anual de 11,2% até 1974. O ritmo diminui entre 1975 e 1979, mas mesmo assim a expansão situou-se entre 6% e 7% anuais.

Em relação ao processo de urbanização e as mudanças no mercado de trabalho, destaca-se, em primeiro lugar, a passagem do Brasil para a condição de um país predominantemente urbano e com um relativamente elevado desenvolvimento industrial. Em 1970, dos “90 milhões em ação” torcendo pela seleção nacional na Copa do Mundo, tínhamos 41 milhões de pessoas (45,5%) no meio rural e 49 milhões (54,5%) nas cidades. Dez anos antes, em 1960, as proporções eram contrárias, havendo 55,1% da população no campo enquanto que a população urbana representava 44,9% do total. Há, assim, uma mudança da população do campo para as cidades que continua a ocorrer e se intensifica quando observamos os dados de 1980, que mostram redução em termos absolutos da população rural, que passa a ser de 38,6 milhões de pessoas (ou 32,4% do total).

Nesse período, também muda a relação entre o crescimento da PEA – população economicamente ativa (trabalhando ou procurando emprego) – e a população total. Na década de 60, esta última cresceu mais do que PEA, tanto pelo crescimento econômico menos acelerado como pelo alto ritmo de crescimento demográfico. Já na década de 70 ocorre o inverso: a PEA cresce (48,1%) numa proporção bem mais elevada do que a população total (27,8%)⁴⁵. Embora a PEA inclua também os desempregados, os dados sugerem um elevado nível de oportunidades de emprego na década de 70, dado o crescimento econômico expressivo.

Entre 1960 e 1980 houve uma redistribuição setorial dos postos de trabalho gerados, com transferência de ocupados do setor primário (principalmente agricultura) para o setor secundário (como indústria e construção civil) e para o setor terciário (comércio e prestação de serviços em geral). O setor primário, que abarcava mais da metade dos ocupados em 1960

⁴⁵ Hasembaig & Valle e Silva, 1988, p. 22. Na década de 60, a população, em termos de estoque, cresceu 32,9% e a PEA 29,9%.

(54,1%), correspondia a 29,9% deles em 1980. No mesmo período, o setor secundário, puxado pela indústria e construção civil, dobra sua participação dentre os ocupados de 12,9% para 24,4%. O setor terciário também se expande de 33,1% para 45,7% dos ocupados⁴⁶. É preciso ainda chamar atenção para o aumento na proporção de empregados assalariados na força de trabalho. Os empregados, em 1960, no Brasil, representavam menos da metade da PEA (47,9%), havendo um aumento na sua participação relativa para 54,8% em 1970 e 66,7% em 1980, isto é, dois terços da PEA nesse último ano. Nas áreas urbanas, o “caráter predominantemente capitalista” do mercado de trabalho é ainda mais acentuado, pois a proporção de empregados na PEA em 1980 é de 79,1%.

Hasenbalg e Valle e Silva destacam também o crescimento de uma “nova classe média” no Brasil entre as décadas de 60 e 70, processo semelhante ao verificado nos EUA no início do século XX (até 1930), a partir de um ciclo de crescimento econômico e modernização industrial. Considerando-se o total da PEA, as “ocupações administrativas” (funções burocráticas de escritórios, administradores e outros) e as “ocupações técnicas, científicas e afins” aumentam sua participação de 11,1% para 19,1% entre 1960 e 1980. Esse aspecto será melhor explorado no terceiro capítulo da dissertação, já que ele nos interessa duplamente, seja no que se refere à participação restrita dos negros nesse segmento ou aos problemas observados na classe média nas décadas de 80 e 90, que, como veremos, sofrerá um “rebaixamento social”.

Até aqui procuramos traçar um panorama a respeito das características populacionais e econômicas gerais desse período. Sobre as questões de gênero e raça, um aspecto que gostaríamos de enfatizar é a manutenção no país de um vasto contingente de pessoas trabalhando em serviços domésticos, ao contrário do que ocorre em vários países onde houve também desenvolvimento capitalista. Considerando os anos de 1960, 1970 e 1980, o número de pessoas ocupadas no emprego doméstico cresce, em termos absolutos, de 947 mil para 1,6 milhões e depois 2,4 milhões de pessoas, respectivamente. Em termos percentuais, os trabalhadores domésticos representavam 4,2% da PEA em 1960, passando para 5,4% em 1980 (na década de 90, como veremos, esse movimento continua).

⁴⁶ Hasenbalg & Valle e Silva, *idem*, p. 28.

Existe uma grande proporção de mulheres (brancas mas principalmente negras) ocupadas nesse sub-setor. Dadas as condições do trabalho doméstico no Brasil⁴⁷, não é difícil imaginar uma linha de continuidade entre estas ocupações e o passado escravista brasileira, porém, “à diferença do passado, o emprego doméstico assume hoje crescentemente a função subsidiária de facilitar o ingresso no mercado de trabalho das mulheres de posição sócio-econômica mais elevada” (Hasembalg e Valle e Silva, 1988, p.19).

Essa observação, feita na segunda metade dos 80, indica um processo que parece ter permanecido na sociedade brasileira. De fato, é possível perceber nessa situação a funcionalidade representada pela subordinação de determinados grupos raciais. Em termos objetivos, é vantajoso para segmentos de média e alta classe média (composto majoritariamente por brancos) usufruírem de um contingente representativo de trabalhadores domésticos, em especial mulheres negras, pois a elevada oferta permite a manutenção de baixos níveis de remuneração⁴⁸. Ao mesmo tempo, tal situação contribui para que o sexo feminino (principalmente as mulheres brancas) pudesse ingressar no mercado de trabalho e deixar uma posição de submissão que tinha suas origens no poder do “chefe patriarcal” da “sociedade segmentada”.

As décadas de 60 e 70 marcam um aumento significativo nas taxas de participação (PEA/PIA)⁴⁹ feminina. É óbvio que existe um aspecto positivo nesse processo, fruto da conquista “política” pelas mulheres de uma posição de não-subordinação frente ao sexo masculino. Em particular nos grupos de idade mais jovens, como de 20 a 24 anos, a taxa de participação cresce acentuadamente, de 19,8% em 1960 para 38,5% em 1980, nessa faixa etária⁵⁰. Este ingresso em massa das mulheres no mercado de trabalho é percebido pelo aumento da participação da PEA feminina em relação a PEA total entre 1960 e 1980, já que esse percentual vai de 17,9% para 27,5%, respectivamente, no país. Nesse mesmo período, a participação da população feminina na PEA não-agrícola vai de 26,6% para 33,6%.

Em síntese, foram observados os seguintes aspectos sócio-econômicos mais gerais entre 1960 e 1980:

⁴⁷ Principalmente nesse período que estamos considerando (até 1980) e nas regiões Norte e Nordeste do país.

⁴⁸ CARDOSO de MELLO e NOVAIS (1998).

⁴⁹ Trata-se da proporção de pessoas na população com 10 ou mais anos de idade (PIA: população em idade ativa) que estava ocupada trabalhando ou procurando emprego (PEA: população economicamente ativa).

⁵⁰ Hasembalg & Valle e Silva, idem, p. 24. Citam como fonte: Henriques, M. H. – *Considerações sobre a Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil: 1940-1980*.

- diminuição relativa das ocupações no setor primário, com crescimento do emprego industrial e no setor de serviços;
- tendência à diminuição da proporção de trabalhadores por conta própria e sem remuneração, com aumento dos empregados (assalariados);
- aumento da participação feminina no mercado de trabalho;

Essas características, de um lado, indicam melhoras qualitativas no mercado de trabalho nacional. Porém, no caso do Brasil, “estas implicações positivas do desenvolvimento foram neutralizadas, em larga medida, pelo processo de concentração de renda e pela provisão insuficiente, por parte do Estado, dos bens e serviços de consumo coletivo requeridos por uma população urbana em rápido crescimento” (Hasembalg e Valle e Silva, 1988, p.19). Os indicadores relativos aos salários e à proporção de renda apropriada pelos diferentes segmentos da população ilustram uma parcela desse quadro.

No período do “milagre”, entre 1968 e 1974, o salário mínimo perde, em termos reais, aproximadamente 14% do seu valor (ademais, na segunda metade dos 70, pouco mais de um terço da PEA se encontrava na faixa de rendimento de até um salário mínimo). Em termos da distribuição da renda, os 50% mais pobres respondiam por apenas 17,4% da renda total do país em 1960, decrescendo sua participação para 12,6% em 1980. No sentido oposto, os 10% mais ricos se apropriavam de 39,6% da renda em 1960 e atingem uma participação de 50,9% em 1980, evidenciando a forte concentração de renda nessas duas décadas⁵¹.

Dessa forma, se de um lado o crescimento econômico promoveu uma mudança positiva no mercado de trabalho, com crescimento das ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, de outro ele beneficiou desproporcionalmente os diferentes segmentos sociais, com manutenção e mesmo piora do salário mínimo e ampliação da concentração de renda. Nesse contexto, que permitiu ainda mobilidade social ascendente para parte da população (com grande fluxo migratório do campo para a cidade⁵²), é que deve ser discutida a situação sócio-ocupacional das mulheres e dos negros.

A análise dos dados disponíveis, conforme realizam Hasembalg e Valle e Silva, demonstra a permanência de grandes dificuldades para inclusão social dos negros, mesmo no

⁵¹ Hasembalg & Valle e Silva citam como fonte dados apresentados por Eduardo Suplicy em artigo da *Folha de São Paulo* de 6/6/82, a partir dos Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.

período de maior crescimento econômico do país. Porém, dada a ausência do quesito cor ou raça nos Censos de 1960 e 1970, conforme havíamos adiantado, é difícil estabelecer uma evolução dos indicadores para essa população. Em que pese esse problema, com base no Censo de 1950, será possível perceber como depois de trinta anos, em 1980, os negros continuam em desvantagem no mercado de trabalho, concentrados em ocupações menos qualificadas e pior remuneradas.

Em relação às mulheres, houve uma segregação ocupacional em alguns setores econômicos (como atividades sociais e prestação de serviços) e em algumas ocupações específicas (secretárias, datilógrafas, telefonistas, professoras, enfermeiras e empregadas domésticas, por exemplo). Esse detalhamento das ocupações é praticamente impossível para os negros dada a falta de dados primários, de qualquer forma, “sexismo e racismo têm como consequência que mulheres e negros obtenham retornos a seus investimentos educacionais, em termos de remuneração, proporcionalmente menores do que os dos homens brancos” (Hasenbalg e Valle e Silva, 1988, p.45).

A tabela 8 se refere à taxa de analfabetismo por raça nos anos de 1950 e 1980, reforçando a permanência da disparidade educacional:

Tabela 8 - Taxa de Analfabetismo - Brasil				
	Homens		Mulheres	
	1950	1980	1950	1980
Branços	43,8%	24,3%	50,8%	25,6%
Pardos	70,3%	48,2%	76,1%	47,8%
Pretos	73,5%	46,7%	79,4%	48,6%

Fonte: Hasenbalg e Valle e Silva (1988).

Apesar dos avanços verificados entre 1950 e 1980, persiste uma inferioridade em relação ao grau de analfabetismo, que é sempre maior para os pardos e, principalmente, para os “pretos” em relação aos brancos, sejam estes homens ou mulheres. O gênero se mostra uma característica menos importante do que a raça em termos da escolaridade, pois, considerando apenas 1980 e isolando os grupos raciais, as diferenças são muito pequenas (a taxa de analfabetismo dos homens brancos em 1980 é de 24,3% e das mulheres brancas de 25,6%;

⁵² Apesar de que não necessariamente esse movimento representou ascensão social, pois as pessoas podiam deixar o campo para ocupar posições precárias e mal remuneradas nas cidades.

diferença pequena e que se repete para homens e mulheres que se declararam pardos ou “pretos”).

Conforme já havíamos assinalado anteriormente, a situação dos “pretos” é pior do que as dos pardos e, dentre eles, pior ainda para as mulheres, que apresentam uma taxa de analfabetismo de quase 50% em 1980 (apesar de ter se reduzido bastante, pois era de 79,4% em 1950).

Temos insistido em apresentar dados relativos à escolaridade não por acreditar na exclusividade dessa característica quanto à formação humana e às possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Em particular no que diz respeito à obtenção de trabalho, a dinâmica econômica é mais complexa e envolve outros elementos. Porém, do ponto de vista individual, é inegável que uma melhor qualificação contribui para ascensão social e aumenta as oportunidades de emprego.

Feita esta ressalva, que descarta a “relação automática” entre escolaridade e emprego, outros dados mostram a permanência da disparidade educacional entre brancos e negros. De acordo Hasembalg e Valle e Silva, em 1980, os brancos tinham 1,6 vezes mais chances que os pretos e pardos de completarem entre 5 e 8 anos de estudo; 2,5 vezes mais oportunidades de completarem entre 9 e 11 anos de estudo e 6 vezes mais chances de completarem 12 anos ou mais de estudo. Em relação ao gênero, há uma clara tendência de aproximação da situação educacional de mulheres e homens ao longo da década de 70. Considerando, por exemplo, a população universitária brasileira, em 1970 tínhamos cerca de 350 mil homens e 260 mil mulheres; em 1980, havia 670 mil homens e 665 mil mulheres. Esse processo deve estar associado “a uma maior flexibilidade na redefinição, no plano político e cultural, do papel das mulheres” (Hasembalg e Valle e Silva, *idem*, p.53).

O mesmo movimento ocorre na estrutura ocupacional, pois, tomado o conjunto das ocupações femininas, percebe-se uma melhora em favor de setores mais dinâmicos e melhor remunerados. A participação relativa da PEA feminina nas ocupações administrativas aumenta de 8,2% em 1960 para 15,4% em 1980. Em que pese a predominância masculina, o número de mulheres em profissões de prestígio mais elevado (engenheiras, arquitetas, médicas, dentistas, economistas, professoras universitárias e advogadas) aumenta de 19.000 em 1970 para 95.800 em 1980.

Apesar dessas melhoras, os autores sugerem a existência de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres; “enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços da produção e de consumo coletivo⁵³”.

Considerando mais uma vez de maneira simultânea o gênero e a raça, dados do Censo de 1980 mostram que a proporção de pessoas com renda inferior a três salários mínimos era de 65,9% para os homens brancos, 81,9% para as mulheres brancas, 86,8% para os homens negros e 95,2% para as mulheres negras, expressando a hierarquia na pirâmide de rendimentos já mencionada nessa dissertação. Os dados anteriores podem ser visualizados na tabela seguinte:

Tabela 9 - Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, por sexo e cor - Brasil - 1980								
	Homens Brancos		Mulheres Brancas		Homens Negros		Mulheres Negras	
	N. pessoas	%	N. pessoas	%	N. pessoas	%	N. pessoas	%
Salário Mínimo								
Até 1	4.296.339	23,4	3.731.759	43,0	6.194.717	44,4	3.966.714	68,5
Mais de 1 a 3	7.809.270	42,5	3.370.693	38,9	5.908.394	42,4	1.543.066	26,7
Mais de 3 a 5	2.673.864	14,6	828.884	9,5	1.109.291	8,0	177.239	3,1
Mais de 5 a 10	2.026.830	11,0	535.607	6,2	530.344	3,8	81.199	1,4
Mais de 10	1.562.760	8,0	207.049	2,4	193.768	1,4	16.705	0,3
Total	18.369.063	100,0	8.673.992	100,0	13.936.514	100,0	5.784.923	100,0

Fonte: Hasembalg e Valle e Silva (1988).

A concentração de renda a partir do corte de sexo e raça é bastante evidente: 19% dos homens brancos recebiam mais do que cinco salários mínimos. No outro extremo, apenas 1,7% das mulheres negras tinham esse patamar de rendimento. A proporção de mulheres brancas nessa faixa (8,6%) é superior àquela que se verifica para os homens negros (5,2%), evidenciando o peso maior do componente racial. Além disso, deve-se destacar a pequena participação das mulheres negras no universo de pessoas que declararam renda em 1980, pois elas são 5,7 milhões dentre 46,7 milhões (apenas 12,3%).

⁵³ Hasembalg & Valle e Silva, idem, p. 55.

Diante desse quadro, assim como afirmam Hasembalg e Valle e Silva, fica claro que uma parcela da população se beneficiou menos do “milagre brasileiro⁵⁴”. Isso decorreu de fatores históricos e conjunturais, os primeiros relacionados à permanência de uma distribuição geográfica desfavorável aos negros e de formas nem sempre explícitas de discriminação racial. No período de crescimento, por sua vez, foi adotada uma estratégia de “modernização conservadora” que não redistribuiu os ganhos de forma igualitária, priorizando grupos historicamente privilegiados (como a população branca já detentora de um padrão de vida razoável).

As limitações relacionadas aos dados estatísticos não impedem que se argumente no sentido de confirmar as disparidades raciais e as dificuldades adicionais para inserção dos negros no mercado de trabalho. Ainda na década de 70, por exemplo, eram comuns ofertas de trabalho que tinham como pré-requisito a “boa aparência”, deixando sub-entendido que a função era preferencialmente ou até exclusivamente para brancos (Damasceno, 2000).

Ao longo do capítulo 1, buscamos recuperar aspectos do contexto histórico que contribuem para permanência das desigualdades raciais. Partindo da sociedade colonial, onde a exploração da população negra era explícita, passando pela Abolição, pelo momento de formação do nosso mercado de trabalho e pelo avanço da urbanização e industrialização, foi possível perceber um reiterado quadro desfavorável aos negros, e particularmente às mulheres negras. Mesmo no período de maior crescimento da economia brasileira, nas décadas de 60 e 70, esse acúmulo de desvantagens, aliado à continuidade de práticas discriminatórias mais sutis, continuou impedindo que os negros se beneficiassem na mesma medida do que os brancos.

Nos capítulos seguintes vamos, a partir desse contexto histórico, situar a discussão nas décadas de 80 e 90 e no início do século XXI. Pretendemos continuar explorando as questões de raça e gênero através de outras referências e da utilização da metodologia do professor Waldir Quadros na parte final (capítulo 3), agora num cenário de baixo crescimento econômico.

⁵⁴ Os autores sugerem até que os negros foram prejudicados nesse período, sendo mais “vítimas do que filhos do milagre brasileiro”. Porém, no nosso entendimento, a falta de dados comparativos com as décadas de 60 e 70 deve ser considerada e relativiza tal afirmação. Na verdade, ao fazer esta avaliação, os próprios autores têm o cuidado de retomar aspectos que se perpetuam ao longo do tempo, como a distribuição geográfica desfavorável dos negros e práticas mais ou menos explícitas de racismo, que independem da conjuntura econômica imediata.

Capítulo 2 – Raça, Gênero e Desigualdades Sociais na Semi-Estagnação

Esse capítulo pretende apresentar a dinâmica sócio-econômica recente através de uma visão panorâmica acerca da economia brasileira a partir do início da década de 80, além de reforçar a visão de desigualdade social com a qual estamos trabalhando e completar a recuperação de autores que discutem a temática racial (e de gênero) já na década de 90. Os aspectos históricos observados no capítulo 1 servirão de suporte para discussão dos dados trabalhados pelos autores selecionados. Quando necessário, recuperaremos alguns pontos destacados na contextualização histórica, pois eles contribuem para a situação contemporânea, dada a persistência de práticas discriminatórias e o “acúmulo de desvantagens” por parte da população negra.

Nosso intuito no capítulo 2 é contribuir para uma caracterização inicial da “situação social” dos negros no Brasil no período de semi-estagnação (ou baixo crescimento) da economia nacional, através de dados mais recentes (ainda sem utilizar a metodologia do prof Waldir Quadros). A raça, como vimos no capítulo 1, é um “critério” mais forte do que o gênero para ascensão social, expressa, fundamentalmente, pela obtenção de ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas. Embora as mulheres ainda não estejam, nesse sentido, no mesmo patamar do que os homens, a diferença entre brancos e negros é mais acentuada.

No primeiro item desse capítulo (2.1), pretende-se realizar uma descrição acerca da evolução da economia brasileira entre 1980 e 2003. Nosso objetivo é, através dessa visão panorâmica, destacar as implicações gerais para o mercado de trabalho, em termos de indicadores clássicos como a taxa de desemprego, além de mudanças setoriais e ocupacionais. Nesse momento, não estaremos preocupados diretamente com a situação dos negros e mulheres, o que será feito mais adiante. No item 2.2, será discutida, também de forma geral, a visão de desigualdade social que norteia esse trabalho, e como a questão racial está relacionada com ela. Em seguida, com base em autores ou estudos contemporâneos, apresentaremos uma síntese de indicadores que já evidenciam um contexto de dificuldade para os negros ao final da década de 90, além das disparidades que permanecem entre homens e mulheres.

2.1 – Aspectos Centrais da Economia Brasileira – 1981 a 2003

O acentuado desenvolvimento da economia brasileira nas décadas de 60 e 70, como destacamos no final do capítulo 1, não eliminou uma série de problemas na área social. Pelo contrário, a pobreza rural, por exemplo, persistiu, e nas regiões urbanas, em particular nas metrópoles, conformaram-se extensos bolsões de miséria. O padrão de crescimento nesse período estava, na verdade, condicionado por alguns fatores que limitavam sua capacidade de distribuir renda e melhorar efetivamente as condições sociais.

Alguns aspectos foram decisivos para que o movimento de crescimento econômico não fosse acompanhado de melhoras estruturais no mercado de trabalho e na distribuição de renda, tais como: a) o volume e a velocidade do êxodo rural e suas conseqüências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano; b) o tipo de emprego observado nas cidades, com formas de integração precárias sendo geradas simultaneamente a um núcleo de assalariamento mais estável. Mesmo com a mobilidade social ascendente, no final dos 70, “havia uma parcela ponderável de trabalhadores por conta própria e de assalariados em ocupações que não apresentavam um mínimo de continuidade e regularidade” (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996, p. 89).

As possibilidades de um amplo desenvolvimento social também se viram impedidas pelo fato de que, durante o regime militar, a grande maioria dos trabalhadores não usufruiu de aumentos substanciais de salários, mesmo no “milagre” de 1968 a 1973, como vimos no item anterior. A forte repressão aos sindicatos e a não existência de uma oposição política permitiu que fosse posta em prática uma política de “arrocho salarial”, que deprimiu o poder de compra da massa trabalhadora.

Em síntese, não se aproveitou o elevado dinamismo econômico para se “atacar de frente” as grandes carências sociais do país (Quadros, 1991). A prolongada crise da economia brasileira, iniciada na década de 80, dificulta ainda mais esse enfrentamento, pois há uma deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e formas de ocupação precárias, particularmente na década de 90.

Quais foram as principais características da economia brasileira nesse período e de que forma elas repercutiram no mercado de trabalho? Como esses elementos interagiram? Nesse item, buscamos traçar um panorama do contexto econômico observado no país no período 1981-2003. As dificuldades observadas para o conjunto da população devem ter atingido

fortemente os “pretos” e pardos, contingente historicamente discriminado. Entretanto, nessa seção estaremos preocupados com a problemática geral, para o conjunto da população, sem fazer distinções entre as populações brancas e negras.

Apesar do contexto geral de baixo crescimento econômico, as décadas de 80 e 90 possuem distintas características quanto ao quadro macroeconômico interno e a inserção do país no cenário internacional. Assim sendo, optamos por subdividir esse item em duas partes, tratando separadamente cada uma das décadas (e o período 2001-2003 na mesma ótica da fase pós-desvalorização cambial no início de 1999). Entretanto, não se pode perder de vista que a característica comum a esses quase vinte e cinco anos é a perda de dinamismo, a falta de crescimento econômico expressivo e as conseqüências disso para o equacionamento da questão social no Brasil (com centralidade nos problemas do mercado de trabalho).

2.1.1 – A “década perdida” dos 80

O baixo desempenho do produto na década de 80 e uma grande instabilidade das demais variáveis econômicas – com destaque para intensidade das taxas de inflação – fizeram com que esse período ficasse conhecido como a “década perdida⁵⁵”. O fato de que as três décadas anteriores haviam sido caracterizadas pelo dinamismo econômico – com altas taxas de crescimento – deve ter contribuído para esse julgamento, pois a partir da crise da dívida externa no início dos 80 essa trajetória é alterada e vivemos, desde então, uma prolongada fase de semi-estagnação (ou baixo crescimento)

Esse movimento é resultado da interação de vários aspectos, que se combinaram para implicar num quadro de crise da economia brasileira. Antes de avançarmos na caracterização de alguns aspectos chaves da década de 80, é importante destacar que, em termos gerais, nossa história econômica e social não pode ser discutida sem que se tenham em mente os impactos do contexto internacional. Isto significa que, com graus menores ou maiores de intensidade, as decisões políticas e econômicas tomadas no Brasil – enquanto Colônia, Império ou República – foram influenciadas pelo contexto externo e particularmente pela hegemonia de uma nação estrangeira, seja ela Portugal, Inglaterra ou os Estados Unidos.

⁵⁵ O termo “década perdida” deve-se também a uma certa frustração com a redemocratização do país no que se refere ao atendimento de demandas sociais reprimidas durante anos.

Por outro lado, essa constatação não pode eximir aqueles que foram diretamente responsáveis pela condução da política e da economia do país, nem mesmo desconsiderar a enorme potencialidade interna para o desenvolvimento⁵⁶. Nesse sentido, concordamos com a visão segundo a qual:

“(...) a economia brasileira é suficientemente grande e complexa para retirar parte de seu dinamismo de fatores puramente endógenos, sobretudo da dimensão do seu mercado interno (...) *ao mesmo tempo*, não se constitui como uma unidade capaz de engendrar ciclos próprios de inovação tecnológica, tampouco constrói uma base financeira doméstica capaz de financiar adequadamente o investimento” (Carneiro, 2002, p. 28).

Assim sendo, discutir a economia brasileira nos anos 80 requer considerar o contexto internacional da década de 70, período de crise global do capitalismo. As transformações que ocorreram na ordem econômica internacional condicionaram fortemente a trajetória de financiamento da economia brasileira e comprometeram sua capacidade de crescimento.

Ao longo dos anos 70, os EUA perderam temporariamente sua liderança comercial e tecnológica, buscando recuperar sua hegemonia através da “política do dólar forte” ao final desse período (Tavares e Fiori, 1997). Contra uma tendência de desvalorização do dólar – em função de desequilíbrios no balanço de pagamentos – a autoridade monetária norte-americana eleva fortemente os juros em 1979. Diante disso, mesmo os países avançados se viram obrigados a dois movimentos simultâneos: “a obtenção de superávits comerciais para financiar os déficits da conta de capital e a realização de políticas monetárias e fiscais restritivas para reduzir a absorção doméstica” (Carneiro, 2002, p.117).

Nesse cenário, houve uma forte pressão para que prevalecesse a livre mobilidade de capitais, o que de fato ocorreu, provocando uma crescente entrada de recursos nos EUA. Os países da América Latina não participaram dessa primeira etapa da “globalização financeira”. Nos anos seguintes – durante a década de 80 – houve na realidade um drástico racionamento do financiamento externo e a redução da participação desses países nos fluxos de capitais⁵⁷.

⁵⁶ Ao discutir o processo de industrialização brasileira, desde a era Vargas até a década de 60, TAVARES (1998) procura enfatizar a passagem das determinações da economia da esfera externa para o campo interno, o que seria fundamental para o desempenho da economia e o desenvolvimento social a partir de então. De qualquer forma, o contexto internacional continuou a influenciar o desempenho da economia brasileira e as decisões políticas tomadas no país.

⁵⁷ CARNEIRO (2002) apresenta dados da UNCTAD (1998) segundo os quais a América Latina reduz sua participação no fluxo de capitais de 43% no período 1975-1982 para 17% entre 1983-1989.

O Brasil é claramente afetado por esse contexto internacional, que além da elevação dos juros norte-americanos em 1979 continha elementos anteriores como o rompimento definitivo do sistema de *Bretton Woods* em 1973 e os choques do petróleo. Internamente, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) representou um esforço derradeiro para dar continuidade ao “projeto desenvolvimentista” no país⁵⁸. Não cabem aqui maiores considerações sobre o programa, que envolve grandes controvérsias, mas é interessante notar que ele foi uma resposta peculiar da economia brasileira num momento em que a crise internacional já era significativa. Porém, essa crise é percebida não como uma barreira, mas como uma oportunidade histórica para progredir, dado o questionamento da hegemonia norte-americana⁵⁹. Apesar de avanços na estrutura produtiva, o II PND exacerbou os problemas de financiamento da economia brasileira, o que foi crucial para os desdobramentos posteriores no que se refere à situação do setor público e às possibilidades de desenvolvimento social.

Dado o contexto internacional de diminuição da liquidez, de um lado, e o processo de endividamento pelo qual o país havia passado, de outro, são colocados sérios limites para continuidade do crescimento econômico no início dos anos 80⁶⁰. O estoque da dívida externa já era elevado e obviamente se expande diante desse cenário. Ademais, vai havendo um aumento da responsabilidade do setor público frente à dívida externa. Dados do Banco Central mostram que a dívida direta do governo central e da autoridade monetária dobra a sua participação entre 1979 e 1982, passando de 17% para 34% da dívida total (Carneiro, 2002, p. 125).

A moratória do México em 1982 desencadeia, definitivamente, a crise no mercado financeiro internacional. A partir desse momento, os bancos credores internacionais buscam diminuir por completo sua exposição nos mercados da periferia, notadamente na América Latina. No Brasil, inicia-se uma etapa de financiamentos involuntários a partir da supervisão do FMI (Fundo Monetário Internacional). Adota-se uma orientação restritiva de política

⁵⁸ Sobre o II PND, ver LESSA (1978).

⁵⁹ Nas décadas de 80 e 90, as crises do capitalismo internacional são momentos nos quais o país tem que sacrificar ainda mais o seu desenvolvimento, dadas as “regras” vigentes no sistema monetário internacional. Isso é mais intenso nos 90 porque na década de 80 a economia brasileira permaneceu fechada e a periferia capitalista estava excluída dos fluxos internacionais de capitais. A idéia do II PND como forma de superação da crise, aproveitando-se de um contexto internacional adverso, fazia parte do próprio plano (“ilha de tranquilidade”) e foi discutida na disciplina *Economia Brasileira Contemporânea*, ministrada pelo professor Francisco Luiz C. Lopreato no programa de pós-graduação do IE/UNICAMP.

econômica, com o objetivo de gerar elevados superávits comerciais, priorizando o pagamento dos compromissos externos do país.

A tabela seguinte resume dados relativos ao comportamento do PIB, à taxa de investimento (formação bruta de capital fixo) e aos níveis de exportação e importação da economia brasileira nos anos 80:

Tabela 10 - Taxa de crescimento (% ao ano)				
Períodos	PIB	FPCF	Exportações	Importações
1981-83	-2,1	-11,7	8,0	-12,0
1984-86	7,0	11,2	5,3	7,7
1987-89	2,1	-2,2	12,3	1,5
1981-1989	2,2	-1,4	8,5	-1,3

Fonte: Carneiro (2002).

Considerando o período como um todo, de 1981 a 1989, destaca-se, além do baixo crescimento do PIB (2,2% ao ano), a taxa negativa de investimento (-1,4% para o conjunto da década). Mesmo com uma expansão média ao ano de 8,5% das exportações, elas se mostraram insuficientes para alavancar o dinamismo econômico, o que decorreu de aspectos quantitativos (o pequeno grau de abertura da economia brasileira) e qualitativos, isto é, o baixo valor agregado das exportações nacionais. Na verdade, a experiência recente mostra que, mesmo com a abertura comercial dos 90, não se pode prescindir do mercado interno para geração de um ciclo duradouro e expressivo de crescimento econômico (mantivemos também nos 90 uma pauta de exportação com forte peso dos produtos primários).

Os dados da tabela 10 mostram que no sub-período de 1981 a 1983 a taxa de investimento apresentou intensa retração (-12%), recuperando-se entre 1984 e 1986 (11,2%) para depois recuar novamente entre 1987 e 1989 (-2,2%). Essa trajetória pode ser associada ao ajuste “recessivo-exportador” a que estava submetida a economia brasileira. Nos períodos recessivos, há uma redução das importações quase que proporcional a retração dos investimentos, com expansão acentuada das exportações. O processo inverso se verifica na

⁶⁰ Mais uma vez fica clara a conjunção de aspectos externos (principalmente a recessão mundial e subida da taxa de juros norte-americanos em 1979) e internos (problemas de financiamento oriundos do II PND) como determinante da política econômica posterior e das possibilidades de crescimento econômico.

retomada do crescimento entre 1984 e 1986, ou seja, a partir de investimentos mais elevados crescem as importações num ritmo maior que as exportações.

Assim sendo, nas palavras de Carneiro, “os dados macroeconômicos sugerem uma incompatibilidade entre a preservação do superávit comercial e o aumento do investimento, cuja origem advém tanto da ampliação das importações como da insustentabilidade do ritmo ascendente das exportações ante o crescimento sustentado da absorção doméstica” (Carneiro, *idem*, p. 147). Depois de saldos comerciais de U\$ 13 bilhões em 1984 e U\$ 12,4 bilhões em 1985, observa-se uma redução para U\$ 8,6 bilhões em 1986, em razão de um nível maior de importações e desvio da produção para o mercado interno, dado o aquecimento da economia. De 1987 a 1989, período no qual a variação média anual do PIB foi de negativa (-2,2%), o saldo comercial volta a crescer fortemente, sendo de U\$ 15,3 bilhões em média nesses três anos⁶¹.

É preciso destacar que o ajuste recessivo penalizou fortemente o setor público, debilitando sua capacidade de investimento. Na verdade, pode-se dizer que houve um duplo impacto negativo para o setor público: de um lado, ampliaram-se os mecanismos de renúncia fiscal e o volume de subsídios para viabilizar rapidamente o saldo comercial; de outro, como principal devedor em moeda estrangeira, foi ele quem arcou com o ônus do pagamento da dívida num contexto de elevação dos juros (que inibia o mercado interno e favorecia as exportações). Nesse processo, conforme apontou Belluzzo (1988), “o ano de 1983 é absolutamente crucial, em razão da maxidesvalorização cambial, pois esta desequilibrava a capacidade de pagamento do Estado *vis-à-vis* suas receitas, em razão do crescimento excessivo dos encargos da dívida externa⁶²”.

Pode-se até argumentar que, dada a crise dos 80 e o grau de comprometimento atingido pelo setor público ao final dos 70, algum tipo de ajuste teria que ser feito. Porém, seu direcionamento foi demasiadamente desfavorável ao setor público, que arcou com os ônus do endividamento e renunciou a receitas em favor de estímulos às exportações. O setor privado acabou sendo beneficiado pela forma de negociação da dívida externa na primeira metade dos

⁶¹ Dados do IPEA/Data. As informações relativas à capacidade instalada na indústria são também reveladoras no sentido de mostrar a incompatibilidade entre o crescimento do produto e um ritmo acelerado de expansão das exportações. No período de 1984-1986, quando há retomada do crescimento, o esgotamento da capacidade produtiva doméstica ocorreu na indústria de bens intermediários e em alguns segmentos de bens de consumo, justamente aqueles com elevado coeficiente de exportação, indicando o *trade-off* entre o crescimento interno duradouro e saldos comerciais daquela magnitude nos 80.

80, além de se ajustar à crise através do corte de despesas (pessoal) e aumento das margens de lucro em alguns casos, dada a estrutura oligopolizada numa economia fechada (Belluzzo e Almeida, 1990). Como resultado desse quadro, a maioria das empresas privadas nacionais sai ileso da crise na década de 80.

Paulatinamente, vai havendo um processo de substituição de dívida externa por dívida interna, mudando assim a estrutura de financiamento da economia brasileira. Apesar disso, estatisticamente, a dívida pública interna não cresce porque ela vai sendo desvalorizada, em particular nos Planos Econômicos de estabilização. A partir de 1985, praticamente 100% da dívida externa estava sob responsabilidade do Estado. A carga tributária não foi aumentada para compensar esses compromissos; pelo contrário, no geral ela ficou no mesmo patamar ao longo da década, assim como os preços e tarifas das estatais (em termos reais), que não conseguem acompanhar a inflação, fortemente acelerada.

Em suma, num momento em que cresciam as demandas sociais e a pressão para uma atuação mais ativa do Estado, verificou-se uma desorganização das finanças públicas, dado o ajuste recessivo e o quadro de expansão inflacionária (que não foi contido pelos sucessivos Planos de Estabilização).

Em relação à problemática da inflação e da moeda indexada, é preciso considerar que, observando *a posteriori*, elas representaram o “custo” e a “engenhosidade” que permitiram evitar uma crise ainda maior da economia brasileira nos 80. Evidentemente que a estabilidade de preços é benéfica e não podíamos continuar a conviver com índices explosivos de inflação. Mas o fato é que, apesar das taxas elevadas nos 80, os ciclos econômicos e sociais mantiveram uma certa “normalidade” nesse período. Esse aspecto é pouco destacado, mas nos parece interessante porque é relevante nos dias atuais, em que prevalece a retórica da “estabilidade a qualquer preço”.

Feita essa colocação, deve-se dizer que a década de 80 foi marcada por um ambiente de incertezas frente ao comportamento das variáveis econômicas. Esse quadro inspirou, em grande medida, o fortalecimento do uso da chamada moeda indexada, que na verdade constituía-se em títulos corrigidos pelo setor público. Ocorre que, no contexto de instabilidade dos 80, os tomadores de recurso passam a buscar títulos pós-fixados, como as ORTNs, (obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional), corrigidos pela inflação. O mercado financeiro

⁶² Citado por CARNEIRO, idem, pg. 180.

se aperfeiçoa para permitir a constante reavaliação e atualização das riquezas, via títulos públicos que financiam o próprio setor público, além de um alto grau de institucionalidade, através de instrumentos como a “carta de recompra” e a “zeragem automática”.

Esse arcabouço foi sendo aprimorado, impedindo, cada vez mais, a diferenciação entre o que era poupança financeira e o que era moeda. Nos anos 80, a moeda indexada era a grande referência para as relações econômicas, já que o papel-moeda perdia valor a cada dia e a conta corrente era reajustada a todo o momento. O papel da gestão monetária era praticamente inútil, pois não havia comando e direcionamento dos juros, que apenas garantiam a rentabilidade a partir do quadro inflacionário, impedindo uma fuga para ativos reais.

Até 1986, a inflação era alta mas ainda não explosiva, permitindo a correção dos títulos pelo indexador. A partir do Plano Cruzado, com o congelamento, as expectativas mudaram e também passaram a considerar o comportamento futuro, fazendo com que a própria moeda indexada fosse corrigida por essa expectativa futura. Esse movimento desencadeou a chamada “financeirização dos preços”, uma vez que estes, além dos custos e da margem de lucro, passaram a refletir também a expectativa futura para reproduzir a valorização esperada dos próprios preços e dos ativos em geral (tendo como referência os juros futuros).

De qualquer forma, como foi colocado anteriormente, a inflação acabou evitando uma crise mais profunda, sendo uma “válvula de escape” para garantir a manutenção patrimonial e a continuidade das atividades econômicas, mesmo num quadro conturbado. Não houve, por exemplo, um sucateamento da indústria ou outro tipo de “queima” de capital, sem mencionar a dolarização de fato da economia. Mas no final dos 80 os níveis de descontrole inflacionário se exacerbam. Os planos de estabilização não tiveram êxito e terminamos a década com um processo de hiperinflação em curso, aliado a um baixo crescimento econômico, configurando o quadro de “estagflação”.

Procurou-se até aqui sumarizar os principais aspectos da crise da economia brasileira na década de 80 a partir de três elementos fundamentais: os limites para o crescimento econômico, a debilidade do setor público e o processo inflacionário. Obviamente que cada um desses pontos possibilitaria uma discussão mais profunda. Nesse item, buscamos apenas apontar as características chaves e enfatizar que existe uma interação entre eles: o ajuste recessivo-exportador implicou numa política econômica restritiva, impondo limites ao gasto público, com juros altos num ambiente de incertezas e contínua desvalorização cambial. As

exportações foram estimuladas e a absorção interna reduzida, havendo a deterioração do setor público que arcou com o ônus na execução dessas políticas. A crescente inflação era consequência e, ao mesmo tempo, realimentava esse circuito de desorganização das variáveis econômicas. Todos esses aspectos atuaram conjuntamente na “década perdida dos 80”.

Quais os impactos desse contexto econômico para o mercado de trabalho? De imediato, é possível afirmar que o baixo crescimento econômico nos anos 80 não gerou oportunidades ocupacionais “adequadas” para absorção da população economicamente ativa e, de maneira inédita, o desemprego aberto ganha relevância em função de taxas elevadas no início da década. Em particular no meio urbano, os níveis de pobreza permaneceram elevados e até mesmo se ampliaram nos anos de recessão. A situação só não foi pior em função da redemocratização e possibilidades de maior pressão sobre o Estado. Nessa década, há o fortalecimento do movimento sindical, responsável por “vocalizar” uma série de demandas na área social, além de acompanhar continuamente a questão salarial frente ao processo de aceleração da inflação.

De 1980 a 1983, tivemos um período de recessão no qual setores tradicionais da economia foram fortemente afetados. A indústria na região metropolitana de São Paulo teve seu nível de emprego reduzido em termos absolutos, o que explica parte do crescimento do desemprego aberto nesse momento. Essa situação é revertida pela recuperação da economia entre 1984-1986 (estimulada inicialmente pelas exportações), de modo que o nível de emprego industrial em São Paulo, em apenas dois anos, retorna ao patamar pré-recessão (mas pára de crescer como no período anterior).

Conforme destacamos acima, o desemprego aberto se manifestou de maneira até então inédita nesses anos de recessão, sendo superior a 7% entre 1981 e 1984. Porém, após a recuperação da economia em meados da década e mesmo com o baixo dinamismo do período de 1987 a 1989, ao final dos 80, eram encontradas taxas relativamente baixas de desemprego nas principais metrópoles brasileiras (inferiores a 5%). A manifestação da crise na segunda metade dos 80 se fez, na verdade, pelo aumento da “informalidade” numa estrutura ocupacional já precária (Baltar, Dedecca e Henrique, 1994).

O ritmo de incorporação dos trabalhadores nos anos 80 foi menor do que nas décadas anteriores, o que foi de certa maneira compensado pelo crescimento populacional mais baixo e ritmo menos intenso do êxodo rural. A ocupação urbana cresce, mas o tipo de emprego gerado

nas cidades se alterou: foram, na sua maioria, atividades terciárias – de comércio e serviços em geral – que respondiam por parte considerável das ocupações criadas. Ao longo dos 80, a indústria foi perdendo seu papel de dinamizadora da estrutura ocupacional, sendo que esse movimento só não foi mais intenso (como nos 90) pela manutenção do baixo grau de abertura da economia.

Em termos relativos, o setor secundário (atividades industriais e construção civil) perde importância no total das ocupações urbanas, de 38,9% em 1979 para 34,5% em 1989. As atividades ligadas ao comércio se ampliam, assim como as atividades sociais e de administração pública (mesmo com os problemas das finanças públicas). Com a diminuição da participação relativa da indústria, o setor de prestação de serviços passa a ser aquele com maior número de ocupados, respondendo por 22,9% do total em 1989. As mudanças setoriais nos 80 foram importantes mas, quando comparadas com a década de 90, são de menor intensidade. Além disso, considerações mais específicas exigiriam um estudo mais profundo acerca dos setores de atividade econômica. De qualquer forma, assim como afirmam (Baltar, Dedecca e Henrique, 1994, p. 606):

“Essa mudança reflete a estagnação da economia brasileira dos anos 80 e significa uma inversão das tendências que vinham se manifestando no país desde fins da década de 50, quando despontava um rápido aumento do emprego no setor secundário, em especial na indústria de transformação e na construção civil. Esse setor havia contribuído, sem dúvida, para absorção nas áreas urbanas dos contingentes de mão-de-obra, sobretudo masculina e com baixo grau de instrução que deixaram o campo na direção das grandes cidades”.

Os dados da tabela seguinte referem-se à posição na ocupação entre 1979 e 1989:

Tabela 11 - Distribuição da Ocupação Não-Agrícola, segundo posição na ocupação - Brasil - 1979-1989 - Em percentual (%)		
	1979	1989
Emprego em Ativ. Sociais e Administração Pública	14,4	16,6
Emprego industrial com carteira de trabalho	17,8	15,0
Outros empregos com carteira de trabalho	26,9	24,0
Emprego sem carteira de trabalho	17,1	18,9
Trabalhador por conta própria	17,9	19,1
Empregadores	3,8	4,3
Trabalho sem remuneração	2,1	2,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Baltar, Dedecca e Henrique (1994).

O aumento da proporção de ocupados em atividades sociais e no setor público é positivo (impedindo uma deterioração maior), porém, nesses dez anos, a proporção de empregados com carteira de trabalho nos demais empregos se reduz de 26,9% para 24% dos ocupados. Já o percentual de ocupados sem carteira de trabalho ou por conta cresceu de 35% para 38%. Como veremos, a situação nos 90 será ainda mais grave, tanto em termos da informalidade como do desemprego.

Pode-se dizer que a piora no mercado de trabalho na década de 80 não foi maior em razão de “fenômenos compensatórios”, alguns deles já aqui mencionados, como o baixo ritmo de crescimento populacional, no geral e notadamente nos meios urbanos, o aumento do emprego no setor público (acima dimensionado) e, finalmente, a manutenção do aparelho produtivo, que vai regredir e se reestruturar fortemente nos 90.

Mas ainda nos 80, um outro aspecto importante a ser considerado é a diminuição da participação da massa salarial no total da renda gerada no país. O poder de compra dos salários se deteriora na “década perdida”, mais em função da inflação e da política econômica recessiva (com juros em patamares elevados e câmbio desvalorizado), do que propriamente das questões ligadas ao desempenho do mercado de trabalho. A renda daqueles trabalhadores autônomos e sem carteira assinada ficou cada vez mais distante do observado no núcleo formal da economia, aumentando assim os níveis de desigualdade⁶³.

Esses elementos indicam aspectos centrais das modificações no mercado de trabalho a partir da crise econômica dos 80. As “fragilidades” do mercado de trabalho – com alta rotatividade e baixos salários – se expuseram de maneira mais aguda em função da perda do dinamismo econômico (que acomodava essas pressões), sendo que a crise nos 90 seria ainda pior, dado o enfraquecimento do movimento sindical e a explosão do desemprego num quadro de reiterada precarização das condições e relações de trabalho.

⁶³ BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE (1994) utilizam-se de dados da PNAD para mostrar esse aumento na dispersão salarial entre os diferentes estratos de renda. De acordo com esses números, os 20% mais pobres reduzem sua participação no total da renda gerada pelo país de 4,4% para 3,2% de 1981 para 1989; enquanto que os 5% mais ricos aumentam de 26,9% para 32,2%.

2.1.2 – Os anos 90 e o “projeto neoliberal” (e sua continuidade⁶⁴)

A década de 90 marca uma nova orientação para a economia brasileira, a partir de um contexto internacional que, como vimos, já vinha se alterando desde o início dos anos 80. O Brasil, assim como a América Latina, se insere no chamado processo de “globalização”, sendo implementadas uma série de reformas que visaram, de um lado, maior abertura comercial e financeira do país, e, de outro, diminuição do papel do Estado na economia⁶⁵.

É verdade que o termo “globalização” está “desgastado” pois foi utilizado em contextos dos mais variados. De qualquer forma, ele é interessante para expressarmos essa mudança de orientação da economia brasileira nos 90. Mais precisamente, merece destaque a “globalização financeira” viabilizada através do constante processo de liberalização da conta de capitais do país. Esse aspecto prevalece sobre a abertura comercial quando se discutem os resultados e os limites impostos à nossa economia nos 90⁶⁶.

De acordo com o discurso oficial, que foi esboçado pelo governo Collor e efetivado por Fernando Henrique Cardoso⁶⁷, iniciativas previstas no “Consenso de Washington” iriam implementar uma nova forma de crescimento para a economia brasileira, substituindo o chamado “nacional desenvolvimentismo”. A tese de que esta estratégia foi responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas foi amplamente difundida na primeira metade dos anos 90. A crítica fundamental ao modelo desenvolvimentista residiu na idéia de sua incapacidade em manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento da produtividade. O problema apontado foi a falta de eficiência econômica, gerada

⁶⁴ A continuidade a que nos referimos diz respeito à política macroeconômica do governo Lula. Existem diferenças relacionadas, por exemplo, à política de crédito, ao papel dos bancos estatais e ao posicionamento externo do país (além dos saldos positivos na balança comercial e nas transações correntes). Nesse trabalho não aprofundaremos esse debate, até porque nosso objetivo é apenas traçar um panorama da economia brasileira. De qualquer forma, sobre a “continuidade, ruptura, capitulação ou transição” da política econômica do governo Lula em relação àquela do segundo mandato de FHC, gostaríamos de registrar os artigos de Juarez Guimarães (UFMG), Ricardo Carneiro (UNICAMP) e Fernando Nogueira da Costa (UNICAMP, licenciado, vice-presidente da Caixa Econômica Federal), publicados na agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br).

⁶⁵ Essa diminuição do papel do Estado deve ser entendida como um grau menor de interferência política (estatal) na condução da economia, para que operassem livremente “as forças do mercado”.

⁶⁶ A grande mobilidade de capitais – processo que continua em marcha – influencia diretamente “preços chaves” da economia: taxas de câmbio e juros. Dada a “hierarquia das moedas” vigente no sistema financeiro internacional, país como o Brasil (com “moeda fraca”) dificilmente escapam das turbulências internacionais, se sujeitando a um quadro de enorme instabilidade e definindo, a partir daí, políticas cambiais e monetárias (além da fiscal) numa perspectiva que limita o crescimento econômico.

⁶⁷ De acordo com FAGNANI (1999), o governo Collor teve um caráter muito mais pragmático do que ideológico no que se refere à agenda neoliberal. Somente com FHC a aplicação desse receituário se materializa de forma mais concreta e amparada ideologicamente.

pela burocratização das atividades produtivas. A razão que explicaria isso, segundo a corrente neoliberal, seria a ausência de concorrência decorrente da elevada proteção tarifária e do excesso de regulação ou interferência estatal⁶⁸.

O novo modelo proposto – e que foi implementado – teve na concorrência seu motor primordial. Além da crescente liberalização financeira, a abertura comercial foi colocada em prática com o rebaixamento das tarifas, permitindo a entrada de novos produtores estrangeiros no mercado. A privatização faria com que tivéssemos uma gestão mais eficiente em vários setores produtivos, além da eliminação de monopólios.

Os resultados em termos de crescimento do PIB e aumento do desemprego revelam, ironicamente, a “ineficácia” dessa política. O nível de atividade verificado nos anos 90 é praticamente igual ao observado na chamada “década perdida” (em torno de 2%⁶⁹). Além disso, a agenda neoliberal dos 90 foi frontalmente oposta a princípios que haviam sido consagrados formalmente na Constituição de 1988, como a concepção de direitos sociais como direitos da cidadania, a solidariedade, a universalização e a descentralização (Fagnani, 1999). Prevaecem as políticas de focalização e de Estado mínimo, num ambiente marcado pela ideologia do individualismo e pelo desprezo daquilo que é nacional (a “modernidade” exigia a internacionalização).

Feitas essas considerações gerais, vamos detalhar um pouco mais a política econômica no governo FHC, fazendo uma distinção entre o período 1995-1999 (até a desvalorização cambial) em relação ao momento seguinte, de 1999 até 2002 (com continuidade no governo Lula). Os conturbados anos do governo Collor não serão objeto de discussão direta, dado o caráter errático e ambíguo no sentido de formulação do projeto neoliberal (e os resultados evidentes do ponto de vista econômico em função da forte recessão do início dos 90).

⁶⁸ Atualmente, nos parece que a discussão a respeito de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social deve, de um lado, recuperar características como o nacionalismo e a importância do Estado, mas, de outro, compreender a complexidade da situação gerada pela globalização financeira e produtiva. Nas palavras da professora Maria da Conceição Tavares: “o desenvolvimento econômico e social como tema de discussão mais ampla e profunda foi abandonado. Nesse sentido, a querela “monetarista/desenvolvimentista” é um blá-blá-blá. Os “monetaristas” ortodoxos continuam acreditando na “economia das fraudes inocentes” como disse Galbrath recentemente. Os “desenvolvimentistas” parecem acreditar que basta retomar o crescimento. Poucos estão estudando a sério as mudanças nos padrões de desenvolvimento. Trata-se de um tema em que a ocupação econômica do território, os movimentos de população, as estruturas de produção, de acumulação de capital e a superestrutura político-cultural tem uma importância decisiva. Não sabemos o suficiente porque está tudo muito superficial”. Entrevista; *Teoria & Debate*; n. 8, Fevereiro de 2005.

⁶⁹ Lembrando que nas décadas de 50, 60 e 70 a taxa média real de crescimento foi de 7,1%, 6,1% e 8,8%, respectivamente.

Iniciemos essa descrição um pouco mais detalhada quando FHC assume o Ministério da Fazenda e prepara as condições para implementar o Plano Real em 1994.

Deve-se dizer que o Plano Real foi realizado de maneira articulada ao projeto mais amplo de reorientação da economia brasileira, com base numa determinada forma de inserção internacional do país na globalização financeira e produtiva. Nesse sentido, a expansão da liquidez internacional para periferia foi fundamental para o programa de estabilização. Para impulsionar ainda mais esse movimento houve, internamente, uma política monetária restritiva – com juros altos – e uma política fiscal muito rígida em 1994, com o objetivo de sinalizar o equilíbrio do setor público, além da formação de reservas internacionais (a partir da atração de capitais externos). A privatização e o mercado de ações também aturam no sentido de estimular a entrada de recursos externos.

A abertura comercial, posta prática, fundamentalmente, através de um rebaixamento indiscriminado de tarifas, foi também um pré-requisito para o Plano Real, pois, do ponto de vista da estabilização de preços, permitiu a entrada de um volume maior de produtos comercializáveis no país. Dessa forma, houve o estabelecimento da concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros, processo essencial para manutenção dos preços.

A idéia básica do Plano Real foi enfrentar a inflação inercial através de alguns mecanismos básicos. Uma vez estabelecidos os pré-requisitos, foi criada a URV – Unidade Real de Valor, atrelada ao dólar e que funcionou temporariamente, antes da entrada em circulação da nova moeda. Através da URV, pretendeu-se estabelecer uma referência estável de preços, paralela à moeda antiga, na qual continuava havendo inflação acelerada. Os agentes passaram a estabelecer seus preços em URV, de modo que, no momento da conversão e da adoção do Real, prevaleceu uma certa estabilidade de preços.

A forte entrada de recursos externos provocou uma sobrevalorização do câmbio, em termos nominais e reais, dada a queda da taxa de inflação no período que se seguiu à entrada em vigor do real. Em termos do saldo comercial, rapidamente se formou um grande déficit. Como a abertura comercial já estava em curso, o câmbio sobrevalorizado ampliou o movimento das importações, ao mesmo tempo em que desestimulou as exportações. De 1993 para 1995, saímos de um superávit comercial da ordem de U\$ 13 bilhões para um déficit de U\$ 3,5 bilhões, que cresceu ainda mais nos anos seguintes até 1998. Obviamente que uma

parte significativa das empresas nacionais não conseguiu se adaptar a esse quadro, implicando em fechamentos e demissões, além da quebra das cadeias produtivas internas⁷⁰.

Em relação ao financiamento da economia brasileira, a abertura financeira não proporcionou os resultados esperados. Na verdade, não houve uma grande mudança no mercado de capitais nacional que fosse suficiente para permitir o acesso de novos agentes de forma significativa. Prevaleceu uma grande instabilidade, dificultando os horizontes de financiamento para produção, fortalecendo-se a esfera especulativa (ainda mais pela liberdade permitida ao movimento de capitais). No sistema bancário, as mesmas práticas anteriores são reproduzidas e a competitividade estrangeira não se efetivou de fato, havendo a rearticulação dos bancos nacionais. O crédito continuou relativamente escasso e os *spreads* elevados, num quadro de concentração bancária.

A colocação de títulos no mercado internacional cumpriu o papel de financiamento da economia, mas num ambiente de grande instabilidade. O investimento direto estrangeiro teve um papel importante para financiar o Balanço de Pagamentos entre 1994 e 1999, mas, além de insuficiente, foi, na sua maioria, dirigido para fusões e aquisições de empresas, não necessariamente novas plantas.

A política econômica ficou submetida, assim, a esse movimento de manutenção de um cambio relativamente fixo e valorizado até janeiro de 1999 (com a política monetária comprometida com o diferencial de juros para manter a atração de recursos externos). Porém, com as crises da Ásia e da Rússia em 1997 e 1998, respectivamente, a liquidez financeira externa diminui acentuadamente para a periferia, e passamos a incorrer em déficits no Balanço de Pagamentos, com perdas de reservas. Mesmo com juros extremamente altos, permanece a instabilidade financeira e os capitais não vêm para o país nesse momento de crise. A necessidade de financiamento do país é alta e começa a haver saída de recursos – tendo como contrapartida empréstimos vultosos junto ao FMI. Depois da eleição de outubro de 1998, e já sem reservas internacionais, ocorre a desvalorização cambial em 1999.

É preciso destacar ainda que a política monetária de juros altos incidiu sobre a dívida mobiliária pública (em títulos), que cresce fortemente a partir de 1995, seja em termos

⁷⁰ Esse processo de quebra das cadeias produtivas em função do aumento do coeficiente importado, principalmente de bens intermediários, de fato contribuiu fortemente para o aumento do desemprego e representa um exemplo claro da falta de planejamento no processo de abertura comercial do país, no que tange aos interesses internos e nacionais.

nominais ou como percentual do PIB (passando de cerca de 150 bilhões de reais para quase 500 bilhões entre 1993 e 1999, ou 45% do PIB). Esse é mais um problema que se acumula para o período seguinte, “exigindo” depois crescentes superávits primários.

Em síntese, a manutenção da âncora cambial entre 1994 e janeiro de 1999 implicou numa grande vulnerabilidade externa e num sério problema fiscal, além das dificuldades relacionadas à desestruturação da indústria e desemprego crescente. Em termos de crescimento, o desempenho foi razoável entre 1995 e 1997 em função do *boom* de consumo provocado pelo Plano Real, mas o ano de 1998 já registra uma forte recessão, que se repete em 1999.

No segundo mandato de FHC, inicia-se uma nova fase a partir da desvalorização do real em Janeiro de 1999. Até esse momento, a estabilização de preços se fez com o regime de cambio fixo, sustentado pela política monetária extremamente rígida. A partir de 1999, o projeto liberal de desenvolvimento permanece, mas a condução da política econômica se modifica. Esse novo desenho – considerado, pelo *main stream*, o ideal na atual conjuntura – baseia-se no tripé do superávit fiscal primário, na política monetária voltada para as metas de inflação e no câmbio flutuante.

Esse regime prescindiu da ancora cambial, prevalecendo o câmbio flutuante (num ambiente de crescente liberalização dos fluxos de capitais). A política monetária passa a estar voltada para o controle da inflação, através do regime de metas, balizando as expectativas dos agentes econômicos. A constituição de regras – definidas previamente e difundidas de modo transparente aos agentes – é característica chave da política monetária, assim como da política fiscal, cujo elemento central são os superávits primários.

A utilização de um regime de metas de inflação é discutível num país como o Brasil em função de problemas relacionados à estrutura de mercado e à nossa dependência de produtos importados em alguns setores. Além disso, adotou-se no país um índice “cheio” para definir-se a meta, não o núcleo da inflação, menos sujeito as sazonalidades e choques eventuais. Os preços administrados, atrelados ao câmbio e reajustados via contratos firmados no processo de privatização (em setores como Telefonia e Energia), independem da política monetária e são considerados para o cumprimento da meta.

Esse conjunto de elementos implica numa enorme rigidez da política monetária, que busca quase sempre metas muito ambiciosas para a inflação, sacrificando (ou limitando) assim

o crescimento econômico, como se observou nesse início de século e continua ocorrendo na atual conjuntura.

A política fiscal se constitui com o objetivo básico de impedir um crescimento da relação dívida líquida do setor público/PIB, com base nos superávits primários. Assim sendo, no período de 1999 a 2003, o país realizou um esforço fiscal para o pagamento de seus compromissos externos que se situou entre 3,5% e 5,0% do PIB, com tendência ascendente nos últimos anos. Na prática, o superávit primário – mesmo que seja necessário em alguma medida – representou o corte de investimentos em setores da área social e de infra-estrutura do país, o que é temerário num país como o Brasil. Mesmo do ponto de vista do controle da relação dívida/PIB, observa-se uma série de dificuldades pelo fato de que a dívida pública é constantemente onerada em função do aumento dos juros.

Ainda em relação à política fiscal, é preciso mencionar o aumento da carga tributária, o que já ocorria no primeiro período. A carga tributária sobe, de 1994 para 2003, de 26% para cerca de 35% do PIB. O problema aqui é que a maior parte desses recursos, mais uma vez, é desviada da área social ou de investimentos para o pagamento e rolagem da dívida pública.

Em suma, as políticas fiscais, monetária e cambial estão articuladas de tal forma que o crescimento econômico sustentável está subordinado à estabilidade de preços. Os anos de 1998 e 1999 marcaram taxas de crescimento do PIB inferiores a 1%. Em 2000, em grande medida favorecido por um cenário externo tranqüilo, o produto interno se expandiu 4,3%. Mas, em seguida, evidenciando as debilidades de infra-estrutura do país, a crise de energia contribuiu para a expansão de apenas 1,5% em 2001. A tensão eleitoral foi a explicação para o crescimento do PIB inferior a 2,0% em 2002, num quadro de crise cambial a partir das pressões no mercado financeiro. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, houve praticamente uma estagnação da economia (0,52%)⁷¹.

É claro que cada um destes aspectos da política econômica permitiria um aprofundamento da discussão. Mas isso foge aos objetivos desse trabalho, uma vez que buscamos apenas uma caracterização geral da economia brasileira no período recente. Nesse sentido, vale ainda mencionar que, a partir de 2001, o país retoma a trajetória de saldos comerciais positivos, numa magnitude expressiva e inédita (atingindo quase US\$ 25 bilhões em

⁷¹ Mesmo o crescimento de 4,9% do PIB em 2004 foi inferior ao observado em outros países emergentes, inclusive da América Latina. Tal situação se repete em 2005, pois a taxa esperada de 3,5% deve ser menor do que a média de outros países em desenvolvimento.

2003 e 33 bilhões em 2004). Esse fato é sem dúvida importante para a diminuição da nossa vulnerabilidade externa, mas infelizmente não se sabe até quando persistirá, uma vez que tem havido recentemente uma constante apreciação cambial. Além disso, o período 2001-2004 foi marcado por um contexto internacional muito favorável tanto do ponto de vista financeiro como comercial, sendo que as expectativas não são tão positivas daqui para frente⁷².

Por ora, gostaríamos apenas de enfatizar que as políticas liberais implementadas durante os 90, de uma forma ou de outra, mantém um alto grau de vulnerabilidade para economia brasileira. De certa forma, estamos aprisionados e constantemente limitados por uma “ditadura do mercado financeiro”, que estabelece um padrão de baixo crescimento e traz conseqüências para o mercado de trabalho, como veremos a seguir.

Na última década, assistimos a um processo de alterações significativas no âmbito das relações de trabalho e também no que se refere às taxas de desemprego observadas no Brasil. A precarização das estruturas ocupacionais somada ao aumento do desemprego, caracteriza a deterioração do mercado de trabalho brasileiro⁷³. Pretendemos estabelecer um paralelo entre as taxas de crescimento observadas na década de 90 e a elevação dos índices de desemprego. Nosso objetivo é demonstrar que, em grande medida, a queda do nível de emprego é explicada pela retração da atividade econômica⁷⁴. Essa, por sua vez, é decorrente da aplicação de um receituário liberal de política econômica, o qual, na nossa opinião, se mostra equivocado e responsável pelo agravamento dos problemas sociais.

Esse mesmo receituário neoliberal justifica a crescente flexibilidade das relações de trabalho, processo que causou a elevação da precariedade nas ocupações, fazendo com que as condições de trabalho piorassem de maneira significativa. Esse resultado é a “outra face” da deterioração que ocorreu nos anos 90. Vale ressaltar que o discurso oficial e conservador

⁷² Boletim Política Econômica em Foco. Número 5; IE, UNICAMP, 2005.

⁷³ Na verdade, existe uma certa imprecisão quando colocamos que os problemas são relacionados ao “mercado de trabalho”. Esse termo não expressa de maneira adequada a amplitude da crise a que nos referimos, uma vez que muitos dos problemas que iremos apontar se encontram “fora do mercado”. Tratam-se das questões relativas ao chamado “mercado informal”, aquele no qual os trabalhadores não mantêm qualquer tipo de vínculos que garantam direitos mínimos de proteção social, como o seguro-desemprego, o FGTS e a Previdência Social. Porém, como o termo “mercado de trabalho” está plenamente difundido e é constantemente utilizado de maneira a englobar todas as formas de ocupação, faremos uso dessa expressão.

⁷⁴ A introdução de inovações tecnológicas é muitas vezes utilizada como explicação para o aumento do desemprego no período recente. É evidente que essa relação existe, mas nos parece um erro apontá-la como fator preponderante na determinação do desemprego. Se o contexto no qual tais inovações tecnológicas são introduzidas é de dinamismo econômico, seus efeitos sobre o desemprego são minimizados. Ademais, essa explicação que defende a primazia do aspecto tecnológico tem um caráter inexorável que gera um certo “conformismo” diante do problema do desemprego, o que é prejudicial para o debate.

defende a flexibilização e a liberalização como necessárias ao atual mundo do trabalho. A “modernização” das relações de trabalho, forma pela qual a precariedade é “vendida”, seria indispensável, pois, de um lado, temos o avanço tecnológico que reduz a necessidade de mão de obra e exige maior liberdade para o empregador, e, de outro, existem os “elevados custos trabalhistas” que oneram as empresas num mundo cada vez mais competitivo.

Esse discurso neoliberal e a política econômica adotada agravaram a crise no mercado de trabalho. Porém, é preciso reconhecer que os problemas, como vimos, já começam a aparecer nos anos 80, quando tivemos também um desempenho muito ruim do PIB. Como resultado desse crescimento econômico muito baixo, observou-se, além da elevação da taxa de desemprego aberto no início da década, o aumento das formas de ocupação não-formais e dos trabalhadores por conta própria, evidenciando assim uma insuficiência na geração de empregos formais nas áreas urbanas.

Nos anos 90, a situação se agrava, pois o baixo crescimento econômico se dá em meio a reformas liberais que expõem de maneira indiscriminada a economia brasileira, aumentando sua vulnerabilidade e debilitando seu potencial de crescimento. Como apontam os professores Jorge Mattoso e Paulo Baltar⁷⁵:

“A abertura comercial indiscriminada, a ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação das indústrias afetadas pela competição internacional, a valorização da moeda nacional e as altas taxas de juros estão modificando a estrutura da economia brasileira e reduzindo sua capacidade de geração de oportunidades ocupacionais”.

A ocorrência de índices elevados de desemprego e informalidade constitui-se num fenômeno que não é isolado e restrito a determinados setores ou regiões do país; trata-se de um problema nacional (Mattoso, 1999). É verdade que os desequilíbrios regionais e setoriais já existentes podem fazer com que tais processos sejam mais ou menos intensos; porém, a preocupação com o desemprego é marcante para boa parte da população brasileira, como inclusive apontam quase todas as pesquisas de opinião pública (desemprego e violência se revezam dentre os temas que mais preocupam os brasileiros).

Para evidenciar as relações entre o aumento do desemprego e a variação das taxas de crescimento anuais da economia brasileira, comecemos por estas últimas:

⁷⁵ Mattoso & Baltar, 1997, p. 293.

Tabela 12	
Taxa var. real do PIB (%)	
1990	-4,35
1991	1,03
1992	-0,54
1993	4,92
1994	5,85
1995	4,22
1996	2,66
1997	3,27
1998	0,13
1999	0,79
2000	4,36
2001	1,42
2002	1,52
2003	0,52

Fonte: IPEA/Data

É possível perceber que, em todos esses anos, o país não conseguiu obter um crescimento significativo, em torno de 5% ao ano, por exemplo, por um período razoável de tempo (digamos, mais do que quatro anos consecutivos). O início da década de 90 é bastante problemático, inclusive com taxas negativas do PIB num período onde ainda prevaleciam patamares elevados de inflação. Há recuperação da atividade com o Plano Real e o *boom* de consumo que se seguiu a ele em 1994-95, porém essa trajetória já perde força em 1996 e resulta numa recessão em 1998-99. O ano de 2000 marca novamente uma recuperação episódica, já que nos últimos três anos (2001-2003) voltamos a ter taxas baixas de crescimento – inferiores a 2%. Em relação às taxas de desemprego, observemos os dados oficiais do IBGE para depois estabelecermos um paralelo com a tabela 12. As taxas são as seguintes:

Tabela 13	
Taxas de desemprego anuais (*)	
1990	4,3
1991	4,8
1992	5,8
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,6
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,8
2000	7,8
2001	6,8
2002	7,9

Fonte: IPEA/Data

(*) metodologia antiga do IBGE.

Mesmo com a recessão do início da década de 90, as taxas de desemprego são relativamente mais baixas do que as observadas nos outros anos. Isso pode se dever ao fato de que se iniciava apenas o processo de abertura comercial, de maneira que a economia nacional ainda estava protegida e conseguia manter certo nível de emprego.

Depois do Plano Real, tivemos, como foi colocado, um crescimento do consumo em função de vários aspectos: primeiramente, há o aumento do poder de compra da população em geral, fruto da própria redução da inflação; há também o barateamento dos produtos importados, dada a taxa câmbio sobrevalorizada. Ademais, a partir do endividamento externo e da entrada de recursos, houve uma explosão do crédito, mesmo com os juros em patamares elevados.

Esse quadro implicou num crescimento econômico importante no biênio 1994-95, com efeitos sobre a diminuição no desemprego, já que a taxa observada nesse período (em torno de 5,0%) é baixa em comparação à segunda metade da década. A partir de 1996 há uma desaceleração da economia, que se configura em recessão nos anos de 1998 e 1999. A trajetória da taxa de desemprego acompanha esse movimento, como se percebe pelos altos índices de desemprego em 1998-99, anos em que tivemos crescimento econômico praticamente nulo. A recuperação de 2000 não foi suficiente para gerar empregos, primeiro porque foi um episódio isolado e, principalmente, foi um período de utilização de capacidade ociosa – sem novas contratações – já que vínhamos de dois anos de estagnação.

Entre 2001 e 2003, o crescimento voltou a patamares baixos e o desemprego se manteve elevado. A partir de outubro de 2001, o IBGE adota uma nova metodologia – menos restrita – e ela mostra que as taxas foram, respectivamente, de 11,4% e 12,5% em 2001 e 2002. Novamente, com a recessão de 2003 – fruto do aperto monetário e fiscal – o desemprego recrudescceu e se mantém em níveis recordes, acima de 10%⁷⁶.

Outras pesquisas também mostram esse quadro de crescente desemprego em decorrência do baixo crescimento do produto nos anos 90. Gostaríamos de destacar os dados da Fundação SEADE-DIEESE, que se referem à capital paulista e utilizam um critério ainda mais amplo para medir o desemprego (permitindo também a comparação entre 1989 e 1999).

⁷⁶ Há uma queda no desemprego em 2004 e 2005. Mesmo assim, os índices ainda são elevados e não mostram uma tendência forte de queda. Em Setembro de 2005, por exemplo, a taxa observada nas seis principais regiões metropolitanas do país foi de 9,6%.

O crescimento da chamada taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário e desalento⁷⁷, evidencia o problema de maneira mais completa e geral do que o levantamento feito pelo IBGE. Os dados a seguir foram obtidos na PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da Fundação SEADE:

Tabela 14 – PED – Região Metropolitana de SP
Variação (%)

Tipo de Desemprego	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,3	19,5
Aberto	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,3
Oculto	2,2	2,9	3,8	6,0	6,0	5,3	4,2	5,1	5,7	6,6	7,2
Pelo trabalho precário	1,5	2,0	2,9	4,6	4,7	4,0	3,3	3,8	4,2	4,6	4,9
Pelo desalento	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,5	1,9	1,2

Fonte: PED/SEADE-DIEESE.

Partindo de uma taxa de desemprego total de 8,7% em 1989, os índices crescem até 1992-93. De maneira similar ao levantamento do IBGE, também podemos notar uma diminuição nas taxas de desemprego no breve período de crescimento de 1994-95 (em relação a 1992-93). Com o desaquecimento da economia os índices crescem e atingem patamares elevados em 1998 e 1999, acima de 18% (mais do que dez pontos percentuais quando se compara com 1989). Para os anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, que não estão apresentados na tabela, as taxas continuaram bastante expressivas, sendo, respectivamente, de 17,6%, 17,5%, 18,9% e 19,9% (novo recorde do levantamento, no primeiro ano do governo Lula), evidenciando as dificuldades para os trabalhadores na área mais dinâmica do país, a Região Metropolitana de São Paulo.

O processo de aumento do contingente de trabalhadores sem emprego tem características peculiares nos anos 90, uma vez que “o desemprego cresceu relativamente mais entre os homens, de mais idade (40 anos ou mais), cônjuges e para os de maior escolaridade”

⁷⁷ As definições da Fundação SEADE e do DIEESE para desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento são as seguintes: a) desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos dias. b) Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste. c) Desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

(Mattoso, 1999, p.14). Estes dados refutam a argumentação convencional de que se deve atribuir simplesmente o aumento do desemprego à desqualificação do trabalhador. Um outro dado significativo da peculiaridade dos anos 90 é o crescimento do desemprego médio, que era de 15 semanas em 1989 e passa para 40 semanas em 1999. O desemprego é a “ponta de um imenso iceberg”, cuja parte menos visível é a profunda deterioração das condições e relações de trabalho⁷⁸, “convertida em virtude pelo discurso oficial ou oficioso de economistas e consultores” (Mattoso, 1999, p. 15). Estas condições de trabalho tornaram-se cada vez mais informais, precárias, com trabalhos descontínuos, de curta duração e sem contribuição para Previdência. A “diminuição” do mercado formal de trabalho, aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, tais como a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego, é marcante nos últimos anos. Segundo pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, atualmente mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade.

Já uma análise da distribuição dos ocupados por posição na ocupação revela, comparando novamente os anos de 1989 e 1999, o crescimento substancial dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, com a diminuição dos assalariados com carteira, dada a incapacidade da economia brasileira em gerar empregos formais na década de 90⁷⁹.

Tabela 15 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação - Total Regiões metropolitanas

%	Dezembro – 1989	Junho – 1999
Assalariados com carteira	59,5	44,7
Assalariados sem carteira	18,4	26,9
Conta Própria	17,7	23,5
Empregadores	4,4	4,9

Fonte: Mattoso, (1999).

⁷⁸ Jorge Mattoso (1999, p. 18) assim define esses processos: a) Precarização das condições de trabalho – “aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria”. b) Precarização das relações de trabalho – “processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais”.

⁷⁹ Nessa parte final da descrição acerca da economia brasileira estamos privilegiando a comparação entre 1989 e 1999 para realçar o fato de que os anos 90, inegavelmente, constituem-se num período crítico do ponto de vista do aumento do desemprego e da precariedade nas condições e relações de trabalho, numa intensidade bem superior àquela da “década perdida”.

Ao longo desses dez anos, é nítido o crescimento dos assalariados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria, também num regime informal na grande maioria dos casos. Da mesma forma que o desemprego, esse processo continuou no início do século XXI. Os dados de 2003 mostram que, para o Brasil, do conjunto de ocupados tínhamos apenas 32% com carteira de trabalho assinada, 6,6% eram militares ou estatutários e 4,2% eram empregadores; tínhamos ainda 23,5% sem carteira assinada, 22,3% por conta própria, 7,1% de não-remunerados, e 4,2% trabalhando no auto-consumo ou auto-construção (PNAD, 2003). Somando esses últimos quatro grupos, chegamos a 57,1% dos ocupados em 2003.

O aumento do desemprego e da precariedade do trabalho é, assim, característica chave da economia brasileira na década de 90, que persistiu mesmo com a mudança na política econômica com a desvalorização cambial em 1999. Durante o primeiro governo FHC, de 1995 a 1998, a aplicação das políticas formuladas no Consenso de Washington se fez sem disfarces, com a predominância de idéias como: a focalização dos gastos sociais é mais eficiente do que a universalização dos serviços públicos; a seguridade social deve ser substituída pelo seguro social, no qual só têm direitos aqueles que contribuem para o sistema, o Estado deve ser mínimo, atuando apenas como mero regulador de serviços que serão oferecidos pelo setor privado, como escolas/universidades particulares e planos de saúde⁸⁰.

Em que pese esse cenário, como já foi colocado, o Plano Real estabilizou os preços a partir da âncora cambial (aliada à abertura comercial para favorecer as importações e a concorrência) e de uma política de juros elevados (atraindo capital estrangeiro, dada a abertura financeira). Houve uma expansão do consumo que se seguiu ao Plano, com crescimento da economia entre 1994-97. FHC conseguiu construir um capital político que foi suficiente para garantir novo mandato (mesmo com a recessão de 1998).

Ao longo dos dois mandatos, mesmo com o aumento da carga tributária de 26% para 35% do PIB – e a venda de parte significativa do patrimônio público no processo de privatizações – a dívida líquida do setor público cresce de forma assustadora, passando de cerca de R\$ 150 bilhões para quase R\$ 900 bilhões⁸¹ entre 1994 e 2002. Ao mesmo tempo em

⁸⁰ Na verdade, infelizmente, essas características foram o resultado mais geral do embate político que se realizou durante o governo FHC. Estamos cientes de que um grupo contrário a essa visão – representado primordialmente por José Serra (que foi Ministro do Planejamento e depois da Saúde) – foi derrotado dentro do governo, prevalecendo sempre a orientação da Fazenda, seja com Gustavo Franco e Pedro Malan (obviamente que com o apoio de FHC).

⁸¹ Dados do IPEA/Data.

que houve essa “recentralização” fiscal – já que as contribuições sociais revertem receitas apenas para a União – os Estados e Municípios se vêem com mais responsabilidades e também estrangulados financeiramente. Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal impôs limites muito rígidos para os gastos, muitas vezes impedindo investimentos em áreas básicas, como saneamento e habitação.

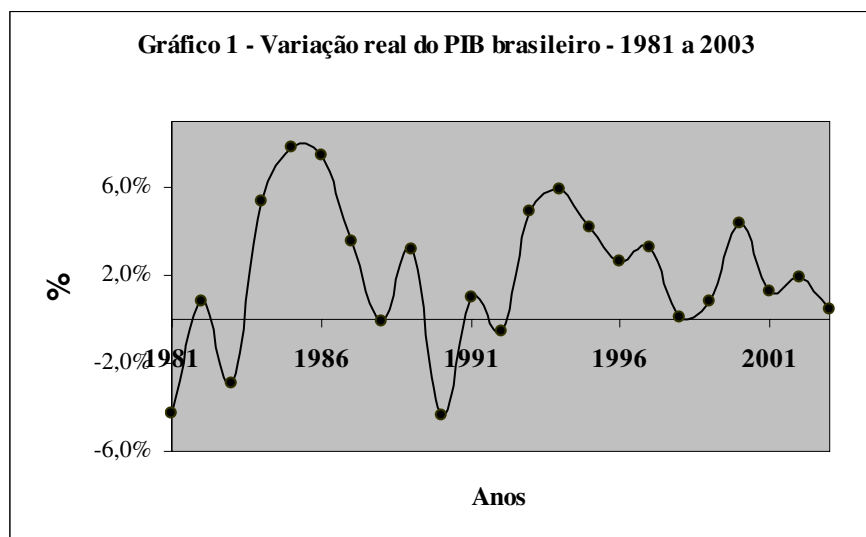
O arcabouço macroeconômico produziu, no período todo, de 1994 a 2002, efeitos negativos sobre o parque industrial brasileiro (em particular devido à abertura comercial indiscriminada) e sobre o setor público e sua capacidade de financiamento, prejudicando especialmente os gastos na área social. A política econômica que foi implementada (e continua sendo no governo Lula) se mostrou antagônica a qualquer possibilidade de desenvolvimento social, aumentando a exclusão e desorganizando a capacidade de intervenção de Estado.

No segundo mandato de FHC, de 1999 a 2002, os acordos com o FMI exigiram expressivos superávits primários (excluindo-se os juros) nas contas públicas. Mesmo assim, a vulnerabilidade desse modelo fica evidente nos episódios de crise que geram “tensão nos mercados”, ocorrendo sempre a mesma resposta, com aumento dos juros e desaquecimento da economia. As metas de superávit primário representam, na prática, uma redução substancial de recursos para investimento na área social, que podem assim ser economizados para garantir o cumprimento dos nossos compromissos financeiros.

A austeridade fiscal (com os superávits primários), a política monetária conduzida a partir do regime de metas de inflação e a livre mobilidade de capitais (câmbio flutuante) resumem a essência dessa política econômica que se consolidou no segundo mandato de FHC e tem continuado no governo Lula.

Em termos de um desenvolvimento sócio-econômico autônomo e justo, os resultados já são claramente conhecidos. De 1998 até 2003, a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de 1,7%. Não por acaso, os últimos cinco anos possuem taxas recordes de desemprego, que ultrapassam 10% da PEA e atingem 20% dos trabalhadores com critérios mais amplos (DIEESE-SEADE). Incrivelmente, esse cenário persiste e se agrava no governo Lula, que aumentou o superávit primário como proporção do PIB e pratica uma política monetária demasiadamente rígida e conservadora, atuando timidamente no câmbio e na formação de reservas internacionais.

Ao longo desse item, buscamos traçar um panorama acerca dos principais elementos da economia brasileira nas décadas de 80 e 90 (com a continuidade no início do século XX). O tema requereria, naturalmente, um aprofundamento se nosso objetivo fosse avaliar detalhadamente a política macroeconômica durante esses anos. Na verdade, o intuito foi apenas resgatar a dinâmica mais geral que, por razões distintas, implicou no baixo crescimento (ou semi-estagnação), com profunda instabilidade, como podemos observar no gráfico abaixo:



Fonte: IPEA/Data.

Essa dinâmica instável trouxe conseqüências negativas para o mercado de trabalho. O aumento de desemprego e da precariedade, num quadro de investimentos públicos insuficientes, provocou a permanência ou até mesmo a piora dos níveis de desigualdade social no país, conforme discutiremos no próximo item e seguintes.

2.2 – A desigualdade social brasileira num sentido amplo

No item anterior tentamos explorar a idéia de que o principal fator responsável pela crise social brasileira – e seu agravamento – é o baixo desempenho do produto, implicando em perda do dinamismo econômico e social. Esse quadro de semi-estagnação afeta toda a população – beneficiando uns poucos e prejudicando a imensa maioria – mas traz conseqüências ainda mais perversas para o contingente negro de homens e mulheres, historicamente discriminado.

Nessa parte da dissertação busca-se caracterizar o que estamos chamando de desigualdade social brasileira. Pode-se dizer que, com base em distintos referenciais teóricos, existem visões diferentes a respeito do que significa a desigualdade social no Brasil. Basicamente, gostaríamos de destacar duas formulações que, em última instância, podem ser consideradas como sendo uma abordagem “liberal” e outra “não-liberal” dessa temática.

O primeiro grupo é majoritário enquanto linha de pensamento, sendo representado pela grande maioria dos analistas financeiros, econômicos e mesmo aqueles que versam sobre a questão social. Grosso modo, representam essa visão economistas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Ministério da Fazenda, Banco Central, FMI ou Banco Mundial, amparados academicamente por escolas como a PUC-RJ, FGV-RJ e Universidades norte-americanas.

Para Barros e Carvalho⁸², por exemplo, é fundamental que a política social se realize de forma “autônoma”, sendo independente da política econômica. Esta não deve sofrer pressões orçamentárias a partir de demandas formuladas na esfera da política social. Apesar de reconhecer os aspectos positivos do crescimento econômico, esses autores priorizam uma gestão eficiente e racional do gasto público – já limitado pela política econômica – como método mais eficaz de combate às desigualdades sociais.

Está embutida nessa perspectiva a idéia de “focalização” da política social, em detrimento de uma visão de “universalização”. Esse é um amplo campo de discussão que não se constitui em objeto direto de estudo desse trabalho. Mas é preciso chamar atenção para o “reduccionismo” do debate na área social provocado por essa abordagem “liberal”. Ao defender, dados os limites impostos pela política econômica, a opção de atender “os pobres dentre os mais pobres”, esse tipo de política social escamoteia a magnitude da crise social brasileira. Os programas de auxílio financeiro – como bolsa família – passam a ser sinônimos de política social, deixando num segundo plano – ou simplesmente desconsiderando – grandes temas como as Políticas Nacionais de Educação, Saúde, Habitação e Saneamento Básico, por exemplo.

Deve-se fazer uma ressalva no sentido de que, para os “liberais”, o grande problema reside nas diferenças observadas na formação escolar básica das pessoas, impedindo que todos

⁸² Texto para discussão 985/2003; IPEA.

possam “concorrer em condições de igualdade⁸³”. Mas a contradição aparece no momento em que a defesa do atual modelo econômico impõe sérios limites ao gasto fiscal, particularmente na área social. Dados esses limites inexoráveis, prevalece a idéia de que as políticas focalizadas são superiores às aquelas de caráter universal, associadas, via de regra, a desperdícios e ineficiência do setor público. Essa visão nos parece equivocada uma vez que as dificuldades de acesso e a má qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado expressam uma face muito importante da desigualdade social, mais até do que a distribuição desigual da renda, sendo que esses problemas só seriam resolvidos com políticas universais de fato abrangentes e bem implementadas.

Mesmo que haja melhora na distribuição da renda com crescimento do produto⁸⁴, o que também é decisivo para um amplo desenvolvimento social, o acesso diferenciado a escolas particulares e convênios de saúde privados coloca a seguinte questão: este tipo de sociedade é a mais adequada para um país tão carente como o Brasil? Os problemas sociais podem ser resolvidos pela privatização dos serviços públicos? Na mesma linha, se prescindirmos das políticas universais, do ponto de vista da cidadania e do bem-estar social, podemos nos limitar a atender “os mais pobres dentre os mais pobres”? Pensamos que não, ou seja, é preciso um fortalecimento das políticas públicas e universais, até porque o atendimento focalizado, na maioria das vezes, restringe-se a um pequeno auxílio financeiro mensal para famílias em situações extremamente precárias⁸⁵.

Esses questionamentos nos levam a uma perspectiva mais ampla sobre a problemática da desigualdade social brasileira. Mais uma vez, citemos a forma pela qual Ignacy Sachs resume a idéia de desenvolvimento: “a universalização efetiva dos direitos políticos, cívicos e

⁸³ Nessa perspectiva, as diferenças entre as pessoas são um fato natural e até positivo para que sejam estimuladas a criatividade, o empreendedorismo, etc. Seria preciso uma base educacional minimamente equilibrada para que esses potenciais individuais pudessem ser desenvolvidos. A crítica que estamos fazendo não se concentra tanto nessa visão, embora ela nos parece também problemática dada a magnitude das desigualdades no país. O problema maior se relaciona ao fato de que a política econômica ortodoxa, defendida pelos liberais, estabelece limites rígidos para o gasto social. Ao constatarem esses limites, passa-se para defesa da focalização e para crítica aos “desperdícios” de recursos Setor Público, em áreas como a Previdência Social e o Ensino Superior.

⁸⁴ Esse aspecto é importante uma vez que melhora na distribuição de renda em períodos de recessão ou baixo crescimento pode significar apenas que os estratos médios ou superiores estão ganhando menos, daí a aproximação com os mais pobres.

⁸⁵ É verdade que o auxílio financeiro em geral é acompanhado de regras que exigem determinada frequência escolar ou acompanhamentos na área de saúde. Isso é positivo e não estamos defendendo aqui a extinção de tais programas, apenas argumentamos que a política social não pode se resumir a eles, que devem ser executados e de maneira complementar às políticas universais.

civis, econômicos, sociais, culturais, ambientais e tanto outros. E que a inclusão social pelo trabalho deve ser preferida, sempre que possível, às políticas sociais compensatórias".

É verdade que avançamos em termos de direitos políticos, cívicos e civis nas últimas décadas, porém, ao mesmo tempo, é inegável que continuamos longe da universalização de direitos econômicos e sociais. Em termos da inclusão social pelo trabalho, como vimos no item anterior, há inclusive um retrocesso. Dessa forma, permanecem e até se acentuam no país elevados níveis de desigualdade social.

Uma perspectiva “não liberal” para trabalhar essa problemática no Brasil deve, em primeiro lugar, reconhecer e apontar caminhos (não apenas no discurso) para um ciclo de crescimento econômico sustentado da economia brasileira, com duração e magnitude de fato expressivas. Mas é preciso ir além do crescimento para redução dos níveis de desigualdade social, considerando a complexidade atual das relações econômicas e sociais.

Num sentido amplo, a desigualdade social brasileira possui várias dimensões:

- o passado colonial/escravista e as implicações para a discriminação racial;
- a questão agrária, com os latifúndios e a exploração do trabalhador rural;
- a formação de um mercado de trabalho heterogêneo e desigual, com baixos salários e alta rotatividade;
- as diferenças regionais dentro do país;
- A monopolização/privatização de serviços sociais básicos, como Educação e Saúde;

Nessa dissertação, estamos privilegiando um desses aspectos – a questão racial – mas ele está claramente relacionado e sobreposto, em intensidades distintas, com as demais dimensões de nossa desigualdade social. Esses problemas fazem parte de um processo histórico, mas *não* estão definidos *a priori*. Existem e existiram *opções políticas* que implicaram em manutenção e/ou ampliação dessas diferenças e desigualdades sociais. Temos insistido no argumento de que, para que sejam realizadas mudanças efetivas, é preciso um ambiente de dinamismo econômico; porém, o crescimento é condição necessária – mas não suficiente – para o desenvolvimento e redução das desigualdades sociais.

O crescimento sustentado possibilitaria o fortalecimento do Estado, que poderia recuperar seu papel indutor do investimento, ampliando também o atendimento na área social. A redução da desigualdade social requer conciliar a inclusão social pelo trabalho com a

cidadania plena dos indivíduos. Nesse sentido, mesmo o período de maior crescimento da economia brasileira não conseguiu construir um Estado de Bem Estar Social avançado.

Pelo contrário, é possível afirmar que o golpe de 1964 foi um momento determinante, pois vinha em curso o avanço de forças progressistas, mais comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais. De acordo com Mello e Novais: “a luta pela igualdade é exatamente o combate coletivo pela quebra dos *monopólios sociais*. E ela estava se fazendo dentro dos quadros liberal-democráticos estabelecidos pela Constituição de 1946”. Assim sendo, em 1964: “O que estava em jogo eram dois estilos de desenvolvimento, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um *capitalismo selvagem e plutocrático*, de outro, um *capitalismo domesticado* pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos⁸⁶”.

O regime militar representou a vitória de uma das formas possíveis de desenvolvimento capitalista no Brasil. A redemocratização, a partir de 1985, constituiu-se, inegavelmente, num avanço em termos de direitos políticos e civis. Porém, perdemos o rumo do crescimento econômico, acostumando-nos a um desempenho medíocre. A construção de uma alternativa é um processo extremamente difícil e complexo, mas que deve ser levado adiante para diminuição das desigualdades sociais brasileiras.

Em linhas gerais, durante o dinamismo do ciclo militar, a manutenção de níveis significativos de desigualdade – pobreza no campo (manutenção da estrutura fundiária), concentração de renda (baixos salários) e “privatização” da Educação e Saúde (com piora na qualidade desses serviços públicos) – era acomodada pelo crescimento econômico que gerava possibilidades de mobilidade social ascendente; as últimas décadas, de 1981 a 2003, expuseram a desigualdade social, com aumento da tensão no campo, da violência urbana, precarização das condições de trabalho/moradia e taxas desemprego elevadas (nos anos 90).

Tendo em vista essa perspectiva histórica é que estamos trabalhando a desigualdade social brasileira. No próximo sub-item, através de estudos recentes da questão racial, buscaremos sintetizar os problemas observados para as populações negra e feminina ao final da década de 90, considerando este sentido amplo da desigualdade social brasileira.

⁸⁶ Cardoso de Mello & Novais, 1998, p. 615-617.

2.3 – A situação dos negros e mulheres no final do século XX – Estudos recentes

Nosso objetivo aqui é apresentar, com base em alguns textos selecionados, uma síntese de indicadores que evidenciam a persistência de problemas sócio-econômicos para a população negra (e feminina) no período recente. Os últimos vinte e cinco anos de baixo crescimento econômico dificultaram o enfrentamento dos problemas na área social, que persistiram e até pioraram no que se refere ao desemprego e à violência, por exemplo. Nesse contexto vamos trabalhar com alguns autores que destacaram a manutenção de elevadas disparidades raciais e de gênero no final da década de 90.

Felizmente, a partir de meados da década de 80, houve um aumento da consciência pública a respeito da situação social dos homens e mulheres negras. Em grande medida, isso ocorreu com o fortalecimento do movimento negro, que através da mobilização política conseguiu sensibilizar uma parte da opinião pública, além de receber apoio de setores políticos e acadêmicos. Houve, assim, um grau maior de legitimidade nas demandas dos brasileiros “afros-descendentes⁸⁷”.

Como vimos no capítulo 1, dentro da academia, na verdade, a crítica à suposta “democracia racial” realizou-se já nos anos 50 com Florestan Fernandes e outros membros da “escola paulista”. Esses estudos críticos de caráter ensaístico foram, de certa forma, complementados pelos trabalhos de Carlos Hasenbalg no final da década de 70. Através do uso sistemático de estatísticas e indicadores, esse autor, e também Nelson do Valle da Silva, ambos do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), marcaram uma nova fase no estudo da questão racial no Brasil.

A partir de 1980, abre-se uma nova agenda de pesquisas sobre o tema das desigualdades sócio-raciais brasileiras, baseada também no uso de indicadores oficiais e metodologias desenvolvidas em diferentes centros de pesquisa. Esse processo conjugou-se ao amadurecimento do movimento negro, fazendo com que, já na década de 90, a temática racial fosse incluída na pauta política do país⁸⁸. Essa contextualização é importante para situarmos

⁸⁷ Lembrando que nem todos os “afros-descendentes” são negros, pois eles podem ser oriundos da chamada “África branca”.

⁸⁸ Interessante notar como pode ser feita uma comparação com o processo de mobilização e luta política das pessoas com deficiência. Tal movimento é, no Brasil, ainda mais recente, tendo, anteriormente, um caráter marcadamente assistencialista, cabendo um papel subordinado às próprias pessoas com deficiência, que somente nos últimos anos tornaram-se protagonistas na luta por seus direitos. Esse tema tem, gradativamente, ocupado

essa dissertação como uma tentativa de colaboração nesse esforço de evidenciar as marcantes desigualdades raciais no país, a partir do quadro de baixo crescimento ou semi-estagnação dos últimos vinte e cinco anos.

Na primeira parte desse item (2.3.1), utilizaremos como principal referência o primoroso trabalho do professor Marcelo Paixão da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) – *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais no Brasil (2002)* – que além de traçar um panorama da situação sócio-econômica dos negros, busca articular esta discussão a aspectos gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro. O sub-item 2.3.2 refere-se a um artigo recente de Nelson do Valle da Silva no qual o autor, utilizando-se da metodologia de Pastore (1992), descreve a estrutura ocupacional da população negra em 1996, trabalhando a mobilidade social de maneira comparada à população branca. Por último, no sub-item 2.3.3, utilizaremos pesquisas recentes da professora Eugênia Leone acerca das condições das mulheres no mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 80 e 90, além de um estudo realizado na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)⁸⁹.

2.3.1 – A existência de “dois países” no Brasil

Desde 1990, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – vem editando anualmente os *Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano*. O objetivo desses relatórios é fornecer uma base para o diagnóstico e comparação internacional da situação sócio-ocupacional de 174 nações do planeta. Nesse sentido, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir de três variáveis: o rendimento *per capita*, o nível educacional e o grau de longevidade da população. Estabeleceu-se uma classificação segundo a qual países com IDH acima de 0,800 seriam de alto estágio de desenvolvimento humano, aqueles com índice entre 0,500 e 0,799 de médio desenvolvimento e os países com IDH inferior a 0,500 teriam baixo desenvolvimento humano.

Existe uma série de críticas e questionamentos ao uso do IDH e à forma pela qual ele foi elaborado. Não é nosso objetivo aqui avançar nessa discussão, de maneira que, cientes dos

espaço nas discussões do Poder Público, apesar de ser relativamente pouco explorado na academia brasileira, em especial nos campos da Sociologia e Economia.

⁸⁹ Esses trabalhos selecionados decorrem da pesquisa bibliográfica do autor e obviamente não esgotam a grande variedade de estudos sobre as temáticas raciais e de gênero. Apenas buscamos um panorama do quadro recente

problemas existentes, pretendemos reproduzir alguns resultados da desagregação do IDH no Brasil para as populações branca e negra (somatório daqueles que se declararam “pretos” e pardos⁹⁰).

Antes da questão racial, seria interessante destacar, assim como faz Paixão (2002), que nos primeiros *Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano* foram feitas desagregações do IDH, em particular em relação ao gênero. Chama atenção o fato de que não existe nenhum país do mundo em que o valor do IDH feminino seja superior ao masculino. Portanto, mesmo com a conquista de direitos de cidadania e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, elas permanecerem, em todas os 174 países pesquisados, numa posição inferior em relação aos homens no que se refere ao IDH de 1992 (provavelmente isso permanece até os dias atuais).

Em 1993, foram publicados suplementos pelo PNUD que apresentavam os dados do IDH separados a partir de diferentes grupos étnicos ou distintas regiões geográficas. Observou-se então que os brancos norte-americanos, quando colocados na tabela que agrupava os IDHs dos diversos países, ocupavam o primeiro lugar do mundo; os negros residentes nos EUA o trigésimo primeiro posto, e os hispânicos o trigésimo quinto⁹¹. Comparações semelhantes foram feitas em países da Europa, evidenciando grandes disparidades entre grupos étnicos distintos num mesmo país. Ocorre que, “apesar da importância desses estudos, ao que tudo indica, a partir de 1995, o PNUD deixou de apresentar em seus *Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano* dados desagregados por grupos étnicos entre os países⁹²”. Paixão atribui a esse fato algum desconforto que pode ter havido no sentido de que os dados desagregados pudessem acirrar conflitos étnicos e raciais dentro dos países. Porém, concordamos com a visão desse autor, segundo a qual, sem ignorar o crescimento do racismo e da xenofobia:

“Não adianta em nada esconder das populações os aspectos atinentes à sua realidade, pois não são as pesquisas e os estudos que produzem os conflitos (inclusive os étnicos), mas sim as realidades injustas e cruéis que apartam na prática as pessoas, gerando entre elas todo tipo de ressentimento” (Paixão, 2002, p.25).

para, assim como o contexto histórico e a caracterização da economia brasileira, introduzir e situar o debate que será feito no capítulo 3.

⁹⁰ No estudo realizado por PAIXÃO (2002), as populações amarela e indígena não são consideradas pelo fato de serem relativamente pequenas, impossibilitando uma consistência estatística, até porque o autor utiliza-se dos dados da PNAD, que são amostragens de domicílios.

⁹¹ O autor cita como fonte: PNUD, 1993, p.20.

⁹² Paixão, 2002, p. 25.

No Brasil, os estudos elaborados a partir dos dados do PNUD deram pouca ou nenhuma atenção à questão racial. Na verdade, a inclusão desse tema sempre foi problemática no país. Ao longo da nossa história é possível identificar uma má vontade do poder público para levantar características étnico-raciais. Os dois primeiros recenseamentos gerais realizados no país, em 1900 e 1920, não coletaram a informação sobre a cor da população. Isso ocorreu nos censos de 1940 e 1950, mas em 1960 as informações sobre esse quesito restringem-se ao Rio de Janeiro, sendo que em 1970, novamente, o quesito cor/raça foi retirado da pesquisa. A partir da pressão exercida pelo movimento negro, ocorre sua inclusão a partir do Censo de 1980 (mesmo assim, com problemas na identificação e, no que se refere às PNAD's, tivemos apenas suplementos em 1981, 1984, 1985, havendo inclusão definitiva do quesito cor/raça somente em 1986, depois de vinte anos do início da pesquisa).

Os argumentos contrários à inclusão desse item na pesquisa estiveram ligados à idéia de existência de uma “democracia racial” no país, dado nosso elevado grau de miscigenação. Porque então distinguir a população segundo a cor? Mesmo atualmente, existem resistências quanto às iniciativas que classificam a população de acordo com a cor ou raça⁹³. Mas o fato é que essa negligência do poder público não serviu em nada para a diminuição das disparidades raciais no país. Pelo contrário, “diversos estudos feitos a partir das bases de dados oficiais não deixam a menor margem de dúvida quanto ao fato de que no Brasil o critério étnico serve como um elemento determinante dos processos de estratificação e exclusão social”⁹⁴.

Assim sendo, nos parece evidente a necessidade de se preservar essa classificação como forma de retratar a “situação social” dos negros e fornecer subsídios para superação das desigualdades. Defender a não utilização de critérios que possam primeiro identificar e depois propor políticas para a população negra é o mesmo que ignorar esse contexto histórico⁹⁵. O discurso da “democracia racial”, da fluidez entre as raças e da não necessidade de

⁹³ Demétrio Magnoli, por exemplo, afirma que “a classificação racial dos cidadãos é a atualização, legitimação e oficialização do artigo de fé do racismo”. (“Pardos”; Folha de São Paulo, pg. 2, 21/04/2005). Ora, o que fazer então? Ignorar as diferenças? É claro que, em termos biológicos e científicos, somos todos da raça humana. Porém, essa verdade inquestionável foi desconsiderada pelos “brancos luso-brasileiros” no momento de escravizar e explorar de todas as formas os negros africanos e seus descendentes. Hoje, quando se propõe a identificação como forma de reparação histórica, ela é questionada, pois legitimaria o racismo. Desconsiderar as diferenças raciais no Brasil nos parece muito mais sério e problemático.

⁹⁴ Paixão, idem, p. 27.

⁹⁵ Como já foi colocado, não pretendemos nos aprofundar no debate a respeito das “políticas afirmativas” nesse trabalho. Mas simplesmente ignorar as diferenças e não se propor a, no mínimo, discutir tais políticas, nos parece um equívoco. Acreditamos que tais políticas poderiam ser complementares à uma estratégia mais ampla do Estado de desenvolver programas universais em áreas como Educação e Saúde, por exemplo.

identificação, uma vez que ela supostamente reforçaria uma segregação, pode até soar progressista, mas, além de escamotear o passado, acaba escondendo uma realidade que é cruelmente desfavorável aos negros.

Diante disso, nos parece extremamente relevante o trabalho desenvolvido pelo professor Marcelo Paixão que, a partir da PNAD, desagregou o “IDH brasileiro” para o ano de 1997 por etnia ou raça. O relatório oficial do PNUD de 1999, relativo ao ano de 1997, mostrava o Brasil na posição 79 dentre os 174 países, com IDH igual a 0,739, correspondendo a um nível médio de desenvolvimento humano. Os dados deste relatório oficial não foram desagregados segundo a cor da população. Através de uma metodologia estatística sobre a qual não é necessário nos aprofundarmos, Paixão busca estabelecer, com os dados da PNAD, uma aproximação ao que seria o IDH brasileiro para os brancos e negros (pretos e pardos).

A tabela seguinte resume, a partir das três variáveis que compõem o IDH, os dados obtidos por esse autor para o ano de 1997:

Tabela 16 - IDH no Brasil segundo cor/raça - 1997			
	Negros	Branços	Brasil
IR (renda)	0.60	0.74	0.70
IL (longevidade)	0.65	0.75	0.70
IE (educação)	0.76	0.88	0.83
IDH	0,671	0,791	0,739

Fonte: Paixão, 2002.

A tabela 16 mostra nítidas diferenças para as “populações” existentes no país, evidenciando duas realidades distintas: um “Brasil branco” que possui renda mais elevada, tem mais acesso à educação e cuja população vive mais tempo; um “Brasil negro” que aufer rendimentos menores, tem menos escolaridade e sua população morre mais cedo. O primeiro ocuparia o 49^o. lugar na tabela dos 174 países, com um índice de 0,791, bastante próximo do patamar considerado para os países de alto desenvolvimento humano (0,800). Já o “Brasil negro”, com índice de 0,671, estaria no 108^o. lugar na tabela, logo abaixo de El Salvador e acima do Tajiquistão⁹⁶.

⁹⁶ O trabalho do professor Marcelo Paixão apresenta também desagregação por gênero, reiterando a situação desfavorável vivida pelas mulheres, e por regiões do país, reforçando as diferenças regionais. Sobre esse último aspecto, além da constatação de IDHs mais baixos no Norte e Nordeste do país, onde a população negra está concentrada, chama atenção o fato de que as disparidades permanecem dentro de cada região, mostrando que a explicação das diferenças vai além dos fatores regionais.

Essas informações fornecem um retrato panorâmico de uma situação que só não é observada por aqueles que não querem enxergar a realidade. Qual o percentual de pardos e “pretos” nas melhores Universidades Brasileiras, em cargos administrativos bem remunerados ou na política? Por outro lado, mesmo que tenhamos também brancos, qual a participação dos negros dentre a população carcerária brasileira, dentre aqueles que freqüentam as escolas e hospitais públicos ou os moradores em favelas? Basta “olhar para o lado” para constatar uma realidade perversa para os negros brasileiros. É claro que existem problemas de classificação, a mestiçagem é elevada, etc. Além disso, vivemos uma crise social tão abrangente que muitos são atingidos (inclusive brancos) e poucos permanecem ilesos (a imensa maioria brancos). Mas estas considerações não invalidam a argumentação daqueles que olham o Brasil e enxergam “dois países” a partir da coloração da pele das pessoas.

Atribuir com exatidão o quanto o racismo e outras causas contribuem para a permanência das desigualdades raciais não é tarefa simples e nem se constitui nosso objetivo. Porém, vários estudiosos do tema concordam que, de maneira mais sutil mas não menos eficaz do que ocorre em outros países, o racismo se transmite através das redes sociais, da maneira pela qual os negros aparecem na publicidade e nos meios de comunicação de massa, dos estereótipos que são criados, das piadas “inocentes” e rotineiras ou das exigências, mais ou menos explícitas, de “boa aparência” para contratação de um trabalhador. Esses fatores se combinam como outros de diferente natureza para perpetuar o racismo e uma posição subordinada dos negros ao longo da história brasileira (Guimarães, 1999). O movimento negro tem insistido na idéia de que o componente racial tem um caráter determinante no processo de construção de nosso atual cenário social. Porém, “este argumento é contestado por aqueles que dizem que o problema racial brasileiro está diluído no oceano das desigualdades sociais em geral” (Paixão, 2002, p. 75). Ainda de acordo com esse autor⁹⁷:

“em termos de pensamento científico, mesmo em se tratando de ciências sociais, o critério elementar de validade de um argumento reside nas evidências empíricas que possam ser dadas para confirmação de uma dada hipótese. Se este critério for usado para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil, usando-se os indicadores sociais e demográficos existentes, o argumento de que o problema racial no Brasil não seja determinante na geração de nosso atual quadro social, simplesmente, cai por terra”.

⁹⁷ Paixão, idem, p. 75.

No capítulo 1, apresentamos uma série de indicadores relativos ao trabalho e escolaridade que mostravam a continuidade das desigualdades raciais nas décadas que se seguiram à Abolição e mesmo no período de maior crescimento da economia brasileira, com o avanço dos processos de urbanização e industrialização. A perda do dinamismo dos últimos vinte e cinco anos decerto criou obstáculos para que tais desigualdades desaparecessem. Não vamos aqui nos alongar na apresentação dos dados mais recentes, até porque iremos trabalhar esses aspectos com base na metodologia do prof. Waldir Quadros no capítulo 3, mas é interessante destacarmos algumas informações relativas ao ano de 1998, portanto mais de um século depois do fim do regime escravista no Brasil⁹⁸:

- cerca de 79% das mulheres negras em idade ativa ganhavam menos do que dois salários mínimos (equivalente R\$ 272 nominais em setembro de 1998); os homens negros nessa faixa de rendimento chegavam a 63%; os percentuais para mulheres brancas e homens brancos com renda inferior a dois salários mínimos eram de 55% e 36%, respectivamente;
- no outro extremo, tínhamos 13% dos homens brancos, 6% das mulheres brancas, 3% dos homens negros e apenas 1% das mulheres negras com rendimentos superiores a dez salários mínimos da época, ou R\$ 1.360;
- no plano educacional, a taxa de alfabetização para os brancos atingiu 91,6% em 1998 (os brancos tinham em média 6,6 anos de estudo). Para os negros, a taxa de alfabetização observada era de 79,2%, tendo essa população dois anos de estudo a menos em média do que os brancos, ou seja, 4,6 anos;

A análise de outros indicadores sociais confirma as disparidades raciais. Em termos de água tratada, por exemplo, 81% dos brancos tinham acesso a esse serviço no Brasil em 1996; apenas 64,7% dos negros. No mesmo ano, em relação ao tratamento de esgoto, 73,6% dos brancos tinham acesso enquanto que, para os negros, esse percentual era de 49,7%. Essas informações evidenciam a maior precariedade da moradia dos negros em relação aos brancos.

Assim como ocorria de forma extremada na escravidão e de maneira menos intensa ao longo do século XX, a taxa de mortalidade infantil para os “afros-descendentes” – “pretos” e pardos – é maior do que aquela observada para os brancos na segunda metade da década de 90. Em 1996, a taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos era de 37,3 para os brancos e de 62,3 para os negros, isto é, 67% maior. Como já havia sido sugerido pela diferença da

⁹⁸ PAIXAO, 2002, p.75-78. O autor cita como fonte os microdados das PNAD's de 1996 e 1998.

parcela do IDH relativo à longevidade, a esperança de vida para os brancos brasileiros em 1995 era de 70 anos; para os negros 64 anos.

Em síntese, do ponto de vista empírico, a precária situação de vida dos negros brasileiros é constatada claramente pelos indicadores. Essa população está representada mais do que proporcionalmente nos postos de trabalho mais simples (manuais) e com baixa remuneração, tem pior situação de escolaridade e está geralmente vivendo em condições ruins de moradia. Tudo isso faz com que os negros estejam também mais próximos à violência urbana que cresceu fortemente nas últimas décadas. Dos trinta mortos na chacina da baixa fluminense ocorrida em fevereiro de 2005, quantos eram pardos ou “pretos”? Quantos negros morreram nas chacinas que se seguiram? Provavelmente, a maioria.

A melhora desse quadro pressupõe um período de crescimento prolongado da economia brasileira e, mais do que isso, o “uso” do produto desse crescimento para o enfrentamento das desigualdades sociais brasileiras. Temos apresentado dados relativos à escolaridade, que sem dúvida significa um diferencial individual muito positivo, mas não é suficiente para se transformar em emprego efetivo numa economia que não se expande ativamente. Nossa realidade tem mostrado um crescimento não desprezível de “desempregados qualificados”, que não conseguem trabalho dado o excesso de oferta ou perderam o emprego em função de reestruturações produtivas ou similares. No nosso entendimento, as “políticas afirmativas” devem ser vistas nesse contexto de recuperação da economia, não como ações isoladas. Estas reflexões surgem como resultado da inquietação frente aos indicadores que evidenciam a desigualdade racial. Mas retornemos à descrição sumária de outros indicadores relacionados aos negros na década de 90. Ainda nesse item, pretendemos destacar o trabalho de Nelson do Valle e Silva que aborda as questões da mobilidade social e da estrutura ocupacional dos brancos e negros; além de pesquisas que tratam da participação das mulheres no mercado de trabalho no período recente.

2.3.2 – O “ciclo de desvantagens cumulativas” da população negra

A extensão das desigualdades raciais no Brasil, mesmo depois dos avanços obtidos pelo movimento negro na década de 90, é claramente percebida pelos indicadores fornecidos pelo IBGE, como vimos no sub-item anterior. Uma vez constatada esta intensidade, Nelson do Valle e Silva procura explicar a *natureza* dessas diferenças, adiantando seu “caráter cumulativo”. Quando se discutem as razões das diferenças raciais, um primeiro aspecto levantado é o fato de que a grande maioria das pessoas negras se originarem de famílias pobres, o que vai ocorrendo de uma geração para outra. Essa é uma idéia plausível e que tem certamente base empírica, porém, como afirma o autor, é necessária mas não suficiente no que se refere à explicação sobre as desigualdades raciais no país. Utilizando-se da metodologia desenvolvida e aprimorada em Pastore & Hallen (1993), Valle da Silva trabalha os dados da PNAD 1996 para o processo de mobilidade social dos brancos e negros.

O quadro abaixo apresenta um resumo da metodologia de Pastore, de acordo com os seis estratos ocupacionais definidos por este autor:

Quadro - Estratos Ocupacionais e ocupações representativas (Pastore, 1993)		
Grupo Ocupacional	Estrato	Ocupações Representativas
1	Baixo inferior; trabalhadores rurais não-qualificados	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores
2	Baixo superior; trabalhadores urbanos não-qualificados	Comerciantes por conta-própria; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empreg. Domésticas;
3	Médio inferior; trabalhadores qualificados e semi-qualificados	Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos marceneiros, carpinteiros, pintores e caiadores; soldadores; eletricitas de instalações
4	Médio médio; trabalhadores não-manuais; profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritórios;
5	Médio superior; profissionais de nível médio e médios proprietários	Criadores de gado bovino; diretores, chefes e assessores no Serviço Público; gerentes, administradores e representantes no comércio;
6	Alto; profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras; engenheiros, médicos e professores de ensino superior.

Fonte: Hunteley e Guimarães, 1999.

Considerando a cor declarada pelos indivíduos no inquérito da PNAD e restringindo a amostra aos chefes de família homens, de idade entre 20 e 64 anos, conforme a tradição dominante nos estudos de mobilidade social, Valle e Silva apresenta a frequência observada dos brancos, “pretos” e pardos:

Tabela 17 - Grupo Ocupacional por cor do respondente			
Grupo Ocupacional atual	Cor do respondente		
	Branca	Preta	Parda
1	18,5	28,8	32,4
2	22,1	25,8	25,4
3	27,0	32,6	25,8
4	15,3	7,6	10,4
5	9,8	3,6	4,1
6	7,2	1,5	1,8
	100%	100%	100%

Fonte: Valle e Silva (1999).

As diferenças observadas são marcantes quanto à forma pela qual brancos, de um lado, e “pretos” e pardos, de outro, se distribuem pelos estratos ocupacionais. Estabelecendo-se uma divisão entre os três estratos inferiores (em geral trabalhadores manuais no campo ou na cidade) e os três estratos superiores (a maioria trabalhadores não manuais com alguma qualificação), os negros estão desproporcionalmente representados no primeiro grupo, isto é, 87,2% dos “pretos” e 83,6% dos pardos estão nos estratos 1, 2 ou 3 (a proporção de brancos é de 67,6%). Naturalmente, a participação de negros nos estratos superiores é bem reduzida.

Valle e Silva calcula o “coeficiente de similaridade”, que indica a percentagem de indivíduos numa distribuição que deveria ser realocada a outros estratos para que tivéssemos uma equalização das distribuições. Esse valor foi de $\Delta = 19,6$ para os “pretos” e de $\Delta = 17,2$ para os pardos, implicando dizer que quase 20% dos indivíduos (dos “pretos”) teriam de ser realocados de forma a situação social deles se tornar igual à do outro grupo (brancos), sendo que o mesmo raciocínio vale para 17,2% dos pardos.

Esse autor apresenta também os mesmos dados da tabela anterior por origem social, isto é, a distribuição de acordo com o grupo ocupacional do pai do respondente do inquérito da PNAD. O cruzamento dos dados resulta na seguinte tabela:

Tabela 18 - Fluxos de saída dos grupos ocupacionais							
Grupo	Cor	Grupo ocupacional atual					
ocup. pai		1	2	3	4	5	6
1	Branco	33,3	23,1	25,9	9,8	5,1	2,7
	Preto	44,9	22,1	26,4	4,2	1,8	0,6
	Pardo	45,9	23,4	21,0	6,6	2,3	0,8
2	Branco	4,1	28,7	26,0	20,8	12,0	8,3
	Preto	8,4	37,5	34,8	11,4	4,8	3,0
	Pardo	7,9	36,9	29,6	15,3	7,6	2,8
3	Branco	2,8	20,8	41,3	17,9	11,4	5,8
	Preto	4,5	28,9	48,9	10,3	6,0	1,3
	Pardo	5,5	24,8	46,3	15,1	5,6	2,7
4	Branco	4,8	18,6	21,8	26,1	15,5	13,2
	Preto	6,5	29,0	35,5	18,8	6,5	3,6
	Pardo	12,0	28,0	23,9	23,5	7,9	4,7
5	Branco	7,1	14,1	14,2	20,2	24,9	19,5
	Preto	3,4	20,7	34,5	17,2	17,2	6,9
	Pardo	11,5	23,9	27,3	20,9	12,1	4,2
6	Branco	1,9	10,0	9,2	19,4	22,7	36,6
	Preto	4,3	8,7	34,8	26,1	8,7	17,4
	Pardo	3,7	21,1	18,9	23,2	15,8	17,4

Fonte: Valle e Silva, 1999. Valores em (%), cada linha totalizando 100%.

Em qualquer dos estratos ocupacionais de origem que seja considerado, nota-se uma concentração de “pretos” e pardos nos grupos ocupacionais inferiores, tendo em vista a situação atual. Por exemplo, tomando aqueles indivíduos cujos pais foram classificados no grupo 1, cerca de 45% dos negros (“pretos” e pardos) permaneceram nesta situação, ou seja, em ocupações rurais não-qualificadas. Esse mesmo percentual para os brancos foi de 33,3%. A mesma situação é observada para os estratos baixo inferior e médio inferior; isto é, o fato de ter a mesma origem social não impede que os negros, em relação aos brancos, permaneçam mais do que proporcionalmente em ocupações desfavoráveis. Em termos de mobilidade social ascendente, 7,8% dos indivíduos brancos que se originaram dos pais do grupo 1 conseguiram alcançar os estratos 5 e 6; apenas 2,4% dos “pretos” e 3,1% dos pardos tiveram essa mobilidade de longa distância. Observando o outro extremo da estrutura ocupacional, enquanto que 36,6% dos brancos conseguiram manter a posição dos pais no grupo 6 – nível alto (profissionais de formação superior e grandes proprietários) – esse percentual é de apenas de 17,4% para “pretos” e pardos. Assim sendo, “as pessoas de cor preta e parda que nasceram em famílias de *status* relativamente alto estão muito mais expostas ao risco de experimentar mobilidade social descendente e perder posições conquistadas na geração anterior” (Valle e Silva, 1999, p. 45).

Esse autor faz um exercício estatístico para tentar quantificar estas diferenças observadas quanto à mobilidade social. Para tanto, calcula qual seria a distribuição ocupacional de “pretos” e pardos se eles experimentassem as mesmas taxas de mobilidade que os brancos.

Tabela 19 - Grupo Ocupacional por cor do respondente		
na hipótese de não-diferença de mobilidade		
	Preta	Parda
1	21,0	22,9
2	23,0	22,8
3	28,4	27,3
4	14,1	13,6
5	8,3	8,1
6	5,2	5,3
	100%	100%

Fonte: Valle e Silva, 1999.

Calculando-se novamente o “coeficiente de similaridade” desta situação hipotética a partir da distribuição ocupacional real dos brancos, temos $\Delta = 4,8$ para os “pretos”. Como o índice real calculado anteriormente havia sido de $\Delta = 19,6$ para os “pretos”, isto significa dizer que a maior parte da diferença observada, ou 14,8 pontos percentuais, deve-se às diferenças nas chances de mobilidade social entre brancos e negros, em detrimento destes últimos. Da mesma forma, supondo igualdade na mobilidade social dos pardos, o coeficiente se reduz para $\Delta = 5,4$; como o índice real foi de $\Delta = 17,2$ para os pardos, mais de dois terços da dissimilaridade total decorre da diferença nas chances de mobilidade. Assim sendo, fica claro que a explicação para as distintas distribuições ocupacionais entre brancos e negros deve-se mais às chances de mobilidade social do que à situação familiar de origem.

Em suma, os dados trabalhados por Valle e Silva, relativos a PNAD 1996, além de evidenciarem a extensão das desigualdades raciais, mostram sua natureza cumulativa, ao longo do ciclo de vida dos indivíduos negros. É verdade que a origem familiar deve ser levada em conta, mas para esse autor, em termos de mobilidade social, têm um peso muito maior as distintas chances ou oportunidades ocupacionais a que estão expostos brancos e negros, mesmo partindo de situações familiares semelhantes.

2.3.3 – A participação feminina no mercado de trabalho na década de 90

Nessa dissertação temos privilegiado a questão racial na discussão acerca da desigualdade social no país. Porém, como já foi mencionado, vários trabalhos recentes mostram que a sobreposição das variáveis raça e sexo indica, invariavelmente, uma situação de vulnerabilidade ainda maior para a mulher negra, em oposição ao homem branco, este no topo da pirâmide social ou de renda. A posição da mulher branca, na maioria das vezes, é superior à do homem negro em termos dos indicadores sócio-econômicos usuais, como nível de rendimento, *status* ocupacional, escolaridade e outros. Assim sendo, a ênfase desse estudo recai sobre a temática racial, até pela persistência de práticas discriminatórias mais evidentes em relação à população negra.

O contexto histórico e o painel de indicadores apresentados até esse momento, ao tratar das condições de vida e trabalho dos negros, obviamente incluíram a situação observada para as mulheres negras (que foram destacadas de maneira particular em alguns momentos). Porém, como estamos considerando também a questão do gênero, julgamos importante explorar nesse sub-item, de maneira bastante objetiva, algumas características do trabalho feminino (brancas e negras) na década de 90, completando assim o esforço de recuperação bibliográfica para situar a discussão que será feita no capítulo 3.

A participação feminina no mercado de trabalho, juntamente com maiores dificuldades para inserção dos jovens, caracteriza um novo perfil para força de trabalho brasileira nos anos 90. Na verdade, a ampliação das taxas de participação feminina foi o único fator responsável pelo crescimento da PEA na última década. Nesse processo, destaca-se a entrada da mulher adulta, acima de 25 anos, no mercado de trabalho, o que, num cenário de crise econômica, passa a ser determinante na manutenção de um determinado padrão de vida familiar (Leone, 2003). De que forma evoluíram as ocupações e o rendimento da mulher adulta na década de 90? Antes de reproduzirmos alguns dados, já é possível adiantar que:

“(…) a expansão do emprego feminino vem ocorrendo em circunstâncias econômicas bastante adversas para uma inserção de qualidade no mercado de trabalho. A insistência das mulheres por uma participação na atividade econômica mais ampla e diversificada, indo além das ocupações tipicamente femininas, tem sido prejudicada pela deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, associada a um padrão de absorção de mão-de-obra precário e caracterizado pela informalidade das relações de trabalho e por baixos salários” (Leone, 2003, p. 201).

Na década de 90, a taxa de participação feminina, isto é, o percentual de mulheres economicamente ativas dentre aquelas em idade ativa, aumentou de 42,9% para 47%. Além dessa expansão generalizada, chama atenção o crescimento da participação das mulheres adultas, acima de 25 anos. As taxas de participação das mulheres entre 25 e 34 anos, por exemplo, ficam acima de 70% nas regiões metropolitanas do Sul do país (Curitiba e Porto Alegre). Na região metropolitana de São Paulo, há um aumento de cerca de dez pontos percentuais na participação feminina na faixa etária entre 35 e 39 anos, entre 1992 e 1999.

Esse movimento se diferencia do que ocorria na década de 70, quando a participação feminina se dava basicamente em função de mulheres jovens, solteiras e sem filhos. Nos anos 90, além da incorporação tardia das mulheres na atividade econômica, há principalmente a permanência de mulheres que ingressaram jovens no mercado de trabalho e não mais se retiraram, como no passado, por causa da maternidade e/ou cuidado com os filhos⁹⁹.

Ao mesmo tempo em que buscaram participar mais do mercado de trabalho, as mulheres enfrentaram, na década de 90, assim como os demais segmentos (particularmente os jovens), altas e crescentes taxas de desemprego. No conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras, entre 1992 e 1999, a taxa de desemprego feminina – desempregados/PEA – foi de 11,7% para 17,6%. Em função de fatores como a falta de escolaridade e um nível maior de exigência educacional no mercado de trabalho, as jovens foram afetadas mais fortemente pelo desemprego nos 90, com aumento das taxas numa magnitude superior a dez pontos percentuais no período.

Pode-se dizer que “as altas taxas de desemprego na década indicam que o aumento generalizado das taxas de participação feminina não foi acompanhado por um crescimento da ocupação suficiente para absorver todo o crescimento da PEA feminina¹⁰⁰”. Isso fica claro pelo fato de que a taxa de ocupação feminina – ocupadas/PIA – foi de 37,9% para apenas 38,7% entre 1992 e 1999, reduzindo-se inclusive para as mulheres jovens, com menos de 25 anos (para as mulheres adultas houve crescimento da ocupação).

O baixo crescimento da economia e a reestruturação produtiva dos anos 90 acarretaram, além do aumento do desemprego, a expansão de formas de ocupação precárias,

⁹⁹ A autora cita um trabalho de Wajmann & Rios Neto, 2000. Destaca-se também o aumento de mulheres chefes de família, principalmente entre as de mais de 30 anos como consequência do maior número de separações (Bertozzo, 2001).

¹⁰⁰ Leone, *idem*, p. 211.

com avanço da terceirização e do chamado mercado informal. Há uma queda bastante generalizada no grau de formalização¹⁰¹ do trabalho, tanto pela redução proporcional de setores de atividade tradicionalmente geradores de emprego formal (setor secundário), como pela ampliação de atividades características de empregos informais (setor terciário), além de um “processo de informalização” no interior dos setores de atividade econômica (Baltar, 2001).

Esse processo, já abordado de maneira geral no item 2.1, será retomado mais adiante para explorarmos as condições de trabalho da população segundo a raça e o gênero. No momento, gostaríamos apenas de destacar que o crescimento da ocupação das mulheres adultas ocorreu, sobretudo, no setor terciário, que gera grande quantidade de postos de trabalho não-formalizados, seja no comércio ou na prestação de serviços. Entre 1992 e 1999, a proporção de mulheres ocupadas na indústria, por exemplo, reduziu-se de 13,3% para 10,2% do total de ocupadas. Em contrapartida, há um crescimento significativo das ocupações no terciário, principalmente na atividade de empregada doméstica, com avanço de 16,9% para 19,6% do total das ocupadas nas principais regiões metropolitanas brasileiras. O serviço doméstico continuou a absorver mulheres com baixa qualificação, uma grande parte de mulheres negras, possibilitando que outras consolidassem sua participação no mercado de trabalho, como já mencionamos aqui e apontam outros trabalhos (Mello, 1998).

A deterioração da condição de trabalho das mulheres na década de 90, em sintonia com o contexto geral observado, comprova-se pela diminuição do grau de formalização. As empregadas com carteira reduziram-se de 37,6% em 1992 para 33,7% em 1999, dentre o total das mulheres adultas ocupadas. É verdade que houve uma melhora no perfil dos rendimentos das mulheres ocupadas, mas, mesmo assim, em 1999, 41,3% delas recebiam remunerações inferiores a dois salários mínimos na ocupação principal (nas metrópoles do Nordeste, com grande presença da população negra, essa proporção chegava a 64,8%). Em síntese, “a continuidade da consolidação da participação da mulher na atividade econômica foi marcada pelos percalços do mercado de trabalho na década de 90, consequência das mudanças que ocorreram na estrutura da economia¹⁰²”.

¹⁰¹ Entendido como a proporção da ocupação total que é constituída pelo emprego com carteira de trabalho assinada.

¹⁰² Leone, *idem*, p. 227.

Dados mais recentes mostram que no início do século XXI as diferenças de rendimento entre homens e mulheres continuam grandes, embora tenham diminuído (Leone e Baltar, 2005). As mulheres com nível superior não conseguem atingir o mesmo patamar de rendimentos do que os homens nessa condição. Porém, as ocupações que passaram a exigir nível superior cresceram nos 90 e, dado o grau de formação elevado das mulheres, elas passaram a ocupar esses postos de trabalho com mais frequência, se aproximando do rendimento masculino. De qualquer forma, em 2002, a proporção de mulheres ocupadas ganhando menos do que três salários mínimos era de 66,5%, enquanto que tínhamos 58,3% dos homens nessa faixa de rendimento¹⁰³.

Outras pesquisas confirmam a manutenção da tendência de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. A renda da mulher passou a ser decisiva, tanto nas famílias de classe média como na massa trabalhadora mais simples, para definição do padrão de vida familiar. De acordo com Machado, Oliveira e Wajnman, 2004¹⁰⁴:

- ✓ a taxa de atividade feminina cresceu cerca de 30 pontos percentuais nos últimos 50 anos no Brasil;
- ✓ entre 1982 e 2003, a parcela de mulheres ocupadas na condição de chefe ou pessoa de referência do domicílio aumentou de 15,9% para 25,5%;
- ✓ a partir dos 90, a taxa de desemprego das mulheres desola-se da taxa masculina, alcançando cerca de 13% em 2003, enquanto esta atinge o nível de 8% no mesmo ano;
- ✓ a população de mulheres mais afetada pelo desemprego é a que tem mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: as mulheres negras;
- ✓ mesmo com escolaridade maior, os salários femininos são inferiores aos masculinos, mas o hiato tem se estreitado ao longo dos anos recentes.
- ✓ as diferenças de rendimento se explicam, em parte, pelo fato de que o número médio de horas trabalhadas é menor para as mulheres, já que elas tendem a trabalhar jornadas mais curtas como forma de compatibilizar as atribuições domésticas com a atividade econômica.

¹⁰³ Leone e Baltar, *idem*, p. 16.

¹⁰⁴ Machado, Oliveira e Wajnman, 2004, p. 55-57.

Nesse sub-item buscamos realizar, através de alguns estudos selecionados, um painel com indicadores sócio-econômicos que ilustram a permanência de disparidades entre brancos, negros, homens e mulheres ao final da década de 90 e início do século XXI. No capítulo 3, com base na metodologia do prof. Waldir Quadros, e incluindo dados dos anos 80 e da PNAD mais recente (2003), pretendemos aprofundar e detalhar essa análise. O período com o qual vamos trabalhar pode ser caracterizado pelo baixo crescimento da economia brasileira, implicando em crise e até mesmo regressão social, conforme salientamos, de maneira resumida, no início do capítulo 2. Nosso objetivo no capítulo 3 vai ser articular esses aspectos – o contexto histórico e a crise econômica e social – para avançar na caracterização das disparidades de gênero e, principalmente, de raça no Brasil.

Capítulo 3 – Estrutura Social, Raça e Gênero

Os capítulos 1 e 2 forneceram, respectivamente, uma contextualização histórica da temática racial e uma visão panorâmica da situação sócio-ocupacional recente dos negros e mulheres numa fase de baixo crescimento da economia brasileira. No capítulo 3, tendo como referência esse cenário, buscamos aprofundar a discussão sobre as disparidades raciais e de gênero. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes:

- na primeira, realizamos uma descrição um pouco mais detalhada acerca da metodologia do professor Waldir Quadros, relatando a maneira pela qual ela foi pensada, buscando captar a crise social brasileira;
- no item 3.2, será feita uma descrição da estrutura sócio-ocupacional familiar, a partir das “camadas ou faixas de rendimento” e dos “grupos familiares” definidos na metodologia. A estrutura familiar expressa a situação social mais geral das pessoas, sendo que trabalharemos de maneira a incluir a variável sexo e com algumas especificidades regionais observadas para as populações branca (“brancos” e “amarelos”) e negra (“pretos”, “partos” e “índios”). Nosso universo aqui será a população brasileira como um todo;
- finalmente, no item 3.3, apresentaremos a estrutura ocupacional individual sobre a ótica das diferenças de raça e gênero. A estrutura individual está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico, uma vez que as oportunidades ocupacionais e a mobilidade social ascendente derivam de um maior dinamismo econômico. Nesse item, também serão exploradas mudanças observadas nos setores de atividade econômica entre 1982 e 2003. A estrutura individual refere-se ao conjunto de ocupados;

3.1 – A metodologia para construção da estrutura sócio-ocupacional¹⁰⁵

O desenvolvimento dessa metodologia partiu da inquietação frente a outros estudos segundo os quais, nas décadas de 80 e 90, houve estabilidade na distribuição de renda e melhora de indicadores sociais como a mortalidade infantil e a cobertura escolar. Na verdade, não se pode negar que tivemos avanços quantitativos e que, baseando-se em indicadores convencionais como o índice de Gini, houve certa estabilidade na distribuição de renda. O “desconforto” decorre do diagnóstico desses estudos que apontam para a idéia segundo a qual a questão social está sendo relativamente bem resolvida no país, sendo independente da política econômica e devendo focalizar-se no atendimento dos “mais pobres dentre os pobres”.

No entanto, a realidade brasileira – caracterizada pelo aumento da violência urbana, índices recordes de desemprego e sub-emprego, persistência de serviços sociais de má qualidade em áreas como Educação e Saúde, problemas de infra-estrutura em termos de saneamento e transporte, parcela significativa da população vivendo na pobreza e em condições precárias de moradia, etc. – indica a magnitude expressiva dos desafios que permanecem na área social. No nosso entendimento, tal situação está diretamente relacionada ao baixo crescimento da economia brasileira no período de 1981 a 2003. Assim sendo, pretendeu-se com essa metodologia desenvolver um instrumento que captasse a crise social desse período de semi-estagnação, crise esta que salta aos olhos daqueles que observam a realidade cotidiana, assim como acontece em relação à situação dos negros brasileiros.

A metodologia tem como referências gerais os autores clássicos que destacaram a divisão social do trabalho como aspecto fundamental da estruturação da sociedade, tais como Smith, Ricardo, Marx e Webber¹⁰⁶. Buscou-se organizar o conjunto dos ocupados (e suas famílias) como uma forma de aproximação à estrutura social, enfatizando assim a centralidade do trabalho nas relações sociais e no processo de desenvolvimento humano. Em síntese, estas idéias expressam a motivação e a forma com que se pensou a metodologia¹⁰⁷.

¹⁰⁵ As reflexões desse item são resultado de reuniões de pesquisa e discussões em salas de aula realizadas com o prof. Waldir Quadros e nossa equipe de trabalho.

¹⁰⁶ É claro que existem diferenças marcantes entre esses autores, como inclusive destacamos na Introdução desse trabalho quando discutimos as razões da escolha dessa metodologia. Porém, todos eles exploraram, a partir do trabalho, as relações entre as distintas camadas ou classes sociais.

¹⁰⁷ Com aparato teórico distinto, uma proposta relevante de estratificação ocupacional encontra-se em Santos (2002), que lança mão da metodologia desenvolvida por *Erik Olin Wright* (1981, entre outros.). Igualmente sugestiva é a abordagem de Queiroz Ribeiro e Corrêa do Lago (2000).

A construção propriamente dita, iniciou-se pela definição dos grupos ocupacionais que constituiriam a estrutura ocupacional individual. O primeiro passo analítico foi, utilizando-se da classificação do IBGE, separar os indivíduos ocupados segundo a sua posição na ocupação. Dessa forma, uma primeira divisão estabelecida foi entre os empregadores, de um lado, e os não-empregadores de mão-de-obra, de outro. Os empregadores constituíram-se no grupo A – chamado de proprietários empregadores – dividindo-se entre o grupo A.1 (com mais de dez empregados assalariados) e A.2 (dez ou menos empregados assalariados).

O grande grupo de não-empregadores, por sua vez, foi diferenciado em ocupados urbanos ou trabalhadores agrícolas. Com as ocupações agrícolas, definiram-se os seguintes grupos: pequenos agricultores familiares (H1), trabalhadores autônomos agrícolas (H2), assalariados agrícolas permanentes (H3), assalariados agrícolas temporários (H4), trabalhadores não remunerados agrícolas com jornada igual ou superior a 15 horas semanais (J2) e inferior a 15 horas (J4) e, por fim, os dedicados ao auto consumo (N).

Restaram os trabalhadores não-empregadores urbanos, isto é, a grande massa ocupada que se diferencia das atividades agrícolas. Foram identificados nesse conjunto os grupos de trabalhadores domésticos (I), os trabalhadores não remunerados não-agrícolas com jornada igual ou superior a 15 horas semanais (J1) e inferior a 15 horas (J3) e os dedicados à auto construção (M).

Os segmentos restantes são bastante numerosos, uma vez que correspondem aos trabalhadores urbanos assalariados e autônomos, além do pequeno negócio familiar urbano. Buscando avançar na identificação desse conjunto heterogêneo de ocupações, Quadros baseou-se no trabalho de *Wright Mills* para distinguir aquelas que seriam ocupações típicas de “classe média”. Desta forma, constituíram-se os grupos ocupacionais da classe média assalariada (D) e da classe média autônoma (C), bem como dos trabalhadores assalariados (G) e dos trabalhadores autônomos (F). O pequeno negócio familiar urbano foi incorporado, em ambos os casos, no estrato autônomo.

Esses quatro grupos ocupacionais – relativos à classe média e aos trabalhadores – são os que envolvem um critério subjetivo maior para classificação. Assim sendo, vale destacar desde já as principais ocupações que compõem cada um desses grupos:

<u>Grupo C – Classe Média Autônoma</u>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vendedores em lojas ou mercados; ✓ Supervisores da construção civil; ✓ Representantes comerciais; ✓ Designers, escultores, pintores e afins; ✓ Advogados;
<u>Grupo D – Classe Média Assalariada</u>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vendedores em lojas ou mercados; ✓ Escriturários e auxiliares administrativos; ✓ Professores de nível médio; ✓ Gerentes de área de apoio e de produção; ✓ Recepcionistas e secretárias;
<u>Grupo F – Trabalhadores Autônomos</u>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vendedores ambulantes; ✓ Trabalhadores de estrutura de alvenaria ou serviços de higiene e embelezamento; ✓ Garçons, barmens ou copeiros; ✓ Operadores de máquina de costura de roupas; ✓ Motoristas (particular ou de mercadorias) ou pintores de obra;
<u>Grupo G – Trabalhadores Assalariados</u>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Trabalhadores de manutenção e conservação de edifícios; ✓ Ajudantes de obras civis; ✓ Guardas, vigias ou cozinheiros; ✓ Motoristas (distribuição de mercadorias); ✓ Garçons, barmens ou copeiros; ✓ Operariado em geral (carga e descarga de mercadorias, alvenaria, máquinas de costura, mecânicos, etc.);

Como o objetivo da metodologia é refletir a situação social dos indivíduos e não propriamente as posições no mercado de trabalho, incluiu-se também os indivíduos não ocupados que declararam rendimentos (SO). Trata-se fundamentalmente de aposentados e pensionistas, além de desempregados com alguma renda. Há uma certa imprecisão em classificá-los na estrutura sócio-ocupacional, mas a abrangência social pretendida pela metodologia justifica essa inclusão¹⁰⁸. Um último grupo, residual, engloba os indivíduos ocupados que não declararam sua ocupação, aqui denominados ignorados.

Assim sendo, a primeira etapa da metodologia corresponde à divisão do conjunto de ocupados nestes 19 grupos¹⁰⁹. Conforme salientamos, essa classificação se realizou pela posição e pela natureza das ocupações declaradas. O quadro A apresenta os códigos utilizados e os nomes dos grupos que compõem a estrutura individual:

¹⁰⁸ Embora o ponto de partida seja o mercado de trabalho, nosso interesse fundamental é o contexto social mais geral, observado com base nas ocupações e rendimentos declarados pelos indivíduos.

¹⁰⁹ Quando formos trabalhar com a estrutura individual no item 3.3, desconsideraremos o grupo dos ocupados que declararam rendimentos (SO; aposentados e pensionistas).

Quadro A – Grupos ocupacionais	
A1	Empregadores > 10 empregados
A2	Empregadores <= 10 empregados
C	Classe média autônoma
D	Classe média assalariados
F	Trabalhadores autônomos
G	Trabalhadores assalariados
I	Trabalhadores domésticos
J1	Trab. Não remunerados urbanos (>= 15h)
J3	Trab. Não remunerados urbanos (< 15h)
M	Auto construção
H1	Proprietários conta própria agrícolas
H2	Trabalhadores autônomos agrícolas
H3	Assalariados agrícolas permanentes
H4	Assalariados agrícolas temporários
J2	Trab. Não remuner. agrícolas (>= 15h)
J4	Trab. Não remunerados agrícolas (< 15h)
N	Auto consumo
SO	Sem ocupação com renda
	Ignorados

Além dos grupos ocupacionais, a metodologia estabeleceu “faixas de rendimento” que permitem estratificar a estrutura anterior com base nos rendimentos individuais declarados na PNAD. Assim sendo, incorporou-se a questão dos rendimentos à estrutura ocupacional, possibilitando que a análise sobreposta dessas variáveis – ocupações e rendimentos – constitua-se na estrutura ocupacional individual.

Deve-se dizer que, embora seja um indicador importante, especialistas apontam para o fato de que os rendimentos, via de regra, são sub-declarados na PNAD, ou seja, as pessoas costumam relatar um nível de renda inferior ao que corresponde a seu nível real de renda. Mesmo assim, os rendimentos declarados refletem uma aproximação correta da situação real, pois servem para hierarquizar de maneira adequada a pirâmide de rendimentos, uma vez que as diferenças de magnitude não influem na distribuição dos ocupados nas faixas de rendimento. Continuando a explicação sobre a metodologia, foram definidas cinco camadas (ou faixas) de rendimento que podem ser associadas a distintos “padrões de vida”, conforme apresentado no quadro B:

Quadro B

<u>Nível de rendimento</u>	Faixa de rendimento Individual (em reais)*	“Padrão de vida”
Superior	Maior que 2.500	ACM – Alta Classe Média
Médio	De 1.250 a 2.500	MCM – Média Classe Média
Baixo	De 500 a 1.250	BCM – Baixa Classe Média
Inferior	De 250 a 500	MT – Massa Trabalhadora
Ínfimo	Menor que 250	Marginalizados

*Em R\$. Valores corrigidos pelo INPC - IPEADData/CESIT para janeiro de 2004.

A classificação dos indivíduos ocupados se realizou, portanto, levando em conta a sua posição na ocupação e a própria natureza dessa ocupação (correspondendo aos grupos ocupacionais), e também os rendimentos reais auferidos (de acordo com as camadas ou faixas de rendimento estabelecidas). A expectativa é que a grande maioria dos indivíduos que compõem as faixas superiores de rendimento sejam oriundos dos grupos ocupacionais de empregadores (A) ou da classe média (C e D)¹¹⁰. Ao mesmo tempo, é possível imaginar que os trabalhadores assalariados e autônomos (G e F), trabalhadores domésticos (I) e a massa agrícola (H) estejam concentrados nos níveis de rendimento mais baixo.

Importante chamar atenção para o fato de que o termo “classe média” aparece tanto na definição dos grupos ocupacionais (quadro A) como nos “padrões de vida” associados às faixas (ou camadas) de rendimento (quadro B). No primeiro caso, conforme mencionamos, o critério utilizado foi o de “ocupações típicas de classe média”, diferenciando-as das ocupações características da “massa trabalhadora”, basicamente manuais. Os “padrões de vida” são resultado de cortes de renda que, a partir da aplicação empírica, se mostraram adequados para estruturação das faixas de rendimento (tendo como referência um valor aproximado do salário mínimo em 2004 e utilizando-se de múltiplos a partir daí). Daí nossa expectativa de que as ocupações típicas de classe média (grupos C e D) se situem apenas nas faixas de renda superior, média ou baixa, que corresponderiam, respectivamente, a um “padrão de vida” de alta, média ou baixa classe média. As distorções observadas na população ocupada poderão revelar um aspecto central da crise social brasileira nos últimos vinte e cinco anos de baixo

¹¹⁰ A forma pela qual foi construída a metodologia não inclui os indivíduos muito ricos, seja porque elevados rendimentos não são de fato declarados na PNAD ou porque tais indivíduos, na realidade, não respondem esses questionários pois não há acesso a eles, como demonstra a experiência concreta relatada pelos pesquisadores.

crescimento econômico, particularmente na década de 90 com o aumento do desemprego e da informalidade.

Avançando no detalhamento da metodologia, deve-se dizer que os grupos ocupacionais e as faixas de rendimento apresentados até aqui compõem as bases da estrutura ocupacional individual. Porém, a situação social é melhor retratada na estrutura familiar, pois os indivíduos sobrevivem e se desenvolvem amparados por sua rede familiar. Nesse sentido, a metodologia procurou estabelecer uma estrutura sócio-ocupacional familiar, que se constitui numa aproximação da **estrutura social**, pois em geral é no âmbito familiar que se forjam as condições de vida individuais. Para construção dessa estrutura, as famílias domiciliares, de acordo com o critério do IBGE, foram classificadas segundo o membro ocupado melhor situado na estrutura ocupacional individual, seja ele chefe de família ou não. Assim sendo, supondo uma família de quatro indivíduos, sendo dois estudantes (fora da estrutura ocupacional individual), um trabalhador doméstico e um ocupado de classe média assalariado, todos os elementos foram classificados no grupo D (classe média assalariada) e na camada social (faixa de rendimento) correspondente.

Os grupos ocupacionais são os mesmos para estrutura familiar, seguindo esta regra de classificação pelo membro melhor situado. Dessa forma, porém, ao trabalhar a estrutura sócio-ocupacional familiar, chamaremos esses 19 conjuntos de “grupos familiares”, uma vez que o contingente de pessoas classificados, digamos, no grupo G (trabalhadores assalariados) representa tanto os ocupados de fato nesse grupo como os respectivos membros familiares, que não exercem a ocupação do membro melhor situado (como no caso das crianças, por exemplo). Já para as faixas de rendimento, adotou-se um critério segundo o qual as famílias foram segmentadas em seis faixas de rendimento familiar (total declarado pelos membros da família) que correspondem ao dobro dos valores individuais, a saber:

Quadro C

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- <u>superior</u>, renda familiar maior do que R\$ 5.000;- <u>médio</u>, renda familiar entre R\$ 2.500 e R\$ 5.000;- <u>baixo</u>, renda familiar entre R\$ 1.000 e R\$ 2.500;- <u>inferior</u>, renda familiar entre R\$ 500 e R\$ 1.000;- <u>ínfimo</u>, renda familiar entre R\$ 250 e R\$ 500;- <u>indigente</u>, renda familiar menor do que R\$ 250; |
|--|

Os “padrões de vida” definidos para os ocupados (quadro B) correspondem aos

mesmos para as famílias, estando desdobrado apenas o conjunto de “marginalizados” entre famílias numa situação de pobreza ou indigência. Assim sendo, temos a seguinte estrutura para trabalhar com a população como um todo:

Quadro D

Famílias da “alta classe média” → renda familiar maior do que R\$ 5.000 mensais;
 Famílias da “média classe média” → renda familiar entre R\$ 2.500 e R\$ 5.000 mensais;
 Famílias da “baixa classe média” → renda familiar entre R\$ 1.000 e R\$ 2.500 mensais;
 Famílias da “massa trabalhadora” → renda familiar entre R\$ 500 e R\$ 1.000 mensais;
 Famílias em situação de “pobreza” → renda familiar entre R\$ 250 e R\$ 500 mensais;
 Famílias em situação de “indigência” → renda familiar menor do que R\$ 250 mensais;

Finalmente, as camadas de rendimento anteriores foram ajustadas de acordo com o tamanho médio das famílias observado em cada ano da PNAD. Através desse procedimento, cada ano a ser considerado na análise tem uma linha de corte “ajustável” ao tamanho médio das famílias. Isso decorreu da percepção de que a redução do tamanho das famílias – fenômeno que vem ocorrendo durante as últimas décadas – influenciava na manutenção de um rendimento per capita estável ou ligeiramente positivo, “mascarando” uma situação de piora no rendimento geral das famílias, quando utilizado o mesmo tamanho de família para todos os anos. Assim sendo, para as seis faixas da estrutura familiar, temos as seguintes linhas de corte:

Ano	Tamanho Médio das Famílias	Camada Superior (R\$) Alta Classe Média	Camada Média (R\$) Baixa Classe Média	Camada Baixa (R\$) Baixa Classe Média
1981	4,2	Acima de 1.190,48	595,24 a 1.190,48	238,10 a 595,24
1982	4,1	Acima de 1.219,51	609,76 a 1.219,51	243,90 a 609,76
1983	4,1	Acima de 1.219,51	609,76 a 1.219,51	243,90 a 609,76
1984	4,0	Acima de 1.250,00	625,00 a 1.250,00	250,00 a 625,00
1985	4,0	Acima de 1.250,00	625,00 a 1.250,00	250,00 a 625,00
1986	4,0	Acima de 1.250,00	625,00 a 1.250,00	250,00 a 625,00
1987	3,9	Acima de 1.282,05	641,03 a 1.282,05	256,41 a 641,03
1988	3,9	Acima de 1.282,05	641,03 a 1.282,05	256,41 a 641,03
1989	3,8	Acima de 1.315,79	657,89 a 1.315,79	263,16 a 657,89
1990	3,8	Acima de 1.315,79	657,89 a 1.315,79	263,16 a 657,89
1992	3,7	Acima de 1.351,35	675,68 a 1.351,35	270,27 a 675,68
1993	3,7	Acima de 1.351,35	675,68 a 1.351,35	270,27 a 675,68
1995	3,6	Acima de 1.388,89	694,44 a 1.388,89	277,78 a 694,44
1996	3,6	Acima de 1.388,89	694,44 a 1.388,89	277,78 a 694,44
1997	3,5	Acima de 1.428,57	714,29 a 1.428,57	285,71 a 714,29
1998	3,5	Acima de 1.428,57	714,29 a 1.428,57	285,71 a 714,29
1999	3,4	Acima de 1.470,59	735,29 a 1.470,59	294,12 a 735,29
2001	3,3	Acima de 1.515,15	757,58 a 1.515,15	303,03 a 757,58
2002	3,3	Acima de 1.515,15	757,58 a 1.515,15	303,03 a 757,58
2003	3,2	Acima de 1.562,50	781,25 a 1.562,50	312,50 a 781,25

Ano	Tamanho Médio das Famílias	Camada Inferior (R\$) Massa Trabalhadora	Camada Ínfima (R\$) Pobreza	Camada Indigência (R\$) Indigência
1981	4,2	119,05 a 238,10	Até 119,05	Abaixo de 59,52
1982	4,1	121,95 a 243,90	Até 121,95	Abaixo de 60,98
1983	4,1	121,95 a 243,90	Até 121,95	Abaixo de 60,98
1984	4,0	125,00 a 250,00	Até 125,00	Abaixo de 62,50
1985	4,0	125,00 a 250,00	Até 125,00	Abaixo de 62,50
1986	4,0	125,00 a 250,00	Até 125,00	Abaixo de 62,50
1987	3,9	128,21 a 256,41	Até 128,21	Abaixo de 64,10
1988	3,9	128,21 a 256,41	Até 128,21	Abaixo de 64,10
1989	3,8	131,58 a 263,16	Até 131,58	Abaixo de 65,79
1990	3,8	131,58 a 263,16	Até 131,58	Abaixo de 65,79
1992	3,7	135,14 a 270,27	Até 135,14	Abaixo de 67,57
1993	3,7	135,14 a 270,27	Até 135,14	Abaixo de 67,57
1995	3,6	138,89 a 277,78	Até 138,89	Abaixo de 69,44
1996	3,6	138,89 a 277,78	Até 138,89	Abaixo de 69,44
1997	3,5	142,86 a 285,71	Até 142,86	Abaixo de 71,43
1998	3,5	142,86 a 285,71	Até 142,86	Abaixo de 71,43
1999	3,4	147,06 a 294,12	Até 147,06	Abaixo de 73,53
2001	3,3	151,52 a 303,03	Até 151,52	Abaixo de 75,76
2002	3,3	151,52 a 303,03	Até 151,52	Abaixo de 75,76
2003	3,2	156,25 a 312,50	Até 156,25	Abaixo de 78,13

Notas: (a) Valores em janeiro/2004 (INPC corrigido – IPEA/CESIT).

(b) Os valores apresentados (**quadro E**) acima e tomados como “linhas de corte”, ou seja, referência para delimitar a população presente em cada estrato de renda (superior, médio, baixo, inferior, ínfimo e indigente), dizem respeito à Renda Familiar Mensal *Per Capita*, obtida dividindo-se a Renda Familiar Mensal Total (definida com base em múltiplos do salário mínimo de janeiro de 2004) pelo tamanho da família brasileira em cada ano da série.

Em 1982, o tamanho médio das famílias era de 4,2 membros, decaindo a partir daí até atingir 3,2 membros em 2003. Como nosso critério baseia-se na renda familiar total, adotamos esse ajuste na linha de corte que implica em manter sempre, para a última camada, por exemplo, o teto de R\$ 250 mensais, permitindo assim comparações entre os dados do início dos 80 e os mais recentes. Sem esse ajuste *per capita* estaríamos desconsiderando a diferença que existe entre famílias que no total auferem a mesma renda mas são compostas por um número distinto de membros.

Esses foram os critérios adotados no desenvolvimento da metodologia, que busca retratar a estrutura social brasileira a partir das ocupações e rendimentos das pessoas. Ao longo da apresentação dos dados, quando necessário, serão retomados alguns aspectos ou explorados outros para uma melhor definição dos conceitos.

Em termos gerais, vale ainda ressaltar que essa metodologia, diferentemente de outros trabalhos que fazem a segmentação da sociedade exclusivamente a partir de critérios de renda,

pretende mesclar as ocupações com o rendimento, aproximando-se de uma estrutura de classes sociais. Para fins de análise de mercado, onde os indivíduos são considerados enquanto consumidores, a segmentação somente em níveis ou percentis de renda é sem dúvida adequada. Porém, tendo em mente a heterogeneidade e a complexidade do quadro social brasileiro, nos parece mais apropriada essa estrutura que leva em conta também os diferentes *status sociais* associados às ocupações. Mesmo que recebam rendimentos semelhantes, acreditamos que, em termos de situação social e perspectivas de vida, a posição de um ocupado de classe média é distinta daquela de um trabalhador doméstico, por exemplo¹¹¹.

No próximo item, utilizaremos a estrutura sócio-ocupacional familiar para destacar as diferenças nos “padrões de vida” das famílias brancas e negras no país, além da distribuição dos “grupos familiares” e de algumas particularidades regionais. Sempre que julgarmos apropriado, será incorporada a variável sexo, buscando constatar o alto grau de vulnerabilidade social das mulheres negras e suas famílias, de acordo com os dados já trabalhados anteriormente. No último item da dissertação será abordada a estrutura ocupacional individual, com destaque para as disparidades de rendimento em termos de raça e gênero.

¹¹¹ Essa temática requereria um aprofundamento da discussão em termos sociológicos que escapa aos limites desse trabalho. Pretendemos apenas destacar nosso entendimento de que, tendo em vista as relações sociais entre as pessoas, um ocupado de classe média possui, para a sociedade em geral, um *status* superior a um operário manual ou trabalhador doméstico, o que traz implicações para a vida cotidiana das pessoas e pode contribuir para eventuais possibilidades de ascensão social em termos individuais (como a motivação para estudar, por exemplo).

3.2 – A Estrutura Sócio-ocupacional Familiar

A rede familiar representa uma aproximação da estrutura social mais geral pois, conforme já salientamos, a ocupação do membro melhor situado na família, de acordo com o critério que estamos utilizando, é decisiva para estabelecer as condições sócio-econômicas dos demais membros. Entretanto, deve-se deixar claro que esse critério é utilizado apenas para classificação dos membros nos “grupos familiares” relacionados às ocupações da estrutura individual (quadro A). Mais adiante, ao identificarmos os indivíduos como sendo do grupo D, por exemplo, isso significará que eles são oriundos de famílias cujo membro melhor situado tem uma ocupação de classe média assalariada. Por ora, vamos nos concentrar nos distintos “padrões de vida”, que independem das ocupações e são definidos pela renda familiar total dividida pelo número de membros de cada unidade familiar (quadro E). Esse resultado é que classifica os indivíduos e suas famílias nos diferentes “padrões de vida”: alta classe média, média classe média, baixa classe média, massa trabalhadora, pobreza e indigência (quadro D).

É preciso ainda ressaltar que, infelizmente, em razão da inclusão parcial do quesito raça/cor nas PNAD’s na primeira metade da década de 80, vamos ter como ponto de partida, tanto para estrutura familiar como individual, o ano de 1982¹¹². Depois, vai ser possível utilizar a metodologia para o período 1986-2003, com exceção apenas daqueles anos em que não tivemos PNAD (1991, 1994 e 2000). A forma pela qual foi construída a metodologia e as diferenças que existem entre os Censos e as PNAD’s nos levam a considerar apenas estas últimas para a análise; por isso também que vamos iniciar pelo ano de 1982 e não utilizar para comparação os dados do Censo de 1980.

De qualquer forma, acreditamos que essa periodização – iniciando em 1982 e depois incluindo o intervalo 1986-2003 – é suficiente para fornecer uma visão abrangente da situação social da população negra com base nos conceitos definidos na metodologia. Em primeiro lugar, vamos traçar um panorama da estrutura sócio-ocupacional familiar nos extremos do período que estamos considerando, isto é, nos anos de 1982 e 2003. Através das seis “faixas de rendimento¹¹³” será possível observar tanto a situação dos negros em comparação aos brancos em cada um dos anos como as eventuais modificações de um momento para outro.

¹¹² Em 1981, 1983, 1984 e 1985 não foi possível considerar o quesito cor e raça uma vez que ele foi incluído de maneira opcional ou apenas como suplemento da PNAD.

Depois dessa caracterização geral, vamos aprofundar a análise através da incorporação dos demais anos da PNAD e da clivagem de sexo, além de destacar os “grupos familiares” definidos na metodologia e particularidades regionais.

3.2.1 – O quadro geral – raça – 1982 e 2003

Em primeiro lugar, é preciso apresentar o comportamento global das faixas de rendimento ou camadas sociais em 1982 e 2003, independentemente da cor ou raça dos indivíduos. A tabela 20¹¹⁴ apresenta esses dados:

Tabela 20 - Distribuição da população brasileira pelas faixas de rendimento				
Faixa de Rendimento	1982		2003	
	População	%	População	%
Superior (alta classe média)	5.699.235	4,7	6.562.138	3,8
Médio (média classe média)	9.835.390	8,1	12.378.633	7,1
Baixo (baixa classe média)	29.489.808	24,4	39.363.767	22,6
Inferior (massa trabalhadora)	32.169.161	26,6	46.311.822	26,6
Ínfimo (pobreza)	25.508.139	21,1	37.092.572	21,3
Indigente (indigência)	18.186.772	15,0	32.022.430	18,4
Total	120.903.377	100,0	173.966.052	100,0

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A comparação entre 1982 e 2003 mostra que as camadas sociais associadas a um padrão de vida de classe média diminuíram proporcionalmente no período. A faixa superior se reduz de 4,7% para 3,8%; a camada média de 8,1% para 7,1% e a baixa de 24,4% para 22,6%. Isso significava que, em conjunto, as três faixas superiores de rendimento diminuíram sua participação relativa de 37,2% em 1982 para 33,5% da população brasileira em 2003, sugerindo um estreitamento da classe média.

A camada inferior – majoritária para o conjunto das famílias – mantém uma participação relativa de 26,6%, indicando estabilidade no conjunto de pessoas classificadas

¹¹³ Para que o texto não fique repetitivo, usaremos os termos “faixas de rendimento” e “camadas sociais” como sinônimos, referindo-se à separação realizada com base nos rendimentos reais declarados.

¹¹⁴ Para facilitar a visualização dos dados não incluímos nas tabelas a camada residual de “ignorados”, relativa às pessoas que não tinham ninguém na família com qualquer tipo de rendimento. O percentual de “ignorados” em 2003 é de apenas 0,14%.

como tendo um padrão de vida de massa trabalhadora. Há um ligeiro aumento da faixa inferior (pobreza) e, principalmente, chama atenção o crescimento das famílias classificadas na camada de indigência, cuja participação sobe de 15% em 1982 para 18,4% em 2003 (famílias com rendimento total inferior a R\$ 250).

Esses dados gerais revelam uma piora ou regressão na estrutura sócio-ocupacional familiar como um todo entre 1982 e 2003. Em termos absolutos, enquanto que o número de indivíduos em famílias com um nível de rendimento associado a um padrão de vida de classe média (baixa, média ou alta) cresce de cerca de 45 milhões em 1982 para 58,3 milhões em 2003 (29,5%); o estoque de pessoas nas faixas de pobreza e indigência aumenta de 43,6 milhões para 69,1 milhões no mesmo período (58,4%).

O contexto de baixo crescimento econômico – com aumento das taxas de desemprego, expansão das formas de ocupação precárias e queda no rendimento do trabalhador – contribui para essa deterioração no padrão de vida familiar. Esse quadro de crise social não pode, porém, diluir as diferenças que existem quando se considera o aspecto racial. A tabela 21 apresenta, para o ano de 1982, a distribuição das populações brancas e negras pelas faixas de rendimento:

Tabela 21 - Distribuição da população brasileira pelas faixas de rendimento, segundo a cor					
Faixa de Rendimento	1982				
	População		Distribuição		% Negros
	Branos	Negros	Branos	Negros	
Superior (alta classe média)	5.086.919	612.317	7,4	1,1	10,7
Médio (média classe média)	8.018.035	1.817.355	11,6	3,5	18,5
Baixo (baixa classe média)	20.211.589	9.278.219	29,3	17,7	31,5
Inferior (massa trabalhadora)	17.736.526	14.432.635	25,7	27,6	44,9
Ínfimo (pobreza)	11.216.639	14.291.500	16,3	27,5	56,0
Indigente (indigência)	6.734.148	11.452.623	9,7	22,1	63,0
Total	69.014.010	51.889.367	100,0	100,0	42,9

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A distribuição em relação ao total de cada população mostra que 19% dos brancos estavam em famílias da média ou alta classe média em 1982. A maior concentração da população branca era na baixa classe média (29,3%) e na camada inferior ou massa trabalhadora (25,7%). Tínhamos ainda 16,3% dos brancos na faixa de pobreza e 9,7% na camada relacionada à indigência. A distribuição da população negra apresentava diferenças

significativas: apenas 4,6% nas camadas superior e média, 17,7% na baixa classe média, 27,6% na inferior, 27,5% no nível ínfimo (pobreza) e 22,1% na faixa de indigência.

Os dados não deixam dúvidas quanto à permanência de disparidades raciais associadas ao nível de rendimento familiar. Os negros constituíam uma população de 51,8 milhões de pessoas em 1982, representando 42,9% do total do país. Quando comparamos essa proporção com a participação dos negros em cada uma das faixas de rendimento – última coluna da tabela anterior – percebe-se que eles estão sub-representados nas camadas de classe média (10,7%, 18,5% e 31,5% na alta, média e baixa, respectivamente). Por outro lado, há super-representação nas camadas de pobreza (56%) e indigência (63%), com um relativo equilíbrio apenas nas famílias da massa trabalhadora, onde os negros são 44,9%.

A tabela 22 se refere aos dados da última PNAD disponível, de 2003:

Tabela 22 - Distribuição da população brasileira pelas faixas de rendimento, segundo a cor					
2003					
Faixa de Rendimento	População		Distribuição		% Negros
	Branos	Negros	Branos	Negros	
Superior (alta classe média)	5.689.482	872.656	6,2	1,1	13,3
Médio (média classe média)	9.690.682	2.687.951	10,6	3,3	21,7
Baixo (baixa classe média)	26.003.076	13.360.691	28,5	16,2	33,9
Inferior (massa trabalhadora)	24.034.525	22.277.297	26,4	27,0	48,1
Ínfimo (pobreza)	15.073.710	22.018.862	16,5	26,6	59,4
Indigente (indigência)	10.668.366	21.354.064	11,7	25,8	66,7
Total	91.341.885	82.624.167	100,0	100,0	47,5

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A distribuição observada para as populações revela a manutenção de um padrão desfavorável para os negros, que continuam mais concentrados nas famílias cujos rendimentos correspondem a um padrão de vida mais baixo. Mais da metade dos negros (52,4%) estava nas camadas ínfima e de indigência em 2003, percentual que era de 28,2% para os brancos. No outro extremo, enquanto 16,8% dos brancos faziam parte de famílias com um nível de renda associado à média ou alta classe média, apenas 4,4% dos negros encontrava-se em famílias com esse patamar de rendimentos relativamente elevado.

A proporção de pessoas que se declararam “pretas” ou “pardas” aumenta em 2003, atingindo 47,5% da população brasileira. Em alguma medida, isso deve estar relacionado ao fenômeno da “afirmação negra” mencionado no início deste trabalho, ou seja, um número

maior de pessoas passou a se declarar negra no sentido de valorizar sua afro-descendência. Em razão desse aumento, em todas as seis faixas de rendimento pesquisadas há um aumento da participação dos negros, mas mantém-se uma proporcionalidade nas representações. Em 2003, os negros continuam sub-representados nas camadas de classe média e concentrados nas faixas de pobreza e indigência, com equilíbrio nas famílias da massa trabalhadora.

A tabela 23 encerra esse panorama com a participação das populações brancas e negras para cada camada de rendimento como proporção da população total:

Tabela 23 - Distribuição pelas faixas de rendimento, segundo a cor, como proporção da população total - Brasil - 1982 e 2003					
Faixa de Rendimento	Raça/cor	1982		2003	
		População	%	População	%
Superior	Não-Negro	5.086.919	4,2	5.689.482	3,3
Superior	Negro	612.317	0,5	872.656	0,5
Superior	Total	5.699.235	4,7	6.562.138	3,8
Médio	Não-Negro	8.018.035	6,6	9.690.682	5,6
Médio	Negro	1.817.355	1,5	2.687.951	1,5
Médio	Total	9.835.390	8,1	12.378.633	7,1
Baixo	Não-Negro	20.211.589	16,7	26.003.076	14,9
Baixo	Negro	9.278.219	7,7	13.360.691	7,7
Baixo	Total	29.489.808	24,4	39.363.767	22,6
Inferior	Não-Negro	17.736.526	14,7	24.034.525	13,8
Inferior	Negro	14.432.635	11,9	22.277.297	12,8
Inferior	Total	32.169.161	26,6	46.311.822	26,6
Ínfimo	Não-Negro	11.216.639	9,3	15.073.710	8,7
Ínfimo	Negro	14.291.500	11,8	22.018.862	12,7
Ínfimo	Total	25.508.139	21,1	37.092.572	21,3
Indigente	Não-Negro	6.734.148	5,6	10.668.366	6,1
Indigente	Negro	11.452.623	9,5	21.354.064	12,3
Indigente	Total	18.186.772	15,0	32.022.430	18,4
Total	Não-Negro	69.014.010	57,1	91.341.885	52,5
Total	Negro	51.889.367	42,9	82.624.167	47,5
Total	Total	120.903.377	100,0	173.966.052	100,0

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Percebe-se que a diminuição no agregado das três faixas de rendimento da classe média – que já havia sido observada na tabela 20 – deve-se à redução proporcional dos brancos nesse conjunto. Como proporção da população total, enquanto há estabilidade na participação dos negros (que são amplamente minoritários), os brancos reduzem sua

contribuição entre 1982 e 2003 de 4,2% para 3,3% na camada superior, de 6,6% para 5,6% na camada média e de 16,7% para 14,9% na camada baixa.

Assim sendo, pode-se dizer que o universo da classe média tornou-se ainda mais restrito e manteve uma grande segregação racial, pois a participação dos negros, apesar de ter se mantido, continuou extremamente baixa. Em 2003, por exemplo, tínhamos apenas 872 mil negros (0,5% da população brasileira) em famílias com rendimentos de alta classe média (superiores a R\$ 5.000 mensais). Da mesma forma, a população negra na média classe média representava apenas 1,5% do total em 2003.

A grande massa trabalhadora (camada inferior) mantém uma proporção de 26,6% da população em função do ligeiro aumento da contribuição dos negros (de 11,9% para 12,8%) e da discreta diminuição da presença dos brancos (de 14,7% para 13,8%). De qualquer forma, fica claro que nessa faixa de rendimento – que compreende famílias com rendimento entre R\$ 500 e R\$ 1.000 – as disparidades raciais são bem menores, já que a contribuição dos brancos e negros é próxima à distribuição das duas populações no total.

Nas faixas de pobreza e, principalmente, de indigência, além de ser mais do que proporcional, a participação dos negros foi decisiva para que crescesse o número de pessoas em famílias com baixo rendimento. Na camada de indigência – menos do que R\$ 250 – o percentual de negros como proporção da população total foi de 9,5% em 1982 para 12,3% em 2003. Em termos absolutos, tínhamos 21,3 milhões de negros em famílias na faixa de indigência em 2003, número quase que 25 vezes maior do que os cerca de 870 mil da alta classe média no mesmo ano (a diferença para os brancos não chega a 2 vezes, ou seja, 10,6 milhões na indigência e 5,6 milhões na alta classe média).

A descrição panorâmica da estrutura sócio-ocupacional familiar – a partir da ótica das camadas sociais em 1982 e 2003 – já indica a permanência de fatores anteriormente abordados nesse trabalho ligados à discriminação, às diferenças de escolaridade ou relacionados à distribuição geográfica desfavorável para os negros, por estarem concentrados em regiões menos desenvolvidas e mais pobres do país. Devem ser ainda mencionados os problemas do mercado de trabalho – como a grande rotatividade da mão-de-obra, a heterogeneidade das ocupações e os baixos salários – e o fato de que tradicionalmente as famílias negras são mais numerosas do que as brancas, implicando em rendimentos per capita menores.

Nessa dissertação, não pretendemos explorar todos esses aspectos, em particular a discussão acerca do racismo, que exigiria uma abordagem sociológica que escapa ao nosso alcance. Mas vamos abordar a problemática regional ainda no tratamento da estrutura sócio-ocupacional e, posteriormente, os problemas decorrentes da deterioração do mercado de trabalho na estrutura ocupacional individual, no contexto de baixo crescimento do início da década de 80 até 2003. Mas antes, a partir do próximo sub-item, vamos incorporar na nossa caracterização os demais anos da PNAD e a variável sexo, de maneira a destacar a vulnerabilidade social das mulheres negras e suas famílias.

3.2.2 – A evolução e a composição das camadas sociais segundo a cor e o sexo

O quadro geral apresentado no item anterior mostrou que, quando se contrapõe a participação das camadas sociais em 1982 e 2003, percebe-se uma deterioração no sentido de que as três faixas superiores (associadas a um padrão de vida de classe média) se reduzem proporcionalmente, enquanto que as duas camadas inferiores – ligadas às situações de pobreza ou indigência – se expandem (havendo estabilidade da camada que corresponde a um padrão de vida de massa trabalhadora).

De que forma ocorreu esse processo quando se considera todo o período? A tabela 24 apresenta a variação das camadas nos anos em que estamos utilizando a PNAD:

Tabela 24 - Evolução percentual das camadas sociais ou faixas de rendimento - Brasil						
Anos	Superior	Média	Baixa	Inferior	Ínfima	Índigência
1982	4,7	8,1	24,4	26,6	21,1	15,0
1986	8,0	11,9	31,1	25,6	15,6	7,7
1987	5,1	8,7	24,7	25,3	20,4	15,8
1988	4,8	7,7	22,2	24,7	21,4	19,1
1989	5,7	8,5	22,2	24,1	21,0	18,5
1990	4,8	8,2	22,2	24,2	21,2	19,4
1992	3,1	6,4	21,7	26,0	21,1	21,7
1993	3,6	6,5	20,4	25,7	22,2	21,6
1995	5,1	8,4	23,9	26,0	19,6	17,0
1996	5,1	8,9	24,2	25,2	19,0	17,6
1997	5,1	8,7	24,0	25,0	19,6	17,7
1998	5,0	8,5	24,0	25,8	19,3	17,4
1999	4,6	7,9	23,1	26,2	20,3	17,8
2001	4,4	7,8	23,1	26,2	20,1	18,3
2002	4,4	7,5	23,3	26,7	20,9	17,2
2003	3,8	7,1	22,6	26,6	21,3	18,4

Fonte: Banco de Dados, prof., Waldir Quadros e equipe.

Mais adiante, quando apresentarmos a estrutura ocupacional individual, ficará mais clara a conexão entre o contexto macroeconômico e as mudanças na distribuição das ocupações e nos níveis de rendimento. Todavia, a tabela anterior, relativa ao comportamento da estrutura familiar, já permite comparações tendo como referência as alterações no nível de atividade da economia brasileira, que repercutem nas condições de trabalho e na estruturação das famílias.

Considerando inicialmente as camadas da alta e média classe média, é possível observar que elas tendem a crescer nos momentos de recuperação da economia e diminuir nas fases recessivas ou de baixo crescimento. O ano de 1982 é um ponto de partida baixo porque se constituiu num período de grande instabilidade como vimos no capítulo 2, com variação de apenas 0,8% do PIB em relação a uma base muito deprimida (em 1981 o produto reduziu-se 4,2%). Depois de uma fase de recuperação econômica em meados da década, o ano de 1986, quando foi implementado o Plano Cruzado, marca a maior participação relativa das camadas superior e média, que em que conjunto chegam a representar praticamente 20% da população. As famílias da baixa classe média também crescem de 24,4% em 1982 para 31,1% do total em 1986. Como há certa estabilidade da massa trabalhadora (que ao longo de todo o período, na verdade, situa-se em torno de 25% da população), o ano de 1986 marca a menor participação das faixas de pobreza e indigência, que somadas representam 23,3% do total.

Depois de um crescimento médio em torno de 7,5% no biênio 1985-1986, há arrefecimento da atividade no final dos 80 e uma forte recessão no início dos 90. Em 1990, há retração de 4,3% do PIB, com crescimento de apenas 1% em 1991 e 0,5% em 1992. Neste ano, as camadas média e superior atingem a participação mais baixa em todo o período pesquisado, apenas 9,5% do total. Naturalmente, há um inchaço das faixas de pobreza e indigência, que abarcam 42,8% da população em 1992. Nesse contexto, além dos problemas de corrupção, entende-se com mais facilidade o *impeachment* do presidente Fernando Collor.

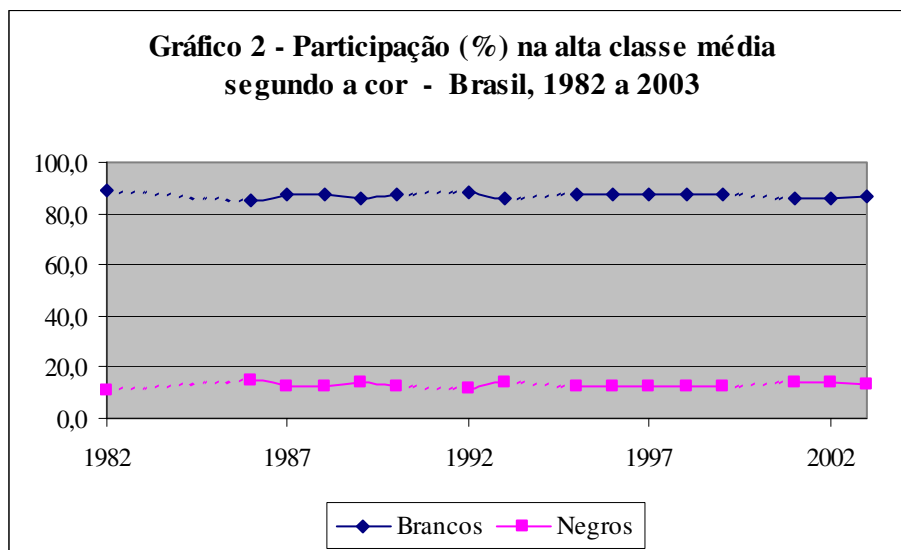
Em meados da década de 90 a economia ganha fôlego ao ser estimulada pelo endividamento externo e pela estabilidade de preços que se seguiu ao Plano Real. Entre 1994 e 1995, tivemos uma expansão média em torno de 5% do PIB, com certa recuperação da alta e média classe média, que chegam a 14% da população nesse período. As famílias de baixa classe média e da massa trabalhadora situam-se em torno dos tradicionais 25% de participação cada uma delas, resultando na proporção de 36% para as faixas de indigência e pobreza.

Depois de reduzir o ritmo de expansão em 1996 e 1997, a economia fica praticamente estagnada em 1998 e 1999, cresce de maneira isolada em 2000 e muito pouco a partir daí, pois entre 2001 e 2003 tivemos uma taxa média de variação de apenas 1,5% ao ano. Essa dinâmica – conhecida como *stop and go* – trouxe conseqüências para o mercado de trabalho e implicou em dificuldades de manutenção ou elevação do padrão de vida familiar. Desde 1998, há uma tendência de redução das camadas superior e média, sendo que mesmo a baixa classe média também diminuiu sua participação de 24% em 1998 para 22,6% em 2003. Nesse mesmo período, a massa trabalhadora vai de 25,8% para 26,6%, a camada ínfima (pobreza) de 19,3% para 21,3% e a faixa de indigência de 17,4% para 18,4%.

Os anos de 2004 e 2005 foram de recuperação econômica e certamente deverão apontar algum nível de melhora na distribuição da população pelas camadas sociais. Entretanto, há uma grande discussão em torno da durabilidade desse ciclo expansivo, cuja magnitude também é questionável frente às carências na área social e os problemas no mercado de trabalho. Mesmo com as diferenças relacionadas à situação das contas externas e às políticas internas de crédito, por exemplo, é difícil imaginar que entramos num ciclo duradouro de expansão dadas as elevadas restrições da política macroeconômica nas áreas fiscal e monetária.

Conforme já salientamos, porém, não é nosso objetivo discutir as alternativas no campo da política econômica ou mesmo no que se refere à temática racial. A recuperação que está sendo feito busca articular o quadro de reiteradas disparidades raciais com o contexto econômico dos últimos vinte e cinco anos. As variações observadas nas camadas sociais, como buscamos demonstrar, estão relacionadas ao nível da atividade da economia e as possibilidades de trabalho e renda por ele geradas. Ao mesmo tempo, é possível observar a manutenção de um padrão desfavorável para os negros brasileiros, processo que tem um componente ligado ao sexo das pessoas, como veremos.

O gráfico 2 se refere à evolução na composição da camada superior (alta classe média), segundo a cor declarada pelos indivíduos, entre 1982 e 2003:



Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

obs.: as linhas tracejadas representam intervalos para os quais não temos os dados da PNAD.

Ao longo desses anos, a participação relativa dos brancos na alta classe média fica em torno de 85%, nunca sendo inferior a 80%. Por outro lado, os negros que compõem essa camada nunca atingem 20% dela, permanecendo por volta de 15% de participação. Dentro dessa faixa de rendimentos, é possível identificar aqueles que se declararam homens e mulheres, independentemente da idade de cada um. Em 1982, cerca de 5,7 milhões de pessoas foram classificadas na faixa superior, das quais 5 milhões eram brancos, sendo 2,5 milhões do sexo masculino (44,6% da camada) e 2,5 milhões do sexo feminino (44,6%). Os homens negros¹¹⁵ representavam 5,7% dessa camada (em torno de 325 mil pessoas), e as mulheres negras eram apenas 290 mil na alta classe média (5,1%).

Em 2003, a camada superior diminuiu proporcionalmente de tamanho em função da menor presença dos brancos (especialmente daqueles do sexo masculino). Como os negros mantêm sua participação na alta classe média, como percentual do total da camada, cresce para 6,8% a participação dos homens negros e para 6,5% das mulheres negras. Em termos absolutos, tínhamos 445 mil pessoas negras e do sexo masculino na alta classe média, e 430 mil mulheres negras, numa camada que totalizava 6,5 milhões de pessoas em 2003.

Para fins de comparação, é importante destacarmos o tamanho das populações segundo a cor e o sexo em 1982 e 2003, independentemente da camada que pertençam. Vejamos:

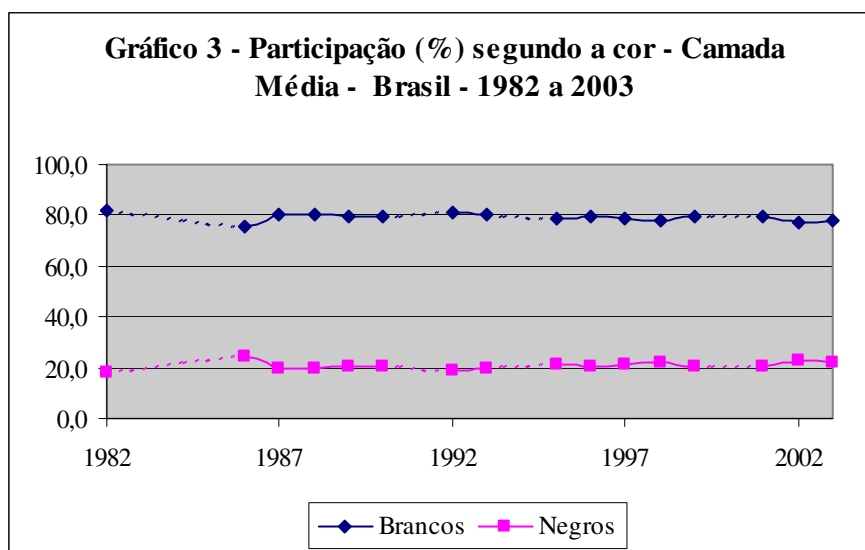
¹¹⁵ Para evitar repetições no texto vamos utilizar as expressões “homens” e “mulheres”, deixando claro que não há o controle pela idade dos indivíduos, de maneira que estamos considerando também jovens e crianças.

Tabela 25 - População segundo o sexo e raça - Brasil				
	1982		2003	
		%		%
Sexo Masculino - Brancos	33.966.295	28,1	43.545.317	25,0
Sexo Feminino - Brancos	35.047.715	29,0	47.796.568	27,5
Sexo Masculino - Negros	25.973.771	21,5	41.312.492	23,7
Sexo Feminino - Negros	25.915.596	21,4	41.311.675	23,7
Total	120.903.777	100,0	173.966.052	100,0

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Dessa forma, distorções em relação às distribuições observadas acima, como ocorreu na alta classe média, revelam desequilíbrios em termos de gênero e raça na composição das camadas sociais estabelecidas pelo padrão de rendimentos familiar. Como vimos, embora representem 23,7% da população em 2003, os homens e as mulheres negras não chegam a 7% daqueles que compunham a alta classe média nesse ano, evidenciando uma sub-representação. Como proporção de suas respectivas populações, ambos representam pouco mais do que 1% do total, ou seja, 430 mil mulheres negras e 445 homens negros num universo de 41,3 milhões de cada sexo.

Esse padrão de segregação racial, com presença amplamente majoritária da população branca, se repete quando se observa a evolução da média classe média. A participação dos negros nessa faixa de rendimento – que possibilita um padrão de vida relativamente bom – não ultrapassa 25% entre 1982 e 2003. O gráfico 3 retrata essa evolução:



Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

obs.: as linhas tracejadas representam intervalos para os quais não temos os dados da PNAD.

O ano de 1986 marca um pequeno aumento na participação dos negros em relação a 1982, com ligeira redução da população branca na média classe média. A partir daí, as proporções praticamente se estabilizam em torno de 80% para os brancos e 20% para os negros nessa faixa de rendimento familiar (entre R\$ 2.500 e R\$ 5.000). Observemos a composição desta camada incorporando a variável sexo:

TABELA 26 - Distribuição e Participação, segundo a raça e o sexo, na média classe média - Brasil						
Raça e Sexo	1982			2003		
	N. pessoas	% (A)	% (B)	N. pessoas	% (A)	% (B)
Branco - Masculino	3.947.703	40,1	11,6	4.652.924	37,6	10,7
Branco - Feminino	4.070.332	41,4	11,6	5.037.758	40,7	10,5
Negro - Masculino	936.367	9,5	3,6	1.362.780	11,0	3,3
Negro - Feminino	880.988	9,0	3,4	1.325.171	10,7	3,2
Total	9.835.390	100,0	-	12.378.633	100,0	-

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

(A) Em relação à camada média.

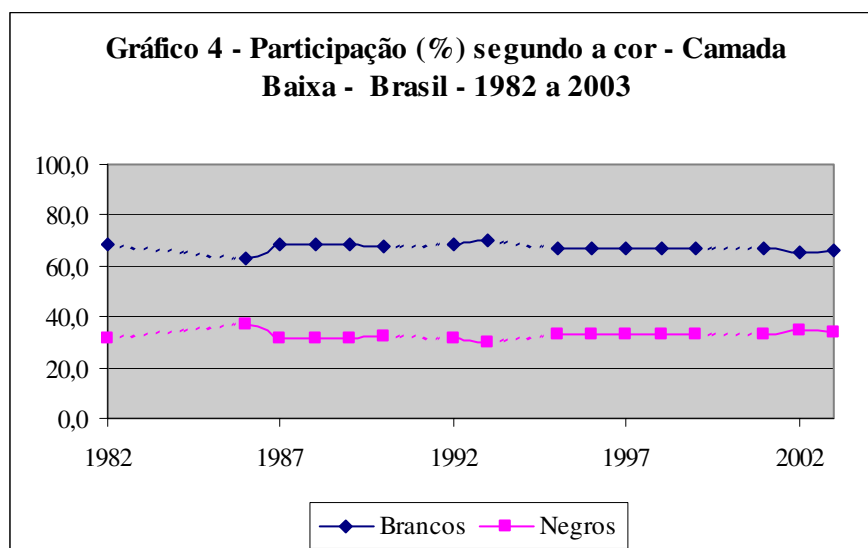
(B) Em relação à respectiva população.

Como proporção da média classe média, tanto em 1982 como em 2003, os homens e mulheres que se declaram de cor negra são amplamente minoritários. Em 1982, a participação desses grupos na camada média era, respectivamente, de 9,5% e 9%, havendo um ligeiro incremento em 2003 para 11% e 10,7%. As variações são mínimas, tanto para os negros do sexo masculino como do feminino, no que se refere à participação em relação à sua própria população, pois esse índice situa-se em torno de 3,5% nos anos pesquisados.

Em síntese, pode-se dizer que um padrão de vida familiar de média e alta classe média continuou a ser extremamente restrito para os negros entre 1982 e 2003. Essa observação é facilmente confirmada pela experiência cotidiana, dada a baixa presença dos negros em espaços variados, tais como as universidades públicas ou restaurantes que exigem um certo padrão de renda. Na mídia, por exemplo, só recentemente tem sido mais freqüente a presença de profissionais negros, ocorrendo o mesmo na publicidade ou outras áreas de comunicação.

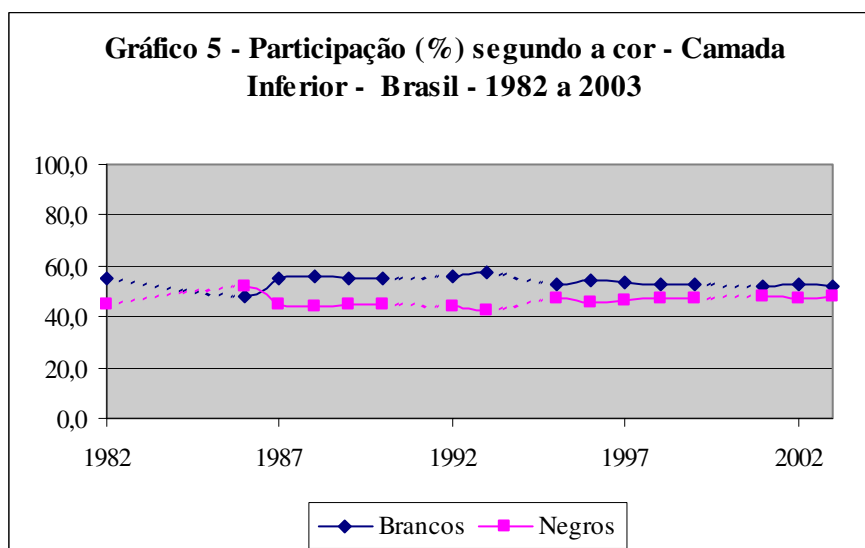
Como veremos a seguir, as diferenças raciais tornam-se menos explícitas, mas permanecem na baixa classe média, havendo equilíbrio apenas quando consideramos as famílias da massa trabalhadora. Em conjunto, essas duas camadas representam algo em torno

de 50% da população brasileira, numa faixa de rendimento familiar entre R\$ 500 e R\$ 2.500 mensais (compreendendo as duas camadas):



Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

obs.: as linhas tracejadas representam intervalos para os quais não temos os dados da PNAD.



Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

obs.: as linhas tracejadas representam intervalos para os quais não temos os dados da PNAD.

Na camada baixa (baixa classe média) ainda prevalece uma concentração mais do que proporcional dos brancos, que ao longo do período representam entre 65% e 70% dessa faixa. Já na massa trabalhadora (camada inferior), com exceção do ano de 1986, a distribuição segundo a raça é praticamente equivalente àquela que se observa para o conjunto da população: cerca de 45% de negros e 55% de brancos. Assim sendo, depois de estarem sub-

representados nas camadas sociais de classe média, os negros atingem sua participação no conjunto da população somente na camada inferior (renda familiar entre R\$ 500 e R\$ 1.000).

Mais uma vez, nos parece que esse dado de pesquisa encontra amparo na realidade, pois de fato é difícil distinguir a população pela cor ou raça nas camadas populares com um nível médio de renda. Quando incluímos a variável sexo, observa-se o seguinte quadro para baixa classe média:

TABELA 27 - Distribuição e Participação, segundo a raça e o sexo, na baixa classe média - Brasil						
Raça e Sexo	1982			2003		
	N. pessoas	% (A)	% (B)	N. pessoas	% (A)	% (B)
Brancos - Masculino	10.049.978	34,1	29,6	12.455.976	31,6	28,6
Brancos - Feminino	10.161.611	34,5	29,0	13.547.100	34,4	28,3
Negros - Masculino	4.778.700	16,2	18,4	6.810.569	17,3	16,5
Negros - Feminino	4.499.519	15,3	17,4	6.550.122	16,6	15,9
Total	29.489.808	100,0	-	39.363.767	100,0	-

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

(A) Em relação à camada baixa.

(B) Em relação à respectiva população.

Percebe-se que cerca de 30% das pessoas que se declararam brancas – tanto do sexo masculino como do feminino – encontravam-se em famílias de baixa classe média em 1982. Esse percentual cai um pouco em 2003, mas, de qualquer forma, essa camada social continua a abarcar parcela significativa da população branca. Como proporção da camada, as mulheres brancas respondem por 34,5% em 1982 e 2003, havendo redução na contribuição dos homens brancos de 34,1% para 31,6% no mesmo período.

A participação dos negros do sexo masculino na baixa classe média é ligeiramente superior a das mulheres, embora a distribuição de ambos ainda esteja abaixo da média para o conjunto da população (tabela 25). Em relação às suas respectivas populações, assim como acontece para os brancos, há uma pequena redução da presença de homens e mulheres de cor negra na camada baixa, refletindo assim no resultado agregado de diminuição relativa dessa faixa de rendimento entre 1982 e 2003.

A tabela 28 se refere à composição da massa trabalhadora:

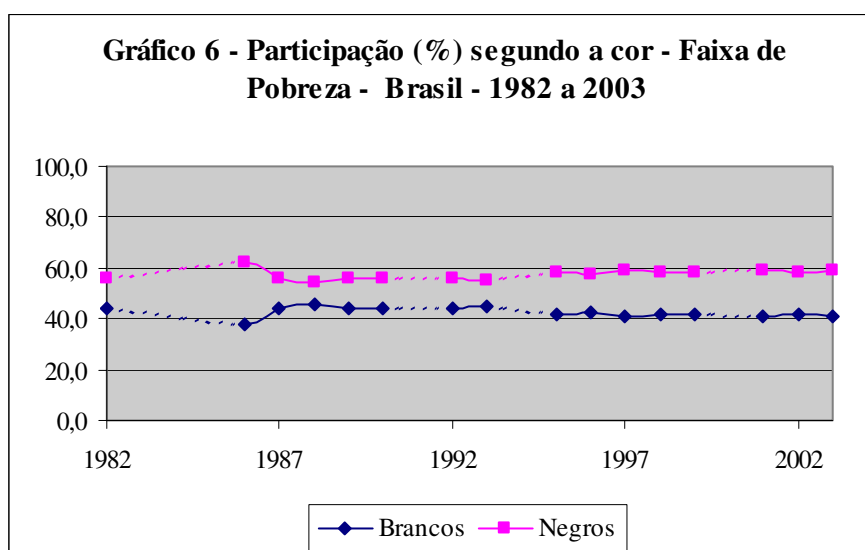
TABELA 28 - Distribuição e Participação, segundo a raça e o sexo, na massa trabalhadora - Brasil						
Raça e Sexo	1982			2003		
	N. pessoas	% (A)	% (B)	N. pessoas	% (A)	% (B)
Branco - Masculino	8.729.722	27,1	25,7	11.434.262	24,7	26,3
Branco - Feminino	9.006.804	28,0	25,7	12.600.263	27,2	26,4
Negro - Masculino	7.291.237	22,7	28,1	11.272.723	24,3	27,3
Negro - Feminino	7.141.398	22,2	27,6	11.004.574	23,8	26,6
Total	32.169.161	100,0	-	46.311.822	100,0	-

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

(A) Em relação à camada inferior.

(B) Em relação à respectiva população.

Os dados não apresentam grandes disparidades em termos de raça e gênero. A distribuição na massa trabalhadora controlada por estas variáveis é relativamente próxima ao quadro médio para toda a população. É verdade que há uma concentração um pouco maior dos negros, mas as discrepâncias são bem menores do que se verifica nas demais camadas sociais. As famílias da massa trabalhadora agregam cerca de 28% das pessoas que se declaram negras e do sexo masculino, percentual que é um pouco mais baixo para as mulheres negras, pois, como veremos, elas estão fortemente presentes nas faixas de rendimentos associadas à pobreza e à indigência. Vejamos a evolução na composição dessas duas últimas camadas em termos da raça declarada:



Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

obs.: as linhas tracejadas representam intervalos para os quais não temos os dados da PNAD.

Naquelas famílias cujo rendimento familiar fica entre R\$ 250 e R\$ 500, configurando uma situação de precariedade ou pobreza, os negros superaram, pela primeira vez, os brancos na composição da camada. Durante o período pesquisado, principalmente a partir de 1986, a proporção de negros nessa faixa transita em torno de 60%. A tabela 29 aponta para participação mais do que proporcional das mulheres negras nesta camada associada à pobreza:

TABELA 29 - Distribuição e Participação, segundo a raça e o sexo, na camada de pobreza - Brasil						
Raça e Sexo	1982			2003		
	N. pessoas	% (A)	% (B)	N. pessoas	% (A)	% (B)
Brancos - Masculino	5.487.593	21,5	16,2	7.211.861	19,4	16,6
Brancos - Feminino	5.729.046	22,5	16,3	7.861.849	21,2	16,4
Negros - Masculino	7.022.792	27,5	27,0	10.976.760	29,6	26,6
Negros - Feminino	7.268.709	28,5	28,0	11.042.102	29,8	26,7
Total	25.508.139	100,0	-	37.092.572	100,0	-

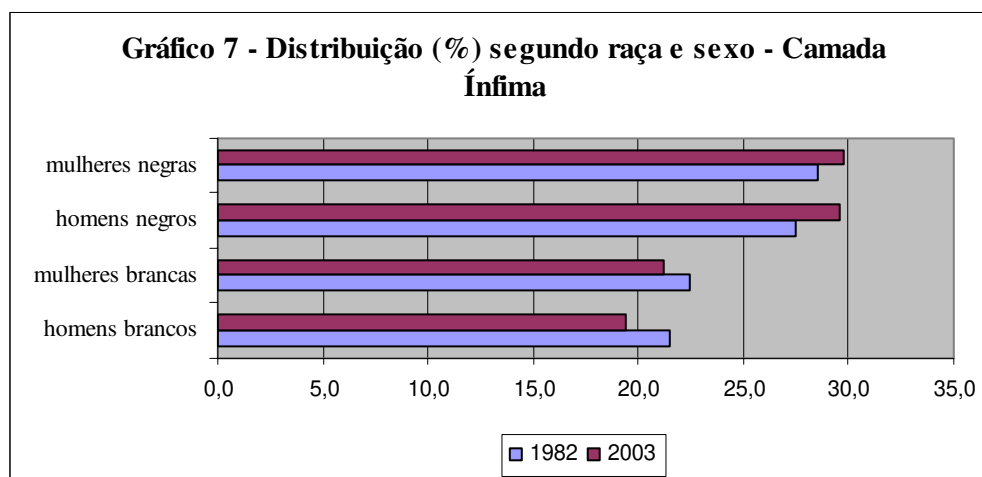
Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

(A) Em relação à camada ínfima.

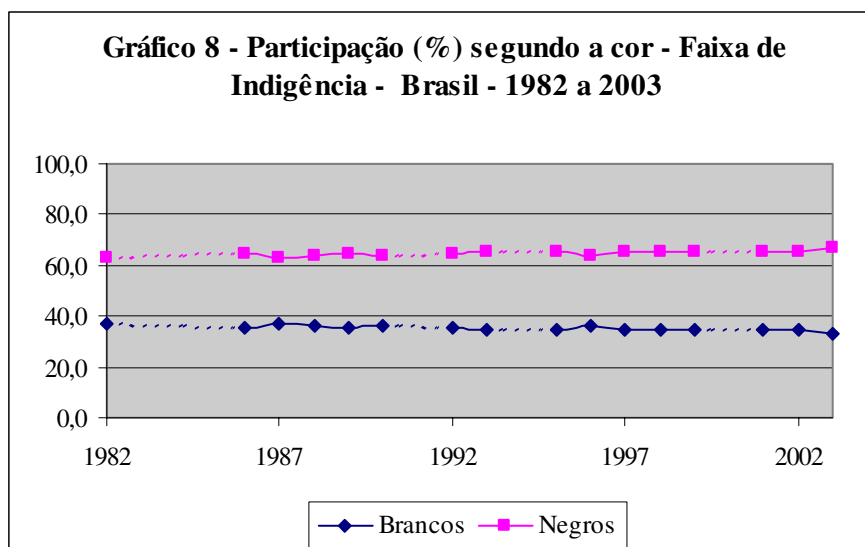
(B) Em relação à respectiva população.

Enquanto que os brancos, tanto homens como mulheres, respondem por 21,5% e 22,5% dessa camada, respectivamente, em 1982, os negros formam a maioria dessa faixa de pobreza, sendo 27,5% do sexo masculino e 28,5% do feminino. As informações relativas a 2003 mostram uma pequena tendência de redução na contribuição dos brancos para formação dessa faixa. Na verdade, tendo como parâmetro suas próprias populações, homens e mulheres de cor branca mantêm uma participação próxima a 16,5%.

Em 2003, os negros respondem por uma parcela um pouco maior da faixa de pobreza, muito próxima a 30% tanto para os homens como para as mulheres. O gráfico 7 apresenta esses dados de maneira comparativa:



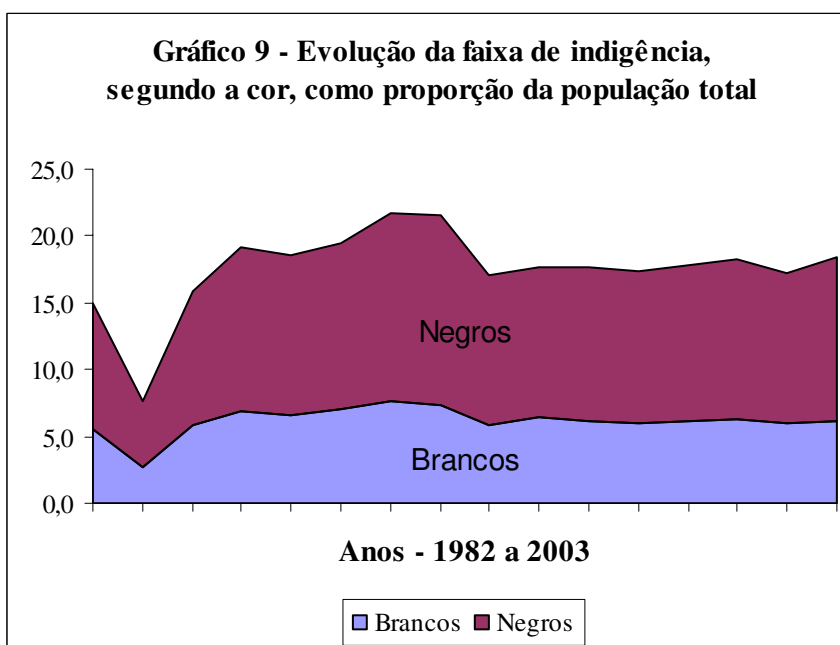
Finalmente, vamos observar a evolução na composição da camada relacionada à indigência entre 1982 e 2003:



Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

obs.: as linhas tracejadas representam intervalos para os quais não temos os dados da PNAD.

As curvas percorrem caminhos claramente distintos e relativamente estáveis, isto é, a participação dos brancos em famílias numa condição de indigência é sempre inferior a 40%, implicando numa contribuição sempre superior a 60% dos negros (entre 62,7% em 1982 e 66,8% em 2003). Esse processo pode ser visualizado no gráfico abaixo, que também se refere à camada de indigência (renda familiar inferior a R\$ 250), mas com relação à população total:



Faixa Indigência			
	Total	Branços	Negros
1982	15,0	5,6	9,4
1986	7,7	2,7	5,0
1987	15,8	5,8	10,0
1988	19,1	6,9	12,2
1989	18,5	6,6	11,9
1990	19,4	7,1	12,3
1992	21,7	7,7	14,0
1993	21,6	7,4	14,2
1995	17,0	5,9	11,1
1996	17,6	6,4	11,2
1997	17,7	6,1	11,6
1998	17,4	6,0	11,4
1999	17,8	6,2	11,6
2001	18,3	6,3	12,0
2002	17,2	6,0	11,2
2003	18,4	6,1	12,3

No início desta seção destacamos a evolução das faixas de rendimento em paralelo à conjuntura econômica mais geral, ou seja, ao desempenho do produto. Além da magnitude expressiva da faixa de indigência – que variou entre 15% e 21,7% da população (com exceção de 1986) – chama atenção a manutenção de um expressivo contingente de pessoas negras em famílias com esse patamar de rendimentos muito baixo. Os dados revelam a permanência de um estoque de negros nessa camada nunca inferior a 10% da população total a partir de 1986, e sempre maior (em geral o dobro) do que a proporção de brancos. Conforme outros estudos mostram, a base empírica não deixa dúvidas quanto à continuidade de expressivas desigualdades raciais no país. Ao longo do período pesquisado, cerca de 2/3 da faixa de indigência foi composta por pessoas que declararam “pretas” ou “pardas”.

A tabela 30 inclui a variável sexo nessa caracterização:

TABELA 30 - Distribuição e Participação, segundo a raça e o sexo, na camada de indigência - Brasil						
Raça e Sexo	1982			2003		
	N. pessoas	% (A)	% (B)	N. pessoas	% (A)	% (B)
Branços - Masculino	3.201.575	17,6	9,4	4.957.572	15,5	11,4
Branços - Feminino	3.532.573	19,4	10,1	5.710.794	17,8	11,9
Negros - Masculino	5.618.041	30,9	21,6	10.418.821	32,5	25,2
Negros - Feminino	5.834.582	32,1	22,5	10.935.243	34,1	26,5
Total	18.186.772	100,0	-	32.022.430	100,0	-

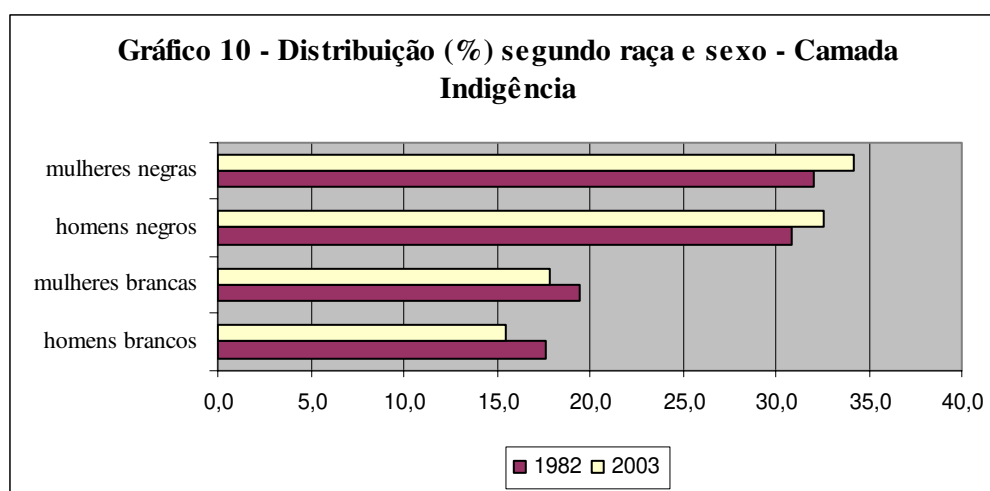
Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

(A) Em relação à camada média.

(B) Em relação à respectiva população.

Quando se observa a composição da camada, há um aumento na participação dos negros – homens e mulheres – de 63% em 1982 para 66,7% em 2003 – conforme já havíamos detectado na apresentação do quadro geral. Dentre as pessoas que se declararam negras e do sexo feminino em 2003, 26,5% estavam em famílias da faixa de indigência, percentual que era de 22,5% em 1982. Como essa tendência se repete para os homens negros – e em menor medida para os brancos – confirma-se que o crescimento da camada de indigência ocorreu, primordialmente, em função da maior participação dos negros.

A situação crítica das mulheres negras pode ser observada no gráfico abaixo:



Fica clara a tendência de crescimento na participação dos homens e mulheres negras na camada de indigência. É verdade que, como vimos, esse aumento na contribuição dos negros ocorreu também em outras faixas, dado o número maior de pessoas que se declararam “pretas” ou “pardas”. De qualquer forma, configura-se o contexto de grandes desigualdades raciais, destacando-se a precariedade da posição das mulheres negras, com elevado índice de participação nas faixas de pobreza e indigência (maior do que os homens negros).

Ao longo desse sub-item, buscamos caracterizar a evolução das camadas sociais através da composição das mesmas em termos de raça ou cor. Seja considerando o total de cada camada, o total da população ou a distribuição em cada população segundo a cor ou sexo, foi possível observar, em primeiro lugar, a permanência de acentuados níveis de disparidade racial, pois os brancos estão concentrados nas camadas relativas a um padrão de vida de classe

média, enquanto os negros estão super-representados nas faixas associadas à pobreza e indigência.

Essa conclusão era esperada e já havia sido mencionada no item anterior, quando confrontamos os anos de 1982 e 2003. A avaliação do período como um todo revela a conexão entre as mudanças nas participações relativas das camadas e o cenário econômico. É claro que um estudo mais detalhado poderia sofisticar essa relação, mas observando a variação das camadas foi possível perceber um paralelo entre elas e o ritmo de atividade econômica. Em particular, quando consideramos as duas faixas superiores (alta e média classe média) e as duas inferiores (pobreza e indigência), pôde-se observar que as primeiras tendem a diminuir em momentos recessivos ou de baixo crescimento e crescer em períodos de expansão, ocorrendo o inverso com as duas últimas camadas.

Em termos da cor ou raça, as variações acompanham, em boa medida, as mudanças para o conjunto das camadas, mantendo-se uma proporcionalidade na representação que é desfavorável aos negros. Conforme vimos nos gráficos anteriores, eles não atingem em nenhum momento 20% de participação na camada superior (alta classe média), e contribuem sistematicamente com algo em torno de 65% para composição da camada de indigência (com destaque para participação feminina). Essa consistência dos dados serve como base para avaliarmos a distribuição dos grupos familiares pela ocupação do membro melhor situado. Tal descrição deve ajudar a explicar as disparidades raciais até aqui abordadas. Da mesma forma, esses resultados no país também decorrem da distribuição geográfica desigual entre brancos e negros, como veremos mais à frente.

3.2.3 – Os grupos familiares – 1982 e 2003

A metodologia do professor Waldir Quadros, além das camadas sociais ou faixas de rendimento, permite a apresentação dos dados em grupos familiares, a partir da agregação dos indivíduos pela ocupação do membro melhor situado de sua família. Antes de passarmos a discussão relativa às questões de raça e sexo, acreditamos ser aconselhável uma visão geral a respeito desses grupos familiares e da forma pela qual eles se modificaram no Brasil:

Tabela 31 - Grupos familiares - Brasil - População Total				
	1982		2003	
	N. Pessoas	%	N. Pessoas	%
A-1 Empregadores (> 10)	6.143.328	5,1	1.105.726	0,6
A-2 Empregadores (<= 10)	***	***	7.757.885	4,5
C Classe Média Autônoma	5.618.571	4,6	8.907.774	5,1
D Classe Média Assalariada	23.921.800	19,8	40.000.368	23,0
F Trabalhadores Autônomos	11.475.709	9,5	18.846.421	10,8
G Trabalhadores Assalariados	30.646.384	25,3	37.594.723	21,6
I Trabalhadores Domésticos	2.224.679	1,8	6.646.809	3,8
J-1 Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Urbano	55.444	0,0	261.691	0,2
J-3 Trabalhadores Não Remun (<15h) - Urbano	***	***	85.678	0,0
M Auto Construção	***	***	95.475	0,1
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	16.398.289	13,6	11.000.002	6,3
H-2 Trabalhadores Autônomos Agrícolas	716.114	0,6	750.455	0,4
H-3 Assalariados Agrícolas Permanentes	12.589.761	10,4	5.405.223	3,1
H-4 Assalariados Agrícolas Temporários		0,0	4.580.721	2,6
J-2 Trabalhadores Não Remun (>=15h) - Agrícola	201.835	0,2	374.106	0,2
J-4 Trabalhadores Não Remun (<15h) - Agrícola	***	***	50.411	0,0
N Autoconsumo	***	***	2.102.547	1,2
SO Sem Ocupação Com Renda	9.505.646	7,9	24.117.061	13,9
SOF Sem Ocupação Sem Renda	1.405.817	1,2	4.225.852	2,4
Ignorado	***	***	57.124	0,0
Total	120.903.377	100,0	173.966.052	100,0

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Em primeiro lugar, é preciso mencionar que houve uma mudança metodológica promovida pelo IBGE em 1992 que “expandiu” o conceito de ocupação e incluiu alguns grupos antes desconsiderados, como os trabalhadores em auto-construção (M), em auto-consumo (N) e aqueles não remunerados (urbanos ou agrícolas) com jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais (J3 e J4). Porém, como trabalhamos com o grupo SO – dos sem ocupação com renda – esses indivíduos, se auferiam rendimento, foram contemplados na

metodologia antes de 1992, de maneira que essa mudança metodológica não interfere na discussão relativa à estrutura sócio-ocupacional familiar¹¹⁶.

Basicamente, vamos concentrar esforços em avaliar o comportamento da classe média (autônoma e assalariada) e dos trabalhadores (autônomos e assalariados). Esses grupos familiares representam cerca de 60% da população ao longo do período que está sendo pesquisado. As transformações nas famílias de classe média e da massa trabalhadora refletem o grau de dinamismo social e econômico do país, daí privilegiarmos esses grupos na nossa discussão acerca das desigualdades sociais (e suas dimensões ligadas à raça e ao gênero).

Em 1982, tínhamos 30,6 milhões de pessoas – 25,3% do total da população – em famílias cujo membro melhor situado foi classificado no grupo G (trabalhadores assalariados). Em seguida, aparecia o grupo da classe média assalariada (grupo D), que abarcava 23,9 milhões de pessoas, correspondendo a 19,8% do total. Em 2003, há uma inversão dessas posições, pois o grupo D passa a representar um contingente de 40 milhões de pessoas (23% do total), e o grupo G passa a ser proporcionalmente menor (37,6 milhões de pessoas, ou 21,6% do total).

Essa modificação, a princípio, indica um aspecto positivo no sentido de que um número maior de pessoas passou a ter ocupações nominalmente classificadas como sendo de classe de média. Porém, como iremos apresentar mais à frente e, na verdade, já apontaram os dados relativos às camadas sociais, essa melhora “qualitativa” não se reverteu em patamares de rendimento mais elevados para as famílias, dado o encolhimento das camadas de classe média¹¹⁷ e a expansão das faixas de pobreza e indigência.

As famílias classificadas no grupo C (classe média autônoma) e no grupo F (trabalhadores autônomos) aumentaram sua participação relativa entre 1982 e 2003: de 4,6% para 5,1% e de 9,5% para 10,8%, respectivamente. Da mesma forma, e com mais intensidade, expandiu-se o número de pessoas cujo membro melhor situado era aposentado ou pensionista (grupo SO, de 7,9% para 13,9%), ou trabalhador doméstico (de 1,8% para 3,8%). Já o grupo A (empregadores) mantém uma participação de cerca de 5,0% da população, enquanto que se

¹¹⁶ Na estrutura sócio-ocupacional familiar, existe ainda o grupo SOF – daqueles que não declararam ocupação e também nenhum tipo de renda, ou pertencem a famílias nessa condição. As famílias cujo membro melhor situado estava ocupado em atividades antes desconsideradas pelo IBGE podem estar também nesse grupo (quando não declaram rendimentos).

reduz fortemente o percentual de pessoas dependente de trabalhadores agrícolas (somando-se os grupos H, de 24,6% para 12,5% da população).

De que maneira esses grupos familiares podem ser utilizados para discussão das disparidades raciais e de gênero? Primeiramente, vamos identificar a raça e o sexo declarados pelos indivíduos e a forma pela qual eles se distribuem nos grupos familiares. Já na parte final desse sub-item, trabalharemos simultaneamente com as faixas de rendimento e os grupos familiares, destacando aspectos relacionados à raça e ao gênero. A tabela 25 mostrou que em 1982 cerca de 34 milhões de pessoas (28,1% da população) se declararam brancas e do sexo masculino, número que atinge 43,5 milhões em 2003 (25% do total). Abaixo apresentamos os cinco principais grupos familiares em que foram classificados os homens brancos¹¹⁸, no intuito de tentar traçar um padrão no que se refere à distribuição desse segmento na estrutura familiar:

Tabela 32 - Grupos Familiares - Brancos - Sexo Masculino		
1982		
	N. Pessoas	%
D Classe Média Assalariada	8.252.366	24,3
G Trabalhadores Assalariados	8.248.623	24,3
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	4.343.314	12,8
F Trabalhadores Autônomos	3.040.134	9,0
H-3 Assalariados Agrícolas Permanentes	2.673.854	7,9
Outros Grupos	7.408.004	21,8
Total	33.966.295	100,0
2003		
D Classe Média Assalariada	11.731.438	26,9
G Trabalhadores Assalariados	9.032.338	20,7
SO Sem Ocupação Com Renda	5.469.839	12,6
F Trabalhadores Autônomos	4.584.549	10,5
A Empregadores	3.311.655	6,6
Outros Grupos	9.415.498	21,6
Total	43.545.317	100,0

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

¹¹⁷ Deve-se deixar claro que, na discussão dos grupos, conforme destacamos na apresentação da metodologia (item 3.1), o termo “classe média” tem o sentido de “ocupações típicas de classe média”. No tratamento das camadas sociais ou faixas de rendimentos nos referimos a “padrões de vida de classe média”.

¹¹⁸ Vale sempre lembrar o critério que estamos utilizando para esta classificação na estrutura sócio-ocupacional familiar, que define a posição de cada indivíduo pelo membro melhor situado de sua família na hierarquia apresentada no quadro A do item 3.1. Dessa forma, no universo de 43,5 milhões de “homens brancos” em 2003, por exemplo, estão sendo contabilizadas as crianças, jovens e mesmo adultos brancos que são dependentes de um membro da família situado numa posição ocupacional superior.

Em 1982, os grupos familiares da classe média assalariada (D) e dos trabalhadores assalariados (G) concentravam quase que a metade dos homens brancos, numa proporção de 24,3% do total para cada um em relação à sua própria população. Em seguida, destacavam-se as participações das famílias dos proprietários agrícolas por conta própria (grupo H1, correspondendo a 12,8%), dos trabalhadores autônomos e suas famílias (grupo F, com participação de 9,0%) e, finalmente, o grupo H3 (assalariados agrícolas permanentes), no qual estavam 7,9% das pessoas que se declararam brancas e do sexo masculino.

O perfil dos grupos familiares se altera parcialmente em 2003, pois a maioria dos homens brancos concentrava-se em famílias do grupo D, relativo às ocupações típicas de classe média. O grupo D passa a congregar 26,9% desse segmento, enquanto que perdem espaço as famílias dos trabalhadores assalariados (o grupo G responde, em 2003, por 20,3% dessa população). Há uma sensível diminuição na participação dos grupos ligados às atividades agrícolas, acompanhando um movimento que ocorre para a população como um todo.

Conforme destacamos acima, há um aumento na participação relativa do grupo D, sendo que, tanto em 1982 como 2003, a proporção de homens brancos em famílias de classe média assalariada (ocupações típicas) é maior do que se verifica para população como um todo (tabela 31). As duas ocupações agrícolas – H1 e H3 – deixam de compor o quadro dos cinco principais grupos familiares dentre os homens brancos, sendo “substituídas” pelo grupo dos sem ocupação com renda (SO; basicamente aposentados) e pelo grupo A (empregadores). Entre os homens brancos, seja em 1982 ou em 2003, há uma participação significativa nas famílias de trabalhadores autônomos (grupo F), variando de 9,0% para 10,5% do total no período.

As tabelas seguintes irão apresentar os principais grupos familiares observados para as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Nosso objetivo é observar mudanças nessas populações entre 1982 e 2003, além de fazer comparações entre o perfil de distribuição familiar de cada uma delas.

Tabela 33 - Grupos Familiares - Brancas - Sexo Feminino		
1982		
	N. Pessoas	%
D Classe Média Assalariada	8.817.835	25,2
G Trabalhadores Assalariados	7.996.402	22,8
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	4.046.406	11,5
SO Sem Ocupação Com Renda	3.205.825	9,1
F Trabalhadores Autônomos	3.026.172	8,6
Outros grupos	7.955.076	22,7
Total	35.047.715	100,0
2003		
D Classe Média Assalariada	13.353.538	27,9
G Trabalhadores Assalariados	8.981.387	18,8
SO Sem Ocupação Com Renda	7.500.155	15,7
F Trabalhadores Autônomos	4.588.802	9,6
C Classe Média Autônoma	2.854.466	6,0
Outros grupos	10.518.220	22,0
Total	47.796.568	100,0

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Tanto em 1982 como em 2003, assim como ocorre para o sexo masculino (branco), nota-se uma concentração das mulheres brancas em famílias de classe média assalariada (grupo D). Há também uma tendência de crescimento deste grupo, que em 2003 concentra 23,9% das pessoas que se declararam brancas e do sexo feminino. O grupo G (famílias de trabalhadores assalariados), embora ainda seja o segundo mais importante para esse segmento em 2003, reduz sua participação de 22,8% para 18,8% do total das mulheres brancas entre 1982 e 2003.

O grupo familiar de proprietários agrícolas por conta própria (H1) deixa de figurar entre os principais para as mulheres brancas (o mesmo que ocorreu para os homens brancos), sendo que o grupo SO – aposentados e pensionistas – que já era representativo em 1982, assume a terceira posição dentre esse estrato da população, tendo 15,7% de participação em 2003 e se aproximando assim do grupo G. O grupo F – trabalhadores autônomos – é representativo tanto em 1982 e 2003. Assim sendo, a única diferença observada em relação aos homens brancos em termos dos cinco principais grupos familiares é que, para as mulheres brancas, em 2003, a classe média autônoma (grupo C) aparece como quinto grupo mais importante (para os brancos do sexo masculino essa posição era ocupada pelo grupo A, dos empregadores).

Observemos a distribuição dos principais grupos para os homens negros em 1982 e 2003:

Tabela 34 - Grupos Familiares - Negros - Sexo Masculino		
1982		
	N. Pessoas	%
G Trabalhadores Assalariados	7.468.856	28,8
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	4.122.584	15,9
H-3 Assalariados Agrícolas Permanentes	3.953.744	15,2
D Classe Média Assalariada	3.390.404	13,1
F Trabalhadores Autônomos	2.750.722	10,6
Outros grupos	4.287.461	16,5
Total	25.973.771	100,0
2003		
G Trabalhadores Assalariados	10.226.357	24,8
D Classe Média Assalariada	7.280.547	17,6
SO Sem Ocupação Com Renda	5.041.923	12,2
F Trabalhadores Autônomos	5.021.007	12,2
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	3.390.148	8,2
Outros Grupos	10.352.510	25,1
Total	41.312.492	100,0

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

O perfil da distribuição familiar difere daquele observado para população branca, uma vez que o grupo mais representativo daqueles que se declararam negros e do sexo masculino é o de trabalhadores assalariados (grupo G), não a classe média assalariada (grupo D). Este último ocupava apenas a quarta posição dentre os principais grupos familiares para os homens negros em 1982. As atividades agrícolas – grupos H1 e H3 – concentravam 31,1% desse segmento nesse ano, superando o número de homens negros classificados em famílias com ocupações típicas de classe média (do membro mais bem situado).

Em 2003, observa-se o movimento de redução da participação relativa do grupo G e a expansão das famílias de classe média assalariada dentre os negros do sexo masculino, porém a massa trabalhadora assalariada continua sendo o maior grupo para esse estrato da população. Neste ano, os grupos SO (sem ocupação com renda) e F (trabalhadores autônomos) figuram entre os principais para os homens negros, assim como ocorre para os homens e mulheres na população branca. Entretanto, ao invés do grupo de empregadores ou da classe média autônoma, para esse segmento a quinta posição é ocupada pelo grupo familiar H1 (proprietários agrícolas por conta própria), que correspondia a 8,2% dessa população em 2003,

indicando uma parcela não desprezível de pessoas que se manteve em atividades agrícolas (realizando-as diretamente ou dependendo delas na sua família).

A tabela 35 indica os principais grupos familiares pelos quais se distribuem as pessoas negras e do sexo feminino:

Tabela 35 - Grupos Familiares - Negras - Sexo Feminino		
1982		
	N. Pessoas	%
G Trabalhadores Assalariados	6.932.502	26,8
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	3.885.986	15,0
H-3 Assalariados Agrícolas Permanentes	3.526.263	13,6
D Classe Média Assalariada	3.461.195	13,4
F Trabalhadores Autônomos	2.658.681	10,3
Outros Grupos	5.450.968	21,0
Total	25.915.596	100,0
2003		
G Trabalhadores Assalariados	9.354.641	22,6
D Classe Média Assalariada	7.634.845	18,5
SO Sem Ocupação Com Renda	6.105.144	14,8
F Trabalhadores Autônomos	4.652.063	11,3
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	2.791.293	6,8
Outros Grupos	10.773.689	26,1
Total	41.311.675	100,0

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A ordem dos cinco principais grupos familiares que concentram as mulheres negras, tanto em 1982 como 2003, é exatamente a mesma que se observa para os homens negros nestes anos. Como para a população branca existem algumas diferenças de um ano para o outro e entre os sexos masculino e feminino, tal situação sugere um peso maior do componente racial na conformação dos grupos familiares, configurando um padrão próprio de distribuição familiar para a população negra. De acordo com esse padrão, para as famílias negras prevalecem as ocupações de massa trabalhadora assalariada (enquanto que na população branca destacavam-se as ocupações típicas de classe média assalariada). Além disso, enquanto que para os brancos os grupos familiares de empregadores (homens) e da classe média autônoma (mulheres) têm um peso não desprezível, essa posição é ocupada, para os negros (homens e mulheres) pelo grupo H1 (proprietários agrícolas por conta-própria). Em comum, independentemente da cor, a participação significativa e crescente das famílias

dependentes dos trabalhadores autônomos (grupo F) e dos sem ocupação com renda (grupo G, basicamente composto por aposentados e pensionistas).

As tabelas 34 e 35 não mostram, mas é interessante chamarmos a atenção para o crescimento do grupo I (trabalhadores domésticos) para a população negra, tanto homens como mulheres. Para os primeiros, a proporção varia de 1,2% para 3,9% entre 1982 e 2003; já para as “mulheres negras”, o grupo familiar de trabalhadores domésticos vai de 3,6% para 6,3% nesse período, atingindo a sexta posição nesse último ano dentre os principais grupos que congregam as “mulheres negras” (logo abaixo do grupo H1). O percentual de homens e mulheres brancas, em relação ao total de suas populações, classificados no grupo I, em 2003, é inferior a 2,5%.

Os dados apresentados até aqui buscaram identificar grupos familiares característicos que abarcam os segmentos populacionais a partir dos cortes de raça e sexo. A classificação se deu exclusivamente pela ocupação do membro melhor situado de cada família, independentemente do nível de renda familiar. Para avançar nessa descrição, passemos então à discussão simultânea dos grupos familiares e das camadas sociais, que pode ser feita através do detalhamento da variação das camadas (superior, média, baixa, inferior, ínfima e indigência) pelas mudanças no “tamanho” dos principais grupos familiares que as compõem. Essa forma de trabalhar os grupos “dentro” das camadas sociais configura-se numa aproximação da estrutura social brasileira, como pretende a metodologia.

A tabela 36 se refere à composição da camada superior (independentemente da cor ou sexo), relativa a um padrão de vida de alta classe média (mais do que R\$ 5.000 de rendimento familiar total):

Tabela 36 - Camada Superior x Grupos Familiares - Brasil							
Cam.	Grupos Familiares	1982			2003		
		Nº Pess.	% (a)	% (b)	Nº Pess.	% (a)	% (b)
Alta Classe Média	A Empregadores (A-1 e A-2)	1.272.911	22,3	1,1	1.742.449	26,6	1,0
	C Classe Média Autônoma	472.068	8,3	0,4	805.701	12,3	0,5
	D Classe Média Assalariada	3.187.818	55,9	2,6	2.756.416	42,0	1,6
	F Trabalhadores Autônomos	137.343	2,4	0,1	173.361	2,6	0,1
	G Trabalhadores Assalariados	145.865	2,6	0,1	59.970	0,9	0,0
	I Trabalhadores Domésticos	343	0,0	0,0	3.897	0,1	0,0
	SO Sem ocupação com renda	429.481	7,5	0,4	931.720	14,2	0,5
	H Agrícola	48.134	0,8	0,0	50.806	0,8	0,0
	Outros grupos	5.616	0,1	0,0	37.818	0,6	0,0
	Total	5.699.235	100,0	4,7	6.562.138	100,0	3,8

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros e equipe, CESIT/IE/UNICAMP.

(a) em relação ao total da camada. (b) em relação ao total da população.

O grupo D (classe média assalariada) concentra a maioria das pessoas classificadas como tendo um padrão de vida de “alta classe média”. Em 1982, de um total de quase que 5,7 milhões de pessoas na camada superior, 3,1 milhões (ou 55,9%) provinham de famílias cujo membro melhor situado declarou uma “ocupação típica” de classe média. Em seguida, aparece o grupo de empregadores (A), respondendo por 22,3% da camada superior em 1982.

Quais informações podemos obter com esse detalhamento da estrutura sócio-ocupacional familiar? Em termos gerais, é possível averiguar como a distribuição das ocupações dos membros melhor situados nas famílias contribui para o comportamento das camadas. Por exemplo, a redução da camada superior para 3,8% em 2003 (era 4,7% em 1982) se deve, fundamentalmente, à diminuição da participação relativa da classe média assalariada (grupo D) nesse estrato de rendimentos. Esse grupo correspondia a 42,0% da camada superior em 2003, tendo diminuindo sua participação em quase 14 pontos percentuais em relação a 1982. Em termos da raça e sexo, além dos distintos perfis de distribuição familiar já observados, é possível quantificar as disparidades. Dessa forma, pode-se verificar que das 2,7 milhões de pessoas do grupo D e na camada superior em 2003, 1,1 milhões eram homens brancos, 1,2 milhões eram mulheres brancas e apenas cerca de 400 mil se declararam negros, sendo 200 mil de cada sexo.

Assim sendo, nas próximas tabelas buscaremos descrever as mudanças na composição das camadas sociais no que se refere aos grupos familiares que as compõem, destacando particularidades associadas à raça e ao sexo das pessoas. Vejamos o quadro relativo às famílias com rendimento mensal entre R\$ 2.500 e R\$ 5.000, classificados na média classe média:

Tabela 37 - Camada Média x Grupos Familiares - Brasil							
Cam.	Grupos Familiares	1982			2003		
		Nº Pess.	% (a)	% (b)	Nº Pess.	% (a)	% (b)
Média Classe Média	A Empregadores (A-1 e A-2)	1.375.185	14,0	1,1	2.054.000	16,6	1,2
	C Classe Média Autônoma	769.093	7,8	0,6	1.252.482	10,1	0,7
	D Classe Média Assalariada	4.795.242	48,8	4,0	5.513.088	44,5	3,2
	F Trabalhadores Autônomos	696.189	7,1	0,6	835.023	6,7	0,5
	G Trabalhadores Assalariados	1.089.505	11,1	0,9	628.769	5,1	0,4
	I Trabalhadores Domésticos	10.408	0,1	0,0	25.314	0,2	0,0
	SO Sem ocupação com renda	847.836	8,6	0,7	1.795.398	14,5	1,0
	H Agrícola	245.212	2,5	0,2	228.015	1,8	0,1
	Outros grupos	6.721	0,1	0,0	46.544	0,4	0,0
	Total	9.835.390	100,0	8,1	12.378.633	100,0	7,1

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros e equipe, CESIT/IE/UNICAMP.

(a) em relação ao total da camada. (b) em relação ao total da população.

Assim como ocorre para a alta classe média, os grupos familiares dos empregadores e da classe média (assalariada e autônoma) abarcam mais do que 70% das pessoas com um padrão de vida de média classe média. Deve-se dizer que esse resultado é esperado, uma vez que as ocupações características de classe média (profissionais liberais, trabalhadores de escritório, vendedores, professores, dentre outras) estão, em geral, associadas a um nível de rendimentos maior. Por outro lado, como veremos mais adiante, ocupações nominalmente classificadas como sendo de classe média – como secretárias, recepcionistas e mesmos gerentes de produção – podem significar um padrão relativamente baixo de rendimentos, próximo àquele da massa trabalhadora (composta essencialmente por atividades simples ou manuais). Essa discussão será retomada quando apresentarmos a estrutura ocupacional individual, na qual a classificação dos indivíduos ocupados se dá diretamente pela atividade que eles de fato exercem (sem a agregação familiar).

De volta à apresentação da camada média, como vimos anteriormente, ela também passou por um processo de ligeira redução quando se compara 1982 com 2003 (de 8,1% para 7,1% do total da população). Apesar de ser majoritário, há também uma tendência de diminuição na participação relativa do grupo D dentro da camada média, de 48,8% em 1982 para 44,5% em 2003. Há uma queda acentuada do grupo familiar de trabalhadores assalariados (G) nessa camada. Esse percentual de pessoas, mesmo com ocupações da massa trabalhadora (ou dependendo delas), obtinha um patamar de rendimentos que possibilitava sua classificação numa camada associada a um padrão de vida de média classe média. Esse universo era de 11,1% em 1982 e passa para apenas 5,1% em 2003.

Em oposição à redução dos grupos familiares de assalariados (tanto os de classe média como de trabalhadores), há um crescimento na camada média das famílias de empregadores (A), de classe média autônoma (C) e dos sem ocupação com renda (SO). Em conjunto, esses três grupos aumentam sua participação relativa na média classe média de 30,4% em 1982 para 41,2% em 2003.

A participação dos negros na camada média, como destacado nos primeiros itens desse capítulo, é bastante reduzida, ficando, ao longo do período pesquisado, em torno de 20% da população (gráfico 3). Ao considerarmos os grupos familiares, percebe-se que isso decorre da baixa participação dos negros em grupos que são representativos na camada média, como os grupos D (classe média assalariada) e A (empregadores). Neste último, dos pouco mais de 2

milhões de empregadores na média classe média em 2003, apenas 398 mil eram negros, sendo 200 mil homens e 198 mil mulheres. Já no grupo D, das 5,5 milhões de pessoas em 2003, tínhamos apenas 596 mil pessoas negras e do sexo masculino, havendo 630 mil mulheres negras. A população branca representava 76,7% do grupo D na camada média, ou 4,2 milhões de pessoas. O quadro 1 resume esses dados da composição segundo a cor e o sexo dos grupos familiares de empregadores e da classe média assalariada na média classe média em 2003:

Quadro 1 - Participação relativa, segundo cor e sexo, em grupos familiares da média classe média - Brasil - 2003				
Grupos Familiares	Branco		Negros	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
A Empregadores	42,3%	40,2%	9,1%	8,3%
D Classe Média Assalariada	36,7%	41,0%	10,8%	11,4%

Fonte: Banco de Dados - Prof. Waldir Quadros e equipe.

Vamos observar as variações na camada baixa, que pode ser associada a um padrão de vida de baixa classe média (entre R\$ 1.000 e R\$ 2.500):

Tabela 38 - Camada Baixa x Grupos Familiares - Brasil							
Cam.	Grupos Ocupacionais	1982			2003		
		Nº Pess.	% (a)	% (b)	Nº Pess.	% (a)	% (b)
Baixa Classe Média	A Empregadores (A-1 e A-2)	2.013.147	6,8	1,7	3.043.585	7,7	1,7
	C Classe Média Autônoma	1.899.999	6,4	1,6	2.769.518	7,0	1,6
	D Classe Média Assalariada	9.145.984	31,0	7,6	14.226.719	36,1	8,2
	F Trabalhadores Autônomos	3.324.601	11,3	2,7	4.132.348	10,5	2,4
	G Trabalhadores Assalariados	8.331.296	28,3	6,9	6.536.766	16,6	3,8
	I Trabalhadores Domésticos	328.087	1,1	0,3	554.699	1,4	0,3
	SO Sem ocupação com renda	2.121.526	7,2	1,8	5.820.721	14,8	3,3
	H Agrícola	2.310.248	7,8	1,9	1.903.575	4,8	1,1
	Outros grupos	14.920	0,1	0,0	375.836	1,0	0,2
	Total	29.489.808	100,0	24,4	39.363.767	100,0	22,6

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros e equipe, CESIT/IE/UNICAMP.

(a) em relação ao total da camada. (b) em relação ao total da população.

Assim como ocorre nas demais camadas da classe média, há uma pequena redução dessa faixa de rendimento entre 1982 e 2003, de 24,4% para 22,6% da população. Em 1982, os grupos familiares D e G concentravam quase que 60% da baixa classe média. Esse percentual cai para 52,7% em 2003, já que a diminuição das famílias do grupo G foi mais forte do que o aumento na participação relativa da classe média assalariada. Ainda em termos

gerais, destaca-se a participação do grupo SO (aposentados e pensionistas) nessa faixa de rendimentos, cuja participação dobra no período pesquisado. Quando consideramos também o grupo F, constata-se que quase 80% das pessoas na baixa classe média em 2003 estavam em famílias da classe média assalariada (grupo D), na massa trabalhadora (assalariada e autônoma) ou no grupo SO.

O quadro 2 destaca as principais informações relacionadas à raça nos grupos mais representativos da baixa classe média em 2003:

Quadro 2 - Participação, segundo a cor, nos principais grupos familiares da baixa classe média - Brasil - 2003		
Grupos Familiares	Branco	Negro
G Trabalhadores Assalariados	69,2%	30,8%
D Classe Média Assalariada	66,9%	33,1%
SO. Sem ocupação com renda	67,0%	33,0%
F. Trabalhadores Autônomos	62,3%	37,7%

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

As freqüências observadas, dado o peso desses grupos, são próximas à participação relativa de brancos e negros na camada baixa como em todo, ou seja, cerca de 2/3 para os primeiros e 1/3 para os que se declararam negros. O grupo D (famílias de classe média assalariada) aumenta sua participação na baixa classe média de 31% em 1982 para 36,1% em 2003, sendo formado majoritariamente pela população branca (9,5 milhões de pessoas das 14,2 milhões em 2003). As famílias de trabalhadores assalariados (grupo G) reduzem sua participação na camada média de 28,3% para 16,6%, havendo uma proporção semelhante à anterior entre brancos e negros, pois, num universo de 6,5 milhões em 2003, cerca de 4 milhões se declaram brancos e 2,5 milhões “pretos” ou “pardos”. Dessa forma, na baixa classe média, a participação dos brancos e negros no interior dos grupos familiares mantêm a proporcionalidade observada para a camada como um todo.

A camada inferior (massa trabalhadora) engloba algo em torno de 25% da população, como já destacamos. Somente nessa faixa de rendimento familiar – entre R\$ 500 e R\$ 1.250 – é que a participação segundo a cor se aproxima daquela observada para o conjunto da população. A tabela 39 se refere à contribuição dos grupos familiares para formação da massa trabalhadora:

Tabela 39 - Camada Inferior x Grupos Familiares - Brasil							
Cam.	Grupos Familiares	1982			2003		
		Nº Pess.	% (a)	% (b)	Nº Pess.	% (a)	% (b)
Massa Trabalhadora	A Empregadores (A-1 e A-2)	899.173	2,8	0,7	1.276.477	2,8	0,7
	C Classe Média Autônoma	1.446.616	4,5	1,2	2.027.892	4,4	1,2
	D Classe Média Assalariada	4.772.858	14,8	3,9	10.594.176	22,9	6,1
	F Trabalhadores Autônomos	3.893.690	12,1	3,2	5.638.708	12,2	3,2
	G Trabalhadores Assalariados	11.677.889	36,3	9,7	13.375.443	28,9	7,7
	I Trabalhadores Domésticos	631.089	2,0	0,5	1.555.856	3,4	0,9
	SO Sem ocupação com renda	2.343.189	7,3	1,9	6.712.830	14,5	3,9
	H Agrícola	6.487.865	20,2	5,4	4.475.887	9,7	2,6
	Outros grupos	16.791	0,1	0,0	654.553	1,4	0,4
	Total	32.169.161	100,0	26,6	46.311.822	100,0	26,6

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros e equipe, CESIT/IE/UNICAMP.

(a) em relação ao total da camada. (b) em relação ao total da população.

A camada inferior apresenta uma participação relativa de 26,6% da população tanto em 1982 como em 2003. Em boa medida, essa estabilidade resulta do aumento da representação dos grupos familiares de classe média assalariada (D) e dos sem ocupação com renda (SO), de um lado, tendo como contrapartida a diminuição das famílias de trabalhadores assalariados (G) e agrícolas (H), de outro. Em 2003, um número maior de famílias cujo membro melhor situado tinha uma ocupação típica de classe média (assalariada) situou-se num patamar de rendimentos equivalente a um padrão de vida de massa trabalhadora.

A afirmação anterior indica uma idéia que gostaríamos de destacar ao trabalhar os grupos familiares em simultâneo com as camadas sociais: o período de semi-estagnação ou baixo crescimento econômico resultou num processo de rebaixamento social da classe média, que passou a concentrar-se em estratos inferiores de renda. Esse movimento vai ficar mais evidente quando apresentarmos as faixas de pobreza e indigência, mas é importante chamar a atenção para esse aspecto da crise social brasileira recente.

Em termos das diferenças de raça e gênero na massa trabalhadora, como já era esperado, a composição dos grupos familiares se equilibra com o resultado global. Em 2003, nos três principais grupos familiares que compõem a massa trabalhadora – trabalhadores assalariados (grupo G), classe média assalariada (grupo D) e sem ocupação com renda (grupo SO) – a participação segundo o sexo e a raça fica em torno de 25% para cada segmento populacional. As diferenças tornam-se novamente marcantes quando observamos as faixas de pobreza e indigência:

Tabela 40 - Camada Ínfima x Grupos Familiares - Brasil							
Cam.	Grupos Familiares	1982			2003		
		Nº Pess.	% (a)	% (b)	Nº Pess.	% (a)	% (b)
Faixa de Pobreza	A Empregadores (A-1 e A-2)	412.584	1,6	0,3	487.025	1,3	0,3
	C Classe Média Autônoma	746.123	2,9	0,6	1.241.880	3,3	0,7
	D Classe Média Assalariada	1.609.269	6,3	1,3	5.060.218	13,6	2,9
	F Trabalhadores Autônomos	2.427.385	9,5	2,0	4.494.502	12,1	2,6
	G Trabalhadores Assalariados	7.223.327	28,3	6,0	11.646.238	31,4	6,7
	I Trabalhadores Domésticos	706.405	2,8	0,6	2.240.823	6,0	1,3
	SO Sem ocupação com renda	2.225.646	8,7	1,8	4.949.295	13,3	2,8
	H Agrícola	10.152.669	39,8	8,4	6.291.920	17,0	3,6
	Outros grupos	4.731	0,0	0,0	680.671	1,8	0,4
	Total	25.508.139	100,0	21,1	37.092.572	100,0	21,3

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros e equipe, CESIT/IE/UNICAMP.

(a) em relação ao total da camada. (b) em relação ao total da população.

Os grupos familiares correspondentes aos trabalhadores assalariados e às atividades agrícolas – nos quais há uma presença relativamente maior da população negra – são os mais representativos na camada ínfima, tanto em 1982 como em 2003. Em 1982, tínhamos pouco mais do que 10 milhões de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (ou dependente delas), que representavam quase que 40% da camada ínfima. Nesse grupo familiar, os negros eram maioria (56% do total). Da mesma forma, em 1982, das famílias na massa trabalhadora e na faixa de pobreza (grupo G e camada ínfima), havia um percentual de 59% de negros (4,2 milhões em 7,2 milhões de pessoas) e 41% de brancos (3 milhões).

Há uma sensível diminuição da participação relativa do grupo H na camada ínfima em 2003, tanto em termos absolutos como relativos. Ao mesmo tempo, mantém-se a super-representação dos negros nessas famílias ligadas às atividades agrícolas, pois eles são 64% desse grupo (na faixa de pobreza), cerca de 4 milhões de pessoas num total de 6,3 milhões. As famílias de trabalhadores assalariados (grupo G), por sua vez, aumentam sua participação relativa na camada ínfima, sendo responsáveis por 1/3 dessa faixa de pobreza em 2003. Os negros continuam representando quase 60% desse grupo, sendo praticamente 7,0 milhões de pessoas dos 11,6 milhões do grupo G em 2003 na camada ínfima.

Além dessas disparidades raciais, é possível observar no quadro anterior que as famílias com ocupações típicas de classe média (tanto as autônomas como as assalariadas, ou seja, grupos C e D), aumentam de maneira significativa sua participação na camada ínfima.

Em conjunto, esses dois grupos passam a representar 17% da faixa de pobreza em 2003 (sendo esse percentual de 9,2% em 1982), reforçando o processo que destacamos acima.

Interessante notar que, ao contrário do que ocorre nas outras camadas sociais, os negros são a maioria nos grupos de classe média que compõem a camada ínfima, ou seja, pessoas que, apesar de terem ocupações ou estarem em famílias típicas de classe média, se encontram num patamar de rendimentos associados à pobreza. Isso decorre do fato de que, na maioria das vezes, os negros têm acesso às ocupações mais simples e precárias da classe média. O quadro 3 apresenta a participação segundo a cor nos grupos familiares de classe média assalariada (grupo D) em cada uma das camadas sociais:

Quadro 3 - Participação relativa, segundo a cor, da classe média assalariada nas camadas sociais ou faixas de rendimento - Brasil - 2003		
	População	População
Grupos Familiares D - Classe Média Assalariada	Branca	Negra
Alta Classe Média	85,2%	14,8%
Média Classe Média	77,7%	32,3%
Baixa Classe Média	66,9%	33,1%
Massa Trabalhadora	54,6%	45,4%
Pobreza	44,0%	56,0%

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Os dados são reveladores no sentido de mostrar que, conforme vai se reduzindo o nível de rendimentos que define os diferentes padrões de vida, a população negra vai se tornando majoritária no grupo familiar relativo à classe média assalariada. Em outras palavras, as famílias negras cujo membro melhor situado tem uma ocupação típica de classe média situam-se proporcionalmente mais na camada ínfima, relacionada a uma situação de pobreza, indicando dificuldades em obter rendimentos melhores em função da precariedade das ocupações de classe média que concentram a maioria dos negros (balconistas, trabalhadores de escritório, recepcionistas, etc). A tabela seguinte apresenta o comportamento dos grupos familiares na camada de indigência:

Tabela 41 - Camada Indigência x Grupos Familiares - Brasil							
Cam.	Grupos Familiares	1982			2003		
		Nº Pess.	% (a)	% (b)	Nº Pess.	% (a)	% (b)
Faixa de Indigência	A Empregadores (A-1 e A-2)	169.202	0,9	0,1	227.993	0,7	0,1
	C Classe Média Autônoma	283.539	1,6	0,2	771.958	2,4	0,4
	D Classe Média Assalariada	407.027	2,2	0,3	1.769.403	5,5	1,0
	F Trabalhadores Autônomos	995.343	5,5	0,8	3.561.626	11,1	2,0
	G Trabalhadores Assalariados	2.177.664	12,0	1,8	5.339.561	16,7	3,1
	I Trabalhadores Domésticos	547.629	3,0	0,5	2.264.038	7,1	1,3
	SO Sem ocupação com renda	1.537.968	8,5	1,3	3.907.097	12,2	2,2
	H Agrícola	10.456.943	57,5	8,6	8.771.837	27,4	5,0
	Outros grupos	1.611.628	8,9	1,3	5.408.907	16,9	3,1
	Total	18.186.772	100,0	15,0	32.022.430	100,0	18,4

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros e equipe, CESIT/IE/UNICAMP.

(a) em relação ao total da camada. (b) em relação ao total da população.

O contingente de 32 milhões de pessoas na faixa de indigência, como já destacamos anteriormente, representava 18,4% da população brasileira em 2003 (esse percentual era de 15% em 1982). Quando detalhamos a variação dessa camada social pelo comportamento dos grupos familiares, alguns aspectos se destacam: a) o aumento na participação relativa dos grupos da classe média assalariada e autônoma (de 3,8% em 1982 para 7,9% dessa faixa em 2003); b) a expansão das famílias de trabalhadores assalariados e autônomos (de 17,5% para 27,8%) e do grupo familiar de trabalhadores domésticos (de 3,0% para 7,1%). Como contrapartida, há redução dos grupos ligados às atividades agrícolas (grupo H), que respondiam por 57,9% dessa camada em 1982 e passam a representar 27,4% em 2003.

Essas informações sugerem que a “melhora” no perfil da distribuição das famílias – com a diminuição de atividades mais simples no campo e aumento de ocupações típicas de classe média – não foi suficiente para, por si só, diminuir o número de pessoas situadas abaixo de uma faixa de indigência, portanto em condições extremamente vulneráveis de sobrevivência. Acreditamos que, em grande medida, tal situação decorre dos quase vinte e cinco anos de baixo crescimento econômico. A ausência de dinamismo econômico e social, provocando um patamar elevado e crescente de desemprego (particularmente na década de 90), além da precarização das condições de trabalho, contribuiu decisivamente para que um estoque de pessoas teoricamente mais qualificadas permanecesse ou até passasse para uma condição de pobreza ou indigência.

As questões de raça e de gênero, principalmente a primeira, revelam dimensões importantes dessa situação reiterada de desigualdade social. Os dados relativos à camada de indigência mostram que, considerando as famílias de trabalhadores autônomos (F), por exemplo, quase que 70% eram negros em 2003 (2,4 milhões num universo de 3,5 milhões de pessoas). Da mesma forma, 72% das pessoas que compunham o grupo I – famílias de trabalhadores domésticos – em 2003, na faixa de indigência, eram da população negra. Nas famílias do grupo H – ocupações agrícolas – essa situação se repete; dos 8,7 milhões em 2003 neste grupo e na camada de indigência, 6,3 milhões (72%) eram negros.

A tabela 42 encerra esse sub-item com a distribuição da população segundo a cor e o sexo pelos grupos familiares em 2003:

Tabela 42 - Participação, segundo cor e sexo, nos grupos familiares - Brasil - 2003							
	Branco			Negro			Total
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	grupo
	%	%		%	%		%
A. Empregadores	37,3	36,5	73,8	13,6	12,5	26,1	100,0
C. Classe Média Autônoma	31,2	32,0	63,2	19,5	17,2	36,6	100,0
D. Classe Média Assalariada	29,3	33,4	62,7	18,2	19,1	37,3	100,0
F. Trabalhadores Autônomos	24,3	24,2	48,5	26,6	24,7	51,3	100,0
G. Trabalhadores Assalariados	24,0	23,9	47,9	27,2	24,9	52,1	100,0
I. Trabalhadores Domésticos	13,5	23,3	36,8	24,2	39,1	63,2	100,0
SO. Aposentados e Pensionistas	22,7	31,1	53,8	20,9	25,3	46,2	100,0
H. Trabalhadores Agrícolas	20,2	18,3	38,4	33,6	28,0	61,6	100,0
Outros	18,9	24,6	43,4	26,2	30,8	57,0	100,0

Fonte: Banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Os dados confirmam um quadro de distribuição familiar distinto para as populações brancas e negras, conforme salientamos no início desse sub-item. Quando se considera o conjunto das famílias dos empregadores (grupo A), independentemente da camada social (ou faixa de rendimento), 73,8% das pessoas são da população branca, sendo 37,3% de representação dos homens brancos e 36,5% das mulheres brancas. Dos 8,8 milhões de pessoas nesse grupo familiar em 2003, apenas 1,2 milhões são “homens negros” (13,6%) e 1,1 milhão são “mulheres negras” (12,5%).

Os grupos familiares C e D – que expressam ocupações típicas de classe média autônoma e assalariada – também apresentam uma participação desproporcional em favor dos brancos (que representam algo em torno de 2/3 desses grupos). Aqueles que se declararam

brancos e do sexo masculino respondem por cerca de 30% da classe média (assalariada e autônoma), sendo que as mulheres brancas têm uma participação ainda maior, de 32% no grupo C e 33,4% no grupo D, implicando numa sub-representação dos negros nesses grupos de classe média (além da já observada concentração nos estratos inferiores de renda).

Apesar de representarem 47,5% da população em 2003, os negros são maioria nos grupos familiares cujo membro melhor situado pertence à massa trabalhadora. No grupo G, a participação é de 52,1%, e no grupo F de 51,3%, sendo que em ambos destaca-se a presença masculina. De qualquer forma, as distorções são menores na massa trabalhadora do que nos grupos familiares da classe média e dos empregadores. No grupo de aposentados e pensionistas (grupo SO) não se verificam variações em relação à distribuição segundo a cor em 2003, havendo sim uma participação maior das mulheres, talvez em razão de um contingente mais expressivo de pensionistas.

Finalmente, a super-representação dos negros fica explícita nos grupos familiares de trabalhadores domésticos (I) e dos ocupados em atividades agrícolas (H), onde eles são mais do que 60% de cada um. As mulheres negras contribuem em quase 40% na composição do grupo I, enquanto que os homens negros têm uma participação de 33,6% nas famílias relacionadas às atividades agrícolas.

A apresentação dos dados de maneira simultânea nas camadas sociais e nos grupos familiares (com base na ocupação do membro melhor situado), realizada ao longo desse sub-tema, constitui-se numa aproximação da estrutura social brasileira. Tendo como referência os anos de 1982 e 2003, foi possível perceber uma piora geral e “por dentro” nessa estrutura, como decorrência, principalmente, do prolongado período de baixo crescimento econômico. A deterioração geral da estrutura é percebida pela diminuição das camadas sociais associadas a um “padrão de vida” de alta e média classe média, com aumento das faixas de rendimento relacionadas à pobreza e à miséria. Ao mesmo tempo, no interior da estrutura, grupos familiares representativos da classe média passaram a se concentrar nos níveis mais baixos de rendimento, havendo diminuição das famílias dos trabalhadores assalariados, com expansão das famílias de trabalhadores domésticos e trabalhadores autônomos.

Para a população negra, historicamente discriminada, observa-se a manutenção de um quadro desfavorável, seja pela concentração nas camadas sociais inferiores (pobreza e indigência) ou pelo perfil de distribuição familiar mais precário. Na verdade, é a dificuldade

de acesso às melhores ocupações que implica na baixa remuneração da população negra, perpetuando uma condição de vulnerabilidade social, em particular para as mulheres negras.

Na próxima seção, concluiremos a caracterização da estrutura sócio-ocupacional familiar recente, destacando particularidades regionais através da magnitude das camadas sociais (no total e segundo a raça) no ano de 2003, em diferentes Estados brasileiros.

3.2.4 – Particularidades regionais na desigualdade racial

O Brasil apresenta significativas diferenças regionais que se expressam, dentre outros aspectos, por níveis variados de desenvolvimento econômico, ou seja, graus maiores ou menores de riqueza, produção industrial, infra-estrutura, etc., de um lado, e pobreza, miséria e precariedade social, de outro. Esse quadro é resultado de um processo histórico desigual, que concentrou as possibilidades de desenvolvimento em determinadas regiões do país, de acordo com os ciclos econômicos vigentes.

Como vimos no capítulo 1, o desenvolvimento da economia cafeeira e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e livre – através da entrada maciça de imigrantes europeus – acabaram por confirmar um padrão geográfico para população “preta” e “parda”, concentrada nas áreas menos desenvolvidas do país. Ao longo do século XX, mesmo com o avanço da urbanização e da industrialização, manteve-se e foi se reproduzindo esta segregação espacial. Essa situação deve ser considerada, como destacava Hasenbalg já na década de 70, na explicação das desigualdades raciais observadas no país. Ao estarem concentrados em regiões mais pobres e menos desenvolvidas, os negros têm, naturalmente, possibilidades menores de ascensão social, através do acesso à educação de qualidade e ao trabalho bem remunerado. Entretanto, a permanência das disparidades, mesmo nas regiões mais desenvolvidas do país, revela uma maior profundidade dessa temática, cujas raízes advêm da exploração racial direta durante a escravidão e da reprodução de práticas discriminatórias durante o século XX e até os dias de hoje.

Tendo em vista esse quadro geral, nesse sub-item, para finalizar a apresentação da estrutura sócio-ocupacional familiar, vamos abordar a problemática regional recente, sob a ótica das diferenças raciais. Em primeiro lugar, observaremos a distribuição geográfica das populações brancas e negras com os dados mais recentes, da PNAD de 2003. Em seguida, serão destacadas as características das regiões que concentram cada uma das populações, em

termos da magnitude das camadas sociais “extremas” (alta classe média, de um lado, e faixa de indigência, de outro). Finalmente, será traçado um panorama das camadas sociais em 2003 em três Estados: São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul (com diferentes proporções de populações negras). A tabela abaixo se refere ao ano de 2003:

Tabela 43 - População segundo a cor ou raça - BRASIL - 2003						
Grandes Regiões	Unidades da Federação	População Total	Negros		Branços	
			Pop.	%	Pop.	%
Norte	Rondônia	967.470	623.291	64,4	344.179	35,6
	Acre	411.428	302.012	73,4	109.416	26,6
	Amazonas	2.329.869	1.616.816	69,4	713.053	30,6
	Roraima	286.132	219.760	76,8	66.372	23,2
	Pará	4.682.149	3.565.365	76,1	1.116.784	23,9
	Amapá	494.871	388.938	78,6	105.933	21,4
	Tocantins	1.235.690	929.940	75,3	305.750	24,7
Nordeste	Maranhão	5.890.407	4.407.831	74,8	1.482.576	25,2
	Piauí	2.929.788	2.242.415	76,5	687.373	23,5
	Ceará	7.783.157	5.297.775	68,1	2.485.382	31,9
	Rio Grande Norte	2.896.444	1.914.530	66,1	981.914	33,9
	Paraíba	3.524.231	2.236.012	63,4	1.288.219	36,6
	Pernambuco	8.180.221	5.190.351	63,5	2.989.870	36,5
	Alagoas	2.924.829	1.962.395	67,1	962.434	32,9
	Sergipe	1.881.406	1.363.641	72,5	517.765	27,5
	Bahia	13.468.546	10.612.280	78,8	2.856.266	21,2
Centro-oeste	Mato Grosso Sul	2.176.599	1.119.024	51,4	1.057.575	48,6
	Mato Grosso	2.662.418	1.703.886	64,0	958.532	36,0
	Goiás	5.329.322	2.988.158	56,1	2.341.164	43,9
	Distrito Federal	2.200.238	1.192.125	54,2	1.008.113	45,8
Sudeste	Minas Gerais	18.603.198	9.439.060	50,7	9.164.138	49,3
	Espírito Santo	3.261.754	1.862.652	57,1	1.399.102	42,9
	Rio de Janeiro	14.915.899	6.151.526	41,2	8.764.373	58,8
	São Paulo	38.835.730	10.766.185	27,7	28.069.545	72,3
Sul	Paraná	9.932.752	2.472.624	24,9	7.460.128	75,1
	Santa Catarina	5.626.146	598.398	10,6	5.027.748	89,4
	Rio Grande Sul	10.535.358	1.457.177	13,8	9.078.181	86,2
Total		173.966.052	82.624.167	47,5	91.341.885	52,5

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Os dados não deixam dúvidas quanto à concentração dos negros nas regiões Norte e Nordeste¹¹⁹, havendo, ao mesmo tempo, uma baixa presença dessa população na região Sul. Os brancos, por sua vez, além do Sul do país, estão super-representados na Região Sudeste, já que num universo de 75,6 milhões de pessoas (somando-se as populações dos quatro Estados),

constituem um contingente de 47,4 milhões, ou 63% (acima da proporção verificada para o conjunto do país, que era de 52,5%).

Em todos os Estados do Norte ou Nordeste, regiões em geral caracterizadas por altos índices de pobreza e precariedade social, a participação da população negra fica entre 60% e 80% do total, bem superior à média que se observa para o país (47,5%). Na região Centro-Oeste, os negros também estão representados mais do que proporcionalmente, respondendo por cerca de 55% da população.

As disparidades raciais estão inseridas num quadro de diferenças marcantes no que se refere à participação das camadas sociais ou faixas de rendimento, o que obviamente afeta o resultado a nível nacional. Em 2003, no Brasil, a camada superior, que pode ser associada a um padrão de vida de alta classe média, representava, como vimos, 3,8% da população (6,5 milhões de pessoas). No outro extremo, a camada de indigência era composta por 32 milhões de pessoas, ou 18,4% da população brasileira. Na tabela abaixo, selecionamos os Estados com participação da população negra superior a 75%¹²⁰ e os Estados onde esse percentual é inferior a 30%:

Tabela 44 - Proporção das camadas superior e de indigência Estados selecionados - 2003			
Participação (%) população negra	Unidades da Federação	% Camada Superior	% Camada Indigência
10,6	Santa Catarina	4,7	6,2
13,8	Rio Grande do Sul	4,3	10,9
24,9	Paraná	3,9	11,1
27,7	São Paulo	6,0	9,3
75,3	Tocantins	1,8	24,9
76,1	Pará	1,6	21,3
76,5	Piauí	1,8	40,1
78,8	Bahia	1,7	33,3

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

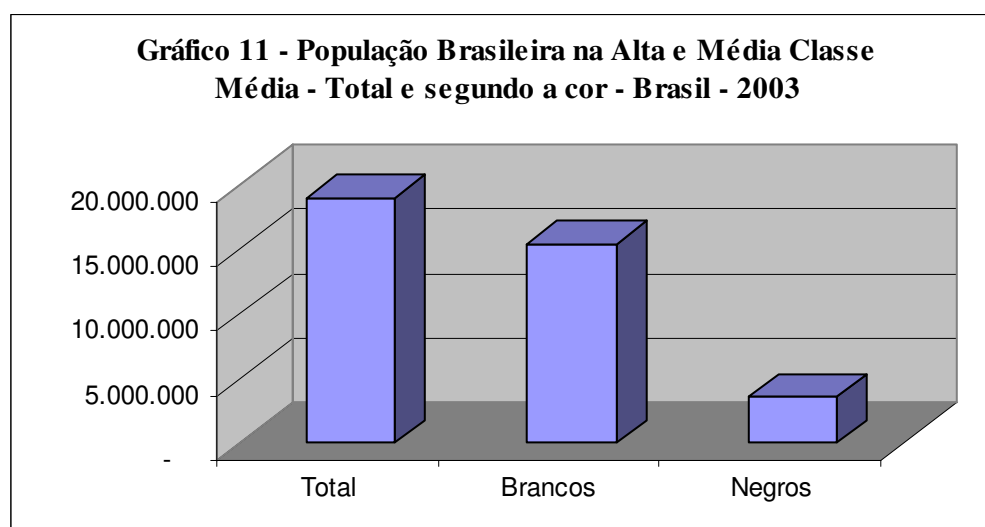
Nos Estados da região do Sul e em São Paulo, onde há forte concentração de população branca, a alta classe média tem uma participação superior àquela observada no país, representando de 4,0% a 6,0% da população. A faixa de indigência nesses Estados é relativamente baixa, particularmente em Santa Catarina, que tem proporcionalmente a maior

¹¹⁹ Deve-se registrar que a elevada participação dos negros, particularmente na região Norte, deve-se também à população indígena.

população branca do país. De maneira oposta, nos Estados do Norte (Tocantins e Pará) e Nordeste (Piauí e Bahia), com forte presença da população negra, a alta classe média é bastante reduzida (menos de 2,0%) e a massa de indigentes é expressiva, atingindo 40% da população do Piauí e superior à média nacional nos outros três Estados.

Fica evidente a relação entre a distribuição geográfica das populações e a estrutura social, entendida como uma aproximação a partir das camadas definidas na metodologia. Deve-se enfatizar que não existe nenhum tipo de preconceito nessa abordagem, uma vez que as regiões não são mais pobres em função da presença maior da população negra. Essa última que, em decorrência do contexto histórico (econômico e social) já discutido, foi obrigada a concentrar-se em áreas com possibilidades de desenvolvimento mais limitadas.

Além da distribuição geográfica desigual, é preciso avaliar também se as disparidades permanecem nas áreas com concentração maior ou menor da população negra. Para tanto, nossa referência vai ser a situação “média” que se observa no Brasil e já foi trabalhada nos sub-itens anteriores. Para fins de comparação, vamos agrupar os dados da seguinte forma: a) camadas superior e média (alta e média classe média); b) camadas baixa e inferior (baixa classe média e massa trabalhadora); e c) camadas ínfima e indigência (pobreza e indigência). Essa divisão se mostrou adequada quando observamos as faixas de rendimento familiares, pois indicou disparidades mais acentuadas no primeiro grupo, um grau menor de diferenciação nas camadas intermediárias e novamente diferenças marcantes nas faixas de pobreza e indigência. Vejamos:



¹²⁰ Com exceção de Roraima e Amapá que são Estados pouco representativos na PNAD.

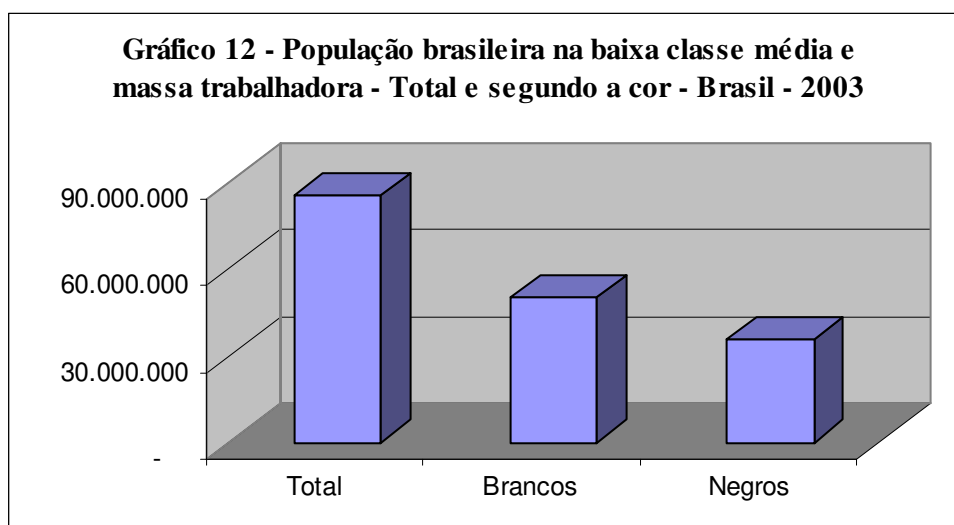
Em conjunto, tínhamos no país quase que 19 milhões de pessoas em 2003 (10,9% da população) com um padrão de vida que, a partir dos rendimentos familiares (acima de R\$ 2.500), poderia ser considerado de média ou alta classe média. Desse universo, 81,2% (15,3 milhões) eram brancos e 18,8% (3,5 milhões) negros. Quando selecionamos alguns Estados brasileiros, essas proporções permanecem?

Tabela 45 - Composição, segundo a cor, das camadas superior e média - 2003			
	Proporção camadas Superior e Média	Participação Brancos (%)	Participação Negros (%)
São Paulo	17,0	90,7	9,3
Rio Grande do Sul	13,1	97,4	2,6
Bahia	4,1	47,2	52,8

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Em primeiro lugar, observa-se que as camadas superior e média somadas representam, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, contingentes proporcionalmente maiores do que no Brasil, ocorrendo o inverso no Estado da Bahia. As participações dos brancos e negros nessas faixas de elevado rendimento familiar dependem também da presença dessas populações em cada Estado, como apresentado na tabela 43. Dessa forma, percebe-se que tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul, permanece a super-representação dos brancos nessas faixas, enquanto que, na Bahia, o relativo equilíbrio na participação de brancos e negros deve ser considerado tendo em vista que 78,8% se declararam negros nesse Estado.

O gráfico 12 se refere aos dados nacionais das camadas baixa e inferior em 2003:

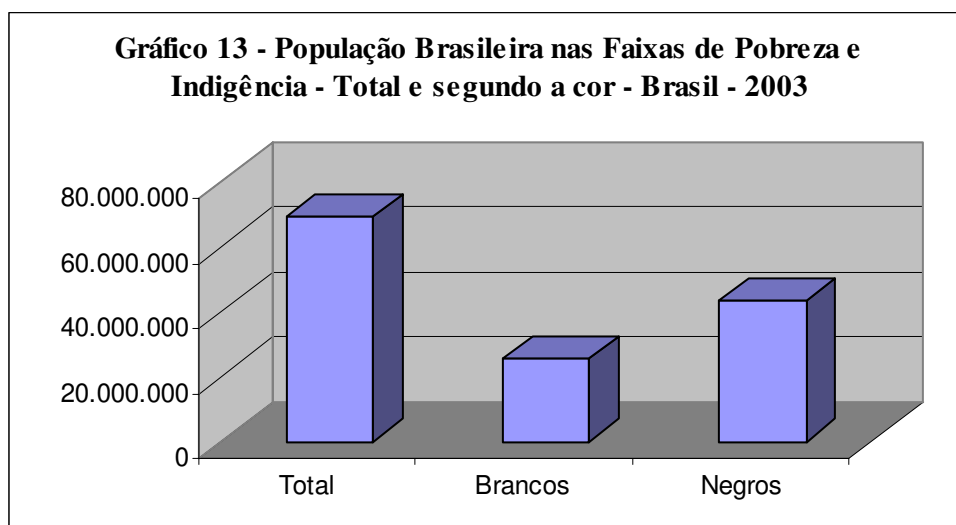


Em 2003, tínhamos cerca de 85 milhões de pessoas (49,2% da população) em famílias com um nível médio de rendimento (entre R\$ 500 e R\$ 2.500), classificados na baixa classe média ou na massa trabalhadora. A distribuição segundo a cor é relativamente equilibrada nesse grande estrato da população, sendo de 58,4% (50,0 milhões) para os brancos e 41,6% (35,0 milhões) para os negros. Como havíamos destacado, a diferença é mais forte na baixa classe média, havendo de fato equilíbrio na massa trabalhadora. Os dados regionais mostram o seguinte:

Tabela 46 - Composição, segundo a cor, das camadas baixa e inferior - 2003			
	Proporção camadas Baixa e Inferior	Participação Brancos (%)	Participação Negros (%)
São Paulo	58,7	72,3	27,7
Rio Grande do Sul	58,5	88,8	11,2
Bahia	34,0	24,1	75,9

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

As frequências nestas camadas no interior de cada Estado são bastante próximas àquelas verificadas respectivamente para toda população na tabela 43. Em outras palavras, repete-se regionalmente a tendência de menor diferenciação racial na baixa classe média e na massa trabalhadora. No Estado de São Paulo, por exemplo, independentemente da camada, tínhamos uma proporção de 72,3% de brancos e 27,7% de negros, percentuais idênticos quando se observa apenas a faixa de rendimento familiar acima apresentada. As distorções voltam a ocorrer nas duas últimas camadas pesquisadas:



Deve-se enfatizar, antes de abordarmos a questão racial, o quadro de crise social que se observa no país a partir das informações apresentadas. As faixas de pobreza e indigência representam 39,7% da população, um contingente próximo a 70 milhões de pessoas em famílias com um patamar de rendimentos total muito baixo, inferior a R\$ 500. Esse é um dos aspectos desse cenário de crise, já que a grande maioria dessas pessoas vive em condições precárias de moradia, além de estarem submetidas aos problemas de infra-estrutura e serviços sociais básicos insuficientes ou de má qualidade em áreas como Educação, Saúde e Transportes, por exemplo. Nesse contexto desigual e problemático do ponto de vista social, os negros encontram-se concentrados nas faixas de pobreza e indigência, respondendo por 62,7% da sua composição em 2003 (43,3 milhões de pessoas). Em termos regionais, observamos o seguinte:

Tabela 47 - Composição, segundo a cor, das faixas de pobreza e indigência - 2003			
	Proporção camadas Ínfima e Índigência	Participação Branco (%)	Participação Negro (%)
São Paulo	24,2	59,5	40,5
Rio Grande do Sul	28,4	76,8	23,2
Bahia	61,5	17,8	82,2

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A população branca representava, independentemente da camada, 72,6% e 86,2% do total nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. Assim sendo, apesar de ser maioria nas faixas de pobreza e indigência, ela está sub-representada nessas camadas em 2003, com participação mais do que proporcional dos negros nessas regiões. Na Bahia essa situação se repete com menos intensidade, pois na população como um todo os brancos são 21,2% do total, e representam 17,8% das camadas ínfima e de indigência.

Os dados regionais, naturalmente, confirmam o contexto de disparidades raciais observados para o país com um todo (pois compõem esse resultado no agregado). Assim como ocorre na média nacional, a população negra está sub-representada nas camadas sociais associadas a um padrão de vida mais alta, e super-representada nas faixas de pobreza e indigência. Ademais, as diferenças permanecem no interior de cada região, de maneira razoavelmente independente da maior ou menor presença de negros ou brancos. Em grande medida, as situações de pobreza e miséria decorrem da precariedade do mercado de trabalho

brasileiro, com uma parcela significativa de pessoas em ocupações simples, com baixa remuneração, sendo muitas delas fora do chamado mercado formal de trabalho. Assim sendo, no próximo item vamos trabalhar com a estrutura ocupacional individual, avaliando seu comportamento entre 1982 e 2003.

3.3 – A Estrutura Ocupacional Individual

Nesse último item da dissertação, nossa discussão será restrita ao universo das pessoas ocupadas, ou seja, aquelas que estavam trabalhando ou de férias no momento da realização da PNAD. Esse contingente representa a parcela da população diretamente envolvida em alguma atividade produtiva, recebendo diferentes níveis de remuneração. Conforme salientamos, a rede familiar é que determina as condições sociais mais gerais das pessoas, mas é no âmbito individual, particularmente das pessoas ocupadas, que se constituem os mecanismos de trabalho e renda necessários para reprodução social das famílias.

Dessa forma, ao lado da distribuição geográfica que limita as oportunidades de trabalho de parcela considerável dos negros, as características do conjunto de ocupados – em termos de atividades com diferentes *status* e níveis distintos de remuneração – contribuem para a descrição e explicação acerca das desigualdades raciais e de sexo. Em grande medida, vamos refazer para o conjunto de ocupados a análise realizada para a estrutura familiar. Serão trabalhadas, a partir do corte de raça e gênero, a evolução e a composição das camadas sociais ou faixas de rendimento, bem como o comportamento dos grupos ocupacionais (não mais “grupos familiares”, já que as pessoas serão classificadas diretamente por sua ocupação principal). No último item, apresentaremos particularidades relacionadas à estrutura ocupacional individual e às mudanças observadas nos setores de atividade econômica entre 1982 e 2003.

Ao final desse percurso, pretendemos alcançar o objetivo inicial de caracterizar a estrutura social da população negra com base na dinâmica ocupacional. A estrutura sócio-ocupacional familiar, apresentada no item 3.2, já nos forneceu uma visão global das diferenças em termos de raça e sexo quando consideramos a situação familiar. A estrutura ocupacional individual, por sua vez, permitirá concentrar a discussão no mercado de trabalho e nas oportunidades de ascensão social geradas por ele, as quais estiveram limitadas pelos quase vinte e cinco anos de baixo crescimento econômico por que passa o país.

3.3.1 – Estrutura ocupacional individual e diferenças de raça e gênero

Assim como fizemos para as famílias, pretendemos nesse sub-item avaliar o comportamento das camadas sociais e dos grupos ocupacionais (anteriormente familiares) para os indivíduos ocupados na semana de realização da PNAD. Inicialmente, destacaremos a evolução das camadas (ou faixas de rendimento) partindo de 1982 e no período de 1986 a 2003, enfatizando as diferenças de raça e gênero no que se refere à composição das camadas. Vamos observar também as disparidades de rendimento entre os ocupados, no intuito de verificar a pirâmide que coloca em situações opostas os homens brancos, num extremo, e as mulheres negras, no outro, estas últimas tradicionalmente o segmento pior remunerado. Na segunda parte desse sub-item, a análise será completada com a inclusão dos grupos ocupacionais, com destaque para as variações na classe média ocupada e na massa de trabalhadores ocupados.

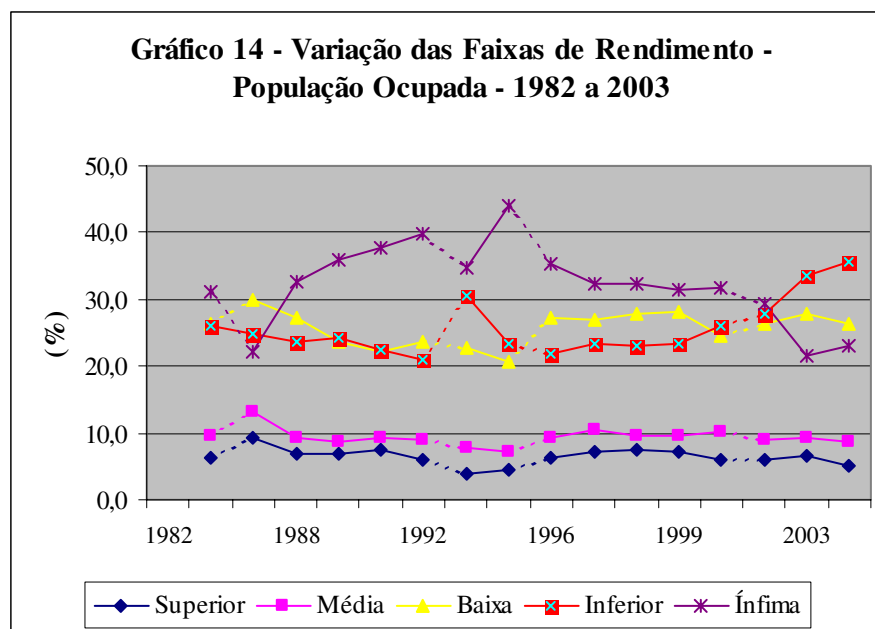
Parte 1 – As variações nas camadas sociais (padrões de vida ou rendimento)

Na estrutura ocupacional individual, como apresentamos no item 3.1 (quadro B), temos cinco faixas de rendimento que podem ser associados a diferentes padrões de vida. No caso dos ocupados, pode-se pensar em termos de padrões de rendimento, os quais, naturalmente, estão relacionados às condições de vida individuais e das respectivas famílias. Os ocupados com renda maior do que R\$ 2.500 mensais foram classificados na camada superior, tendo um padrão de vida de alta classe média ocupada. Um padrão de rendimentos de média classe média corresponderia a uma faixa entre R\$ 1.250 e R\$ 2.500 mensais, enquanto que os ocupados com rendimento entre R\$ 500 e R\$ 1.250 foram classificados na baixa classe média ocupada.

Assim sendo, é possível estabelecer relações entre a faixa de rendimentos dos ocupados e os padrões de vida familiares trabalhados anteriormente. No caso da classe média, o comportamento das camadas dos ocupados deve ser próximo àquele verificado para as famílias. Porém, é preciso ter claro que não se trata de uma correspondência direta, uma vez que as faixas, na estrutura familiar, definiam-se pelo rendimento *per capita*, variando de acordo com o tamanho das famílias. Na estrutura individual, conforme colocado acima, trata-se da renda declarada pelo indivíduo ocupado.

Além dos estratos médios, os ocupados foram classificados em mais dois níveis de renda: a massa trabalhadora, numa faixa entre R\$ 250 e R\$ 500, compondo a camada inferior, e ainda os ocupados com renda mensal inferior a R\$ 250, valor praticamente equivalente a um salário mínimo em 2004¹²¹ (assim sendo, os classificados nessa camada ínfima representariam um grupo que chamaremos de “marginalizados” dentre os ocupados). Esse último grupo estaria diretamente associado às camadas de pobreza e indigência na estrutura familiar. Entretanto, dependendo do tamanho de sua família, o indivíduo da massa trabalhadora ou mesmo da baixa classe média ocupado pode ter sido classificado, na estrutura familiar, nas camadas de pobreza e indigência.

Feitos esses esclarecimentos, iniciemos pela apresentação da evolução das cinco faixas de rendimento ao longo do período pesquisado¹²²:



¹²¹ A linha de corte adotada para definir o teto da camada ínfima – R\$ 250 – corresponde a um valor aproximado do salário mínimo em 2003, atualizado para janeiro de 2004, período para o qual os valores foram corrigidos. Esse valor se mostrou adequado empiricamente, sendo útil para identificar o conjunto de ocupados com rendimento inferior ao que seria aproximadamente o salário mínimo em janeiro de 2004, permitindo comparações e uma referência recente para discussão acerca do rendimento dos ocupados.

¹²² Para fins de comparação nesse sub-item, quando trabalhamos com dados da década de 80 e do período após 1992, excluímos da análise os grupos ocupacionais relacionados à auto-construção, auto-consumo e aqueles com jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais, que não eram identificados antes de 1992. Eles serão considerados na discussão que será feita ao final desse sub-item, quando trabalharmos exclusivamente com os grupos ocupacionais. Além disso, deve-se dizer que para o conjunto dos ocupados não estamos considerando o grupo SO (sem ocupação com renda).

O comportamento das camadas sociais relativas à população ocupada mostra uma estrutura bastante precária entre 1982 e 2003. As camadas superior e média apresentam uma evolução simétrica, sendo a média classe média ocupada um pouco mais numerosa do que a alta classe média. A primeira varia entre 8,6% e 13,2% do total de ocupados, enquanto que um padrão de rendimentos de alta classe média (camada superior) situa-se entre 5,1% e 9,0%. Dessa forma, ao longo do período, apenas algo em torno de 15% dos ocupados teve rendimentos médios superiores a R\$ 1.250 (considerando as duas faixas). A tabela 48 reproduz os dados utilizados para construção do gráfico acima:

Tabela 48 - Evolução das Camadas Sociais - Brasil - 1982 a 2003					
	Superior	Média	Baixa	Inferior	Ínfima
1982	6,4	9,5	26,4	26,1	31,2
1986	9,4	13,2	29,8	24,8	22,3
1987	6,9	9,3	27,1	23,6	32,5
1988	6,8	8,7	23,6	24,3	35,8
1989	7,4	9,4	22,3	22,4	37,8
1990	5,9	8,9	23,7	21,0	39,8
1992	4,0	7,8	22,9	30,6	34,7
1993	4,6	7,3	20,7	23,4	44,0
1995	6,4	9,2	27,2	22,0	35,2
1996	7,3	10,4	26,9	23,3	32,2
1997	7,4	9,5	27,8	23,1	32,2
1998	7,3	9,6	28,2	23,4	31,3
1999	6,0	10,2	24,6	26,0	31,7
2001	6,0	8,9	26,2	27,9	29,3
2002	6,5	9,2	27,9	33,5	21,5
2003	5,1	8,6	26,2	35,5	23,1

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros.

O ano de 1986, quando foi implementado o Plano Cruzado, marca o ápice de participação relativa dessas camadas, quando elas atingiram 22,6% dos ocupados. O início dos 90, com três anos de recessão durante o governo Collor, implica num enxugamento pela metade dessas faixas de rendimento elevado, que representavam apenas 11,6% dos ocupados em 1992. Depois do período de crescimento provocado pelo Plano Real, no biênio 1995-1996, as camadas superior e média recuperaram espaço dentre os ocupados, atingindo uma representação conjunta de 17,8%. Porém, a partir da crise econômica de 1998 e 1999, motivada, em grande medida, pela instabilidade financeira internacional e pelo elevado grau

de vulnerabilidade de nossa economia, observa-se novamente um processo de encolhimento da média e alta classe média ocupada. O crescimento isolado do ano 2000 não foi suficiente para reverter esse quadro, sendo que, em 2003, as duas camadas representam somente 13,7% dos ocupados, percentual inferior ao que se observava em 1982 (15,9%).

Assim sendo, como havíamos adiantado, é possível traçar um paralelo entre a dinâmica econômica e a evolução das camadas sociais. É claro que se nosso interesse fosse as características particulares do mercado de trabalho, seria necessária uma abordagem mais profunda, tendo em vista a grande heterogeneidade desse mercado. Porém, do ponto de vista da estrutura social, a variação das camadas ou faixas de rendimento dos ocupados nos fornece uma visão geral da crise nestes quase vinte e cinco anos de semi-estagnação ou baixo crescimento econômico.

Os dados apontam para uma certa estabilidade da camada relativa à baixa classe média, que varia em torno de 25% dos ocupados ao longo do período. Em meados da década de 80, particularmente no ano de 1986, essa camada atinge seu ponto máximo de participação (29,8%), assim como ocorre com as demais faixas relacionadas a um padrão de rendimentos de classe média. Como consequência, o ano de 1986 é o único em que participação somada das camadas inferior e ínfima (massa trabalhadora e “marginalizados”) é inferior a 50% dos ocupados.

Em termos de tendência, a diminuição no ritmo de atividade no final dos 80 e a recessão dos 90 ajudam a explicar o fato de que, em 1993, 44% dos ocupados foram classificados na camada ínfima, com rendimento inferior a R\$ 250 mensais. A partir daí, há um movimento de redução dessa massa de “marginalizados”, só revertido de 2002 para 2003, quando esse percentual volta a crescer. A segunda metade dos anos 90 e o início do século XXI marcam também uma expansão contínua e acentuada da camada inferior, relacionada a um padrão de rendimentos de massa trabalhadora. Os ocupados dessa faixa – com renda entre R\$ 250 e R\$ 500 – passam de 22,0% em 1995 para 35,5% dos ocupados em 2003.

Em síntese, na população ocupada, houve um aspecto positivo no sentido de que um número maior de pessoas deixou a camada de “marginalizados” nos últimos dez anos. Porém, deve-se dizer que esse resultado decorre da expansão de uma faixa de rendimentos ainda muito baixa (inferior a R\$ 500), insuficiente para atender de maneira adequada a maioria das famílias das pessoas ocupadas. Adicionalmente, quando observamos a situação recente em

comparação com o início dos 80 e, principalmente, meados da “década perdida”, percebe-se uma piora na estrutura ocupacional individual, com crescimento dos “marginalizados”.

Uma informação com a qual não trabalhamos diretamente na metodologia é a variação da taxa de desemprego. Mas esse indicador foi apresentado quando traçamos um panorama da economia brasileira no capítulo 2, evidenciando taxas médias bem mais elevadas na década de 90 e no período 2001-2003 do que nos anos 80 como um todo. É preciso ter em mente esse aspecto porque, como nossa discussão está restrita aos ocupados nesse item, há uma parcela de pessoas que deixou esse universo e não está sendo tratada na estrutura individual, mas de alguma forma foi captada e contribuiu para deterioração na estrutura familiar.

Além do desemprego, que como veremos mais à frente atinge de maneira particular os negros (pesquisa do DIEESE), a queda no rendimento do trabalhador é outro aspecto importante na crise recente. A década de 90 e o período 2001-2003 marcam uma fase de declínio do rendimento dos ocupados quando comparamos com os dados disponíveis para os anos 80. Para que se tenha uma idéia, depois de saltar de R\$ 817 em 1982 para R\$ 1.162 em 1986, o rendimento dos ocupados apresenta uma tendência de queda no início dos 90, havendo certa recuperação nos anos que se seguiram ao Plano Real e, finalmente, novo declínio no início do século XXI, chegando-se ao patamar de R\$ 753 em 2003¹²³, valor inferior ao verificado em 1982 (que é uma base de comparação muito baixa). Claramente, mais uma vez, é possível associar à evolução do rendimento dos ocupados à dinâmica econômica, em termos da variação do PIB.

A partir dessas referências gerais – desemprego elevado, rendimento em queda e, principalmente, variação das camadas sociais definidas na metodologia – vamos incorporar as variáveis cor e sexo para caracterizar o conjunto de ocupados. Iniciemos pelo quadro geral mais recente, relativo ao ano de 2003. A tabela 49 apresenta a distribuição, segundo a cor e o sexo, dos ocupados no Brasil:

Tabela 49 - Distribuição dos ocupados segundo a cor e o sexo - Brasil - 2003		
	Ocupados	%
Homens Brancos	24.285.199	30,6
Mulheres Brancos	18.264.794	23,0
Brancos ocupados	42.549.993	53,7
Homens Negros	22.115.804	27,9
Mulheres Negras	14.584.830	18,4
Negros Ocupados	36.700.634	46,3
Total	79.250.627	100,0

Elaboração do autor. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A distribuição em termos de raça dentre os ocupados não difere muito daquela para a população como um todo. Quando se considera o gênero, mesmo havendo a tendência de crescimento na procura por trabalho por parte das mulheres, a população feminina ocupada é claramente inferior à masculina em 2003. As mulheres negras representam apenas 18,4% dos ocupados, ou seja, um contingente de 14,5 milhões num universo de quase 79,2 milhões de pessoas. Essa informação indica um percentual elevado de mulheres negras na condição de desocupadas ou fora da população economicamente ativa. Os homens negros, por sua vez, têm uma presença um pouco maior do que as mulheres brancas dentre os ocupados. O grupo mais representativo no conjunto dos ocupados em 2003 era dos homens brancos (24,2 milhões de pessoas), representando 30,6% do total.

Tendo em vista essas frequências, vejamos as participações relativas nas cinco camadas da estrutura individual de cada um dos segmentos segundo a cor e o sexo:

Tabela 50 - Brasil - 2003 - Participação percentual nas camadas sociais					
	Superior	Média	Baixa	Inferior	Ínfima
Homens Brancos	61,9	49,8	40,3	24,9	16,4
Mulheres Brancas	22,9	25,7	23,0	23,4	21,8
Homens Negros	11,5	17,9	26,0	30,8	32,2
Mulheres Negras	3,7	6,7	10,7	20,9	29,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Elaboração do autor. Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

As distorções são mais acentuadas nas faixas associadas à alta e média classe média, de um lado, e ao conjunto de marginalizados, de outro. Os homens brancos têm uma representação muito elevada na camada superior, respondendo por 61,9% dos ocupados em 2003. As mulheres brancas, mesmo sendo menos numerosas do que os homens negros no conjunto dos ocupados, têm participação de 22,9% nesse estrato com renda maior do que R\$ 2.500, praticamente o dobro em relação aos homens negros (11,5%). As mulheres negras apresentam uma participação muito pequena na camada superior (3,7%).

Na média classe média ocupada a magnitude das diferenças é menor, mas elas continuam marcantes, com a presença maior dos homens brancos (49,8%), seguidos pelas

¹²³ Banco de dados do prof. Waldir Quadros e equipe. Valores ajustados para Janeiro de 2004 pelo INPC

mulheres brancas (25,7%), homens negros (17,9%) e mulheres negras (6,7%). Já na camada baixa, que corresponde aos ocupados com renda entre R\$ 500 e R\$ 1.250, as participações das mulheres brancas e dos homens negros repetem aquelas que se observam para esses segmentos no total dos ocupados, permanecendo as distorções para os homens brancos (super-representados) e para as mulheres negras (sub-representadas).

Na camada inferior, associada a um padrão de rendimentos de massa trabalhadora, os homens negros são o grupo mais representativo, respondendo por 30,8% dessa faixa. Tal situação também se verifica na camada ínfima, onde os homens negros têm uma participação de 32,2%, seguidos pelas mulheres negras, com 29,6%. Isso significa que, dentre os “marginalizados”, com rendimento mensal inferior a R\$ 250, mais do que 2/3 são negros, sendo que essa população não atinge 50% de participação dentre os ocupados em 2003. Esses índices encontram correspondência, conforme esperado, com as participações das famílias negras nas faixas de pobreza e indigência da estrutura familiar.

As dificuldades dos negros ocupados também são evidentes quando se realiza um comparativo dos rendimentos declarados em cada segmento. A tabela 51 apresenta esses dados para o conjunto de ocupados e no interior de cada camada:

Tabela 51 - Rendimento total e relativo dos ocupados - homens brancos = 100 - Brasil - 2003							
	Rendimento	Total	Superior	Média	Baixa	Inferior	Ínfima
Homens Brancos	R\$ 1.136	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres Brancas	R\$ 709	62,4	83,5	99,9	98,1	96,3	81,5
Homens Negros	R\$ 511	45,0	81,8	97,1	95,0	95,4	97,5
Mulheres Negras	R\$ 358	31,5	80,5	97,4	93,2	90,7	84,6

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - Prof. Waldir Quadros e equipe.

(a) valores reais corrigidos para Janeiro de 2004 (IPEA/Cesit).

Como podemos observar, em 2003, as mulheres negras ocupadas recebiam (R\$ 358) o equivalente a apenas 31,5% da renda dos homens brancos (R\$ 1.136). As mulheres brancas, no conjunto dos ocupados, recebiam 62,4% da renda auferida pelos homens brancos, mostrando que o gênero mantém um grau elevado de influência nos rendimentos da população ocupada. O peso da raça é ainda mais forte, já que os homens negros têm uma proporção de apenas 45% da renda dos brancos ocupados, que estão no topo da pirâmide de rendimentos.

Quando avaliamos essas diferenças em cada uma das camadas, percebe-se uma variação bem menor. Na camada superior, a distância em relação à renda dos homens brancos situa-se em cerca de 20% para as mulheres negras, sendo um pouco menor para os demais segmentos. Na média classe média ocupada as variações são menores, ou seja, os ocupados que alcançam uma renda mensal entre R\$ 1.250 e R\$ 2.500, independentemente da cor ou sexo, obtêm retornos semelhantes de rendimento. Tal situação também é observada na baixa classe média e na massa trabalhadora, pois as disparidades de renda não ultrapassam dez pontos percentuais. Na camada ínfima as diferenças são um pouco mais acentuadas, porém com amplitudes bem menores do que àquelas para o conjunto dos ocupados. Diante disso, como afirma Quadros¹²⁴:

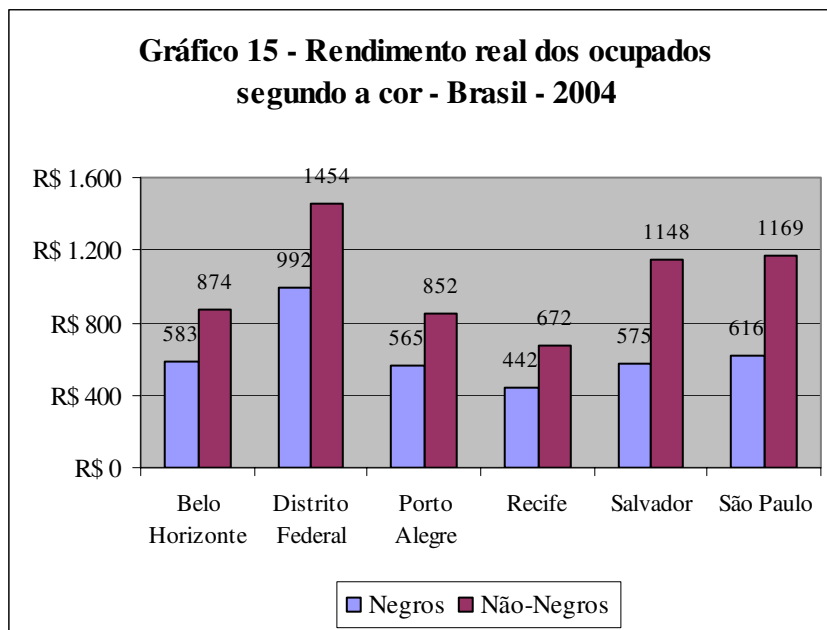
“(..), as desigualdades de rendimentos pessoais associadas a gênero e raça são pouco acentuadas no interior de cada nível social ou grupo sócio-ocupacional. Ou seja, os negros e as mulheres que conseguem ingressar nos estratos melhor situados, ainda que minoritários, aproximam-se das condições vigentes nos mesmos. Desta forma, as distorções localizariam-se fundamentalmente nas distintas condições de acesso às ocupações melhor remuneradas”.

Em outras palavras, as grandes diferenças de rendimento dos ocupados, segundo a raça e o sexo, decorrem da concentração dos negros, particularmente das mulheres, nos estratos inferiores, associados a um padrão de renda da massa trabalhadora ou mesmo dos “marginalizados”. Existem ainda barreiras de natureza distinta – localização geográfica desfavorável, baixa escolaridade, práticas discriminatórias, entre outras – que impedem o acesso dos negros às ocupações mais bem remuneradas.

Dados dos DIEESE¹²⁵, no plano regional, confirmam o elevado nível de desigualdade dos rendimentos dos ocupados:

¹²⁴ Quadros, 2004, p. 27.

¹²⁵ DIEESE (2004) – *Mapa da população negra no mercado de trabalho*. Fonte: www.dieese.org.br.



As disparidades de rendimento são evidentes entre as populações ocupadas. Na Região Metropolitana de Salvador, os negros auferem apenas 50% da renda obtida pelos brancos. Essa distância também é bastante expressiva na Região Metropolitana de São Paulo, onde a população negra ocupada recebe o equivalente a 52% do rendimento dos não-negros. A menor diferença se verifica no Distrito Federal (66%), o que talvez pode decorrer do fato de que boa parte das ocupações nessa região é preenchida via concursos públicos, que independem de critérios discriminatórios no processo de seleção.

Para finalizar esse panorama mais recente com as características do mercado de trabalho em 2003-2004, apresentamos a tabela abaixo:

Tabela 52 - Taxas de Desemprego, segundo a cor e o sexo - Regiões Metropolitanas - 2004							
	Total	Negros			Não-Negros		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	20,0	21,9	19,6	24,5	17,2	14,5	20,1
Distrito Federal	21,6	23,2	20,3	26,3	18,2	14,5	21,9
Porto Alegre	16,3	23,2	19,2	27,6	15,5	12,8	18,8
Recife	23,7	24,7	22,3	27,7	21,3	17,8	25,3
Salvador	25,7	26,9	24,6	29,3	18,4	15,9	21,1
São Paulo	19,2	23,1	20,6	26,0	16,8	14,4	19,7

Adaptação de DIEESE (2004).

Nas Regiões Metropolitanas do Nordeste – Salvador e Recife, com alta concentração de população “preta” ou parda, verificam-se as maiores taxas de desemprego, de 25,7% e 23,7%, respectivamente. Apesar do desemprego também elevado da população branca, esse resultado é influenciado fortemente, principalmente em Salvador, pelo elevado desemprego da população negra, que atinge 26,9% em 2004 na metrópole baiana.

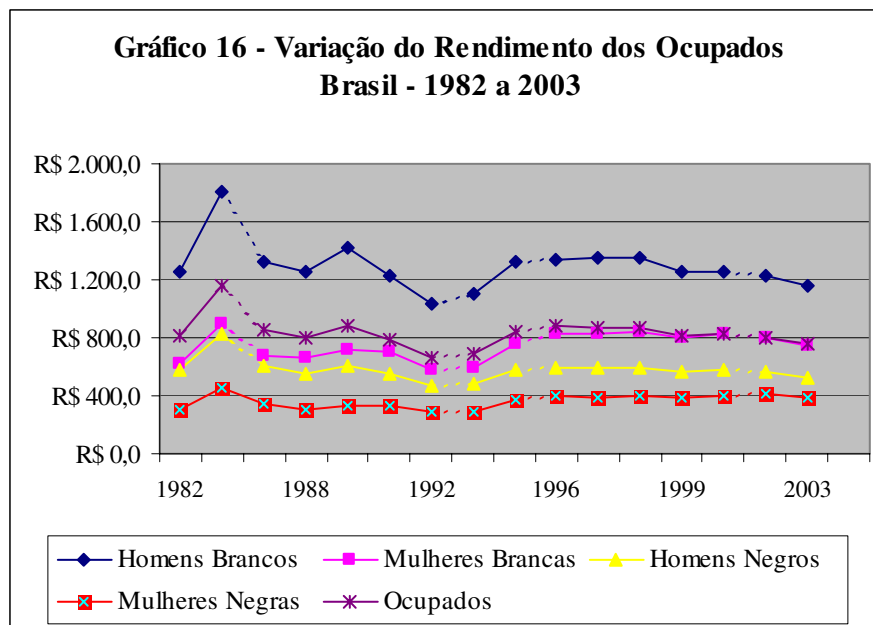
Entretanto, quando se considera a Região Metropolitana de Porto Alegre, com uma baixa participação da população negra, as disparidades permanecem de maneira acentuada, pois os negros têm uma taxa de desemprego de 23,2% e os brancos de 15,5%. Nesse sentido, nos parece que a desigualdade racial tem explicações mais profundas do que o aspecto regional. A segregação espacial, com os negros concentrados no Norte-Nordeste e os brancos no Sul-Sudeste, ajuda a explicar as diferenças em termos de cor ou raça quando olhamos para o conjunto do país, mas estas permanecem no interior de cada região, reforçando a idéia de que práticas discriminatórias ainda podem ocorrer no mercado de trabalho. Porém, tal afirmação exigiria um aprofundamento do estudo numa determinada linha que escapa aos nossos limites.

De volta à descrição dos dados, eles mostram que a situação das mulheres negras é particularmente grave, pois esse grupo se depara com as maiores taxas de desemprego em todas as regiões. Na Região Metropolitana de Salvador, o desemprego feminino da população negra atinge 29,3% em 2004, sendo superior a 25% nas demais regiões (com exceção de Belo Horizonte onde esse percentual é de 24,5%). As mulheres brancas têm taxas de desemprego superiores àquelas verificadas para os homens brancos, grupo que apresenta os menores índices. Em relação aos homens negros, há um certo equilíbrio; em três regiões as taxas são maiores para as mulheres brancas (Belo Horizonte, Distrito Federal e Recife) e em três são menores (São Paulo, Salvador e Porto Alegre).

Os dados relativos ao desemprego, recentemente apurados pelo DIEESE, apontam para a manutenção do sexismo e, principalmente, do racismo no momento da contratação do trabalhador. É verdade que existem outros aspectos relacionados a esse quadro desfavorável aos negros, como a baixa escolaridade dessa população. Porém, as diferenças relacionadas à raça se verificam mesmo em grupos com escolaridade semelhante. A título de exemplo, em

São Paulo, considerando apenas a população com ensino superior, a taxa de desemprego é de 7,6% para os homens brancos e 11,6% para as mulheres negras¹²⁶.

Para finalizar essa primeira parte do item relativo à estrutura individual, resta avaliar, de maneira objetiva, como variaram as camadas de rendimento entre 1982 e 2003 em termos da cor e do sexo. Mas antes, observamos o comportamento dos rendimentos dos ocupados nesse período:



Os cortes por gênero e raça evidenciam a persistência da disparidade de rendimentos. Os homens brancos ocupados apresentam sistematicamente um nível de renda maior do que os outros segmentos e também superior ao valor médio dos ocupados ao longo do período. O comportamento dos rendimentos entre 1982 e 2006, para os homens brancos, é relativamente próximo àquele que se observa para os ocupados, até pelo peso desse conjunto. Interessante notar que, ao longo do tempo, o rendimento das mulheres brancas vai se aproximando até coincidir com o valor observado para os ocupados.

Por outro lado, os homens negros, que no início dos 80 tinham um nível de renda bastante parecido com as mulheres negras, vão se distanciando desse grupo. As mulheres negras se aproximam do rendimento obtido pelos homens negros, mas permanecem, durante todo o período, como o segmento pior remunerado dentre os ocupados. Tomando como

¹²⁶ Dados do DIEESE. Os percentuais para as demais regiões confirmam a disparidade entre os homens brancos,

referência o rendimento dos homens brancos em 1982, como fizemos para 2003, observa-se o seguinte quadro:

Tabela 53 - Rendimento relativo dos ocupados - Brasil - 1982 e 2003				
	1982		2003	
	Rendimento	Renda	Rendimento	Renda
		Relativa		Relativa
Homens Brancos	R\$ 1.260	100,0	R\$ 1.136	100,0
Mulheres Brancas	R\$ 623	49,4	R\$ 708	62,3
Homens Negros	R\$ 574	45,6	R\$ 511	45,0
Mulheres Negras	R\$ 305	24,2	R\$ 358	31,5

Elaboração própria. Fonte: Banco de Dados - Prof. Waldir Quadros e equipe.

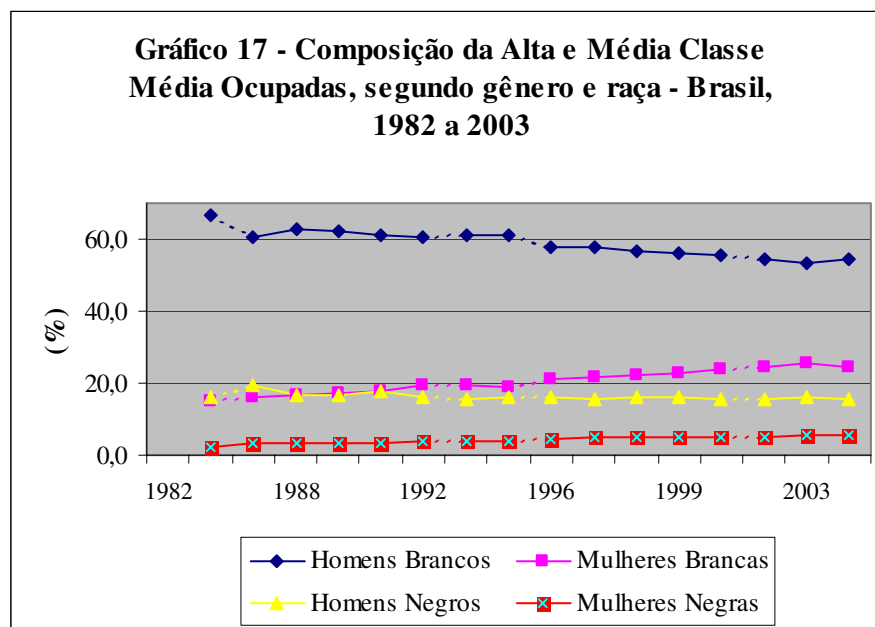
Em função, de um lado, da queda de rendimentos dos homens brancos ocupados e, de outro, do aumento da participação feminina na população ocupada, há aproximação relativa da renda recebida por mulheres e homens brancos. Ao mesmo tempo, há o acima mencionado distanciamento entre as mulheres brancas e os homens negros, já que esses permanecem recebendo, tanto em 1982 como em 2003, o equivalente a 45% da renda auferida pelos homens brancos. Já as mulheres negras, embora se aproximem do nível de renda dos homens negros, recebem apenas pouco mais de um terço do rendimento dos homens brancos ocupados em 2003.

Os dados disponíveis não deixam dúvidas quanto à permanência da pirâmide de rendimentos tendo os homens brancos no topo, depois as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A persistência desses indicadores desfavoráveis aos negros ao longo do tempo, havendo inclusive piora quando se compara com as mulheres brancas, corrobora a necessidade de políticas diferenciadas em paralelo com a retomada do crescimento econômico. Mesmo que o país retome um nível de atividade razoável, as disparidades raciais são tão evidentes que não serão resolvidas de imediato, permanecendo em vigor, por um tempo maior do que o necessário, uma estrutura desigual e injusta, na qual, muitas vezes, a população branca usufrui de uma condição privilegiada, mantendo os chamados *monopólios sociais*. Ao mesmo tempo, a adoção isolada de políticas “focalizadas”, como as cotas nas Universidades, num contexto de semi-estagnação do produto, resolve parcialmente o problema, pois acaba

sempre com as menores taxas de desemprego, e as mulheres brancas, sempre com as maiores.

servindo a um determinado grupo, mas não rompe com os mecanismos gerais de discriminação e exclusão social.

Observamos a variação na composição das camadas superior e média, ou seja, para os ocupados com rendimento superior a R\$ 1.250 mensais:



Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros.

Obs.: As áreas tracejadas correspondem aos intervalos para os quais não temos informação.

De fato, entre 1982 e 2003, observa-se uma tendência de crescimento das mulheres brancas e redução dos homens negros nas camadas superior e média, processo que se intensifica na década de 90. Os homens brancos, mesmo com uma participação relativa menor a partir da segunda metade dos 90, continuam majoritários nessa faixa de rendimentos. Em 2003, eles representam 54,3% do total dessas duas camadas, as mulheres brancas 24,6%, os homens negros 15,5% e as mulheres negras apenas 5,6% (apesar de terem dobrado sua participação em relação a 1982).

As informações indicam, de maneira geral, uma perda de posição relativa dos homens frente às mulheres na alta e baixa classe média ocupadas. Isso faz com que, ao excluirmos o sexo e considerarmos somente a raça, haja um certo equilíbrio nas contribuições de ocupados brancos e negros nestas camadas em 1982 e 2003. Tínhamos uma participação relativa de 81% de brancos e 19% dos negros em 1982; percentuais que passam a ser de 79% e 21%, respectivamente, em 2003, com a diferença de que há uma presença feminina maior tanto para

brancos como para negros. De qualquer forma, continua havendo uma representação fortemente desproporcional dos brancos dentre os ocupados com rendimento maior do que R\$ 1.250.

A tabela 54 apresenta o comportamento da baixa classe média, isto é, ocupados com rendimento entre R\$ 500 e R\$ 1.250, segundo a cor e o sexo declarados pelas pessoas:

Tabela 42 - Composição da baixa classe média ocupada segundo gênero e raça - Brasil					
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
	Branco	Branca	Negro	Negra	
1982	47,6%	17,1%	28,6%	6,8%	100,0%
1986	41,8%	19,7%	29,9%	8,6%	100,0%
1987	45,9%	19,2%	27,5%	7,4%	100,0%
1988	46,6%	18,8%	27,1%	7,5%	100,0%
1989	45,9%	19,8%	26,7%	7,6%	100,0%
1990	45,7%	19,2%	26,6%	8,4%	100,0%
1992	45,9%	19,7%	26,6%	7,8%	100,0%
1993	47,3%	19,9%	25,4%	7,4%	100,0%
1995	43,6%	21,3%	26,0%	9,1%	100,0%
1996	41,9%	21,9%	26,3%	9,9%	100,0%
1997	41,9%	21,4%	27,2%	9,5%	100,0%
1998	41,2%	21,8%	26,7%	10,4%	100,0%
1999	42,2%	21,4%	26,5%	9,9%	100,0%
2001	41,4%	22,7%	26,1%	9,9%	100,0%
2002	39,8%	22,1%	27,1%	11,0%	100,0%
2003	40,4%	22,8%	26,2%	10,6%	100,0%

Fonte: Banco de Dados - prof. Waldir Quadros.

Da mesma maneira que se verifica nas demais faixas associadas a um padrão de rendimentos de classe média, há uma tendência de aumento na participação feminina, tanto para brancos como para negros. Porém, na camada baixa, esse movimento é menos intenso, prevalecendo uma forte presença masculina ao longo do tempo. Em 2003, os homens representavam cerca de dois terços dessa faixa de rendimento (esse percentual era de 75% em 1982).

Em termos raciais, há um equilíbrio maior na distribuição dos ocupados na camada baixa, com os brancos correspondendo a cerca de 65% e os negros 35% do total. Esses valores, entretanto, ainda diferem da frequência média que se verifica para o conjunto dos

ocupados ao longo tempo (em torno de 55% de brancos e 45% de negros¹²⁷). Assim sendo, pode-se afirmar que, dentre os ocupados, nas faixas relativas a um padrão de rendimentos de classe média (superior a R\$ 500), mesmo no seu estrato mais baixo, há uma sub-representação dos negros, implicando, logicamente, num número menor de famílias negras com esse padrão de vida.

As camadas inferior e ínfima – relacionadas a um nível de rendimentos de massa trabalhadora e de uma parcela de “marginalizados” no mercado de trabalho, respectivamente – abarcam uma participação mais expressiva dos ocupados que se declararam negros, superior a 50%. Os homens negros mantêm, durante todo o período pesquisado, uma participação relativa expressiva nessas duas camadas, sempre acima dos 30% dos ocupados com rendimento inferior a R\$ 500. Pela última PNAD disponível, em 2003, tínhamos quase 44 milhões de ocupados nas camadas inferior e ínfima, dos quais 9,5 milhões eram homens brancos (22,0%), havendo o mesmo número de mulheres brancas, ao passo que o contingente de mulheres negras era de 10,2 milhões de pessoas (23,3%), além de 14,2 milhões de homens negros (32,4%).

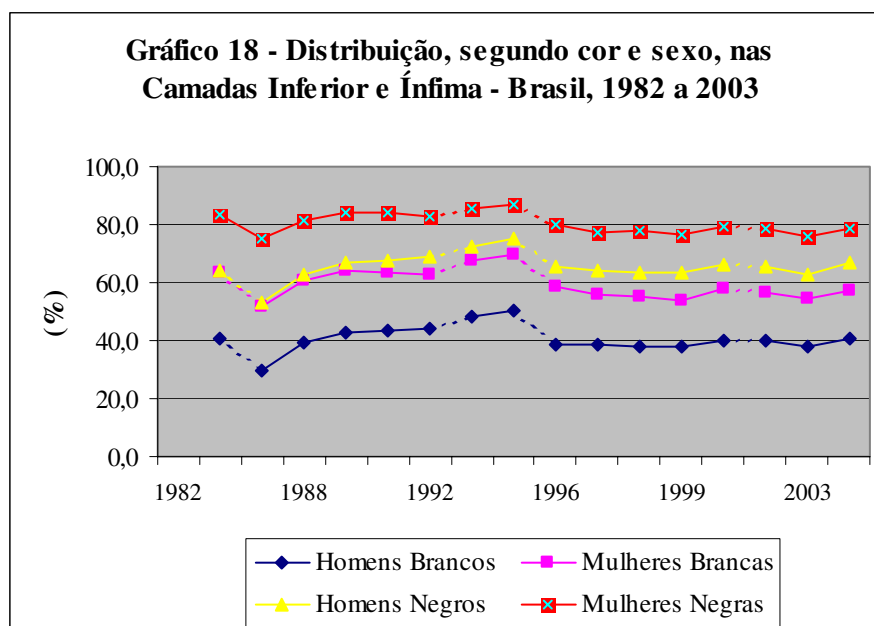
Esses dados revelam a precariedade do mercado de trabalho brasileiro, que abarca um universo grande de pessoas com rendimentos muito baixos. De certa forma, mesmo os negros representando sempre mais do que 50% dos ocupados nessas camadas, as diferenças raciais não sobressaem nesse contexto geral de baixa remuneração dos ocupados.

Na verdade, para se ter uma idéia mais clara das disparidades raciais, é preciso observar a participação nessas faixas de massa trabalhadora e “marginalizados” com relação às respectivas populações de ocupados. Por exemplo, das pouco mais de 13 milhões de mulheres negras ocupadas em 2003, 10,2 milhões, como citamos acima, tinham rendimentos menores do que R\$ 500. Isso representa um percentual de 78,8%, quase o dobro observado para os homens brancos (dos 23,6 milhões de ocupados, 9,5 milhões, ou 40%, estavam nas camadas inferior ou ínfima). Já as mulheres brancas, como proporção de sua própria população, correspondiam a 57,4% (9,5 milhões em 17 milhões); e dos 21,2 milhões de homens negros ocupados, 14,2 milhões, ou 67%, estavam nessa faixa.

Portanto, essa maneira de trabalhar o conjunto dos ocupados distribuídos pelas camadas sociais possibilitou visualizar a precariedade do mercado de trabalho em termos de

¹²⁷ Na verdade, há uma ligeira tendência de redução na participação dos brancos nos ocupados e expansão dos

rendimento e, ao mesmo tempo, a manutenção das diferenças de gênero e raça. O gráfico 18 apresenta os dados acima – participação nas camadas inferior e ínfima segundo cor e sexo como proporção do respectivo segmento – para os demais anos que estamos considerando; com ele encerramos essa primeira parte desse sub-item, para depois trabalharmos com a evolução dos grupos ocupacionais.



Há uma certa proporcionalidade nas frequências relativas, principalmente no caso dos homens brancos e das mulheres negras, respectivamente, os grupos com menor e maior participações (variando em torno de 40% para os primeiros e 80% para as mulheres negras). Chama atenção o fato de que, até o final dos 80, mulheres brancas e homens negros apresentem participações semelhantes em relação ao seu próprio segmento. Durante a década de 90 vai se configurando um distanciamento e uma estabilidade segundo a qual 65% dos homens negros ocupados e de 55% das mulheres brancas situam-se na faixa inferior a R\$ 500.

Em suma, os dados confirmam a presença de um elevado contingente de ocupados nas camadas inferior e ínfima, particularmente da população negra. Tal situação decorre de um quadro de precariedade no mercado de trabalho, que por sua vez implica em vulnerabilidade e crise social. O baixo nível de remuneração dos ocupados, aliado aos índices elevados de desemprego, conforma um ambiente problemático para aqueles que estão inseridos nestas

negros, mas os valores ficam, respectivamente, entre 58% e 55%, e 42% e 45%.

condições e para o desenvolvimento econômico mais geral, à medida em que inibe os efeitos multiplicadores que resultariam de uma massa maior de remuneração, seja no consumo ou na arrecadação pública. A seguir, vamos avaliar o comportamento dos grupos ocupacionais nesse contexto de crise econômica e social.

Parte 2 – Caracterização dos grupos ocupacionais (“ocupações típicas”)

A ocupação declarada pelos indivíduos na PNAD, de acordo com os critérios estabelecidos no Código Brasileiro de Ocupações, serve como referência para definição dos grupos na estrutura ocupacional individual. A posição das pessoas em relação à ocupação – empregado, trabalhador doméstico, conta-própria, empregador e trabalhador não-remunerado¹²⁸ – também foi considerada, sendo utilizado o mesmo critério do IBGE para definição de ocupação (pessoas que estavam trabalhando ou de férias no período de referência, isto é, na semana de realização da pesquisa).

Para apresentar os grupos ocupacionais a partir das dimensões de raça e gênero, optamos por traçar um comparativo entre 1982 e 2003, trabalhando de maneira isolada a composição de cada um dos grupos. Iniciemos pelo grupo A, relativo às pessoas que se declaram empregadoras. Vale lembrar que, somente após 1992, foi possível separar os empregadores pelo número de empregados, sendo que adotamos esse critério na metodologia desse período em diante para aqueles com mais de dez empregados (grupo A1) e dez ou menos empregados (grupo A2). Mas para os dados de 1982, apresentados a seguir, não há essa distinção:

¹²⁸ Conforme já destacamos, outros grupos ligados à auto-construção e auto-consumo foram incluídos pelo IBGE a partir de 1992. Estamos excluindo esses grupos, assim como os não-remunerados com jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais, quando realizamos comparações com a década de 80, mas vamos considerá-los para caracterização recente da estrutura ocupacional individual.

Tabela 55 - Distribuição segundo raça e gênero - Empregadores - Brasil - 1982			
	N. Pessoas	(%)	Rendimento (1)
Homens Brancos	1.154.211	73,7	R\$ 3.631
Mulheres Brancas	128.463	8,2	R\$ 2.353
Brancos	1.282.674	81,9	R\$ 3.504
Homens Negros	263.146	16,8	R\$ 2.046
Mulheres Negras	20.542	1,3	R\$ 1.537
Negros	283.688	18,1	R\$ 2.009
Homens	1.417.357	90,5	R\$ 3.336
Mulheres	149.004	9,5	R\$ 2.241
Total	1.566.362	100,0	R\$ 3.232

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

O conjunto de empregadores tem características raciais e de gênero predominantes, pois a grande maioria dos indivíduos que o compõem são homens e brancos. O sexo tem um peso bastante acentuado, já que 90,5% das pessoas dessa faixa são homens, enquanto que 81,9% são brancas. Os homens brancos representam 73,7% (1,1 milhões de pessoas) do grupo de empregadores em 1981, tendo um rendimento médio de R\$ 3.631. Interessante notar que, mesmo com uma participação maior do que as mulheres brancas nesse grupo ocupacional, os homens negros tinham um rendimento inferior a elas, de R\$ 2.046 contra R\$ 2.353. Chama atenção também a participação extremamente baixa das mulheres negras no grupo de empregadores, representando um contingente de apenas 20 mil pessoas, ou 1,3% do total, com rendimento relativamente baixo de R\$ 1.537 em 1982. A tabela 56 apresenta os dados relativos a 2003, com o objetivo de realizarmos comparações entre o perfil em termos de raça e gênero desse grupo ocupacional:

Tabela 56 - Distribuição segundo raça e gênero - Empregadores - Brasil - 2003						
	Grupo A1 (mais do que dez empregados)			Grupo A2 (dez ou menos empregados)		
	N. Pessoas	(%)	Renda (1)	N. Pessoas	(%)	Renda (1)
Homens Brancos	278.077	69,4	R\$ 6.422	1.580.049	54,0	R\$ 2.718
Mulheres Brancas	74.599	18,6	R\$ 3.525	579.383	19,8	R\$ 2.008
Brancos	352.676	88,1	R\$ 5.822	2.159.432	73,9	R\$ 2.528
Homens Negros	37.623	9,4	R\$ 4.012	603.059	20,6	R\$ 1.533
Mulheres Negras	10.223	2,6	R\$ 4.098	160.930	5,5	R\$ 1.299
Negros	47.846	11,9	R\$ 4.030	763.989	26,1	R\$ 1.485
Homens	315.700	78,8	R\$ 6.130	2.183.108	74,7	R\$ 2.386
Mulheres	84.822	21,2	R\$ 3.595	740.313	25,3	R\$ 1.855
Total	400.522	100,0	R\$ 5.605	2.923.421	100,0	R\$ 2.253

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A separação pelo número de empregados permite distinguir o porte dos empregadores, pois aqueles com dez ou menos funcionários, constituem basicamente o grupo de pequenos ou micro empresários, bem mais numeroso e com rendimento inferior em relação aos demais empregadores. A inclusão de características relacionadas à raça e ao gênero mostra que esse grupo permanece muito restrito aos homens brancos, apesar da expansão da participação feminina (principalmente das mulheres brancas).

No grupo A1 – mais do que dez empregados – as diferenças são mais acentuadas, pois os brancos representam um universo de pouco mais do que 350 mil pessoas (88,1% do total), dos quais 278 mil são homens e 74 mil são mulheres. Os negros não alcançam uma participação de 50 mil pessoas nesse grupo, havendo apenas cerca de 10 mil mulheres negras (2,6% do total). Em termos de rendimentos, os homens brancos continuam tendo o maior nível de remuneração, mas percebe-se que as mulheres brancas, embora sejam mais numerosas, auferem um rendimento inferior aos negros empregadores com mais de dez funcionários, sejam eles homens ou mulheres.

As disparidades raciais e de gênero são menos evidentes no conjunto de empregadores com dez ou menos empregados (grupo A2). Os homens brancos, porém, continuam predominando, correspondendo a 54,0% do total. Há uma participação equilibrada entre as mulheres brancas (19,8%) e os homens negros (20,6%), com a diferença de que as primeiras recebem um valor (R\$ 2.008) bem superior àquele que se verifica para os homens negros (R\$ 1.533). As mulheres negras, por sua vez, continuam tendo uma participação muito pequena no grupo de empregadores (mesmo nos pequenos e micro), pois têm uma participação de apenas 5,5% do total, recebendo um valor relativamente baixo para esse grupo (R\$ 1.299).

Em relação ao conjunto dos ocupados, o grupo A representava 3,3% do total em 1982 e 4,4% em 2003 (somando os grupos A1 e A2). Esses percentuais são baixos, indicando que a posição de empregador, apesar de haver uma tendência de crescimento, ainda é restrita para a população ocupada. Nesse universo já limitado, os negros (em menor medida os homens, mas particularmente as mulheres) têm um acesso ainda mais difícil, como mostram os dados. Apesar da heterogeneidade que caracteriza os empregadores, esse grupo apresenta um padrão de rendimentos elevado, restrito para os negros ocupados, que na maioria das vezes atingem a condição de empregador, mas de maneira precária, auferindo, em geral, rendimentos mais

baixos do que os brancos, principalmente em razão do elevado rendimento obtido pelos homens brancos empregadores.

Nas próximas tabelas, trabalharemos os grupos ocupacionais relacionados à classe média (autônoma e assalariada) e à massa trabalhadora (autônoma e assalariada), com o intuito de fazer comparações entre os perfis dos indivíduos em termos da raça e gênero em 1982 e 2003. A tabela 57 se refere aos grupos C e D (classe média autônoma e assalariada, respectivamente):

Tabela 57 - Distribuição segundo raça e gênero - Classe média - Brasil - 1982						
	Grupo C (autônomos)			Grupo D (assalariados)		
	N. Pessoas	(%)	Renda (1)	N. Pessoas	(%)	Renda (1)
Homens Brancos	878.338	48,7	R\$ 2.037	4.514.880	42,8	R\$ 2.192
Mulheres Brancas	307.895	17,1	R\$ 1.010	3.283.209	31,1	R\$ 1.103
Brancos	1.186.233	65,8	R\$ 1.771	7.798.090	73,9	R\$ 1.733
Homens Negros	388.484	21,6	R\$ 1.087	1.630.935	15,5	R\$ 1.213
Mulheres Negras	227.192	12,6	R\$ 476	1.119.443	10,6	R\$ 707
Negros	615.676	34,2	R\$ 861	2.750.378	26,1	R\$ 1.007
Homens	1.266.822	70,3	R\$ 1.745	6.145.816	58,3	R\$ 1.932
Mulheres	535.087	29,7	R\$ 782	4.402.652	41,7	R\$ 1.002
Total	1.801.909	100,0	R\$ 1.459	10.548.468	100,0	R\$ 1.544

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Considerando os cerca de 47,3 milhões de ocupados em 1982¹²⁹, tínhamos 1,8 milhões na classe média autônoma (3,3% do total) e 10,5 milhões na classe média assalariada (22,3%). Vale lembrar que esses grupos foram definidos na metodologia do professor Waldir Quadros tendo como referência o trabalho de *Wright Mills*, que estudou as chamadas “ocupações típicas de classe média” na sociedade norte-americana. Assim sendo, como já destacamos no item 3.1, as principais ocupações que compõem o grupo C são: vendedores em lojas ou mercados, supervisores da construção civil e representantes comerciais; enquanto que na classe média assalariada (grupo D), além dos vendedores, destacam-se os escriturários, auxiliares administrativos, professores de nível médio, gerentes de áreas de apoio ou produção, recepcionistas e secretárias. Em geral, portanto, esses grupos estão associados às

¹²⁹ Fonte: Banco de Dados – prof. Waldir Quadros e equipe.

“atividades de escritório”, de natureza “burocrática” ou não-manuais. Qual o perfil racial e gênero destas ocupações? A tabela 57 indicou novamente uma distribuição que privilegia os ocupados brancos e do sexo masculino, com participação relativamente baixa dos negros.

Em 1982, para o conjunto dos ocupados, tínhamos uma participação relativa de 58,3% para os brancos e 41,7% para os negros. A frequência em termos raciais na parcela autônoma da classe média (grupo C) mostra uma participação de 65,8% para os brancos e 34,2% para os negros. No grupo D, com peso maior de ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas, a disparidade é maior, pois os brancos correspondiam a 73,9% e os negros apenas a 26,1%.

Quando consideramos o sexo, na população ocupada como um todo, tínhamos uma participação masculina de 67,8%, contra 32,2% de presença feminina. Assim sendo, há uma representação mais do que proporcional dos homens na classe média autônoma, ocorrendo o inverso na classe média assalariada, onde as mulheres, apesar de serem minoria, representam 41,7% do total, percentual maior do que aquele para o total de ocupados.

Em 1982, ao identificarmos conjuntamente as características de sexo e raça para a população ocupada, constata-se uma participação de 39,4% para os homens brancos, 18,9% para as mulheres brancas, 28,4% para os homens negros e 13,4% para as mulheres negras. A tabela 49, relativa ao ano de 2003, mostrou que houve um crescimento da participação feminina dentre os ocupados, havendo diminuição da presença masculina (em especial dos homens brancos).

A comparação entre as frequências acima destacadas para o ano de 1982 com aquelas apresentadas na tabela anterior indica, assim como ocorreu para o grupo de empregadores, uma predominância dos homens brancos nas ocupações típicas de classe média, sejam elas autônomas ou assalariadas. Os homens brancos respondiam por 48,7% do grupo C e 42,8% do grupo D em 1982, com rendimentos respectivos de R\$ 2.037 e R\$ 2.192, valores bem acima da média dos ocupados nesses grupos (R\$ 1.459 e R\$ 1.544).

Na classe média autônoma, como a participação das mulheres brancas e negras é relativamente próxima àquela para o conjunto de ocupados, a representação acentuada dos homens brancos decorre de uma presença menor dos homens negros, que correspondem a 21,6% desse grupo em 1982 (com rendimento de R\$ 1.087, superior ao verificado para as mulheres brancas e negras que recebiam, em média, respectivamente, R\$ 1.010 e R\$ 476). Esse nível extremamente baixo de remuneração das mulheres negras, equivalente a 38% do

recebido pelos homens brancos nesse grupo, indica a precariedade das ocupações obtidas por elas, mesmo sendo “nominalmente” de classe média. Já na classe média assalariada, destaca-se a participação mais do que proporcional das mulheres brancas, que em 1982 correspondiam a 31,1% do grupo D. Os negros têm dificuldade para obter ocupações assalariadas (formais) de classe média, já que a participação dos homens negros é de 15,6% e das mulheres negras de 10,1%, valores inferiores às frequências para o conjunto dos ocupados.

Os dados apresentados reforçam o conjunto de pesquisas que, ao longo do século XX, mesmo com o avanço dos processos industrialização, urbanização e expansão das classes médias, mostraram a presença sistematicamente menor dos negros nos estratos ocupacionais com *status* mais elevado. Como vimos no início desse sub-item, tal situação converte-se num acesso restrito dos negros ocupados às faixas de rendimento mais elevado. Tanto para os empregadores como para classe média, observa-se a manutenção de uma posição privilegiada para os brancos, que representam a maioria nesses grupos ocupacionais. As mulheres negras, particularmente, encontram-se, assim como ocorria desde o período colonial, em situação de grande vulnerabilidade, pois além da baixa participação nesses grupos que estão no topo da hierarquia ocupacional, auferem rendimentos sistematicamente inferiores em relação aos brancos e mesmo aos homens negros ocupados.

A tabela 58 reproduz os indicadores anteriores para o ano de 2003, explorando a composição dos grupos ocupacionais relativos à classe média (autônoma e assalariada), depois de um período de quase vinte e cinco anos de baixo crescimento ou semi-estagnação econômica:

Tabela 58 - Distribuição segundo raça e gênero - Classe média - Brasil - 2003						
	Grupo C (autônomos)			Grupo D (assalariados)		
	N. Pessoas	(%)	Renda (1)	N. Pessoas	(%)	Renda (1)
Homens Brancos	1.696.843	39,4	R\$ 1.773	6.732.061	31,7	R\$ 1.572
Mulheres Brancas	1.055.977	24,5	R\$ 1.118	7.253.934	34,1	R\$ 1.043
Brancos	2.752.820	63,9	R\$ 1.522	13.985.995	65,8	R\$ 1.297
Homens Negros	988.510	22,9	R\$ 813	3.798.399	17,9	R\$ 884
Mulheres Negras	568.705	13,2	R\$ 512	3.459.703	16,3	R\$ 687
Negros	1.557.215	36,1	R\$ 703	7.258.102	34,2	R\$ 790
Homens	2.685.353	62,3	R\$ 1.418	10.530.460	49,6	R\$ 1.322
Mulheres	1.624.682	37,7	R\$ 904	10.713.637	50,4	R\$ 927
Total	4.310.035	100,0	R\$ 1.224	21.244.097	100,0	R\$ 1.123

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Em termos gerais, destacam-se dois aspectos quando observamos a classe média em 2003: a piora generalizada nos níveis de rendimento e o aumento da participação feminina. Os ocupados no grupo C, na média, recebiam R\$ 1.224 em 2003, valor 16,2% menor do que em 1982 (tabela 57). Na classe média assalariada, a perda de rendimento é ainda mais acentuada, de R\$ 1.544 em 1982 para R\$ 1.123 em 2003, redução de 27,3% (sendo esse valor inferior ao observado para o grupo C). Além desse resultado, que em parte deve estar associado ao baixo crescimento e ao elevado desemprego do período recente, chama atenção o aumento no número de mulheres com ocupações típicas de classe média. As mulheres atingem uma participação de 37,7% no grupo C e 50,4% no grupo D (percentuais que eram de 29,7% e 41,7% em 1982).

Há semelhança na participação dos negros nos grupos C e D, situando-se em torno de 35,0% dos ocupados. Esse resultado indica uma expansão na representação dos negros na classe média assalariada, pois em 1982 tínhamos um percentual de 26,1%. Porém, em primeiro lugar, deve-se registrar que esse índice de 35,0% é inferior ao observado para participação dos negros no conjunto dos ocupados (46,3%; tabela 49). Além disso, as disparidades de rendimento permanecem acentuadas: os brancos assalariados de classe média recebiam R\$ 1.297 em 2003, enquanto que os negros apenas R\$ 790 (e as mulheres negras menos ainda, R\$ 687). Esse valor médio do rendimento recebido pelos negros no grupo D equivale a apenas 60,9% do recebido pelos brancos.

Qual o comportamento dos grupos ocupacionais constituídos pelos trabalhadores assalariados e autônomos? Esse contingente de trabalhadores, conforme também destacamos no item 3.1, compõem uma massa relativamente grande de ocupados em atividades mais simples, menos qualificadas, em geral manuais e com um nível mais baixo de remuneração. Na parcela autônoma – grupo F – destacam-se os vendedores ambulantes, trabalhadores no setor de serviços pessoais, garçons, copeiros, costureiros e motoristas. Já no grupo G – trabalhadores assalariados – são representativos o operariado em geral, ajudantes de obras, guardas, vigias e trabalhadores de manutenção e conservação de edifícios, além dos garçons e motoristas.

A tabela 59 apresenta a distribuição desses ocupados em 1982 segundo a raça e o gênero declarados pelos indivíduos:

Tabela 59 - Distribuição segundo raça e gênero - Trabalhadores - Brasil - 1982								
	Grupo F (autônomos)				Grupo G (assalariados)			
	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)
Homens Brancos	1.576.993	3,3	33,5	R\$ 1.031	5.226.202	11,0	44,4	R\$ 793
Mulheres Brancas	999.874	2,1	21,2	R\$ 369	1.277.347	2,7	10,9	R\$ 452
Brancos	2.576.867	5,4	54,7	R\$ 774	6.503.549	13,8	55,3	R\$ 726
Homens Negros	1.243.233	2,6	26,4	R\$ 697	4.287.958	9,1	36,4	R\$ 595
Mulheres Negras	892.680	1,9	18,9	R\$ 220	974.824	2,1	8,3	R\$ 382
Negros	2.135.913	4,5	45,3	R\$ 498	5.262.783	11,1	44,7	R\$ 555
Homens	2.820.226	6,0	59,8	R\$ 884	9.514.160	20,1	80,9	R\$ 703
Mulheres	1.892.554	4,0	40,2	R\$ 299	2.252.172	4,8	19,1	R\$ 421
Total	4.712.779	10,0	100,0	R\$ 649	11.766.332	24,9	100,0	R\$ 649

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

(A) percentual em relação ao total de ocupados. (B) percentual em relação ao total do grupo.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

O grupo F representava 10,0% dos ocupados em 1982, com uma renda média de praticamente R\$ 650. Desse universo de 4,7 milhões de pessoas, tínhamos 2,5 milhões de brancos (54,7%) e 2,1 milhões de negros (45,3%). Esse relativo equilíbrio não deixa de indicar uma representação mais do que proporcional dos negros dentre os trabalhadores autônomos, pois eles tinham uma participação de 41,7% nos ocupados em 1982. Além disso, enquanto os brancos ocupados recebiam em média R\$ 774 no grupo F, os negros auferiam apenas R\$ 498. Essa disparidade se explica pelo rendimento muito baixo das trabalhadoras negras autônomas, que recebiam R\$ 220 em média (a renda dos homens negros é superior àquela observada para as mulheres brancas).

A distribuição em termos de gênero no grupo F em 1982, em torno de 60% de homens e 40% de mulheres, evidencia uma representação acentuada do sexo feminino na parcela autônoma dos trabalhadores, pois as mulheres correspondiam à cerca de um terço (32,2%) do total de ocupados em 1982. Essa presença marcante está acompanhada de uma acentuada disparidade de rendimentos, pois o valor recebido pelas mulheres (R\$ 299) equivalia a apenas 33% do rendimento masculino (R\$ 884).

A composição segundo a raça no grupo G – trabalhadores assalariados – é bastante próxima a que se verifica no estrato autônomo. Assim sendo, da mesma forma, percebe-se uma participação proporcionalmente maior dos negros nesse grupo, mesmo eles sendo

minoritários em relação aos brancos, que representavam 55,3% dos ocupados do total. O rendimento médio dos trabalhadores assalariados é exatamente o mesmo declarado pelos autônomos, persistindo as disparidades, pois, tomando a renda dos homens brancos como referência (R\$ 793), os homens negros recebiam 75% disso (R\$ 595), as mulheres brancas 57% (R\$ 452) e as mulheres negras 48% (R\$ 382).

Quando consideramos exclusivamente o sexo, percebe-se claramente a participação majoritária dos homens dentre os trabalhadores assalariados em 1982, pois eles representavam 80,9% desse grupo. A presença feminina, apenas 19,1%, situava-se bem abaixo da frequência das mulheres no conjunto dos ocupados, que era de 32,2%. Deve-se registrar ainda a magnitude expressiva do grupo G, pois os trabalhadores assalariados representavam um quarto (24,9%) dos ocupados brasileiros em 1982.

A tabela 60 se refere aos grupos G e F no ano de 2003, depois de um período prolongado de baixo crescimento econômico:

Tabela 60 - Distribuição segundo raça e gênero - Trabalhadores - Brasil - 2003								
	Grupo F (autônomos)				Grupo G (assalariados)			
	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)
Homens Brancos	2.937.826	3,9	31,9	R\$ 821	6.430.170	8,6	36,6	R\$ 615
Mulheres Brancas	1.626.646	2,2	17,7	R\$ 464	2.335.841	3,1	13,3	R\$ 422
Brancos	4.564.472	6,1	49,6	R\$ 693	8.766.011	11,7	49,9	R\$ 563
Homens Negros	3.052.045	4,1	33,1	R\$ 495	6.695.786	8,9	38,1	R\$ 462
Mulheres Negras	1.591.269	2,1	17,3	R\$ 302	2.091.777	2,8	11,9	R\$ 341
Negros	4.643.314	6,2	50,4	R\$ 429	8.787.563	11,7	50,1	R\$ 433
Homens	5.989.871	8,0	65,1	R\$ 655	13.125.956	17,5	74,8	R\$ 537
Mulheres	3.217.915	4,3	34,9	R\$ 384	4.427.618	5,9	25,2	R\$ 384
Total	9.207.786	12,3	100,0	R\$ 560	17.553.574	23,4	100,0	R\$ 498

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

(A) percentual em relação ao total de ocupados. (B) percentual em relação ao total do grupo.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

O grupo F – trabalhadores autônomos – aumenta sua participação no total de ocupados, passando a representar 12,3%; ocorre o inverso com os trabalhadores assalariados, que diminuem ligeiramente sua proporção para 23,4% dos ocupados em 2003. Chama atenção a perda de rendimento dos trabalhadores ocupados, que é de 14,0% para a parcela autônoma em

relação a 1982 (o grupo F passa a apresentar um rendimento médio de R\$ 560 em 2003), e maior ainda para os trabalhadores assalariados, quase que 25%, pois eles recebem um valor inferior a R\$ 500 em 2003.

Tanto no grupo F como no G, os negros expandem sua participação relativa, atingindo um percentual um pouco maior do que 50% na massa de trabalhadores autônomos e assalariados. Dessa forma, esse conjunto de ocupados está praticamente dividido entre brancos e negros, com a diferença de que os primeiros recebiam, em média, R\$ 693 no grupo F e R\$ 563 no grupo G, contra R\$ 429 e R\$ 433 dos negros, respectivamente. Num cenário de dificuldades gerais para a classe trabalhadora, os negros, historicamente discriminados, se encontram numa situação de vulnerabilidade ainda maior.

O gênero tem uma influência significativa nesse processo, pois as disparidades são maiores quando comparamos grupos do mesmo sexo, mas que diferem pela cor. Em 2003, tínhamos praticamente as mesmas proporções de homens brancos e negros dentre os trabalhadores assalariados. Porém, enquanto o rendimento médio dos cerca de 6,4 milhões de brancos era de R\$ 615, os 6,6 milhões de negros recebiam 75% desse valor, isto é, R\$ 462, mantendo a mesma diferença verificada em 1982. As mulheres negras, por sua vez, recebiam o equivalente a 80% das mulheres brancas (R\$ 422) e a 55% dos homens brancos (em 1982 esse percentual era de 48%).

Observando apenas o sexo declarado pelos ocupados, temos tendências opostas nos grupos F e G. Nos trabalhadores autônomos, os homens aumentam sua participação em relação a 1982, passando a representar 65,1% desse grupo em 2003. Esse crescimento por volta de cinco pontos percentuais, já que os homens correspondiam a 59,8% do grupo F em 1982, ocorre para as mulheres na massa trabalhadora assalariada, já que elas passam a representar 25,2% do grupo G em 2003 (eram 19,1% em 1982). Mesmo assim, deve-se dizer que os homens continuam predominando e recebendo mais na massa trabalhadora autônoma e assalariada. O rendimento feminino equivalia a 58,2% do masculino no grupo F, ou seja, R\$ 384 para as mulheres e R\$ 655 para os homens; já no grupo G, dos trabalhadores assalariados, essa diferença é menor pelo fato de que os homens recebem menos (R\$ 527) e as mulheres exatamente o mesmo (R\$ 384) que no grupo F.

Para completar esse esforço de caracterização das condições sócio-ocupacionais da população negra, ainda nesse sub-item, vamos apresentar a composição dos trabalhadores

domésticos, ocupados em atividades agrícolas e, somente para o ano de do 2003, dos trabalhadores não-remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais, ocupados em auto-contrução e em auto-consumo. Finalmente, no sub-item 3.3.2, iremos apresentar as disparidades de raça e gênero na perspectiva das mudanças observadas nos setores de atividade econômica. A tabela 61 se refere aos trabalhadores domésticos, em geral sujeitos a difíceis condições de trabalho, inclusive com baixa remuneração:

Tabela 61 - Distribuição segundo raça e gênero - Trabalhadores Domésticos - Brasil - 1982 e 2003								
	1982				2003			
	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)
Homens Brancos	72.873	0,2	2,5	R\$ 358	164.626	0,2	2,7	R\$ 455
Mulheres Brancas	1.234.939	2,6	42,7	R\$ 216	2.409.808	3,2	39,6	R\$ 301
Brancos	1.307.812	2,8	45,2	R\$ 224	2.574.434	3,4	42,3	R\$ 311
Homens Negros	75.200	0,2	2,6	R\$ 306	233.265	0,3	3,8	R\$ 337
Mulheres Negras	1.512.423	3,2	52,2	R\$ 193	3.274.180	4,4	53,8	R\$ 245
Negros	1.587.623	3,4	54,8	R\$ 199	3.507.445	4,7	57,7	R\$ 251
Homens	148.073	0,3	5,1	R\$ 332	397.891	0,5	6,5	R\$ 386
Mulheres	2.747.362	5,8	94,9	R\$ 204	5.683.988	7,6	93,5	R\$ 269
Total	2.895.435	6,1	100,0	R\$ 210	6.081.879	8,1	100,0	R\$ 277

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

(A) percentual em relação ao total de ocupados. (B) percentual em relação ao total do grupo.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Entre 1982 e 2003, há um crescimento dentre os ocupados daqueles que se declararam trabalhadores domésticos, de 6,1% para 8,1% do total. O nível de rendimento, apesar de ter melhorado em 2003, continua muito abaixo do valor médio observado para os ocupados em 2003 (R\$ 719). Trata-se de uma ocupação predominantemente feminina, já que as mulheres respondiam por 94,9% desse grupo em 1982 e 93,5% em 2003. Além disso, dentre as mulheres, destaca-se a participação das negras, que em 2003 compunham um contingente de 3,2 milhões de ocupadas (53,8%), número significativamente superior às mulheres brancas trabalhadoras domésticas (2,4 milhões, ou 39,6%).

Quando se considera que a participação das mulheres negras no conjunto dos ocupados em 2003, como já vimos, é de 18,4%, tem-se uma idéia da concentração desse grupo nas atividades domésticas. Além de ser o contingente mais representativo, as mulheres negras

auferem o nível de rendimento mais baixo: apenas R\$ 245 em 2003 (as mulheres brancas recebiam, em média, R\$ 301). A participação dos homens nesse grupo é muito restrita. De qualquer forma, é possível perceber que, entre 1982 e 2003, cresce a presença dos homens negros no grupo I (de 2,6% para 3,8%), enquanto que a participação dos homens brancos se mantém praticamente estável (de 2,5% para 2,7%).

Como resultado dessas mudanças, o fato é que, em 2003, há proporcionalmente mais negros nas atividades domésticas do que em 1982. Em números absolutos, havia cerca de 200 mil ocupados negros a mais do que brancos no grupo I em 1982, diferença que sobe para 1 milhão de pessoas em 2003, pois temos neste ano 2,5 milhões de brancos e 3,5 milhões de negros como trabalhadores domésticos. Enquanto os primeiros recebem em média R\$ 311, os negros auferem R\$ 251.

O trabalho doméstico, claramente, está associado a uma relação de subordinação do empregado a seu “patrão”. É claro que isso também ocorre em outras ocupações, mas dada a natureza das atividades de um trabalhador doméstico, que muitas vezes não tem jornada de trabalho definida, registro em carteira e garantia de direitos trabalhistas, pode-se dizer que a alta concentração dos negros nesse grupo tem alguma relação com o passado escravista¹³⁰. Já se passaram mais do que cem anos da Abolição, mas é inevitável pensar que famílias negras, geração após geração, dependeram do trabalho doméstico para sobreviver. Além disso, pode-se imaginar que, principalmente a partir da década de 70, um número considerável de mulheres brancas ascendeu socialmente por méritos, mas também “se valendo” da mão-de-obra barata das domésticas negras. Obviamente esse é um aspecto complexo, que exigiria um aprofundamento mais detalhado, incluindo uma abordagem sociológica. De qualquer forma, romper com esse ciclo de subordinação (em relação às empregadas brancas também) é uma das etapas para quebra dos chamados *monopólios sociais* no Brasil.

Vejamos a distribuição segundo o gênero e raça do grupo H – trabalhadores agrícolas – que, de certa forma, também guardam relação com o passado colonial e a manutenção de uma estrutura fundiária extremamente desigual no país.

¹³⁰ É verdade que essas características têm mudado e os trabalhadores domésticos passaram a ter respeitados uma série de direitos trabalhistas. Mesmo assim, o grau de informalidade ainda é alto, particularmente nas regiões Norte e Nordeste.

Tabela 62 - Distribuição segundo raça e gênero - Trabalhadores Agrícolas - Brasil - 1982 e 2003								
	1982				2003			
	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)	N. Pessoas	(A)	(B)	Renda (1)
Homens Brancos	3.712.068	7,8	40,6	R\$ 490	2.376.374	3,2	38,1	R\$ 557
Mulheres Brancas	409.705	0,9	4,5	R\$ 263	250.057	0,3	4,0	R\$ 405
Branco	4.121.774	8,7	45,1	R\$ 467	2.626.431	3,5	42,1	R\$ 543
Homens Negros	4.263.624	9,0	46,7	R\$ 309	3.208.710	4,3	51,4	R\$ 313
Mulheres Negras	748.616	1,6	8,2	R\$ 175	402.209	0,5	6,4	R\$ 228
Negro	5.012.240	10,6	54,9	R\$ 289	3.610.919	4,8	57,9	R\$ 303
Homens	7.975.693	16,9	87,3	R\$ 393	5.585.084	7,4	89,5	R\$ 417
Mulheres	1.158.321	2,4	12,7	R\$ 206	652.266	0,9	10,5	R\$ 297
Total	9.134.014	19,3	100,0	R\$ 369	6.237.350	8,3	100,0	R\$ 404

(1) renda total declarada pelo indivíduo ocupado. Como os agrupamentos agrícolas foram agregados, fizemos a média ponderada.

Valores corrigidos pelo INPC - IPEA/data - CESIT para Janeiro de 2004.

(A) percentual em relação ao total de ocupados. (B) percentual em relação ao total do grupo.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Destaca-se a redução, em termos absolutos e relativos, do número de ocupados em atividades agrícolas quando se compara 1982 com 2003. De um total de 9,1 milhões de ocupados no grupo H, ou 19,3% dos ocupados em 1982, passamos a ter 6,2 milhões de pessoas em 2003, apenas 8,3% dos ocupados. Ao mesmo tempo, mantém-se uma forte participação dos negros, especialmente dos homens, neste grupo.

Assim como ocorre para os trabalhadores domésticos, a proporção de negros vai de 54,9% para 57,8% do grupo H em 2003. A disparidade de rendimentos é ainda mais expressiva, pois os trabalhadores agrícolas negros recebem em média (R\$ 303) o equivalente a apenas 55% da renda declarada pelos brancos (R\$ 543). Isso tem relação com o fato de que estamos considerando todos os trabalhadores agrícolas em conjunto, desde os pequenos proprietários até os trabalhadores agrícolas permanentes ou temporários, e os negros têm uma participação bem maior nestes últimos grupos.

A partir de 1992, foram identificados como ocupados aquelas pessoas que, por pelo menos uma hora na semana, trabalharam sem remuneração em ajuda a membros da família (no campo ou na cidade), além daqueles que trabalharam para o auto-consumo ou na auto-construção, ou seja, voltados para sua própria alimentação ou em atividades de construção para si ou membros da família. Pode-se dizer que esse conjunto constitui-se num contingente que está “marginalizado” no mercado de trabalho, muitas vezes em condições precárias para

realizar estas atividades. Esses grupos – identificados na metodologia como J3, J4, M e N – representavam 5,4% dos ocupados em 2003, ou 4,2 milhões de pessoas. Desse contingente, 3,3 milhões se dedicavam ao auto-consumo (grupo N), 115 mil a auto-construção (grupo M), 380 mil eram trabalhadores não remunerados urbanos com jornada inferior a 15 horas semanais (grupo J3) e 450 mil também não recebiam remuneração e tinham uma jornada inferior a 15 horas, mas em atividades agrícolas (grupo J4)¹³¹.

A tabela 63 finaliza esse sub-item e apresenta a composição desse grupo de “marginalizados” em 2003 segundo o gênero e a raça:

Tabela 63 - Distribuição segundo raça e gênero Trabalhadores "Marginalizados" - Brasil - 2003			
	2003		
	N. Pessoas	(A)	(B)
Homens Brancos	645.304	0,8	15,1
Mulheres Brancas	1.224.125	1,5	28,7
Brancos	1.869.429	2,4	43,8
Homens Negros	836.348	1,1	19,6
Mulheres Negras	1.564.573	2,0	36,6
Negros	2.400.921	3,0	56,2
Homens	1.481.652	1,9	34,7
Mulheres	2.788.698	3,5	65,3
Total	4.270.350	5,4	100,0

(A) percentual em relação ao total de ocupados. (B) percentual em relação ao total do grupo.

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

A participação das mulheres negras nessas ocupações – 36,6% – é decisiva para que os negros, no conjunto, correspondam a 56,2% do total de pessoas em condições de trabalho precárias. Esse resultado decorre, em grande medida, do elevado número de mulheres ocupadas no auto-consumo, ou seja, trabalhando por pelo menos uma hora na semana, em geral em atividades agrícolas, para própria alimentação ou de pelo menos um membro de sua unidade domiciliar. Em 2003, conforme destacamos acima, tínhamos 3,3 milhões de pessoas nessa condição, das quais 2,3 milhões eram mulheres (a maioria, quase que 1,5 milhões, negras).

¹³¹ Vale lembrar que, quando fizemos comparações entre as décadas de 80, 90 e o início do século XXI, tais grupos foram excluídos da análise.

A composição dos distintos grupos na estrutura individual revela a manutenção de um perfil ocupacional que favorece os brancos. Tanto em termos de *status* ocupacional, como em relação ao nível de rendimento, percebe-se a manutenção de uma hierarquia que tem no topo os homens brancos. É certo que a prolongada crise econômica em que vivemos provoca, em determinados aspectos, uma aproximação em relação aos negros ocupados. Mas esse não é um resultado virtuoso, pois deriva da piora relativa dos homens brancos. Ademais, como vimos para os trabalhadores domésticos e agrícolas, os negros até pioraram um pouco sua situação, pois proporcionalmente compõem mais estes grupos em 2003 do que em 1982. Nesse contexto, chama atenção a vulnerabilidade das mulheres negras, pois se para alguns indicadores há certo equilíbrio entre os homens negros e as mulheres brancas, isso não ocorre para as mulheres negras ocupadas, sistematicamente recebendo menos e concentradas em ocupações mais simples.

Os resultados observados na estrutura ocupacional individual contribuem fortemente para as variações verificadas no plano familiar, no que tange à redução proporcional das camadas médias e expansão das faixas de pobreza e indigência. Isso decorre da centralidade do trabalho e das possibilidades de geração de renda para estruturação das famílias, num país com grandes problemas de infra-estrutura e insuficiência de serviços públicos de qualidade. Dado esse contexto, o emprego e a renda advinda do trabalho são decisivos para uma melhor qualidade de vida. Assim sendo, buscando aprofundar um pouco mais as mudanças que tivemos no mercado de trabalho, apresentamos no próximo item um panorama relativo aos setores de atividade econômica e suas alterações entre 1982 e 2003, destacando aspectos ligados à raça e ao gênero.

3.3.2 – Mudanças nos setores de atividade econômica e disparidades de sexo e raça

Os últimos vinte e cinco anos apresentaram uma alteração na estrutura econômica nacional no que se refere ao peso dos setores de atividade. O período compreendido entre 1930 e 1980 caracterizou-se pelo avanço dos setores secundário e terciário, com perda de espaço relativo do setor primário. Pode-se dizer que, nas décadas de 80 e 90, continuou se verificando a diminuição das atividades agrícolas, mas chama atenção o crescimento do setor terciário – basicamente comércio e prestação de serviços – que se torna amplamente predominante, superando a indústria como principal setor absorvedor de mão-de-obra.

A discussão setorial também pode ser observada sob a ótica das diferenças de cor e sexo dos indivíduos ocupados. Como vimos, os negros enfrentaram, tradicionalmente, dificuldades para se inserir nos setores mais dinâmicos, que lideraram o processo de desenvolvimento econômico e social. Da mesma forma, tardiamente as mulheres começaram a participar de algumas atividades mais qualificadas e melhor remuneradas, anteriormente restritas aos homens. Assim sendo, nesse sub-item, vamos caracterizar os setores de atividade econômica em 1982, destacando a composição de cada um segundo a raça e o gênero. Posteriormente, faremos o mesmo exercício para o ano de 2003, avaliando variações e também a distribuição pelas camadas sociais nos principais setores de atividade econômica.

Antes de trabalharmos os dados, é preciso mencionar que, em 2002, foi feita uma alteração metodológica pelo IBGE para definição dos setores de atividade econômica. Como vamos estabelecer comparações entre 1982 e 2003, foi feita uma compatibilização dos códigos do IBGE¹³², trabalho que permitiu a definição de quatorze sub-setores de atividade econômica, assim distribuídos pelos três grandes setores tradicionais:

Setor Primário
- Atividades Agrícolas;
Setor Secundário
- Construção Civil;
- Indústria de Transformação;
- Outras Atividades Industriais;

Setor Terciário

- Comércio e Reparação;
- Setor Financeiro;
- Transporte, Armazenagem e Comunicação;
- Alojamento e Alimentação;
- Serviços Pessoais e Recreativos;
- Serviços Domésticos;
- Atividades voltadas às empresas;
- Educação, Saúde e Serviços Sociais;
- Administração Pública;
- Outros Serviços;

A tabela 64 apresenta, para o conjunto dos ocupados, independentemente da cor ou sexo, a distribuição dos setores de atividade econômica em 1982:

Setores de Atividade			
	Ocupados	%	Renda (1)
Atividades Agrícolas	14.073.356	29,8	R\$ 344
Outras Atividades Industriais	630.285	1,3	R\$ 1.557
Indústria de Transformação	7.927.039	16,8	R\$ 1.028
Construção Civil	3.378.439	7,1	R\$ 770
Comércio e Reparação	6.067.570	12,8	R\$ 973
Setor Financeiro	995.689	2,1	R\$ 2.277
Outros Serviços	792.000	1,7	R\$ 1.230
Transporte, Armazenagem e Comunicação	1.992.998	4,2	R\$ 1.250
Alojamento e Alimentação	1.160.281	2,5	R\$ 746
Serviços Pessoais e Recreativos	1.130.393	2,4	R\$ 602
Atividades às Empresas	1.063.392	2,2	R\$ 1.270
Serviços Domésticos	2.981.433	6,3	R\$ 216
Educação, Saúde e Serviços Sociais	2.925.156	6,2	R\$ 1.223
Administração Pública	2.180.417	4,6	R\$ 1.527
Total	47.298.451	100,0	R\$ 817

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros, CESIT/IE/UNICAMP.

Fonte dos dados primários: IBGE/PNAD.

(1) Valores corrigidos pelo INPC - IPEADData/CESIT para janeiro de 2004.

¹³² Gostaríamos de agradecer a doutoranda Josiane Falvo por esse trabalho de compatibilização, realizado no âmbito da pesquisa “Mercado de Trabalho e Modernização do Setor Terciário Brasileiro: projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT”, entre março de 2003 e fevereiro de 2005.

Destaca-se o grande número de ocupados nas atividades agrícolas, já que o setor primário corresponde a praticamente um terço do total (29,8%). É preciso esclarecer que esse número de ocupados classificados nas atividades agrícolas – cerca de 14 milhões de pessoas – é maior do que aquele conjunto identificado anteriormente no grupo H. Isso ocorre porque na classificação dos grupos consideramos objetivamente as ocupações declaradas, enquanto que para definição do Setor Primário estão também incluídos os serviços indiretamente relacionados às atividades agrícolas. Assim sendo, um prestador de serviço para um produtor rural, por exemplo, pode ter sido classificado anteriormente no grupo F (trabalhador autônomo), aparecendo aqui como ocupado no setor de atividades agrícolas.

Feito esse esclarecimento, além do grande peso do setor primário (com uma remuneração média de apenas R\$ 344), percebe-se a participação expressiva da indústria dentre os ocupados em 1982. A indústria de transformação abarcava 16,8% dos ocupados, com rendimento médio de R\$ 1.028. Quando somamos esse sub-setor com outras atividades industriais e a construção civil, observa-se que 25,2% dos ocupados estavam no setor secundário.

Dada a heterogeneidade do setor terciário, optamos por estabelecer uma divisão entre um “terciário precário”, de um lado, e um “terciário qualificado”, de outro. O primeiro, com baixo nível de remuneração, corresponderia aos sub-setores de comércio e reparação, alojamento e alimentação, serviços pessoais e recreativos e serviços domésticos. Já uma parcela um pouco mais qualificada do terciário seria formada pelo setor financeiro, transporte, armazenagem e comunicação, atividades voltadas para as empresas, educação, saúde e serviços sociais, administração pública e outros serviços. O “terciário precário” representava 24% dos ocupados em 1982, com rendimento médio de R\$ 714; enquanto que o “terciário qualificado” correspondia a 21% dos ocupados, com praticamente o dobro de remuneração média (R\$ 1.406).

Esse panorama mostra que uma parcela razoável dos ocupados encontrava-se em setores com um padrão de rendimentos relativamente alto (indústria e “terciário qualificado”). Restam verificar, no contexto dos setores de atividade econômica, as diferenças de raça e gênero nesse universo de pouco mais do que 47 milhões de ocupados em 1982. Vejamos:

Quadro 4 - Distribuição dos ocupados segundo setores de atividade, raça e gênero - Brasil - 1982								
	Setor Primário		Setor Secundário		Terciário "Precário"		Terciário "Qualificado"	
	%	Renda	%	Renda	%	Renda	%	Renda
Homens Brancos	39,0	R\$ 544	45,2	R\$ 1.407	32,4	R\$ 1.295	40,9	R\$ 1.998
Mulheres Brancas	10,4	R\$ 103	15,1	R\$ 628	26,1	R\$ 422	27,1	R\$ 1.126
Brancos	49,5	R\$ 451	60,3	R\$ 1.212	58,5	R\$ 906	68,0	R\$ 1.651
Homens Negros	40,0	R\$ 279	31,2	R\$ 708	18,0	R\$ 681	20,4	R\$ 1.033
Mulheres Negras	10,6	R\$ 95	8,5	R\$ 361	23,5	R\$ 259	11,6	R\$ 632
Negros	50,5	R\$ 240	39,7	R\$ 634	41,5	R\$ 442	32,0	R\$ 887
Homens	79,0	R\$ 410	76,4	R\$ 1.122	50,4	R\$ 1.075	61,3	R\$ 1.676
Mulheres	21,0	R\$ 99	23,6	R\$ 532	49,6	R\$ 345	38,7	R\$ 978
Total	100,0	R\$ 344	100,0	R\$ 983	100,0	R\$ 714	100,0	R\$ 1.406

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

Para o total de ocupados em 1982, como já foi destacado, tínhamos uma proporção de 58,3% de brancos e 41,7% de negros e, em relação ao gênero, 67,8% de homens e 32,2% de mulheres. Tendo como referência esses parâmetros gerais, pode-se dizer que os brancos apresentavam uma participação menos do que proporcional no setor primário e estavam super-representados no que chamamos de “terciário qualificado”, ocorrendo o inverso para os negros ocupados. O perfil segundo o sexo revela uma concentração masculina nos setores primário e secundário, havendo uma presença feminina excessiva no “terciário precário”.

Os homens brancos, independentemente do setor de atividade em que estavam ocupados, recebiam sempre o rendimento médio maior. No outro extremo, as mulheres negras ocupadas eram sistematicamente o grupo pior remunerado, sendo que as mulheres brancas, na média, somente recebiam mais do que os homens negros no “terciário qualificado”.

Alguns sub-setores influenciam o relativo equilíbrio na distribuição segundo a raça do setor secundário e do “terciário precário”. A indústria de transformação, por exemplo, em 1982, apresentava uma proporção de 65% de brancos e 35% de negros, enquanto que, na construção civil, metade dos ocupados se declararam brancos e a outra metade “pretos” ou “pardos”. Já no “terciário precário” os brancos eram maioria no sub-setor com melhor remuneração, pois representavam 65% do comércio e reparação. Em contrapartida, nos sub-setores de serviços pessoais e serviços domésticos havia uma concentração mais do que proporcional de negros, que representavam, respectivamente, 49% e 55% do total (com rendimentos médios em torno de R\$ 250).

O perfil setorial observado em 1982 reforça um quadro desfavorável para os negros e também para as mulheres. Quando se considera, por exemplo, o setor financeiro, cuja

remuneração média era a mais elevada (R\$ 2.277), num universo de cerca de 995 mil pessoas tínhamos 550 mil homens brancos (55%), 265 mil mulheres brancas (27%), 125 mil homens negros (13%) e apenas 55 mil mulheres negras (5,0%). Por outro lado, dos quase que 3 milhões de ocupados nos serviços domésticos, com rendimento médio de R\$ 216, metade desse contingente eram de mulheres negras, havendo ainda 1,2 milhões de mulheres brancas e menos do que 300 mil homens nessa condição.

A tabela 65 apresenta os setores de atividade econômica em 2003, depois de um prolongado período de baixo crescimento e mudanças na estrutura produtiva brasileira¹³³:

Tabela 65 - Distribuição dos ocupados pelos Setores de Atividade			
Brasil - 2003			
Setores de Atividade			
	Ocupados	%	Renda (1)
Atividades Agrícolas	12.139.033	16,2	R\$ 303
Outras Atividades Industriais	637.963	0,9	R\$ 1.296
Indústria de Transformação	10.749.053	14,3	R\$ 790
Construção Civil	5.157.554	6,9	R\$ 592
Comércio e Reparação	14.047.477	18,7	R\$ 716
Setor Financeiro	1.012.811	1,4	R\$ 1.756
Outros Serviços	1.968.293	2,6	R\$ 964
Transporte, Armazenagem e Comunicação	3.680.609	4,9	R\$ 957
Alojamento e Alimentação	2.858.332	3,8	R\$ 534
Serviços Pessoais e Recreativos	2.384.930	3,2	R\$ 709
Atividades às Empresas	3.232.850	4,3	R\$ 1.301
Serviços Domésticos	6.081.879	8,1	R\$ 277
Educação, Saúde e Serviços Sociais	7.087.297	9,5	R\$ 1.165
Administração Pública	3.942.196	5,3	R\$ 1.303
Total	74.980.277	100,0	R\$ 719

Elaboração do autor, a partir do banco de dados do Prof. Waldir Quadros, CESIT/IE/UNICAMP.

Fonte dos dados primários: IBGE/PNAD.

(1) Valores corrigidos pelo INPC - IPEADData/CESIT para janeiro de 2004.

Em termos globais, destaca-se a redução da participação relativa dos setores primário e secundário, com expansão das atividades ligadas ao setor terciário. Esse último, que em 1982 representava 45,0% dos ocupados (somando-se as parcelas “precária” e “qualificada”), passa a representar 61,8% dos ocupados, sendo 33,8% nos sub-setores mais precários ou pior

¹³³ Mais uma vez, como vamos fazer comparações, desconsideramos da análise os grupos que não eram identificados antes de 1992. Porém, vale registrar que, desse universo de 4,2 milhões de ocupados em 2003 que não está incluído na tabela, cerca de 90% foi classificado nos grupos de auto-consumo ou trabalho não remunerado agrícola com jornada inferior a 15 horas semanais. Esse contingente, com presença marcante dos negros, estaria classificado no sub-setor de atividades agrícolas.

remunerados e 28% no “terciário qualificado”. De maneira geral, como já havíamos destacado anteriormente, é evidente também uma perda de rendimento dos ocupados, que passam a receber, em média, R\$ 719 (em 1982 esse valor era de R\$ 817).

Os negros continuam, em 2003, com uma participação mais do que proporcional nas atividades agrícolas. Quando incluímos nesse grupo os ocupados em auto-consumo e aqueles que auxiliam membros da família nas atividades agrícolas, o sub-setor das atividades agrícolas atinge quase que 16 milhões de pessoas em 2003, das quais 9,5 milhões, praticamente 60%, são negras, com rendimento médio de R\$ 300. Assim sendo, pode-se dizer que o enxugamento do setor primário ocorreu de maneira a manter uma elevada concentração de negros nestas atividades relacionadas à agricultura, silvicultura e pesca. Essas atividades continuam a ser grandes absorvedoras de mão-de-obra negra, assim como ocorria ao longo do século XX, mesmo depois do fim da escravidão.

O setor secundário também passou por um período de perda de espaço relativo, muito em função da diminuição da participação da indústria, que em 2003 abarcava 15,2% dos ocupados, percentual que era de 18,1% em 1982 (somando-se os sub-setores de indústria de transformação e outras atividades industriais). Esse resultado é amenizado por estarmos observando a distribuição para o país como um todo, já que nas Regiões Metropolitanas, particularmente na de São Paulo, a diminuição da indústria é bem mais acentuada¹³⁴. A indústria de transformação, em 2003, continuou sendo um sub-setor com maioria de ocupados brancos, pois eles compunham um contingente de 6,5 milhões de pessoas num universo de 10,7 milhões de ocupados nesse sub-setor. Os negros, cerca de 40% daqueles ocupados na indústria de transformação (4,2 milhões), recebiam, em média, a metade do que os brancos ocupados no mesmo sub-setor, apenas R\$ 544 contra R\$ 1.037 dos brancos. Essa diferença deve estar associada a maior proporção dos negros nos ramos da indústria com remuneração mais baixa. Vejamos a distribuição dos 10,7 milhões de ocupados na indústria segundo as camadas sociais (ou faixas de rendimento), gênero e raça:

Quadro 5 - Distribuição dos ocupados na indústria pelas camadas sociais - Brasil - 2003											
	Superior		Média		Baixa		Inferior		Ínfima		
	%	Renda	%	Renda	%	Renda	%	Renda	%	Renda	
Homens Brancos	74,8	R\$ 5.121	61,2	R\$ 1.715	48,3	R\$ 764	28,6	R\$ 369	12,8	R\$ 114	
Mulheres Brancas	13,9	R\$ 4.085	17,3	R\$ 1.769	19,3	R\$ 717	26,0	R\$ 356	29,8	R\$ 107	
Brancos	88,7	R\$ 4.959	78,5	R\$ 1.727	67,6	R\$ 751	54,6	R\$ 363	42,6	R\$ 109	
Homens Negros	10,2	R\$ 3.938	18,6	R\$ 1.716	25,3	R\$ 724	29,5	R\$ 349	22,6	R\$ 120	
Mulheres Negras	1,1	R\$ 4.175	3,0	R\$ 1.697	7,0	R\$ 690	15,9	R\$ 332	34,8	R\$ 94	
Negros	11,3	R\$ 3.960	21,5	R\$ 1.714	32,4	R\$ 717	45,4	R\$ 343	57,4	R\$ 104	
Homens	85,0	R\$ 4.979	79,7	R\$ 1.715	73,7	R\$ 750	58,1	R\$ 359	35,4	R\$ 118	
Mulheres	15,0	R\$ 4.092	20,3	R\$ 1.759	26,3	R\$ 710	41,9	R\$ 347	64,6	R\$ 100	
Total	100,0	R\$ 4.846	100,0	R\$ 1.724	100,0	R\$ 740	100,0	R\$ 354	100,0	R\$ 106	

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

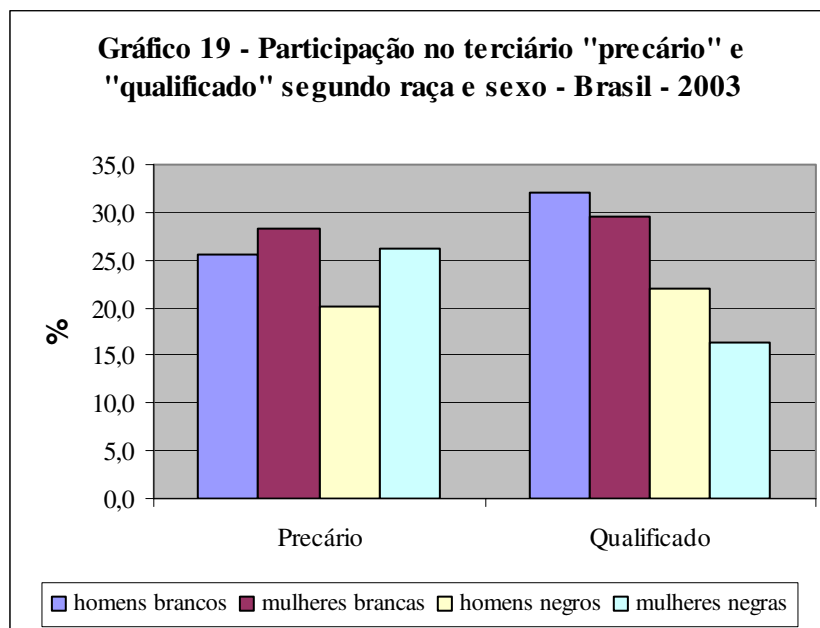
Em 2003, um grupo restrito de pouco mais de 550 mil ocupados na indústria recebia mais do que R\$ 2.500. Essa “elite industrial”, porém, era amplamente formada por homens brancos, que representavam $\frac{3}{4}$ desse grupo (cerca de 400 mil indivíduos). Em menor intensidade, tal situação se repete para aqueles ocupados na indústria com rendimento entre R\$ 1.250 e R\$ 2.500, que podem estar associados a um padrão de rendimentos de média classe média ocupada. Desse universo de 950 mil pessoas, 78,5%, ou 740 mil, eram brancos, na grande maioria homens. Apesar de ocorrerem, as diferenças de rendimento no interior de cada camada são menores do que aquela observada para o valor médio agregado. Assim sendo, como já havíamos destacado, prevalecem as barreiras de acesso para os negros ascenderem às ocupações melhor remuneradas, principalmente para as mulheres negras.

Na camada baixa, com rendimentos entre R\$ 500 e R\$ 1.250, prevalece ainda uma representação mais do que proporcional das pessoas do sexo masculino e de cor branca. As frequências relativas, tanto para cor como para o gênero, somente se aproximam dos valores gerais da população nos ocupados na indústria com um padrão de massa trabalhadora, isto é, com rendimentos entre R\$ 250 e R\$ 500. Nesse contingente de 4,2 milhões de pessoas, temos 1,2 milhões de homens brancos, quase 1 milhão de mulheres negras, 1,3 milhões de homens negros e 670 mil mulheres negras. Há uma parcela de “marginalizados na indústria”, com rendimentos extremamente baixos, inferiores a R\$ 250. Nesse grupo, em 2003, tínhamos 560 mil mulheres negras, 480 mil mulheres brancas, 360 mil homens negros e 200 mil homens

¹³⁴ Para que se tenha uma idéia, a indústria de transformação representava 36,6% dos ocupados na Região

brancos. Pode-se afirmar, assim, que “dentro” da indústria de transformação se reproduzem disparidades de raça e gênero observadas para os ocupados como um todo.

Esse mesmo exercício será feito, mais adiante, para o sub-setor de comércio e reparação, que corresponde a 18,7% dos ocupados no Brasil em 2003. Mas antes, observemos como se compõe o que chamamos de “terciário precário” e “terciário qualificado” em 2003.



Tínhamos cerca de 25 milhões de pessoas em 2003 nos setores de comércio e reparação, serviços pessoais e recreativos, serviços domésticos e setor de alojamento ou alimentação. Nesse conjunto vulnerável do terciário, com um nível mais baixo de remuneração, destaca-se uma acentuada presença feminina, já que as mulheres, independentemente da cor, representavam 54,3% do total. Além disso, enquanto os homens do terciário “precário” recebiam em média R\$ 795, as mulheres auferiam bem menos, apenas R\$ 409.

Os homens negros constituem um universo de cerca de 5,1 milhões no “terciário precário”, ou 20,2% do total. Essa participação relativamente pequena, porém, concentra-se nos sub-setores menos qualificados do “terciário precário”, pois a remuneração média dos homens negros é de R\$ 528, quase a metade da observada para os homens brancos (R\$ 1.007).

Metropolitana de São Paulo em 1981, percentual que cai para 19,5% em 2003.

De qualquer forma, considerando exclusivamente a raça, a distribuição no “terciário precário” é exatamente a mesma dos ocupados em 2003: 53,8% de brancos e 46,2% de negros. Esse dado reforça a idéia de menor diferenciação racial nos setores de atividades ou grupos ocupacionais “populares”, ou seja, na massa trabalhadora mais simples (apesar de permanecerem diferenças de rendimento).

Como vimos na discussão das camadas sociais e dos grupos ocupacionais, as disparidades raciais são mais evidentes ou explícitas nos estratos extremos. Assim sendo, quando observamos a alta e média classe média, tanto na estrutura familiar como individual, constatou-se uma participação reduzida dos negros. Inversamente, nas faixas de pobreza e indigência da estrutura familiar, ou no grupo de “marginalizados” da estrutura individual, os negros estavam super-representados.

No gráfico 21, quando apresentamos aquilo que chamamos de “terciário qualificado”, essas distorções também ocorrem. Tínhamos cerca de 20 milhões de ocupados em 2003 em sub-setores relativamente bem remunerados, como setor financeiro, administração pública e os serviços sociais, dentre outros. Desse contingente, quase dois terços eram brancos, pois tínhamos 6,7 milhões de homens brancos e 6,1 milhões de mulheres brancas. Os homens negros eram 4,6 milhões no “terciário qualificado”, havendo apenas uma participação relativa de 16,4% de mulheres negras (3,4 milhões de ocupadas).

Além disso, também no “terciário qualificado”, permanecem as diferenças de rendimento. Como proporção do nível de renda dos homens brancos (R\$ 1709), as mulheres brancas recebiam 68,9% disso (R\$ 1.178), os homens negros 48,3% (R\$ 827) e as mulheres negras apenas o equivalente a 39,4% (R\$ 674). Essa hierarquia de rendimentos ocorre para os ocupados como um todo, revelando, como temos insistido, a permanência de barreiras para que os negros (principalmente as mulheres) alcancem ocupações de maior *status* e rendimento. Tais barreiras decorem, por sua vez, de um contexto histórico desfavorável, reproduzindo permanentemente um quadro de desigualdade racial (e de gênero).

Para finalizar esse sub-item, o quadro 6 apresenta a distribuição dos ocupados no comércio em 2003 segundo a cor e o sexo, a partir dos cortes de rendimento que definem as camadas sociais da estrutura individual:

Quadro 6 - Distribuição dos ocupados no comércio pelas camadas sociais - Brasil - 2003										
	Superior		Média		Baixa		Inferior		Ínfima	
	%	Renda	%	Renda	%	Renda	%	Renda	%	Renda
Homens Brancos	68,7	R\$ 4.749	57,3	R\$ 1.757	43,1	R\$ 765	29,0	R\$ 356	19,5	R\$ 112
Mulheres Brancas	16,3	R\$ 4.225	20,0	R\$ 1.759	22,7	R\$ 736	23,4	R\$ 352	23,5	R\$ 83
Brancos	85,0	R\$ 4.649	77,2	R\$ 1.758	65,8	R\$ 755	52,5	R\$ 354	43,0	R\$ 97
Homens Negros	11,9	R\$ 4.389	18,2	R\$ 1.682	25,4	R\$ 730	31,1	R\$ 340	30,8	R\$ 113
Mulheres Negras	3,1	R\$ 4.090	4,6	R\$ 1.711	8,8	R\$ 707	16,5	R\$ 336	26,2	R\$ 89
Negros	15,0	R\$ 4.328	22,8	R\$ 1.687	34,2	R\$ 724	47,5	R\$ 338	57,0	R\$ 102
Homens	80,6	R\$ 4.696	75,5	R\$ 1.739	68,5	R\$ 752	60,1	R\$ 348	50,3	R\$ 113
Mulheres	19,4	R\$ 4.204	24,5	R\$ 1.750	31,5	R\$ 728	39,9	R\$ 345	49,7	R\$ 86
Total	100,0	R\$ 4.601	100,0	R\$ 1.742	100,0	R\$ 744	100,0	R\$ 347	100,0	R\$ 100

Elaboração do autor. Fonte: banco de dados - prof. Waldir Quadros e equipe.

O sub-setor de comércio e reparações abarcava, em 2003, cerca de 14 milhões de ocupados. Uma parcela pequena desse conjunto obtinha um rendimento mensal significativo, superior a R\$ 2.500 mensais, estando classificado na camada superior da metodologia (alta classe média ocupada). Em termos absolutos, essa parcela constituía-se de 605 mil pessoas, das quais a maioria absoluta, 515 mil ocupados (85%), era branca. A participação dos não-negros nas camadas média e baixa – no setor de comércio e reparações – continua sendo mais do que proporcional (77,2% e 65,8%, respectivamente). Da mesma forma, as mulheres (particularmente as negras, mas também as brancas) estão sub-representadas nas camadas do comércio com remuneração mais alta.

A camada inferior, com rendimentos associados a um padrão de massa trabalhadora (entre R\$ 250 e R\$ 500), mais uma vez, dilui as diferenças de sexo e raça. Os cerca de 5 milhões ocupados no comércio com esse nível de rendimento apresentam uma distribuição que é bastante próxima às frequências relativas de brancos, negros, homens e mulheres para o total dos ocupados em 2003. Já o contingente de “marginalizados” no comércio, com rendimento inferior a R\$ 250, é na sua maioria negro (57%), assim como ocorria na indústria.

Em síntese, como era de se esperar, a abordagem setorial confirmou os resultados já verificados na discussão dos grupos ocupacionais e camadas sociais, realizada ao longo do capítulo 3. Os dados evidenciam um quadro de reiteradas dificuldades para a população negra no período recente, tendo o sexo uma influência significativa nesse contexto problemático, dada a alta vulnerabilidade social em que se encontra a grande maioria das mulheres negras.

Além disso, em termos gerais, o crescimento de setores de atividade com remuneração mais baixa e piores condições de trabalho (jornadas mais extensas, acúmulo de funções, etc.) se insere no conjunto de problemas relacionados ao mercado de trabalho brasileiro, que repercutem na estruturação das famílias e na qualidade de vida das pessoas.

Considerações Finais

Ao longo do primeiro capítulo, buscamos apresentar uma visão geral do processo histórico nacional no que se refere às formas de exclusão da população negra. A evidente exploração dos negros durante o período de escravidão, ao mesmo tempo em que manteve boa parte dessa população nas áreas menos desenvolvidas do país, disseminou um sentimento racista e preconceituoso na sociedade brasileira, simbolizado pela política imigratória. Em outras palavras, a escravidão, de um lado, impôs limites objetivos para inserção social adequada da população negra e, de outro, criou uma cultura discriminatória que dificultou muito esta inserção mesmo depois da abolição da escravatura.

Tivemos como referências fundamentais dois autores clássicos que se preocuparam com a temática racial: Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. O primeiro fez um estudo minucioso acerca das possibilidades de integração dos negros na “sociedade de classes” que ia se formando com o fim da escravidão e a passagem para o trabalho assalariado no Estado de São Paulo. Suas conclusões foram decisivas para desfazer a idéia de “democracia racial” no país, pois esse autor constatou as enormes dificuldades e as condições precárias em que viviam os negros na primeira metade do século XX, décadas depois do fim da escravidão. Fernandes consolidou o chamado “mito da democracia racial”, contrariando uma visão segundo a qual o Brasil constituía-se num exemplo de relações raciais harmônicas.

Carlos Hasenbalg, por sua vez, demonstrou que as disparidades raciais permanecem mesmo com o avanço da industrialização e o crescimento econômico, observados no país nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado. Esse autor trabalhou com dados para o conjunto do país, destacando que, depois da fase de maior expansão da economia brasileira, em meados da década de 70, os negros continuavam concentrados nas regiões mais pobres do país, tendo dificuldades para melhorar sua qualificação e obter ocupações mais bem remuneradas. As diferenças permaneciam tanto nas regiões Norte-Nordeste como no Sul-Sudeste, mostrando que, para além das particularidades regionais (que determinam o resultado nacional), permaneciam práticas discriminatórias em relação à população negra.

Durante praticamente os últimos vinte e cinco anos, a partir do início dos 80, o país "perdeu o rumo" do crescimento econômico, enfrentando um prolongado ciclo de semi-estagnação da economia, com expansão próxima àquela que se observa para o crescimento

populacional. É verdade que, do ponto de vista político, o país avançou com a redemocratização e a volta de eleições diretas e livres, mas, infelizmente, essa conquista não se converteu em ganhos sociais efetivos para a maior parte da população. Pelo contrário, quando consideramos indicadores como o nível de emprego e remuneração dos trabalhadores, ou os índices de violência, pode-se dizer que houve regressão, configurando um quadro de crise social aguda.

Nesse sentido, durante o capítulo 2 buscamos traçar um panorama acerca da economia brasileira, mostrando que, em diferentes contextos, o país não logrou alcançar uma fase duradoura de crescimento, na extensão e magnitude necessárias para o enfrentamento da grave crise social acima mencionada, cuja outra face marcante é a má qualidade dos serviços públicos básicos (saneamento básico, habitação, transporte, educação e saúde). Ao final do capítulo 2, com base em autores contemporâneos, não foi surpresa constatar a permanência das disparidades raciais, em particular a situação crítica das mulheres negras, segmento que acumula um histórico de discriminações ligadas à raça e ao sexo.

Diante desse quadro, isto é, um contexto histórico de dificuldades para a população negra e uma conjuntura recente de crise econômica e social, a aplicação da metodologia do prof. Waldir Quadros, realizada no capítulo 3, só poderia confirmar a manutenção de grandes disparidades, dividindo o país em diferentes realidades de acordo com a raça e o sexo das pessoas. A estrutura sócio-ocupacional familiar revelou, quando se compara o início dos 80 com os dados mais recentes de 2003, uma piora global e “por dentro”. No agregado, os padrões de vida familiares de classe média perderam espaço relativo, com expansão das faixas de pobreza e indigência. Ao detalhar tais mudanças, observou-se a queda de rendimento dos grupos familiares de classe média. As diferenças raciais se mostraram mais fortes nas camadas associadas a um padrão de vida de classe média, de um lado, e nas faixas de pobreza e indigência, de outro, havendo um grau bem menor de diferenciação nas famílias da massa trabalhadora.

A estrutura ocupacional individual, além da reprodução dessas disparidades raciais nos estratos extremos, mostrou um estoque elevado de ocupados na camada inferior (massa trabalhadora) e ínfima (marginalizados), além a perda de rendimentos no geral dos ocupados, com manutenção da pirâmide: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

Dessa forma, a partir da estrutura ocupacional foi possível realizar uma aproximação à estrutura social, seja no plano familiar ou individual, reiterando as diferenças em termos de ocupações típicas e rendimentos entre as populações brancas e negras no Brasil. Nesse sentido, acreditamos ter alcançado o objetivo inicial de contribuir na caracterização das condições de vida da população negra no Brasil no período recente, incluindo o sexo como fator relevante nessa discussão.

A desigualdade social brasileira continua muito forte, sendo a questão racial uma importante dimensão desse processo. O que fazer diante desse quadro? Esse trabalho teve um caráter retrospectivo e seria necessário um outro estudo aprofundado para tentar responder essa questão. De qualquer forma, é possível imaginar que o cenário ideal para reverter as disparidades raciais incluiria tanto a retomada do crescimento econômico como a implementação de políticas diferenciadas, voltadas especificamente para as reivindicações do movimento negro. Ao longo dessa dissertação, não tivemos a oportunidade de estudar e ouvir os protagonistas desse movimento, que tem realizado um intenso trabalho de mobilização política. Mesmo assim, a apresentação do contexto histórico e dos dados mais recentes não deixam dúvidas quanto à legitimidade para, no mínimo, se discutir a adoção das "políticas afirmativas". É verdade que, de certa forma, elas atacam as consequências e não as causas da exclusão social, que somente poderá ser combatida com um robusto processo de crescimento econômico, gerando emprego, renda e possibilidades maiores de investimento público, numa perspectiva distinta de política econômica, que priorize de fato a questão social. Porém, parece-nos inaceitável simplesmente interditar e desqualificar o debate acerca das "políticas afirmativas", como faz boa parte da mídia e da intelectualidade, num comportamento análogo àquele relacionado à mudança da política econômica.

Bibliografia

AURELIANO, L & DRAIBE, S. M. *a Especificidade do “Welfare State” Brasileiro*. In: Projeto: A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização; volume I – Reflexões sobre a Natureza do Estado do bem-estar; Brasília; MPAS/CEPAL, 1989.

BACHA, E. “Prólogo para a Terceira Carta”; in Fórum Gazeta Mercantil. FMI X Brasil: a armadilha da recessão. S.P; G.M, 1983.

BAER, M. *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1994).

BALTAR, P., DEDECCA, C. e HENRIQUE, W. – *Mercado de Trabalho e exclusão social no Brasil* – In.: Oliveira, C.A. e Mattoso, J. – “Crise e Trabalho no Brasil – modernidade ou volta ao passado?” – São Paulo, Scritta, 1996.

BALTAR, P. *Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 90*. In: Proni & Henrique (org.) Trabalho, Mercado e Sociedade. Campinas, Editora Unesp, 2003.

_____, *Crise Contemporânea e Mercado de Trabalho no Brasil*. In: Oliveira, M. A. (org.) Economia & Trabalho. Campinas: IE Unicamp, 1998.

BARROS, R.P. e CARVALHO, M. – *Texto para discussão 985*. In. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2003.

BATISTA Jr. *O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina*. Estudos Avançados, nº. 28. set/dez 1996.

_____. *Formação de Capital e Transferências de Recursos ao Exterior*; Revista de Economia Política vol. 7, nº. 1, jan./ mar, 1987.

BELLUZZO, L.G. e ALMEIDA, J.G. Depois da Queda. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Financiamento Externo e Déficit público*. São Paulo: IESP/FUNDAP. Texto para discussão, 1983.

_____. *A Crise da Dívida e suas Repercussões sobre a Economia Brasileira*. In: Belluzzo e Batista Jr. (orgs.) A luta pela sobrevivência da moeda nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1992).

BOMBACH, L. – Tu, Joven Nefasto – Desemprego Juvenil na Região Metropolitana de São Paulo nas décadas de 80 e 90 – Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Unicamp, 2004.

BRAVERMAN, H. – Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX (tradução de Nathaniel Caixeiro). Rio de Janeiro: Zahar, 1980;

CARDOSO de MELLO, J.M – O capitalismo tardio. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1975.

_____. *Consequências do Neoliberalismo*. Economia e Sociedade nº1. Campinas : IE/Unicamp , ago/1992.

CARDOSO de MELLO, J. M. e NOVAIS, F. A. – “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In. História da Vida Privada no Brasil, vol. 4, São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

CARNEIRO, R. – *Desenvolvimento em Crise – A economia brasileira no último quarto do século 20* – Ed. UNESP, 2002.

DEDECCA, C. *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Instituto de Economia da Unicamp, Coleção Teses, 1999.

FAGNANI, E. *Política Social e Pactos Conservadores no Brasil – 1964/92*. Campinas – SP: IE – UNICAMP, Revista Economia e Sociedade, nº. 8, 1997.

FERNANDES, F. – A Integração dos negros na sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1965.

FURTADO, C. – Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1959

GASPARI, E. – A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HASEMBALG, C. A. – Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A. e VALLE e SILVA, Nelson do – Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo: Vértice, 1988.

HENRIQUE, W. – O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP, 1999.

_____. *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil*. In: Oliveira, M. A. (org.) Economia & Trabalho. Campinas: IE Unicamp, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Notas Técnicas: Síntese dos Indicadores*. Rio de Janeiro, 2002.

LEONE, Eugenia. O Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras In: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) *Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos anos 90* São Paulo: Unesp, 2003.

MAIO, M. C. – *O Negro no pensamento social brasileiro e o legado de Gilberto Freyre* – Seminário de Tropicologia, Recife, 09 de Novembro de 1999.

MARX, K. *O Capital*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELO, H. *Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino. Uma análise dos grupos ocupacionais*. OIT Brasil/IPEA, 1999.

MILLS, C. W. – *A nova classe média* (tradução). Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NOVAIS, F – Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial – Ed. Huciteh – 1973.

OLIVEIRA, C. A. B., *Industrialização, Desenvolvimento e Trabalho no pós-guerra*. In: Oliveira, M. A. (org.) Economia & Trabalho. Campinas: IE Unicamp, 1998.

_____. *Processo de Industrialização – do Capitalismo Originário ao Atrasado*. Tese de Doutorado, Unicamp, 1985.

- PAIXAO, M. P. – Desenvolvimento humano e relações raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- POCHMANN, Márcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- POLANY, K. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- PRADO JR., C. – História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- QUADROS, W. J. *Aspectos da Crise Social no Brasil dos Anos Oitenta e Noventa*. Tese de Livre-Docência, Unicamp, Campinas, 2003.
- _____ – Estrutura Sócio-ocupacional Brasileira: Notas Metodológicas. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2004 (b);
- _____ – O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP, 1991.
- _____ – “Gênero e Raça na Desigualdade Social Brasileira Recente”. In. *Estudos Avançados*: publicação da FEA/USP, vol. 18, n. 50, jan-abr; 2004 (a);
- REIS, J. – “Presença Negra: conflitos e encontros”. In *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- ROSSI, C. – “Cinquenta Anos no Terceiro Mundo”. In. Artigo publicado na *Folha de São Paulo*, p.2, 30/03/2005.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- SILVA, E. D. – Evolução da Pobreza em Metrôpoles Seleccionadas: 1981-2002. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Unicamp, 2005.
- TAVARES, M. C. *A economia política do Real*. O Brasil Pós-Real. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- _____ . *A retomada da hegemonia americana*. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 5, n.º2, abr./jun., 1985.
- _____ – Acumulação de Capital e industrialização no Brasil. Campinas, IE/UNICAMP, 1998;
- TELLES, E. – Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica – tradução de Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Fundação Ford, 2003.
- WEBBER, M. – A Ética Protestante e o Espírito Capitalista – São Paulo – Abril Cultural – 1974.